



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

KÉSIA SILVA DA COSTA

**O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O ALCANCE DAS METAS DE
EXPANSÃO DA OFERTA EDUCACIONAL DE 2021 A 2024.**

BELÉM/PA

2025

KÉSIA SILVA DA COSTA

**O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O ALCANCE DAS METAS DE
EXPANSÃO DA OFERTA EDUCACIONAL DE 2021 A 2024.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), vinculado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica.

Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro da Costa Coelho.

BELÉM/PA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837p Costa, Késia Silva da.
O Plano Estadual de Educação e o alcance das metas de
expansão da oferta educacional de 2021 a 2024 / Késia Silva da
Costa, . — 2025.
195 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria do Socorro da Costa Coelho
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém,
2025.

1. Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de
Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Paraense. 2.
Expansão da Oferta Educacional. 3. Educação Básica. I.
Título.

KÉSIA SILVA DA COSTA

**O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O ALCANCE DAS METAS DE
EXPANSÃO DA OFERTA EDUCACIONAL DE 2021 A 2024.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), vinculado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica.


Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro da Costa Coelho.


DATA DE APROVAÇÃO:

CONCEITO:


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DO SOCORRO DA COSTA COELHO**
Data: 27/03/2025 16:31:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro da Costa Coelho (Orientadora) -UFPA

Documento assinado digitalmente
 **NEY CRISTINA MONTEIRO DE OLIVEIRA**
Data: 27/03/2025 11:35:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ney Cristina Monteiro de Oliveira (Examinador Interno) - PPEB

Documento assinado digitalmente
 **ORLANDO NOBRE BEZERRA DE SOUZA**
Data: 19/03/2025 11:48:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Orlando Nobre Bezerra de Sousa (Examinador Externo ao Programa) - UFPA

Documento assinado digitalmente
 **JOAO COLARES DA MOTA NETO**
Data: 12/03/2025 14:11:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Colares da Mota Neto (Examinador Externo à Instituição) - UEPA

Ao homem da minha vida – meu filho **Arthur**,
às minhas gêmeas **Aline e Alice** – tão
semelhantes na aparência, mas com almas
profundamente distintas –, e à minha doce **Ana**.
Vocês são os meus maiores incentivadores e a
razão pela qual consegui chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da minha Pesquisa por meio da Bolsa CAPES Demanda Social, que me proporcionou condições financeiras para dedicar-me integralmente ao Mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA), por oferecer uma formação de excelência, com Professores (as) altamente competentes que contribuíram significativamente para que minha Pesquisa fosse desenvolvida com rigor metodológico e qualidade acadêmica.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª. Maria do Socorro da Costa Coelho, pela dedicação nas orientações, pela escuta atenta e, sobretudo, por confiar em meu potencial. Jamais esquecerei a última aula da Disciplina Atelier, após a apresentação de um trabalho, quando suas palavras de orgulho pela minha performance me marcaram profundamente.

Ao Professor Dr. Fabrício Aarão Freire Carvalho e às Professoras Dr^ª. Ney Cristina Monteiro de Oliveira e Dr^ª. Emina Márcia Nery dos Santos, por conduzirem, com sensibilidade e competência, as Disciplinas de Atelier, auxiliando-me a encontrar o caminho teórico e metodológico para o desenvolvimento desta Pesquisa.

Ao meu companheiro de vida, Hugo da Silva Duarte, por todo apoio, paciência e incentivo para que eu pudesse viver o sonho de ingressar no Mestrado e me tornar Mestra.

Aos meus filhos, pelo carinho, compreensão e por suportarem minha ausência em muitos momentos, em razão das exigências da vida acadêmica.

Aos colegas de turma, pela parceria e amizade que tornaram mais leve e colaborativo o percurso ao longo desses dois anos de Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado.

E, finalmente, a Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar meus sonhos. Apesar de ser mãe de quatro filhos, filha de uma mãe solo e de um pai privado de liberdade, fui a primeira de minha família a ingressar na UFPA e, posteriormente, no Mestrado. Até aqui, foi Ele quem me sustentou!

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2005, p. 58)

RESUMO

Essa Dissertação tem como objeto o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. A questão de investigação deste estudo se configura em: Como se tem efetivado a Política de Expansão da Educação Básica nos estabelecimentos penais paraense no período de 2021 a 2024 com vistas ao alcance das metas do “Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional” paraense? Tendo como objetivo principal: Analisar a Política de Expansão da Educação Básica nos estabelecimentos penais paraenses no período de 2021 a 2024 tendo como base o Plano. A metodologia da Pesquisa possui abordagem qualitativa, em que se utilizou a Pesquisa documental, centrada na análise do Plano. Utiliza-se ainda a técnica de Análise do Conteúdo (Bardin, 1977) para responder às questões e alcançar seus objetivos. A Pesquisa possui referencial teórico em alguns autores, dentre os quais estão: Amaral (2019), Carvalho, Coelho e Batista (2022), Leme (2011), Estêvão (1998, 2004, 2005, 2011, 2012 e 2013) e Muniz (2020). Os resultados mostram que a concepção de qualidade que se faz presente no Plano está relacionada a estratégias de criação de condições de oferta para a promoção de uma oferta com qualidade por meio de aparelhamentos de salas de aula, ampliação e equipar bibliotecas, salas de leitura, espaços multiusos, laboratórios de informática, espaços audiovisuais e formação e qualificação de profissionais da Educação. A concepção de qualidade social presente no documento, está especificamente ligada a algumas estratégias de promoção da aprendizagem, ao incentivo à leitura, às atividades culturais e esportivas, ao acesso aos Exames Nacionais, à elevação da Escolaridade e à qualificação profissional. A análise dos relatórios nos possibilitou visualizar os alcances das metas referentes à qualidade social, em detrimento do não alcance da meta relacionada à formação profissional daqueles que atuam no Cárcere, pois não foi institucionalizada.

Palavras-chave: Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Paraense; Expansão da Oferta Educacional; Educação Básica.

ABSTRACT

This Dissertation has as its object the State Education Plan for Persons Deprived of Liberty and Ex-Prisoners. The research question of this study is configured as: How has the Basic Education Expansion Policy been implemented in Pará penal establishments in the period from 2021 to 2024 with a view to achieving the goals of the “State Education Plan for Persons Deprived of Liberty and Ex-Prisoners” in Pará? With the main objective: To analyze the Basic Education Expansion Policy in Pará penal establishments in the period from 2021 to 2024 based on the Plan. The research methodology has a qualitative approach, in which documentary research was used, centered on the analysis of the Plan. The Content Analysis technique (Bardin, 1977) is also used to answer the questions and achieve its objectives. The research has a theoretical framework in some authors, among which are: Amaral (2019), Carvalho, Coelho and Batista (2022), Leme (2011), Estêvão (1998, 2004, 2005, 2011, 2012 and 2013) and Muniz (2020). The results show that the concept of quality that is present in the Plan is related to strategies for creating conditions for the promotion of a quality offer through equipment in classrooms, expansion and equipping of libraries, reading rooms, multipurpose spaces, computer labs, audiovisual spaces and training and qualification of education professionals. The concept of social quality present in the document is specifically linked to some strategies for promoting learning, encouraging reading, cultural and sports activities, access to National Exams, increasing schooling and professional qualification. The analysis of the reports allowed us to visualize the achievement of the goals related to social quality, to the detriment of the non-achievement of the goal related to the professional training of those who work in prison, as it was not institutionalized.

Keywords: State Education Plan for People Deprived of Liberty and Ex-Prisoners of the Pará Prison System; Expansion of Educational Offering; Basic Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipo de Prisão, Esfera, Monitoramento, Quantitativo e Total da População Prisional Brasileira no Ano de 2024	28
Tabela 2 – Dados do Quantitativo de Privados (as) de Liberdade que Estão Envolvidos em Atividades Educacionais e Trabalho no Brasil - Junho de 2024	37
Tabela 3 – Dissertações Sobre o Tema Educação Prisional no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica	60
Tabela 4 – Dissertações Sobre o Tema Educação Prisional no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará	61
Tabela 5 – Quantitativo de Alunos Matriculados em Cada Modalidade de Ensino de Julho a Dezembro de 2022	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 1 de Maio de 2024	47
Quadro 2 – Instituições de Defesa de Dissertações e Teses com a Temática da Educação Prisional	55
Quadro 3 – Resultado da Busca Realizada no Site do Catálogo de Teses e Dissertações da Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Acrescentando o Descritor “Plano Estadual de Educação” no Dia 14 de Maio de 2024	59
Quadro 4 – Resultado da Pesquisa Documental	70
Quadro 5 – Instrumentos Normativos que Regem a Educação para Pessoa em Situação de Restrição/Privação de Liberdade no Estado do Pará	89
Quadro 6 – Documentos Firmados entre Instituições para o Acesso à Educação no Estado do Pará	90
Quadro 7 – Estratégias de Acompanhamento, de Monitoramento e de Avaliação das Ações de Escolarização Realizadas pelos Órgãos de Administração Prisional e pela Secretaria de Estado de Educação do Pará	115
Quadro 8 – Maneiras de Acompanhamento do Cumprimento da Remição pelo Estudo, sobre a Atuação do Poder Judiciário	117
Quadro 9 – Fundamentos para a Oferta de Educação	117
Quadro 10 – Unidades Prisionais Objeto do Acordo entre Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará e Secretaria de Estado de Educação do Pará por Meio do Termo de Cooperação Técnica Nº 013/2020, Endereço, Tipo de Regime, Capacidade de Atendimento dos Educandos e a Escola que Atenderá os Educandos	119
Quadro 11 – Indicadores Apontados no Plano para o Alcance das Metas	123
Quadro 12 – Monitoramento do Plano Estadual - Pará pela Diretoria de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública	129
Quadro 13 – Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Alfabetização.....	131
Quadro 14 – Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Ensino Fundamental e Ensino Médio	134
Quadro 15 – Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Educação Profissional e Ensino Médio	136

Quadro 16 – Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal – Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Educação a Distância	137
Quadro 17 – Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Ensino Superior	139
Quadro 18 – Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento Realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará - Eixo Educação Não Formal	142
Quadro 19 – Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento Realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – Exames Nacionais	146
Quadro 20 – Aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos e Exame Nacional do Ensino Médio nos Anos de 2021, 2022 e 2023	147
Quadro 21 – Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento Realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – Eixo Estrutura	148
Quadro 22 – Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento Realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – Eixo Qualificação Profissional	149
Quadro 23 – Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento Realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – Eixo Formação e Capacitação de Profissionais	153

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Quantitativo da População Prisional Nacional de 2016.2 a 2024.1	26
Gráfico 2 – Oscilação do Quantitativo da População Prisional nos Anos de 2019 e 2020	27
Gráfico 3 – População Prisional do Brasil por Regime 2024.1	29
Gráfico 4 – Quantitativo da População Prisional do Estado do Pará de 2016.2 a 2024.1	35
Gráfico 5 – População Prisional do Pará por Regime 2024.1	36
Gráfico 6 – Escolaridade da Pessoa Privada de Liberdade no Brasil 2024.1	79
Gráfico 7 – Escolaridade de Pessoas em Prisão Domiciliar na Esfera Estadual com e sem Monitoramento no Ano 2024.1	80
Gráfico 8 – Escolaridade das Pessoas Privadas de Liberdade em Celas Físicas, da Esfera Federal e sem Monitoramento 2024.1	81
Gráfico 9 – Quantitativo de Matrículas no Segundo Semestre de 2022	95
Gráfico 10 – Número de Custodiados (as) em Atividades Educacionais em 2023 por Modalidade de Ensino	125
Gráfico 11 - Número de Capacitados por Curso Profissionalizante em 2022	151
Gráfico 12 – Certificação do Ensino Profissionalizante	152

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Quantitativo de Pessoas Privadas de Liberdade Inseridas em Atividades Educacionais, Trabalho e Atividades Educacionais e Trabalho Conjuntamente do Estado do Pará 2024.1	38
Organograma 2 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional	42
Organograma 3 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Expansão	64
Organograma 4 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Qualidade	65
Organograma 5 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Qualidade Social	66
Organograma 6 – Organização da Administração Pública Federal	69
Organograma 7 – Instituições que elaboraram o Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Pará	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Infográfico de Teses e Dissertações Publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – 1 de maio de 2024	57
Figura 2 – Visão Holística de “Base” Segundo Cury (2008)	92
Figura 3 – Número de Custodiados (as) Estudando em 2022, por Modalidade de Ensino	125
Figura 4 – Gênero da População Inserida em Atividades Educacionais	125

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Print da Busca Realizada no Site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Acrescentando o Descritor “Política de Expansão” no Dia 14 de Maio de 2024	58
Imagem 2 – Print da Busca Realizada no Site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Acrescentando o Descritor “Plano Estadual de Educação” no Dia 14 de Maio de 2024	59
Imagem 3 – Print da Publicação do Termo de Cooperação Técnica Nº 014/2020 no Diário Oficial do Estado do Pará	92
Imagem 4 – Ofício do Ministério da Justiça Destinado a Secretaria de Estado de Educação do Pará	126
Imagem 5 – Relatório de Avaliação das Diretrizes e Objetivos do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Pará	127
Imagem 6 – Relatório de Monitoramento das Metas	128
Imagem 7 – Custodiados (as) na Aula de Alfabetização na Casa de Humanização, Assistência e Proteção ao Apenado de Altamira	132
Imagem 8 – Educação Superior na Modalidade Educação a Distância na Unidade do Centro de Recuperação Regional de Paragominas	140
Imagem 9 – Educação Superior na Modalidade Educação a Distância na Unidade Semiaberto Masculino de Marabá	140
Imagem 10 – Remição de Pena pela Leitura na Unidade de Custódia e Reinserção de Ananindeua	144
Imagem 11 – Certificação do Curso de Corte e Costura na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Vitória do Xingu	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECAS	Associação Beneficente de Capelania Social
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AM	Amazonas
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BBC	British Broadcasting Corporation
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAEJAPL	Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBM	Corpo de Bombeiro Militar
CCT	Convênio de Cooperação Técnica
CE	Ceará
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEJA	Coordenadoria de Educação de Jovens
CHAPA	Casa de Humanização, Assistência e Proteção ao Apenado
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
SECTEC	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica
CDPI	Centro de Detenção Provisória de Icoaraci
CGCAP	Coordenação-Geral da Cidadania e Alternativas Penais
CGU	Controladoria-Geral da União
CIENEX	Congresso Interinstitucional de Ensino e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COECE	Coordenação de Educação, Cultura e Esporte
COVID	Corona Virus Disease
CPASI	Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel
CPM	Cadeia Pública de Marabá

CRASHM	Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura
CRCAN	Centro de Recuperação Especial Coronel Anastácio Neves
CRCast	Centro de Recuperação Regional de Castanhal
CRC	Centro de Recuperação do Coqueiro
CRF	Centro de ReEducação Feminino
CRFS	Centro de Triagem Feminina de Santarém
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CRMOC	Centro de Recuperação Regional de Mocajuba
CRPP I	Centro de Recuperação Penitenciário do Pará I
CRPP II	Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II
CRR	Centro de Recuperação Regional de Redenção
CRRPA	Centro de Recuperação Regional de Paragominas
CRRAMA	Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes
CRRAB	Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba
CRRB	Centro de Recuperação Regional Bragança
CRRBREVES	Centro de Recuperação de Breves
CRRCAM	Centro de Recuperação Regional de Cametá
CRRCAPr	Centro de Recuperação Regional de Capanema
CRRI	Centro de Recuperação Regional de Itaituba
CRRSAL	Centro de Recuperação Regional de Salinópolis
CRRT	Centro de Recuperação Regional de Tucuruí
CRRTA	Centro de Recuperação Regional de Tomé – Açu
CTFM	Central de Triagem Feminina de Marabá
CTM II	Central de Triagem Metropolitano II
CTM III	Central de Triagem Metropolitano III
DEP	Departamento de Educação Prisional
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DF	Distrito Federal
DIRPP	Diretoria de Políticas Penitenciárias
DOE	Diário Oficial da República Federativa do Brasil
DPE	Defensoria Pública do Estado
DPF	Departamento de Polícia Federal
Dr	Doutor
Dr ^a	Doutora

DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EASP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
EJAIP	Educação de Jovens, Adultos e Idosos Privados de Liberdade
EMC	Emenda Constitucional
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ES	Espírito Santo
FAED	Faculdade da Educação
FCG	Fundação Carlos Gomes
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIPE	Fórum Internacional de Pedagogia
FNQ	Fundação Nacional da Qualidade
FTIP	Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
GEPDED	Grupo de Estudo e Pesquisa Diálogo em Educação
GEPEGTEC	Grupo de Estudo e de Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária
GMFSC	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
GO	Goiás
GS	Gabinete da Secretária
HGP	Hospital de custódia e tratamento penitenciário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAEMA	Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
LGBTQIAP	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexuais

MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	Medida Provisória
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NEB	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PC	Polícia Civil
PE	Pernambuco
PEE	Plano Estadual de Educação
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PEM I	Presídio Estadual Metropolitano I
PEM II	Presídio Estadual Metropolitano II
PEM III	Presídio Estadual Metropolitano III
PNE	Plano Nacional de Educação
PESRPL	Pessoa em Situação de Restrição/Privação de Liberdade
PF	Polícia Federal
PFF	Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu
PI	Piauí
PIBEX	Programa Institucional de Bolsa de Extensão
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
PPGSS	Programa de Pós-Graduação de Serviço Social

PPGCITI	Programas de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
PPLE	Pessoa Privada de Liberdade e Egressa
PR	Paraná
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
Prof	Professor
Prof ^a	Professora
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RELIPEN	Relatórios de Informações Penais
RN	Rio Grande do Norte
RI	Repositório Institucional
RS	Rio Grande do Sul
RUNA	Repositório Universitário da Ânima
SAEN	Secretaria Adjunta de Ensino
SC	Santa Catarina
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SECTEC	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIAPPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEP	Sistema de Gestão de Pessoas
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SP	Sistema Prisional
SP	São Paulo
SPP	Sistema Prisional Paraense
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

TCT	Termo de Cooperação Técnica
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJ	Tribunal de Justiça
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UCR	Unidade de Custódia e Reinserção
UCRF	Unidade de Custódia e Reinserção Feminina
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourado
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso Sul
UFN	Universidade Franciscana
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade de São Carlos
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFT	Universidade Federal do Tocantins

UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro- Oeste
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNILASALLE	Universidade LaSalle
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista
UP	Unidade de Progressão
UPS	Universidade de Passo Fundo
USMM	Unidade Semiaberto Masculino de Marabá
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTP	Universidade do Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 METODOLOGIA	44
3 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE: Direito da Pessoa Privada de Liberdade .75	
3.1 Educação Básica: Conceitos em Destaques	75
3.2 Educação Básica como Direito	83
3.3 Educação Básica como Forma de Organização	92
3.4 Os Conceitos de Qualidade em Questão/Tensão	97
3.4.1 Qualidade Social da Educação: Princípios que Mobilizam um Estudo da Educação para Pessoas Privadas de Liberdade	103
4 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PENAL	107
4.1 OS Planos Estaduais de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas	107
4.2 O “Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional” do Estado do Pará (2021-2024)	109
4.2.1 O Contexto em que o Plano foi elaborado	109
4.2.2 Os Autores do Plano	111
4.2.3 A Autenticidade, a Confiabilidade e a Natureza do Plano	111
4.2.4 Monitoramento e Avaliação do Plano	113
4.3 O Dito e o Feito: A Expansão da Oferta da Educação Básica com Qualidade no Cárcere Paraense	117
4.3.1 Os Fundamentos para Oferta de Educação na Modalidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos e o Projeto de Remição de Pena “A Leitura que Liberta”	117
4.3.2 Ações Governamentais para a Execução do Plano.....	122
4.3.3 Metas e estratégias do Plano: entre as definições e as possibilidades e limites de seu alcance	124
5 CONCLUSÃO	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXO A – RELATÓRIO DE GESTÃO SEAP 2021 - PÁGINAS 01-05	172
ANEXO B – RELATÓRIO DE GESTÃO SEAP 2022 - PÁGINAS 01-04	177
ANEXO C – RELATÓRIO DE GESTÃO SEAP 2023, PÁGINAS 1-3	181

ANEXO D – PARTE ESPECÍFICA SOBRE A EDUCAÇÃO DO “FORMULÁRIO SOBRE INFORMAÇÕES PRISIONAIS”	184
ANEXO E – GUIA DE NAVEGAÇÃO NOS PAINÉIS DINÂMICOS NO SITE DA SENAPPEN	185
ANEXO F – OFÍCIO SISDEPEN	187
ANEXO G – RELATÓRIO PARCIAL DO MONITORAMENTO SEDUC	188
ANEXO H – RELATÓRIO DE METAS DO PLANO SEDUC	190

O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O ALCANCE DAS METAS DE EXPANSÃO DA OFERTA EDUCACIONAL DE 2021 A 2024.

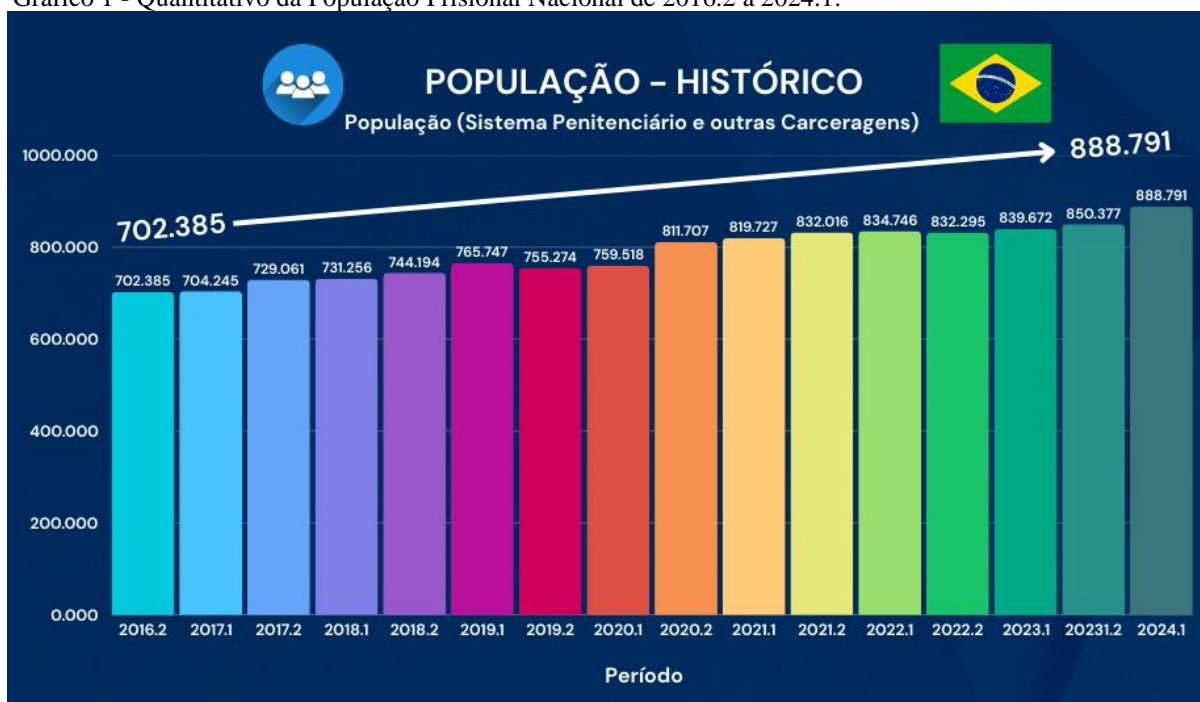
1 INTRODUÇÃO

Essa Dissertação trata da Educação Básica para Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), considerando a categoria “**Expansão da Escolarização da População Prisional**”, tendo como base o “**Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional**” (PEE/PPLE/SP), do estado do Pará. Para tanto, foi necessário compreender como foi implementada a Política de Expansão da Oferta da Educação Básica após a implantação do Plano Estadual (2021), garantida pelas instituições designadas pelo Estado.

O vertiginoso aumento de pessoas que cumprem penas no Brasil retrata o crescimento da violência e da presença naturalizada de indivíduos engajados em facções criminosas. O Estado, por meio de suas estatísticas – publicadas no Levantamento de Informações Penitenciárias do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) –, demonstra ter conhecimento do aumento do encarceramento no País. O número de PPLs passou de **702.385**, em 2016, para **888.791**, em 2024¹ (BRASIL, 2024, s/p), como pode ser observado no **Gráfico 1 - Quantitativo da População Prisional Nacional de 2016.2 a 2024.1**. Esse gráfico apresenta o histórico do quantitativo da População Prisional brasileira do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2024.

¹ Dados publicados pela SENAPPEN no primeiro semestre de 2024. Acesso em 16 de janeiro de 2025.

Gráfico 1 - Quantitativo da População Prisional Nacional de 2016.2 a 2024.1.



Fonte: BRASIL, 2024.²

Observando o Gráfico 1, é possível perceber que, do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2024, houve um aumento de **186.406**³ pessoas cumprindo pena no Brasil.

Os dados referentes a outras Carceragens passaram a ser coletados e contabilizados a partir do segundo semestre de 2017. As informações sobre Prisão Domiciliar começaram a ser registradas no segundo semestre de 2020, enquanto os dados sobre Monitoramento Eletrônico foram aferidos a partir do primeiro semestre de 2020, devido à ausência de registros anteriores nos painéis informativos (BRASIL, 2024).

A análise do Gráfico 1, foi conduzida da seguinte forma: inicialmente, realizou-se a subtração entre os valores referentes aos anos de 2024 e 2016. Em seguida, foram feitas comparações semestrais por meio da subtração entre os dados do segundo semestre e os do primeiro semestre, bem como na direção inversa, quando pertinente. Observa-se uma redução da População Prisional no ano de 2019: no primeiro semestre, o número totalizava **765.131**, enquanto no segundo semestre esse número caiu para **754.601** PPLs – uma redução de **10.530**⁴ indivíduos no SP brasileiro.

² Elaborado pela autora com o uso das ferramentas do Canva² e com base nos dados disponíveis no painel interativo do Levantamento de Informações Penitenciárias - SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

³ O resultado apresentado foi obtido por meio da subtração do valor referente ao ano de 2016 do valor registrado em 2024.

⁴ O resultado foi obtido a partir da subtração dos dados do segundo semestre em relação aos dados do primeiro semestre do mesmo ano.

Entretanto, em 2020, os dados apontaram um movimento inverso ao do ano anterior. No primeiro semestre, a População Prisional era de **758.850**, e no segundo semestre subiu para **811.113**, um acréscimo de **52.263⁵** pessoas. A oscilação dos dados apresentados pode ser visualizada no **Gráfico 2 - Oscilação do Quantitativo da População Prisional nos Anos de 2019 e 2020**.

Gráfico 2 - Oscilação do Quantitativo da População Prisional nos Anos de 2019 e 2020.



Fonte: SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

O aumento do encarceramento em 2020 pode ser atribuído a diversos fatores, sendo o principal deles a crise sanitária que se instalou mundialmente – a pandemia da Doença do Coronavírus 2019 (COVID – 19)⁶ –, a qual ocasionou o crescimento de crimes relacionados ao tráfico de drogas e à violência doméstica. Outros fatores estão ligados à seletividade Penal e à desigualdade de gênero, especialmente no que se refere ao aumento do encarceramento feminino (OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, 2020). Destaca-se ainda o crescimento do índice de **furtos famélicos**, aqueles cometidos por pessoas em situação de fome (CARTA CAPITAL, 2022).

Para apresentar de forma sistematizada as informações sobre a População Prisional no Brasil, elaborou-se a **Tabela 1 - Tipo de Prisão, Esfera, Monitoramento, Quantitativo e Total da População Prisional Brasileira no Ano de 2024**, na qual são apresentados o tipo

⁵ O cálculo foi realizado por meio da subtração dos dados do primeiro semestre em relação aos dados do segundo semestre.

⁶ COVID – 19 (sigla em inglês para *Coronavirus Disease 2019*)

de Prisão, a Esfera em que se encontra, o tipo de Monitoramento, os quantitativos e o total de PPLs no ano de 2024.

Tabela 1 - Tipo de Prisão, Esfera, Monitoramento, Quantitativo e Total da População Prisional Brasileira no Ano de 2024.

TIPO	ESFERA / MONITORAMENTO	QUANT.	TOTAL
Celas Físicas - SP	Estadual	663.387	668.570
	Federal	519	
Celas Físicas - Outras	PPLs em Carceragens de Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiro Militar (CBM) e Polícia Federal (PF)	4.664	220.221
Prisão Domiciliar - SP	Com Monitoramento Eletrônico	105.104	
	Sem Monitoramento Eletrônico	115.117	
TOTAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL:			888.791

Fonte: BRASIL, 2024.⁷

É importante elucidar as classificações utilizadas para identificar as diferentes situações de custódias da PPLs no Brasil, conforme apresentado a seguir:

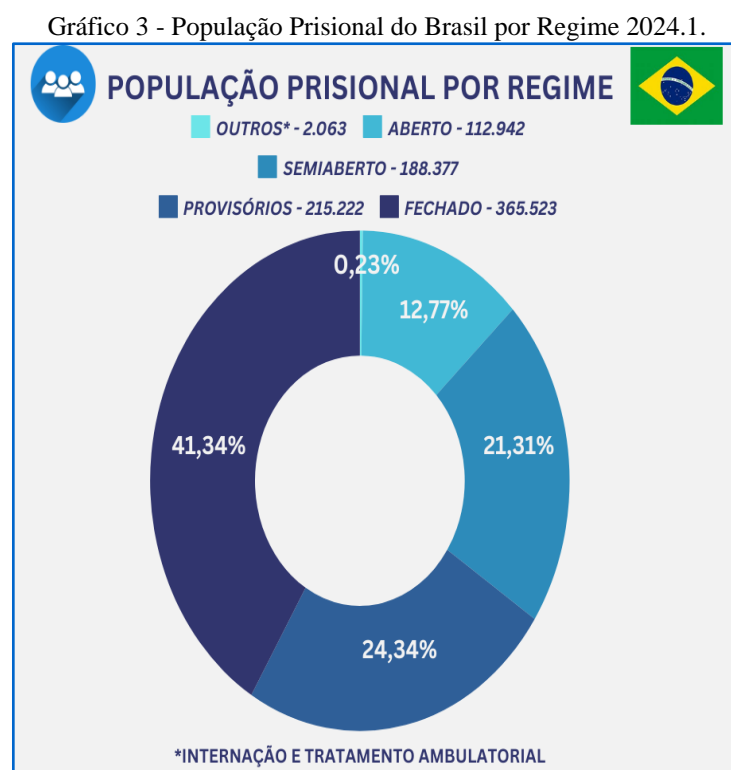
1. **Presos em Celas Físicas** – São aqueles que, independentemente de eventuais saídas diárias para trabalho e/ou estudo, dormem no Estabelecimento Prisional, ou seja, ocupam vaga.
2. **Presos em outras Prisões** – Enquadram-se nessa categoria os Custodiados pelas Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares;
3. **Pessoas em Prisão Domiciliar** – Incluem-se aqui os indivíduos que, independentemente do Regime de Pena, cumprem 2 (dois) requisitos:
 - a) estão vinculados à Administração Penitenciária; e
 - b) dormem em local diverso do Estabelecimento Prisional, ou seja, não ocupam vaga.
4. **Domiciliar com Monitoramento Eletrônico** – Referem-se às pessoas que cumprem pena em casa, mas sem o uso de tornozeleiras eletrônicas. (BRASIL, 2024)

⁷ Quadro elaborado pela autora com base nas informações dos novos Painéis do Levantamento de Informações Penitenciárias - SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

Podemos observar que a maior parte das PPLs no Brasil está custodiada em Unidades Prisionais estaduais, totalizando **663.387** pessoas. Em seguida, temos o total de Pessoas em Prisão Domiciliar com Monitoramento Eletrônico (**105.104**) e sem Monitoramento (**115.117**), além das PPLs custodiadas em outras Prisões (como PC, PM, CBM e PF), que somam **4.664**. Há também **519** pessoas em Celas Físicas da Esfera Federal. Assim, **884.127** pessoas estavam sob custódia do SP nacional no primeiro semestre de 2024, enquanto outras **4.664** permaneciam sob responsabilidade de outras instituições.

Cabe destacar que os dados apresentados não refletem uma totalidade real da População Prisional, uma vez que no recenseamento alguns órgãos das Secretarias de Segurança Pública (SSPs) não responderam o formulário do SISDEPEN. Entre eles, destacam-se os Departamentos da Polícia Federal (DPF) dos estados do Amazonas (AM), Ceará (CE), Minas Gerais (MG), Mato Grosso (MT), Pará (PA), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Rio Grande do Norte (RN), além do CBM do estado do Espírito Santo (ES).

No **Gráfico 3 - População Prisional do Brasil por Regime 2024.1**, é possível visualizar o quantitativo e a porcentagem da População Prisional de acordo com o tipo de Regime.



Fonte: BRASIL, 2024.⁸

⁸ Elaborado pela autora com o uso das ferramentas do *Canva* e com base nos dados disponíveis no painel interativo do Levantamento de Informações Penitenciárias - SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

Podemos observar que o maior quantitativo de PPLs encontra-se em **Regime Fechado**, seguido pelos **Provisórios, Semiaberto, Aberto e Outros** (incluindo Internação e Tratamento Ambulatorial).

Ao comparar o total da População Prisional com a população nacional, concluímos que o número de PPLs não equivale sequer a **0,5%** (meio por cento) da população total do País, estimada em **212.583.750**⁹ habitantes.

Em contrapartida, a População Carcerária brasileira figura entre as maiores em nível global em números absolutos. No ranking mundial, o Brasil ocupa a **3ª posição**, atrás apenas da **China**, com aproximadamente **1,69 milhão** de pessoas encarceradas (**2ª posição**), e dos **Estados Unidos**, com cerca de **1,76 milhão** (**1ª posição**), conforme dados do *World Prison Brief*, levantamento global do *Institute for Crime and Justice Research*, e da *Birkbeck University* de Londres (MORI, 2024).

Entretanto, o Estado brasileiro demonstra negligência no que diz respeito à formulação e implementação de Políticas Públicas voltadas para essa população. A maioria das pessoas encarceradas está na faixa etária de **35 a 45 anos**¹⁰ – **174.525** indivíduos (26,38%) –, é do sexo **masculino** – 634.617 (95,66%) –, **autodeclara-se**¹¹ **parda** – **385.884** (52,69%)¹² –, pertence à **classe social baixa**¹³ e possui **baixa Escolarização**¹⁴, sendo que **336.399** (38,05%) possuem o **Ensino Fundamental Incompleto** (BRASIL, 2024).

Essa população possui direitos sociais e fundamentais, entre os quais se destaca o direito à Educação, positivado na **Carta Magna de 1988**. Esse direito deve ser assegurado com qualidade pelas instituições responsáveis. Dessa forma, a obrigatoriedade da oferta Educacional torna-se um direito **indispensável e inalienável a todas as pessoas**, inclusive àquelas privadas de liberdade.

Diversos documentos normativos garantem o direito à Educação em âmbito internacional, nacional e estadual, como: 1) a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**

⁹ Estimativa da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2024, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2024).

¹⁰ Nota-se um envelhecimento da População Prisional nos últimos 10 (dez) anos, a qual anteriormente era composta, em sua maioria, por jovens.

¹¹ Do total de 884.127 PPLs no Sistema Prisional, 735.355 (82,83%) possuem informação registrada sobre cor e raça.

¹² Do total de registros disponíveis, 20.808 correspondem ao sexo feminino e 365.075 ao sexo masculino.

¹³ A partir da comparação entre os dados da população prisional, extraídos do SENAPPEN, e os dados do Censo Demográfico de 2022, observa-se uma inferência de que o perfil da população privada de liberdade apresenta características semelhantes à da população não encarcerada, sobretudo no que se refere a aspectos como faixa etária, cor/raça e escolaridade.

¹⁴ Do total de 884.127 PPLs no Sistema Prisional brasileiro, 826.781 (93,51%) possuem informações registradas quanto ao grau de instrução.

(DUDH) – (Organização das Nações Unidas (ONU), 1948); 2) a **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984** (Lei de Execução Penal); 3) a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** (CRFB/88); 4) a **Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994**; 5) a **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)); 6) **Lei Nº 10.172/2001** (Plano Nacional de Educação); 7) **Resolução n. 3 de 11 de março de 2009**, dentre outros. Porém, dados revelam que o acesso não é para todos como veremos posteriormente quando tratamos da Escolarização das PPLs.

Com base nisso, esta Pesquisa apresenta a **Análise dos Objetivos do PEE/PPLE/SP do Estado do PA**. O recorte temporal da investigação justifica-se por corresponder ao período de vigência do PEE/PPLE/SP, de 2021 a 2024, no estado do PA.

O interesse pela temática surgiu, inicialmente, na necessidade de compreender a efetivação do direito à Educação das PPLs, a partir da análise do objetivo 1 do PEE/PPLE/SP, que visa expandir a oferta da Educação Básica, pela Secretaria de Estado de Educação do estado do Pará (SEDUC/PA), em todos os municípios onde existam Estabelecimentos Penais e equipamentos de atenção aos egressos (PARÁ, 2021). Partia-se da hipótese de que a Educação, enquanto direito, somente poderia ser garantida com a efetiva oferta desse serviço, sendo que os demais objetivos do Plano só poderiam ser alcançados após o cumprimento do objetivo 1. Contudo, ao longo da Pesquisa, com o aprofundamento teórico proporcionado pelas disciplinas cursadas e pelas orientações dos (as) Professores (as) do Mestrado, tornou-se necessário adotar uma abordagem mais ampla. Dessa forma, o estudo foi direcionado à análise dos demais objetivos do PEE/PPLE/SP paraense, especificamente àqueles relacionados à expansão, qualidade e qualidade social.

O **interesse pessoal** pela temática remonta à minha trajetória acadêmica no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED), vinculada ao Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse interesse foi intensificado quando, em 2025, um familiar próximo tornou-se PPL, sob custódia do SPP. Durante as visitas realizadas, pude conhecer, por meio dos relatos dele e da Coordenadora Pedagógica do Presídio Estadual Metropolitano I (PEM I), algumas das ações educativas desenvolvidas no SPP. Ressalta-se que esse familiar, graduado em Licenciatura em História e com habilidades, atuava como Professor de Música na Penitenciária, ministrando aulas para remição de pena por meio do trabalho, sendo que parte dos materiais didáticos utilizados era custeada por mim.

Concomitantemente, durante as disciplinas “Pedagogia em Organizações Sociais” e “Sociologia da Educação: Instituição Escolar”, tive o primeiro contato, ainda preliminar, com

a atuação do(a) Pedagogo(a) em contextos de privação de liberdade, o que despertou meu interesse em aprofundar o tema futuramente, inclusive como objeto do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Por conseguinte, fui selecionada como bolsista no projeto de extensão “**Diálogos em Educação: a formação em Cella de Aula**”, iniciado em 2016, com foco na Educação Prisional. A bolsa foi concedida pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFPA. A partir desse momento, o “Cárcere” passou a ser o meu objeto de estudo, com ênfase na Educação das PPLs.

Na edição de 2016 do projeto, metade das atividades foi destinada à formação Agentes Penitenciários e Técnicos em Educação atuantes na Educação de Jovens, Adultos e Idosos Privados de Liberdade (EJA IPL), sob responsabilidade da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). As ações realizadas incluíram: 1) construção de um banco de dados com bibliografia e legislação sobre Educação Prisional; 2) estímulo à participação de Servidores da SUSIPE em eventos sobre direitos e deveres dos internos; 3) sessões de estudos com as bolsistas; 4) reuniões técnicas com a SUSIPE e Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE/PA); e 5) realização de Encontro com participação da UFPA, Órgãos Públicos¹⁵ de Segurança, SEDUC/PA e DPE/PA para debater as Políticas Públicas educacionais e a remição da pena pela leitura (PARÁ, 2016).

Em 2017, o projeto teve como foco a formação dos Servidores da SUSIPE, visando à sua qualificação profissional, e o oferecimento de conteúdos técnicos aos estudantes de Pedagogia sobre a atuação do(a) Pedagogo(a) em contextos não escolares. Destacam-se, nesse período: 1) sessões de estudo e oficinas com os discentes; 2) formação para Agentes Penitenciários sobre seu papel na ressocialização do interno; 3) promoção de espaços formativos sobre direitos, deveres e o papel do Servidor Penitenciário (PARÁ, 2017).

Essa formação ocorreu por meio do Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade (CAEJAPL), cujas aulas pude acompanhar como parte do meu plano de trabalho como bolsista.

É relevante mencionar que, em 4 de dezembro de 2019, durante o governo do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, foi promulgada a Emenda Constitucional (EMC) nº 104, que transformou os cargos de Agentes Penitenciários em Policiais Penais, alterando a CRFB/88

¹⁵ Órgão é definido como a “unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta”, conforme disposto no inciso I, parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. (BRASIL, 1999, s/p)

(inciso XIV do *caput* do artigo 21, o parágrafo 4º do artigo 32 e o artigo 144) para criar as Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital (BRASIL, 2019) Em seu artigo 4º determina que:

O preenchimento do quadro de servidores das polícias Penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes”. (BRASIL, 2019, s/p)

Em nível estadual, a SUSIPE foi transformada na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), conforme a Lei Complementar Nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019 estatuída pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) sancionada pelo Governador do estado Helder Barbalho. A referida Lei Complementar

[...] dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, criada pela Lei nº 4.713, de 26 de maio de 1977, transformada em Autarquia pela Lei nº 6.688, de 13 de setembro de 2004, e reestruturada pela Lei nº 8.322, de 15 de dezembro de 2015, em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP. (PARÁ, 2019, s/p)

Ainda em 2017, participei do Curso Básico de Capelania da Associação Beneficente de Capelania Social (ABECAS), localizada em Belém. A entidade, sem fins lucrativos, tem como missão promover ações sociais fundamentadas nos princípios bíblicos. A ABECAS

[...] fica localizada na Rua Nova Primeira, nº 567, no Bairro da Condor, em Belém do Pará. É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em 15 de setembro de 2010. A presente associação nasceu com o intuito de promover a Capelania de Ação Social, obedecendo aos mandamentos presente na Bíblia mais especificamente conforme determina Mateus 25: 34-36 e Atos 2:42 em seus princípios de atender aos mais necessitados [...] (AMARAL, 2017, p. 33)

No Curso, conheci o que é a Capelania – “significa o cargo e a dignidade do Capelão que é um sacerdote religioso encarregado e autorizado a prestar assistência religiosa e realizar cultos ou missas nas respectivas repartições” (AMARAL, 2017, p. 17) – e seu papel no processo de ressocialização do apenado.

Todas essas experiências ampliaram meu conhecimento sobre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão na temática da Educação Prisional, resultando na elaboração do TCC intitulado “**A Associação de Capelania Social e o seu Papel Pedagógico no Processo de Ressocialização de Pessoas Privadas de Liberdade**”. Esse percurso acadêmico também me proporcionou a publicação de diversos trabalhos, entre eles:

- 1) O Direito à Educação para Pessoas Privadas de Liberdade: documentos que recomendam a oferta. In: IX ENCONTRO ESTADUAL DA ANPAE/PA, 2024;

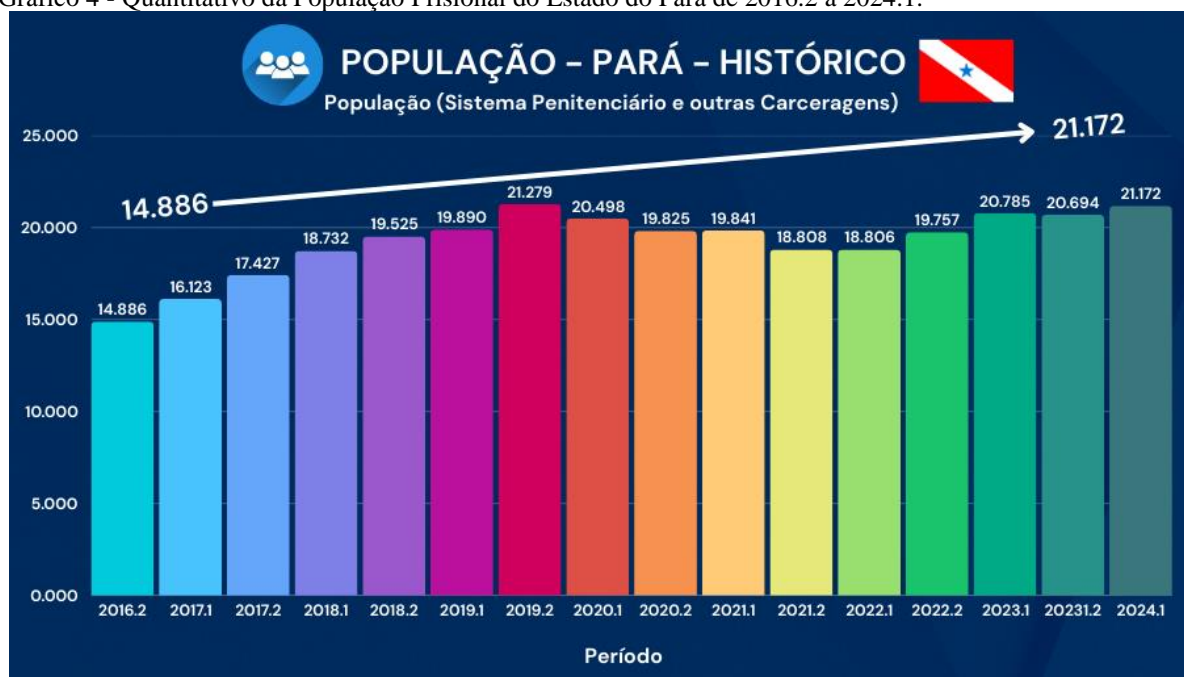
- 2) Atividades Extensionistas desenvolvidas pelo projeto Diálogos em Educação: a formação na cela de aula. In: Seminário Políticas Públicas de Educação: olhares sobre as práticas educacionais às pessoas privadas de liberdade, 2019;
- 3) Diálogos em Educação: a formação em cela de aula. In: VIII Fórum Internacional de Pedagogia - FIPED, 2016;
- 4) Projeto Diálogos em Educação: a formação em cela de aula. Congresso Interinstitucional de Ensino e Extensão - CIENEX, UFPA, 2016;
- 5) O Impacto das Atividades Laborais na Reinserção Social do Indivíduo nos Termos da Execução Penal”. In: Seminário de 40 Anos da Lei de Execução Penal na Amazônia, 2025, Belém;
- 6) Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (2021/2024): expansão e qualidade no Seminário de 40 Anos da Lei de Execução Penal na Amazônia. In: Seminário de 40 Anos da Lei de Execução Penal na Amazônia, 2025, Belém;
- 7) Associação Beneficente de Capelania Social - ABECAS: Ações educativas desenvolvidas no cárcere paraense para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade. In: Maria do Socorro da Costa Coelho; Carla Cilene Siqueira Moreira. (Org.). Diálogos em Educação: A formação em “cela” de aula.
- 8) Um panorama das leis e da literatura sobre os familiares de privados (as) de liberdade no Brasil a partir da construção do estado da arte. Caderno Pedagógico.

Atualmente¹⁶, integro o Grupo de Pesquisa responsável pelo Projeto de Extensão “As Dores da Alma”, voltado à formação de familiares de PPLs – público composto majoritariamente por mulheres. As vivências na academia despertaram em mim o desejo de analisar o PEE/PPLE/SP, buscando identificar se os indicadores estratégicos relacionados à expansão e à qualidade estão sendo efetivamente implementados, especialmente por ter sido vigente durante o período em que cursei o Mestrado.

A relevância desta investigação no estado do PA também se fundamenta nos dados alarmantes sobre o encarceramento. Tal como no cenário nacional, o estado apresenta crescimento expressivo para População Carcerária, conforme demonstram os dados sistematizados no **“Gráfico 4 - Quantitativo da População Prisional do Estado do Pará de 2016.2 a 2024.1”**, o qual apresenta o histórico populacional do SPP nesse intervalo.

¹⁶ No ano de 2025.

Gráfico 4 - Quantitativo da População Prisional do Estado do Pará de 2016.2 a 2024.1.



Fonte: BRASIL, 2024.¹⁷

Observando o Gráfico 4, é possível perceber que, do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2024, houve um aumento de **6.286**¹⁸ pessoas cumprindo pena no estado. O período de maior encarceramento foi maior no PA ocorreu no segundo semestre de 2019, durante a gestão estadual do Helder Zahluth Barbalho, quando a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) atuava nos presídios do estado, sob responsabilidade do Sergio Fernando Moro, então coordenador do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Durante esse período, diversas denúncias de tortura foram apresentadas pelo Ministério Público Federal (MPF) em relação à atuação da FTIP. (BBC¹⁹, 2019)

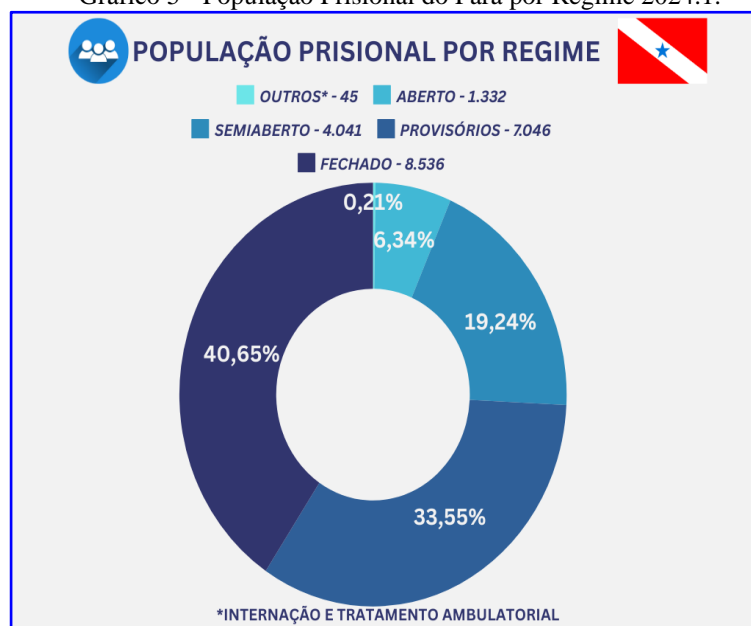
A população Prisional atingiu a marca de **21.172** pessoas, das quais **21.000** estão sob custódia do SPP, incluindo internos nos Estabelecimentos Penais e pessoas em Prisão Domiciliar. As **172** restantes estão sob custódia de outras instituições, como a Polícia Judiciária, Batalhões de Polícias e Corpo de Bombeiros Militares. Esse público está distribuído por tipo de regime no “**Gráfico 5 - População Prisional do Pará por Regime 2024.1**”, onde é possível visualizar o quantitativo e a porcentagem da população em Regime Semiaberto, Fechado, Aberto, PPLs provisórias e Outros (Medida de Segurança).

¹⁷ Elaboração da autora com o uso da ferramenta *Canva*, a partir dos dados disponibilizados no painel interativo do Levantamento de Informações Penitenciárias - SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

¹⁸ Subtraiu-se o valor de 2016 do valor de 2024 para obter o resultado apresentado.

¹⁹ BBC é a sigla de British Broadcasting Corporation, que significa Corporação Britânica de Radiodifusão.

Gráfico 5 - População Prisional do Pará por Regime 2024.1.



Fonte: BRASIL, 2024.²⁰

Observando o Gráfico 5, constata-se que a maior parte das PPLs privados (as) no estado do PA encontra-se em Regime Fechado (**40,65%**), seguido pelos Provisórios (33,55%), Regime Semiaberto (**19,24%**), Regime Aberto (**6,34%**) e outros (**0,21%**). Ao comparar os dados do Gráfico 5 (p.36), referentes ao PA, com os apresentados no Gráfico 3 (p.29), que abordam o cenário nacional, é possível observar uma semelhança nos percentuais.

Para além da relevância pessoal e acadêmica, destaca-se a importância desta Pesquisa ao contemplar também o público de jovens e adultos (as) privados (as) de liberdade. Nesse aspecto reside sua **relevância social**, pois, historicamente, a falta de acesso e de condições adequadas de permanência nas instituições escolares se reflete na vida da população brasileira por meio de profundas desigualdades sociais – inclusive entre aqueles que se encontram em privação de liberdade. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) surge, assim, como um mecanismo de reparação do direito à Educação, negado a muitos, impedindo-os de concluir seus estudos na idade apropriada. Essa realidade se manifesta de forma evidente nos Espaços Prisionais.

De acordo com o artigo 37 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN):

[...] A Educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a Educação e a aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996, s/p)

²⁰ Elaborado pela autora, com uso das ferramentas do *Canva*, a partir dos dados disponibilizados no painel interativo do Levantamento de Informações Penitenciárias - SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

Além das atividades educacionais, as PPLs também podem exercer atividades laborais. O total de PPLs envolvidas em ações educacionais e de trabalho no País está apresentado na “**Tabela 2 - Dados do Quantitativo de Privados (as) de Liberdade que Estão Envolvidos em Atividades Educacionais e Trabalho no Brasil - Junho de 2024**”. Essa tabela demonstra o número de pessoas em situação de privação de liberdade que se encontram em celas físicas ou em Prisão Domiciliar e que participam de atividades laborais. Também é possível visualizar o quantitativo de indivíduos, tanto no Sistema Estadual quanto no Federal, inseridos em atividades educacionais. Além disso, são apresentados os dados referentes àqueles(as) que, simultaneamente, estão envolvidos(as) em trabalho e educação, seja em celas físicas ou em prisão domiciliar.

Tabela 2 - Dados do Quantitativo de Privados (as) de Liberdade que Estão Envolvidos (as) em Atividades Educacionais e Trabalho no Brasil - Junho de 2024.

Panorama Geral: Atividades educacionais e Trabalho no sistema prisional - 16º ciclo

TRABALHO				1º dia útil de Junho/2024		TOTAIS	
População	Presos em celas físicas		158.380		171.657		
	Pessoas em prisão domiciliar		13.277				
ATIVIDADES EDUCACIONAIS (incluso atividades complementares)				Entre Janeiro e Junho de 2024		TOTAIS	
População	Presos em celas físicas	Estadual	1.655.204	2 Mi	1.681.022		
		Federal	1.241				
	Pessoas em prisão domiciliar		24.577				
PPLs em Educação formal (Ensino escolar)				Entre Janeiro e Junho de 2024		TOTAIS	
População	Presos em celas físicas	Estadual	118.886	119.055	122.184		
		Federal	169				
	Pessoas em prisão domiciliar		3.129				
EM TRABALHO E ATIVIDADE EDUCACIONAL SIMULTANEAMENTE				30/06/2024		TOTAIS	
População	Presos em celas físicas		30.212		31.676		
	Pessoas em prisão domiciliar		1.464				

Fonte: SISDEPEN, 2024.

Na tabela acima, observa-se que, no que se refere à inserção no trabalho, o maior quantitativo de PPLs encontra-se em celas físicas, incluindo também aqueles(as) que trabalham e estudam simultaneamente. Quanto à participação em atividades educacionais, a maior

concentração também está entre os(as) Custodiados(as) em celas físicas no âmbito estadual. Consta-se, ainda, que o número de PPLs inseridas exclusivamente em atividades educacionais é superior ao número daqueles(as) que exercem atividade laboral ou que conciliam trabalho e estudo.

No que se refere ao estado do PA, de forma geral, os dados referentes à Educação e ao trabalho os dados foram organizados no “**Organograma 1 - Quantitativo de PPLs Inseridas em Atividades Educacionais, Trabalho e Atividades Educacionais e Trabalho Conjuntamente no Estado do Pará 2024.1**”. O organograma apresenta o total de PPLs envolvidas em atividades educacionais, laborais e na combinação de ambas.

Organograma 1 - Quantitativo de Pessoas Privadas de Liberdade Inseridas em Atividades Educacionais, Trabalho e Atividades Educacionais e Trabalho Conjuntamente no Estado do Pará 2024.1.



Fonte: BRASIL, 2024.²¹.

Os dados referentes ao estado do PA refletem, de maneira geral, a mesma tendência observada em âmbito nacional, destacando-se a maior inserção das PPLs na Educação, especialmente no ensino formal (2.830)²² e em outras atividades educacionais²³ (8.658), seguidos pela inserção no trabalho (4.121) e na combinação entre trabalho e Educação (840)²⁴.

Nesse contexto, este estudo apresenta significativa **relevância científica e social**, uma vez que a Pesquisa preliminar revelou a escassez de produções bibliográficas voltadas à temática da Educação para PPLs, e, em especial, a ausência de estudos que tratem

²¹ Elaboração da autora a partir do uso das ferramentas do Canva, com base nos dados disponibilizados pelo painel interativo do Levantamento de Informações Penitenciárias - SISDEPEN/SENAPPEN/BRASIL, 2024.

²² Referente ao total de PPLs inseridas no ensino formal ao longo do período analisado.

²³ Total acumulado de PPLs inseridas em Atividades Educacionais ao longo do período analisado.

²⁴ Total de PPLs envolvidas em Trabalho e Atividades Educacionais simultaneamente, conforme os dados de 30 de junho de 2024.

especificamente sobre o PEE/PPLE/SP paraense, como será detalhado na seção de Metodologia desta Pesquisa.

A **relevância científica** deste estudo reside principalmente em seu caráter pioneiro²⁵ no âmbito do PPEB, uma vez que o “PEE/PPLE/SP” foi analisado, possibilitando o registro da Gestão do Plano pelas instituições proponentes, bem como a documentação da história e das ações políticas e pedagógicas desenvolvidas pela SEAP/PA e SEDUC/PA no que se refere à expansão da oferta da Educação Básica.

Essa Pesquisa também contribuiu para a atualização do banco de dados do Grupo de Estudo e Pesquisa Diálogo em Educação (GEPDED), do qual faço parte no ICED/UFPA, e estabeleceu um vínculo direto com a SEDUC/PA, permitindo a recuperação de informações valiosas do sistema Penal.

Além disso, o estudo se configura como uma importante bibliografia sobre o Plano para a sociedade paraense, especialmente para aqueles que atuam com a Educação no Cárcere, além de, fortalecer a Pesquisa científica na área.

A realização desta investigação foi viabilizada por minha experiência acadêmica e pela atuação como integrante da equipe do Grupo de Pesquisa. Durante minha trajetória, acompanhei a Professora líder do Grupo em reuniões com o Departamento de Educação Prisional (DEP) da SEAP/PA e nas ações de formação direcionada aos Servidores da SEAP/PA e SEDUC/PA. Esse movimento possibilitou o acesso direto a fontes de informação cruciais para a construção deste estudo.

O **PEE/PPLE/SP**, referente ao quadriênio 2021-2024, constitui um documento de planejamento estratégico voltado à condução da Política Educacional no contexto Prisional. Nele, são estabelecidos metas e indicadores organizados nos seguintes eixos: Educação Formal/Alfabetização, Educação Não Formal; Exames Nacionais de Educação; Qualificação Profissional; Estrutura Física e Capacitação de Profissionais (Docentes e Servidores Penais). Esses eixos são definidos com ênfase na ampliação do acesso das PPLs à Educação, especialmente à Educação Básica, por meio da modalidade da EJAI.

A elaboração do Plano foi realizada em parceria entre a SEAP/PA e a SEDUC/PA, com a colaboração da Coordenação Estadual do Programa Fazendo Justiça, vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

²⁵ Já existe uma monografia sobre o Plano, defendida em 2022 no Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAED/UFPA, sob orientação pela Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro da Costa Coelho, intitulada “O Plano Estadual de Educação nas Prisões Paraenses: desafios e metas a serem enfrentadas, de autoria de Reinaldo Antonio Gouvea Barbosa)

Também participaram a UFPA, a Universidade do Estado do Pará (UEPA), por meio do Grupo de Estudo e de Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação Carcerária (GEPGTEC), a Fundação Carlos Gomes (FCG) e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Roberto Carlos Nunes Barroso. O Plano destaca que está em curso um processo de busca ativa por novas parcerias, com o objetivo de efetivar as propostas do documento e ampliar a oferta de atividades educacionais formais e não formais (PARÁ, 2021).

Entre os instrumentos normativos que regem a Educação das PESRPLs no estado do PA, destaca-se o Termo de Cooperação Técnica (TCT) nº. 013/2020, que estabelece a atuação conjunta entre a SEAP/PA e a SEDUC/PA. Além desse, existem outros TCTs firmados entre a SEAP/PA e as Secretarias Municipais de Educação (SEMED) de Breves, Cametá e Mocajuba; com o Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente (IBRAEMA); com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); com a DPE/PA; e com a UFPA (PARÁ, 2021).

Em Pesquisa realizada no site da SEAP/PA, na aba “Transparência Pública”, foram encontrados documentos adicionais relacionados à Educação nos Estabelecimentos Penais, como o Convênio de Cooperação Técnica (CCT) Nº 042/2021, firmado entre a SEAP/PA e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET); o Contrato Administrativo Nº 090/2022/SEAP, celebrado entre a SEAP/PA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o TCT nº 003/2016, que trata da cooperação entre a SEAP/PA e o IBRAEMA; e o TCT Nº 014/2020, firmado entre a SEAP/PA e o município de Parauapebas. Esses documentos serão discutidos nas seções seguintes desta Dissertação.

Além dos instrumentos normativos citados, o PEE/PPLESP do PA, instituído para o período de 2021 a 2024, apresenta 19 (dezenove) objetivos estruturados com base em diretrizes específicas. Assim, a SEDUC/PA e a SEAP/PA – instituições responsáveis pela promoção da Escolarização nas Unidades Penitenciárias do estado – seguem as orientações estabelecidas no Decreto nº. 7.626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP); na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº. 02/2020; e na Nota Técnica nº. 9/2020 da Coordenação de Educação, Cultura e Esporte (COECE), vinculada à Coordenação – Geral de Cidadania e Alternativas Penais (CGCAP), da Diretoria de Políticas Penitenciárias (DIRPP) da SENAPPEN²⁶, do MJSP, que apresentam as seguintes **diretrizes**:

²⁶ Antigo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

- 1 Fortalecimento de ações articuladas entre os órgãos estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário;
- 2 Estabelecimento de tratativas e de parcerias formais entre órgãos do setor público, do setor privado e da sociedade civil organizada para oferta de ações educativas no sistema Prisional;
- 3 Fomento e ampliação das ações de Programas de Alfabetização e de Educação Formal nos Estabelecimentos Penais;
- 4 Elevação do quantitativo de pessoas em situação/ privação de liberdade inseridas em atividades educativas;
- 5 Valorização da diversidade de oferta educacional por meio do desenvolvimento de atividades não formais;
- 6 Expansão e estruturação dos espaços e das atividades educacionais no sistema Prisional;
- 7 Fomento de programas e de ações de incentivo à leitura nos Estabelecimentos Penais;
- 8 Formação para o trabalho e para empregabilidade por meio do fomento e da ampliação de cursos profissionalizantes nos Estabelecimentos Penais;
- 9 Valorização dos profissionais atuantes nas ações de Educação nas prisões estaduais;
- 10 Articulações para garantir o acesso à Educação formal e às atividades complementares aos egressos do sistema Prisional. (PARÁ, 2021, p.4)

Os **objetivos** do PEE/PPLE/SP foram definidos com base nas diretrizes mencionadas anteriormente, estando em consonância com o diagnóstico da Educação no SP e com os dados disponibilizados pela SEDUC/PA referentes ao ano de 2021,²⁷ além de considerarem as possibilidades identificadas em articulação com as redes parceiras. Esses objetivos estão organizados no **“Organograma 2 - Objetivo do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional”** a seguir:

²⁷ Ano de 2021.

Organograma 2 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional



Fonte: Elaborado pela autora utilizando as ferramentas do *Canva* e os dados disponíveis no PEE/PPLE/SP, 2021.

Ao analisar o Plano Estadual, observa-se que, entre as intenções da Gestão do Sistema Penal e Educacional, consta a previsão de ampliação da oferta da Educação Básica nas Unidades Penitenciárias paraenses. Diante disso, propõe-se o seguinte questionamento central:

- **Quais encaminhamentos foram realizados para o cumprimento das metas relacionadas a expansão da oferta da Educação Básica do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Paraense no período de 2021 a 2024?**

A partir desse problema de Pesquisa previamente delineado, formulam-se as seguintes questões de Pesquisa:

- 1) **Como o “PEE/PPLE/SP” paraense tem orientado a Política de Expansão da Oferta da Educação Básica?**
- 2) **Quais elementos da expansão têm sido priorizados pela SEDUC/PA e pela SEAP/PA?**
- 3) **Quais encaminhamentos foram realizados para o cumprimento das metas estabelecidas no “PEE/PPLE/SP” referentes aos objetivos ligados à ampliação da oferta da Educação Básica?**

No que se refere aos objetivos do presente estudo, define-se como **objetivo geral**:

- **Analisar as metas relacionadas à expansão da oferta da Educação Básica do PEE/PPLE/SP do estado do Pará no período de 2021 a 2024.**
- 1) Identificar como a Política de Expansão da Oferta da Educação Básica tem sido orientada pelo “PEE/PPLE/SP”;**
 - 2) Identificar os elementos da expansão priorizados pela SEDUC/PA e SEAP/PA;**
 - 3) Identificar os encaminhamentos realizados para o cumprimento das metas do “PEE/PPLE/SP” relacionadas à expansão da oferta da Educação Básica;**

Após a definição do problema de Pesquisa e dos objetivos do estudo, passa-se à apresentação das indicações do caminho metodológico percorrido.

2 METODOLOGIA

Para descrever o caminho percorrido na realização da Pesquisa, inicialmente refletiremos sobre o seu conceito e a sua relação com o conhecimento científico. Compreendemos a Pesquisa como uma indagação que, ao ser respondida, produz conhecimentos sobre uma dada realidade ou prática social. Nesse sentido, Minayo (2007, p. 16) entende a Pesquisa como:

[...] a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a Pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a Pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

Para Antônio Carlos Gil (2002, p.17), a Pesquisa é um conjunto de etapas em que os conhecimentos são sistematizados para responder a um problema. Ele a define como:

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A Pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. A Pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a Pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Dessa forma, observa-se que a Pesquisa está atrelada à produção de conhecimentos que, segundo Luckesi (1985), é um atributo humano para organizar adequadamente a vida com segurança e discernimento. Para ele, o conhecimento tem: “o poder de transformar a opacidade da realidade em caminhos “iluminados”, de tal forma que nos permite agir com certeza, segurança e previsão” (LUCKESI, 1985, p. 51)

No que tange à abordagem metodológica, é importante destacar que a questão norteadora desta Pesquisa exigiu da autora cautela e atenção na escolha uma abordagem que permitisse a participação dos sujeitos no cenário social investigado. Buscou-se, assim, superar a dualidade entre o sujeito e objeto na interpretação e compreensão da realidade – uma dualidade característica do paradigma positivista e da Ciência experimental (COELHO, 2008).

O modelo de Pesquisa quantitativa, por muito tempo, orientou as Ciências Humanas a processos metodológicos baseados na mensuração e na quantificação, o que, nos estudos sobre o comportamento humano, não contemplava adequadamente suas especificidades. Em oposição, autores como Guba e Lincoln (2004, p.2) argumentam que:

O comportamento humano, diferente dos objetos físicos, não pode ser entendido fora da referência dos significados e dos propósitos adotados pelos atores humanos em suas atividades. Afirma-se que dados qualitativos podem fornecer ricas informações sobre o comportamento humano.

Com o passar do tempo, a abordagem qualitativa passou a ser amplamente reconhecida no meio acadêmico. conquistou respeito no cenário acadêmico. Segundo Chizzotti (1988), essa abordagem parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, configurando uma interdependência viva entre sujeito e objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do pesquisador(a).

Nessa perspectiva, ao(a) Pesquisador(a) é atribuído o papel de: 1) observar os fatos sob a óptica de alguém interno à organização; 2) buscar uma compreensão profunda do contexto da situação; 3) enfatizar o processo dos acontecimentos, ou seja, a sequência dos fatos ao longo do tempo; 4) utilizar um enfoque mais desestruturado e flexível, sem hipóteses rígidas no início da investigação; e 5) empregar múltiplas fontes de dados. (TEIXEIRA, 2005).

No que se refere à compreensão do adjetivo “qualitativo”, concordamos com Ronaldo Araújo (2012) ao reconhecê-lo sob duas perspectivas:

[...] primeiro por valorizar a ação do sujeito Pesquisador no processo de **análise e interpretação** dos dados coletados; segundo como um tipo de Pesquisa que, utilizando procedimentos próprios (entrevistas, observações, estudo de caso etc), reconhece a impossibilidade de métodos quantitativos revelarem a essência dos fenômenos. (ARAÚJO, 2012, p. 18-19)

Assim, segundo o autor citado, o adjetivo “qualitativo” é atributo de boas Pesquisas, por indicar a existência a existência de um processo e a valorização do elemento humano na produção do conhecimento.

Gramsci (1966), discute a inter-relação entre quantidade e qualidade e diz: “Dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso” (GRAMSCI, 1966, p. 50) As análises do autor sugerem que a qualidade está intrinsecamente ligada à prática humana consciente e crítica.

Cecília Minayo (1992) – socióloga, antropóloga e sanitarista – uma das mais importantes Pesquisadoras sociais do Brasil, propõe o método hermenêutico-dialético como uma estratégia de Pesquisa qualitativa, reconhecendo as categorias de contradição, movimento e totalidade, características da dialética marxista no seu texto tão conhecido publicado no livro intitulado “Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade”. Para ela:

[...] a pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007, p. 21).

Diante disso, compreendemos que a natureza do problema desta Pesquisa exigiu uma abordagem qualitativa como eixo metodológico, uma vez que ela possibilita interpretar as ações desencadeadas com um olhar articulado com às dimensões ideológicas, políticas, sociais e culturais que envolvem o Plano e a realidade à qual ele se vincula.

Esta Pesquisa segue 01 (um) dos critérios metodológicos descritos por Bogdan e Biklen (1994): **“o ambiente natural é fonte direta dos dados e o Pesquisador é um instrumento essencial no processo investigativo”**. No presente estudo, o ambiente natural é a SEDUC/PA²⁸, uma das instituições responsáveis por acompanhar, monitorar e avaliar o plano.

A Pesquisa também possui caráter exploratório, pois “visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo; e possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores” (GIL, 1999, p. 43).

Nesse contexto, como Pesquisadora em formação, busquei familiarizar-me com o objeto de estudo – o PEE/PPL/SP.

Para responder ao problema da Pesquisa, foram adotadas as seguintes etapas metodológicas:

- 1) **Revisão Bibliográfica:** Visou o aprofundamento teórico do tema em análise, sendo fundamental para a construção do referencial teórico. Foram realizadas buscas em diferentes bases de dados e Programas de Pós-Graduação, tais como:
 - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
 - PPEB/UFPA
 - Programa de Pós-Graduação de Serviço Social (PPGSS/UFPA)
 - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP/UFPA)
 - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA)
 - Programas de Pós-Graduação em Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI/UFPA)
 - PPGED/UEPA.

²⁸ A escolha se deu por ser a instituição responsável pela Gestão da Educação Básica no SPP.

Realizando uma busca avançada na BDTD²⁹ com os descritores “Educação Prisional”, “Educação para Pessoas Privadas de Liberdade”, “Educação em Espaços de Privação de Liberdade”, “Educação em Espaços de Restrição de Liberdade” e “Educação nas Prisões” e com o operador *booleano*³⁰ “OR” para ajudar o sistema a definir melhor os parâmetros de seleção de dados a expressão de busca utilizada foi:

- "(Todos os campos: "EDUCAÇÃO PRISIONAL" OR "EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE" OR "EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE" OR "EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE" OR "EDUCAÇÃO NAS PRISÕES")"

Como resultado, foram identificadas 142 publicações (Dissertações e Teses). Após a exclusão de 11 trabalhos duplicados, chegou-se ao número real de **131 publicações** publicadas de **2003 a 2024** por **52 (cinquenta e duas)** instituições. Esses dados foram organizados no quadro 1 intitulado “**Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024**”, contendo: número, ano, autor, título, tipo e instituição/local da publicação e possível relação com a presente Dissertação.

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024. (continua)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
01	2024	José Sergio Rodrigues de Souza	O Ensino de Artes Visuais na Penitenciária de Rio Brilhante – MS: Educação e Emancipação Humana	Dissertação	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Cita o Mato Grosso do Sul (MS) na p. 86. Discute sobre a formação humana.
02	2023	Ribeiro, João Felipe Silveira	Humanização e Educação no Cárcere: análise da implementação da metodologia aplicada pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) ...	Dissertação	BDTD Universidade Franciscana - UFN	Não
03	2023	Bomfim, Vanessa Martins Farias Alves	Pedagogia da resistência: pelo direito de ser mais. Narrativas (auto)biográficas sobre a EJA nas Prisões	Dissertação	Repositório Institucional (RI) Universidade de Brasília (UNB)	Trata da EJAI
04	2023	Testa, Frederico Dorvilho	O projeto de Educação destinado às PPLs no contexto de privatização de Unidades Prisionais em MG ...	Dissertação	RI Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Não
05	2023	Lopes, Fernando Cruz	Mediação da informação no cárcere: uma análise por intermédio da Educação nas Prisões.	Tese	RI Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Usa o PEE/PPLE/SP 2020-2024 de São Paulo na página 152.

²⁹ No seguinte endereço eletrônico: [BDTD \(ibict.br\)](https://bdtd.ibict.br)

³⁰ Baseada na teoria da lógica aristotélica, a álgebra booleana consiste em um conjunto lógico, binário e bivalente criado pelo matemático George Boole na metade do século XIX. [...] Derivados da teoria dos conjuntos e pertencentes à Ciência da Informação dentro da área de recuperação da informação, os operadores *booleanos* são utilizados em bases de dados científicas e outros buscadores, a fim de ordenar expressões de busca de forma lógica e obter resultados precisos. A estruturação básica de uma Pesquisa com operadores *booleanos* consiste em: unir dois termos distintos, obrigatoriamente (AND), de forma elegível (OR) ou excluir um ou mais termos (NOT). Esses operadores são úteis, pois funcionam como conectivos aos termos empregados na expressão de busca, possibilitando maior precisão ou abrangência de resultados. (PICALHO, LUCAS e AMORIM, 2021, p. 03-04)

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024.

(continuação)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
06	2023	Santos, Cira Maia Ciniglio dos	Educação em direitos humanos para além das grades: cartas pedagógicas em Prisões	Dissertação	RI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Trata do Plano da Paraíba p. 66, 67, 91, 93 e 94
.07	2023	Soares, Bruna Pimenta	O ensino de ciências da natureza no cárcere: ...	Dissertação	RI UNESP	Teóricos que tratam da Alfabetização
08	2022	Thais Barbosa Passos	Literatura carcerária: a Pesquisa-ação no Estabelecimento Prisional de Cacanda, em Angola	Tese	BDTD da Universidade de São Paulo (USP)	Trata sobre Planos p. 31 e 35
09	2022	Caldas, Edla Cristina Rodrigues	Significados das práticas educativas no Centro Socioeducativo de Internação Feminina de Manaus/AM ...	Tese	Repositório Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Trata sobre o Plano nas p. 53, 68, 70 e 74.
10	2022	Rosolen, Jussara Maria da Silva	Um olhar crítico e dialógico entre a Educação Prisional, o ensino de ciências e o preparo...	Dissertação	Repositório UFSCAR	Trata sobre o Plano na p. 32 e 89.
11	2022	Silva, Lucas Lourenço	Educação nos Espaços de Privação de Liberdade em Goiás: tensões, contradições e desafios	Tese	Repositório Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás (UFG) ³¹	O assunto central do texto é o Plano
12	2022	Souza, L, K, P, S, de	Práticas alfabetizadoras de Professoras do SP de Ponta Grossa — PR ³²	Dissertação	BDTD Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG)	Trata do Plano nas p. 15, 44 e 68.
13	2022	Krutzsch, Natan Mario	Entre a privação de liberdade e a liberdade de aprender: a construção histórica do sentido da Educação no Cárcere Brasileiro entre 1984-2019	Dissertação	RI da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	O Plano é o elemento central do texto.
14	2022	Castro, Ana Cristina de	Remição de pena nas Prisões do DF ³³ ...	Tese	RI da UNB	Não
15	2022	Gargioni, Danieli	A Educação das PPLs: o hiato entre a letra da lei e a realidade Prisional	Dissertação	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Analisa o Plano da p. 192 a 203.
16	2022	Cruz, Djalma Machado da	A Matemática e a Educação Prisional na vida das educandas privadas de liberdade da PFF-UP ³⁴ de Foz do Iguaçu-PR	Dissertação	UNIOESTE	O Plano é o elemento central do texto.
17	2022	Cotrim, Tainá Porto	A implementação da Educação em Prisões no RN	Dissertação	RI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Trata do Plano nas p. 36, 104, 110 e 172.
18	2022	Carvalho, André Ricardo Fonseca	Os projetos de reinserção social do apenado ofertados aos reeducandos da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional ...	Dissertação	RI da Universidade Federal do Tocantins (UFT).	Trata do Plano p. 50, 51, 53 e 82.
19	2022	Santos, Paula Toledo Lara dos Santos	Projetos de vida de jovens encarcerados e a sua percepção sobre o papel da Educação no desenvolvimento de seus projetos	Dissertação	RI UNESP	Não
20	2022	Costa, Suênya do Nascimento	Aulas noturnas e ensino Prisional: iniciativas de uma Educação Popular na Parahyba do Norte (1870-1889)	Tese	RI da UFPB.	Não
21	2022	Silva Júnior, Edvaldo Ferreira da	Desenvolvimento humano e reintegração social: reflexões sobre a Educação em Prisões na Paraíba	Dissertação	RI da UFPB.	Não
22	2021	Marques, M, A.	Projeto Político Pedagógico das Prisões - PPPprisões	Dissertação	BDTD da USP	Trata sobre o Plano nas p. 27 e 122.
23	2021	Santos, Alexandre Alves dos	EJA no contexto Prisional paulista: um olhar sobre as políticas públicas.	Dissertação	BDTD da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)	Trata de Plano nas p. 20, 60, 64, 66, 68 e 75.

³¹ Tese duplicada na BDTD.

³² Paraná

³³ Distrito Federal

³⁴ Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu - Unidade de Progressão

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024.

(continuação)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
24	2021	Braga, Francisco Carneiro	Movimento do pensamento matemático em nível teórico a partir da relação de multiplicidade por estudantes privados de liberdade.	Dissertação	Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL - Repositório Universitário da Ânima (RUNA)	Acesso Restrito
25	2021	Santos, Helismar Medeiros dos	O ensino de matemática para PLs: um estudo da Política Estadual de Educação do MA.	Dissertação	BDTD da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Trata sobre Plano na seção p. 66
26	2021	Oliveira, Suelly Franco de	Historicidade e práticas educativas da Educação Prisional no Brasil	Dissertação	BDTD da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)	Trata sobre o Plano nas p. 47, 48 e 63.
27	2021	Giongo, Sandro Luiz	Buscando convergências entre valores e práticas pedagógicas: o ensino de ciências em um ciclo de Pesquisa-ação na Escola em uma Prisão	Dissertação	Repositório Digital LUME Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Dissertação não encontrada
28	2021	Novo, Joseane da Silva	Memórias e trajetórias de Professores do Núcleo Estadual de EJA na Penitenciária Estadual do Jacuí	Dissertação	RI Universidade LaSalle - (UNILASALLE)	Trata sobre o Plano nas p. 18, 45 e 46.
29	2021	Alves, Ana Paula	Encarcerando corpos, libertando saberes: a Prisão como espaço não-formal de Educação científica	Dissertação	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Trata sobre plano na p. 39
30	2021	Almeida, Antônio Luís Moreira	A Educação na prevenção do delito e na ressocialização dos reeducandos	Tese ³⁵	Repositório PUC-SP	Não
31	2021	Tavares, Derek de Sousa	Escola em Prisões no Ceará: os desafios na implementação de avaliações internas para avanço de Escolaridade	Dissertação	RI UFJF	Trata do Plano nas p. 23, 24, 25 e 26.
32	2021	Gabriel, Fabiana	A construção do ser educadora no contexto da EJA em espaços de privação de liberdade	Dissertação	RI UFJF	Trata sobre o Plano nas p. 30, 31, 32 e 33.
33	2021	Veloso, Rutheene de Carvalho Sousa	“Existimos, a que será que se destina?”: um estudo sobre o Pronatec Prisional/Mulheres Mil na Penitenciária Feminina de Teresina-PI	Dissertação	Repositório Digital da Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Não
34	2021	Magalhães, Guilherme	O Professor e a Educação no ambiente Prisional: desafios e possibilidades do Trabalho Docente por detrás das grades	Dissertação	LOCUS – Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Não
35	2021	Luz Bisneta, Beatriz Xavier Macedo da	Educação sufocada: os impactos da Covid-19 nas atividades educacionais de Unidades Prisionais brasileiras	Dissertação	RI da UFPB	Trata do Plano na p. 77
36	2020	Aragão, Ariane Martins	Educação Escolar na Penitenciária de Dourados-MS: projetos de ensino e atividades educacionais	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ³⁶	Trata do Plano na p. 70
37	2020	Grossi, Sergio	Uma outra Educação é possível nas Prisões? O caso da APAC	Tese	RI Universidade Federal Fluminense (UFF)	Não
38	2020	Araújo, J.F. S.	Política de Educação e Educação na Prisão: a realidade do estado do Tocantins	Tese	Repositório UNB ³⁷	Trata sobre o Plano nas p. 18, 128, 130, 131, 132, 186 e 191.
39	2020	Araújo, Charles Magalhães de	Entre a grade e a liberdade: desafios e possibilidades da Educação para a ressocialização no presídio Sargento Jorge em Coromandel/MG no período 2018-2019	Dissertação	RI Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Não

³⁵ Está cadastrada na BDTD como Dissertação.

³⁶ Dissertação duplicada na BDTD.

³⁷ Tese duplicada na BDTD.

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024.

(continuação)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
40	2020	Dias, Walkiria Felix	Representações discursivas de Professores de línguas sobre o ensino-aprendizagem em contexto de Educação Prisional	Dissertação	RI-UFU	Não
41	2020	Barcelos, C. S.	Sistema penitenciário federal: o encelamento do ensino	Tese	Fundação UFMS	Não
42	2020	Barros Filho, Armando Dantas de	Políticas de Educação em Prisões (2011-202): conquistas e desafios no estado de Pernambuco	Tese	Repositório UFPB	Seção 5 trata do Plano
43	2020	Pereira, Barbara Jhose Alves, 1980-	Educação & mulheres: práticas pedagógicas entre quem ensina e quem aprende dentro e fora da Prisão	Dissertação	Repositório UNICAMP	Trata do Plano nas p. 24, 81, 103 e 106.
44	2019	Taíza da Silva Gama	Limites e possibilidade do exercício do direito à Educação nas Prisões do Estado do Rio de Janeiro: um estudo de caso no Colégio Estadual José Lewgoy	Tese	BDTD da USP	Trata do Plano nas seções 2.4 e 2.5
45	2019	Leonardo de Melo Souza	Atualizando a Educação Prisional: Um estudo de caso com aplicação do Peer Instruction	Dissertação	BDTD da USP	Não
46	2019	Burin, Marizete	O direito à Educação na Prisão: um estudo sobre a oferta e o exercício do direito à Educação no Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga/RS	Dissertação	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Não
47	2019	Cutrim, Lidiane Karlla Franco	O sistema de execução criminal e a importância da assistência à Educação no âmbito dos Estabelecimentos Prisionais no Estado do Maranhão	Dissertação	BDTD UFMA	Trata do Plano nas p. 16, 18, 19, 81 e 86.
48	2019	Costa, Cristhiane Ferreira da	Escrita de presas: afeto e liberdade	Dissertação	BDTD Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Trata do Plano na p. 40.
49	2019	Ferro, Maria Gomes Leonardo	A Educação das pessoas privadas de liberdade em Goiás	Dissertação	PUC-GO	Trata do Plano nas p. 14, 41, 43, 53, 68 e 70.
50	2019	Cardozo, Eduardo de Lara	Enfoque CTS ³⁸ no livro didático de geografia na Educação Prisional a distância	Dissertação	RI da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Trata de Plano na p. 44.
51	2019	Azevedo, Flávia Regina Porto de	Políticas públicas e direito à Educação: a Educação de jovens e adultos - EJA para privados de liberdade nos Estabelecimentos Penais em Manaus	Dissertação	BDTD da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Trata sobre o Plano nas p. 16, 20, 58, 73, 76, 77, 79, 83 e 89.
52	2019	Versolato, Marina Savordelli	Processos interativos no campo da difusão científica: uma experiência com Educação de jovens e adultos privados de liberdade	Dissertação	Repositório UNIFESP	Trata sobre o Plano na p. 36.
53	2019	Vigganigo, Camila Rosilda	As contribuições das Pesquisas sobre alfabetização e letramento na EJA ...	Dissertação	RI DA UFSC	Ajuda na análise dos dados referentes à Alfabetização.
54	2019	Menegoto, Camila Taís	O acesso à Educação no SP e segurança pública ...	Dissertação	BDTD da UNIOESTE	Trata do Plano na p. 104.
55	2019	Thayane Silva Campos	Un pueblo sin piernas pero que camina: Formação inicial de Professores de Espanhol na EJAPL	Tese	RI da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Não
56	2019	Zundt, Andrea de Borba	O Professor na cela de aula: Atuação Docente de Língua Portuguesa para o Ensino nas Prisões	Dissertação	RI UNESP	Trata sobre o Plano na p. 32.
57	2019	Alexandria Junior, Paulo de Tasso Moura de	Educação Carcerária e Políticas Públicas no Brasil: Efeetivação de Mudanças Comportamentais?	Dissertação	BDTD UFT	Não

³⁸ Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024.

(continuação)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
58	2019	Carvalho, K. R. S. A.	Luzes na escuridão: Narrativas no cárcere	Dissertação	BDTD UFT	Tratado Plano 89, 91, 92 e 93.
59	2019	Pereira, Maria Leda Melo Lustosa	Formação específica de Professores: análise e proposições sobre a Atuação Docente ...	Dissertação	BDTD UFT	Trata do Plano nas p. 54 e 56.
60	2019	Gonçalves, T. R. L. O.	Ressignificação da Educação para pessoas presas nas cadeias públicas do estado do Tocantins	Dissertação	BDTD UFT	Trata do plano na p. 25.
61	2019	José, G. O. M.	Entre os muros e grades da Prisão: o trabalho do Professor que atua nas 'celas' de aula	Tese	RI UNESP	Trata do Plano na p. 46.
62	2018	Cruz, Elizete Helena Alves da	Educação profissional no cárcere feminino: uma proposta emancipatória	Dissertação	Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ³⁹	Não
63	2018	Silva, Elaine Regina da	Educação Prisional: preconceito, potencial (de)formativo e ressocialização	Dissertação	Repositório UFG (DSpace)	Não
64	2018	Saraiva, Emerson Sandro Silva	Políticas Públicas e Educação para pessoas jovens e adultas em situação de privação de liberdade no Amazonas ...	Tese	BDTD UFAM	Trata do Plano a partir da p. 230.
65	2018	Pinto, Ider Erivan Porto	O uso das tecnologias da informação e comunicação no ensino de física ...	Dissertação	Repositório UFOPA	Não
66	2018	Rodrigues, V. E. R.	A Educação nas Penitenciárias: as relações entre a estrutura física e a prática pedagógica ...	Tese	UEPG	Trata do Plano na p. 107.
67	2018	Gawryszewski, T. M.	Pessoas idosas e SP: um estudo exploratório a partir da Educação	Dissertação	RI UnB ⁴⁰	Trata do Plano nas p. 17 e 48.
68	2018	Leme, J. A. G.	Educação nas Prisões do Estado de São Paulo: ...	Tese	Repositório PUC-SP	Não
69	2018	Custódio, Glauber César Cruz	A Educação física em “celas de aula”: possibilidades e desafios de Professores iniciantes atuantes em Unidades Prisionais.	Dissertação	RI da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Trata do Plano nas p. 67 e 79.
70	2018	Silva, Elaine Regina da	Educação Prisional: preconceito, potencial (de)formativo e ressocialização	Dissertação	Repositório UFG (DSpace)	Não
71	2018	Tasoniero, Gustavo	A Educação nas Prisões: um estudo sobre a perspectiva de Emancipação Humana.	Dissertação	BDTD UNIOESTE	Trata do Plano a partir da p. 107
72	2018	Rodrigues, Fernando José	Ensino de química para jovens e adultos privados de liberdade: o jogo como recurso didático	Dissertação	BDTD Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	Não
73	2018	Ranuzi, Cristina	Pensamento suicida, depressão e religiosidade em uma população privada de liberdade	Dissertação	BDTD Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Não
74	2018	Fernandes, Daniel Fonseca	O ensino entre pedras e grades: percepções sobre a Educação Escolar na Penitenciária Lemos Brito	Dissertação	Repositório Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Trata do Plano na p. 54.
75	2018	Mendes, Célia Maria Lopes	Percepções de uma Supervisora de Ensino, sobre a Escola numa Instituição Prisional ...	Tese	RIUNESPE	Não
76	2018	Dantas, Doneves Fernandes.	Leitura crítica: um caminho para a ressocialização.	Dissertação	BDTD Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Trata de plano na p.

³⁹ Dissertação duplicada na BDTD.

⁴⁰ O link de acesso do documento não funcionou, tivemos que recorrer ao google para identificar a instituição a qual a Dissertação está vinculada e a base de dados em que se encontra.

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024.

(continuação)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
77	2018	Pinto, Flávia Fernandes	Implementação da assistência educacional em Estabelecimentos Penais: estudos de caso - Mato Grosso do Sul e São Paulo	Dissertação	Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EASP)	Trata do Plano nas p. 41, 42, 54, 55, 149, 175 e 185.
78	2017	Oliveira, C. B F.	A Educação nas Prisões brasileiras: a responsabilidade da Universidade pública	Tese	BDTD USP	Trata do Plano nas p. 179, 180 e 219.
79	2017	Martins, Valdir Borges	O ensino da Arte nas Prisões: desafios, possibilidades e limites para uma Educação humanizadora	Dissertação	UTP / TEDE ⁴¹	Trata do Plano nas p. 15, 88 e 97.
80	2017	Vidolin, L.A. M.	Educação no SP: desafios, expectativas e perspectivas	Dissertação	UTP / TEDE ⁴²	Trata do plano nas p. 59, 78, 79 e 80.
81	2017	Diorio, T. A.	Between teaching and resocialization: ...	Dissertação	PUC-RIO	Trata do Plano na p. 26
82	2017	Silva, L. L.	O direito à Educação Escolar Prisional: uma realidade entre grades.	Dissertação	BDTD PUC-GO	Trata do Plano nas p. 16, 19, 50, 58 e 88.
83	2017	Roza Pinel, Wallace	Educação em Prisões: um olhar à formação profissional na Penitenciária feminina do Distrito Federal	Dissertação	Repositório UNB ⁴³	Não
84	2017	Rogowski, Delir Freitas	Políticas públicas educacionais para universalização da alfabetização com ênfase na Penitenciária de Cascavel	Dissertação	BDTD UNIOESTE	Trata de Plano na p. 87
85	2017	Bózio, Jéssyca Finantes do Carmo	“Habeas corpus”: desafios, perspectivas e outras faces da Educação e da Prática Docente no SP.	Dissertação	BDTD UNIOESTE	Trata de Plano nas p. 23, 24, 64, 65, 67, 68 e 69.
86	2017	Isabel Regina de Souza Pereira	Humanização do espaço carcerário: uma análise das políticas públicas para oferta de trabalho e Educação no SP de Minas Gerais	Dissertação	RI UFMG	Trata sobre Plano na seção 2.3.3
87	2017	Hir, Jane Cleide Alvez	A escrita como procedimento de autoria na Educação de Jovens e Adultos no contexto Prisional	Dissertação	Acervo digital UFPR ⁴⁴	Não
88	2017	Duarte, Alisson José Oliveira	Processo de constituição da identidade profissional de Professores da Educação Escolar ...	Dissertação	BDTD UFTM	Não
89	2017	Torres, Eli Narciso da Silva, 1975-	A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia ...	Tese	Repositório UNICAMP	Não
90	2017	Nedel, Ana Paula	Educação profissionalizante de presos e o enfrentamento de vulnerabilidades: ...	Tese	BDTD Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)	Não
91	2017	Seidel, C. C.	A Escola no cárcere: subjetividades entre as grades	Tese	RIUNESP	Não
92	2017	Tomé, Semiramys Fernandes	A mulher e o encarceramento: garantismo penal, ressocialização e assistência educacional ...	Dissertação	Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	Não
93	2016	Fábio Aparecido Moreira	Educação Prisional: gênese, desafios e nuances do nascimento de uma política pública de Educação	Tese	BDTD USP	Faz análise do Plano de vários estados, menos do Pará.
94	2016	Salvalaggio, Lucia Regina	Organização do trabalho pedagógico na Educação Prisional	Dissertação	Universidade do Tuiuti do Paraná ⁴⁵ (UTP) / TEDE	Trata do Plano na p. 28.

⁴¹ Link para acesso ao texto completo inválido.

⁴² Link para acesso ao texto completo inválido.

⁴³ Link para acesso aos dados da Dissertação inválido. O resumo está disponível no portal eduCAPES no seguinte endereço eletrônico: [Portal eduCapes: Educação em prisões : um olhar à formação profissional na penitenciária feminina do Distrito Federal](#), porém não existem arquivos associados a este item.

⁴⁴ Dissertação duplicada na BDTD.

⁴⁵ Link de acesso ao texto completo inválido.

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024.

(continuação)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
95	2016	Medeiros, J. M.S.N.	O sentido da Educação para mulheres em privação de liberdade: vivências e perspectivas	Dissertação	Universidade Federal do Matogrosso ⁴⁶ - (UFMT)	Trata do Plano nas p. 20 e 42.
96	2016	Vargas, M. C. O.	População carcerária e perspectivas de acesso ao ensino superior	Tese	BDTD Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Trata do plano da p. 58 em diante.
97	2016	Ferreira, M. M.	Educação a distância para sistemas Prisionais: um estudo sobre viabilidades técnicas de infraestrutura ...	Dissertação	Repositório UFMG	Trata do plano nas p. 31, 32, 99 e 115.
98	2016	Souza, Edson Pereira de	Educação Escolar como fator de reabilitação social do aprisionado: ...	Dissertação	BDTD UNIOESTE	Trata do Plano na p. 62.
99	2016	Karol Oliveira de Amorim S.	Educar em Prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais	Dissertação	Repositório UFMG	Não
100	2016	Rocha, Fabiana Virginio da	A Escola por trás das grades: Educação Escolar no SP do Estado do Paraná, 1990-2016	Dissertação	RI da Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Trata do Plano nas p. 14, 38, 70, 71, 75, 77 e 82.
101	2016	Duarte, Sandra Marcia	A normatização da Educação em Prisões como parte da política educacional brasileira	Dissertação	Acervo Digital UFPR	Trata de Plano nas p. 130 e 131.
102	2016	Santos, Nelcyvan Jardim dos	A ressocialização por meio da Educação Escolar no sistema penitenciário do Tocantins: ...	Dissertação	BDTD UFT	Trata do Plano na p. 46.
103	2016	Macedo, F. I. O.	A recepção da poesia de autoria feminina por mulheres em privação de liberdade	Dissertação	BDTD UFCG	Não
104	2016	Santos, Miguel de Brito	Educação matemática com educandos privados de liberdade: ...	Dissertação	BDTD UEPB	Não
105	2016	Lima, Maria do Socorro	Propostas de Educação na produção intelectual de Carvalho Neto (1926-1948): ...	Tese	BDTD Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Não
106	2016	Silva, M. R. S. N.	A dimensão cultural da Educação em Prisões	Tese	RI-UFPB	Trata sobre o Plano nas p. 187 em diante.
107	2016	Hillesheim, S. L. D.	Significados da Educação Escolar para homens privados de liberdade..	Dissertação	BDTD UNOESTE	Trata sobre o Plano na p. 51.
108	2016	Silva Junior, João Ferreira da	O significado e as contradições da Educação para o trabalho nas Penitenciárias do estado de São Paulo, ...	Dissertação	BDTD UNOESTE	Não
109	2015	Denise Carreira	Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma	Tese	BDTD USP	Não
110	2015	Reis, Danielle Bin dos	O (re)significado da leitura de contos para jovens e adultos privados de liberdade	Dissertação	UNIOESTE ⁴⁷	Não
111	2015	Prado, Alice Silva do	Educação nas Prisões: desafios e possibilidades do ensino praticado nas Unidades Prisionais de Manaus	Dissertação	BDTD UFAM	Trata de Plano nas p. 17, 36 e 87.
112	2014	Centenaro, Francis Jessé	A utilização das TIC ⁴⁸ no ensino de Física: uma experiência no SP em Santa Maria/RS	Dissertação	Repositório Digital da UFSM ⁴⁹	Não
113	2014	Carvalho, Odair França de	Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no SP paulista	Tese	RI – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Trata sobre Plano 107, 108 e 117.

⁴⁶ Link de acesso ao texto completo inválido.

⁴⁷ Link de acesso ao texto completo da Dissertação inválido.

⁴⁸ Tecnologia da Informação e Comunicação.

⁴⁹ Dissertação duplicada na BDTD.

Quadro 1 – Resultado da Busca Realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 01 de maio de 2024. (conclusão)

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	PUBLICAÇÃO	RELAÇÃO
114	2014	Diniz, Ana Lúcia Pascoal	PROEJA ⁵⁰ FIC ⁵¹ /Fundamental no IFRN-Campus Mossoró: ...	Dissertação	RI – UFRN	Não
115	2014	Barros Filho, A. D. de	Educação física e direitos humanos em prisões: ...	Dissertação	RI – UFPB	Trata do Plano nas p. 47 a 88.
116	2013	Menotti, Camila Cardoso	O exercício da docência entre as grades: reflexões sobre a prática de educadores do SP do estado de São Paulo	Dissertação	Repositório UFSCAR	Cita o Plano na p. 30.
117	2013	Ramos, Ellen Taline de	Educação escolar e formação de mulheres presas	Dissertação	Repositório PUC-SP	Não
118	2013	Almeida, S. M.	Educação de mulheres e jovens privadas de liberdade: ...	Tese	BDTD UERJ	Não
119	2012	Ramos, Rowayne Soares	Educação de Jovens e Adultos no contexto do Centro de Ressocialização em Cuiabá-MT: ...	Dissertação	RI – UFMT	Não
120	2012	Bastos, Alessandra Alfaro	Escola e vida no cárcere: uma etnografia no Presídio Regional de Santa Maria	Dissertação	Repositório Digital da UFSM ⁵²	Não
121	2012	Oliveira, C. B. F.	Para além das celas de aula: a educação escolar no contexto prisional ...	Dissertação	RI – UFU	Não
122	2012	Alexandre da Silva Aguiar	EJAPL e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens em Unidades Penais do Estado do RJ.	Tese	RI da UFMG	Trata do Plano na p. 74.
123	2012	Passos, Thais Barbosa	Educação prisional no estado de São Paulo: passado, presente e futuro	Dissertação	RI – UNESP	Trata do Plano nas p. 58, 68, 69, 88 e 92.
124	2011	Mendes, F. C. de F.	Um mundo dentro de outro mundo: educação prisional no Estado de Pernambuco	Dissertação	Repositório Digital UFPE	Não
125	2011	Ferreira da Costa, E.	Juventude negra e a educação na prisão	Dissertação	Repositório Digital da UFPE	Não
126	2011	Cavalcante, Elisângela Caldas Braga	Cinema na cela de aula: o uso de filmes no Ensino de Biologia para a EJA prisional	Dissertação	Repositório UNB ⁵³	Não
127	2010	Mariangela Graciano	A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil	Tese	Biblioteca Digital da USP	Não
128	2010	Rocha, Henrique José da	Escola e prisão: paralelo político-institucional no Rio Grande do Sul (2007-2009)	Dissertação	BDTD Universidade de Passo Fundo - UPF ⁵⁴	Não
129	2008	Abreu, Almiro Alves de	Educação entre grades: um estudo sobre a educação penitenciária no Amapá	Dissertação	Repositório UFSCAR	Não
130	2008	Elizabeth de L. G. V.	Teaching work: of doors opened for the daily life of a prison school	Dissertação	PUC–RIO	Não
131	2003	Barth, Elaine Maria Luz	Tecnologia educacional e inclusão digital para a reabilitação prisional	Tese	RI – UFSC	Não

Fonte: Quadro elaborado pela autora com os dados encontrados na Pesquisa na BDTD.

Faz-se necessário ressaltar que esta parte da Pesquisa, voltada à exploração dos bancos de dados, é de fundamental importância para o(a) Pesquisador(a) em formação. Trata-se de um

⁵⁰ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica.

⁵¹ Formação Inicial e Continuada.

⁵² Dissertação duplicada na BDTD.

⁵³ Link de acesso ao texto completo da dissertação inválido.

⁵⁴ Sem link de acesso disponível na BDTD. Encontrou-se as informações da dissertação por meio da busca na Google, especificamente no link: [TEDE UPF: Escola e prisão : paralelo político-institucional no Rio Grande do Sul \(2007-2009\)](#)

processo que exige atenção minuciosa e paciência, especialmente diante de desafios técnicos enfrentados durante o levantamento: em diversos momentos, a página da BDTD foi reiniciada automaticamente; 9 (nove) textos apresentaram *links* inválidos, o que exigiu a realização de buscas complementares no *Google*; além disso, foi identificada uma incongruência entre o tipo documental registrado e o conteúdo apresentado – um texto classificado como Dissertação revelou-se, na verdade, uma Tese. Também se verificou que a Dissertação da UNISUL possui acesso restrito.

Com o intuito de facilitar o acesso posterior aos documentos, foi inserido, nos títulos das Dissertações e Teses, o *link* direto para os *sites* onde os textos foram originalmente publicados.

Foi realizada a leitura dos resumos de todas as Dissertações e Teses encontradas. Em seguida, procedeu-se à análise dos textos completos por meio do atalho Ctrl + F, a fim de localizar os termos “Plano Estadual de Educação” e “Política de Expansão”. Esse procedimento teve como objetivo selecionar os trabalhos que efetivamente dialogam com a presente Dissertação. Como resultado, foi identificado apenas um texto com essa aderência temática: **Saraiva, Emerson Sandro Silva. Políticas públicas e Educação para pessoas jovens e adultas em situação de privação de liberdade no Amazonas: regulação da sociedade e antagonismos de direitos sociais.**

Observou-se, ainda, que a maioria das Dissertações faz referência aos Planos Estaduais de seus respectivos estados. Uma exceção foi a Dissertação de **Fábio Aparecido Moreira**, intitulada **Educação Prisional: gênese, desafios e nuances do nascimento de uma política pública de Educação**, na qual o autor analisa os Planos Estaduais de Educação de 5 (cinco) unidades federativas: Paraná (Região Sul), São Paulo (Sudeste), Mato Grosso (Centro-Oeste), Amapá (Norte) e Maranhão (Nordeste).

Com base nos trabalhos identificados a partir dos descritores anteriormente mencionados, foi elaborado um quadro síntese com os nomes das **52** (cinquenta e duas) instituições responsáveis pela defesa das Dissertações e Teses, bem como o quantitativo de produções vinculadas a cada uma.

Quadro 2 - Instituições de defesa de Dissertações e Teses com a temática da Educação Prisional. (continua)

Nº	INSTITUIÇÃO	QUANT.	Nº	INSTITUIÇÃO	QUANT.
01	UNESP	8	27	UFPE	2
02	UNIOESTE	8	28	UNIFESP	2
03	USP	8	29	UFMA	2
04	UFPB	7	30	UFRN	2
05	UFT	6	31	UFTM	2

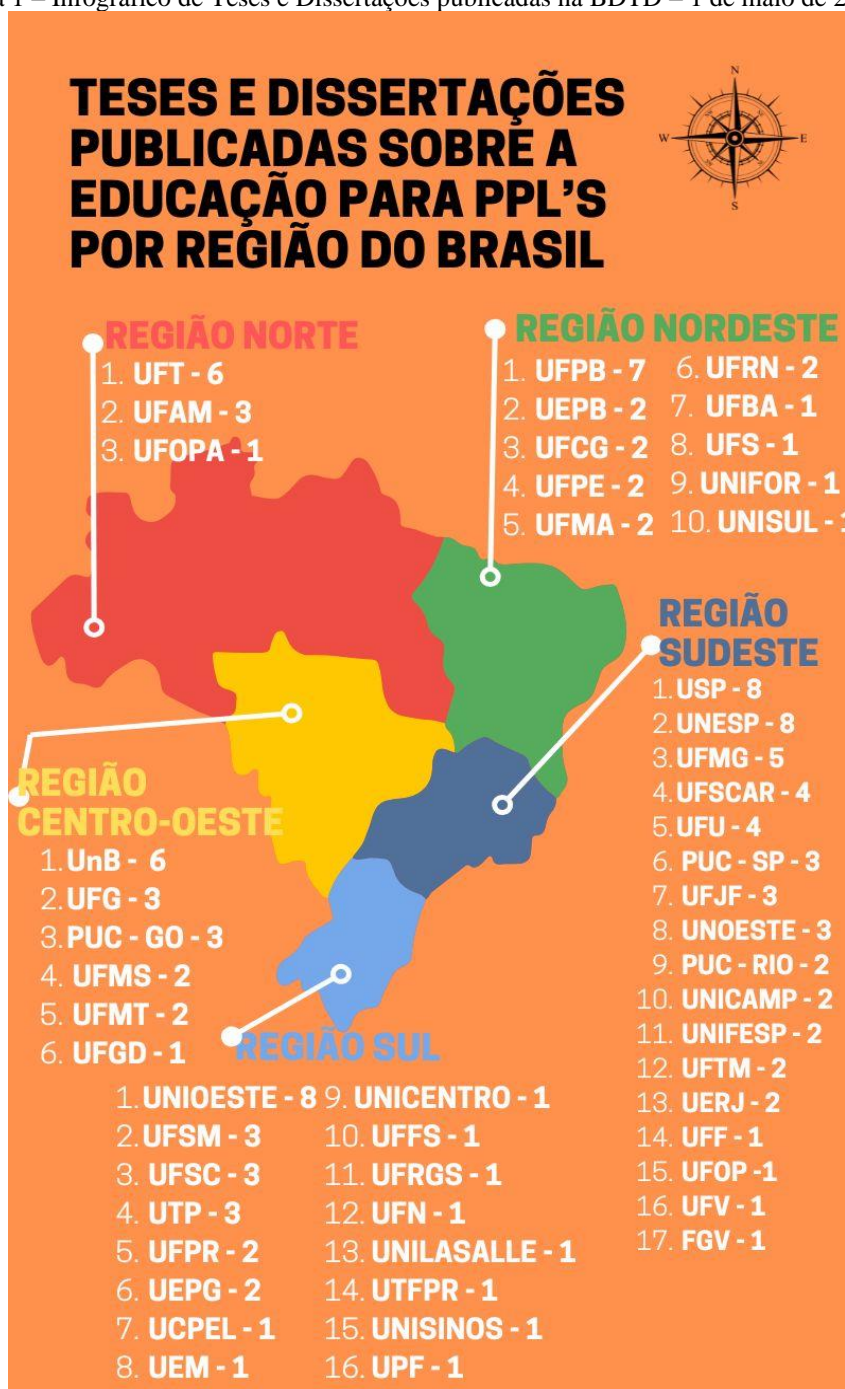
Quadro 2 - Instituições de defesa de Dissertações e Teses com a temática da Educação Prisional. (conclusão)

Nº	INSTITUIÇÃO	QUANT.	Nº	INSTITUIÇÃO	QUANT.
06	UnB	6	32	PUC-RIO	2
07	UFMG	5	33	UFGD	1
08	UFSCAR	4	34	FGV	1
09	UFU	4	35	UCPEL	1
10	UFSM	3	36	UEM	1
11	UFG	3	37	UNICENTRO	1
12	PUC-GO	3	38	UFF	1
13	PUC-SP	3	39	UFFS	1
14	UFJF	3	40	UFBA	1
15	UFSC	3	41	UFOP	1
16	UFAM	3	42	UFS	1
17	UNOESTE	3	43	UFV	1
18	UTP	3	44	UFOPA	1
19	UFPR	2	45	UFRGS	1
20	UERJ	2	46	UFN	1
21	UEPB	2	47	UNILASALLE	1
22	UNICAMP	2	48	UTFPR	1
23	UEPG	2	49	UNISINOS	1
24	UFCG	2	50	ÂNIMA	1
25	UFMT	2	51	UNIFOR	1
26	UFMS	2	52	UPF	1
TOTAL		131			

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados disponíveis na BDTD.

Conforme os dados apresentados no quadro, observamos que as instituições com maior número de publicações sobre a temática da Educação para PPLs são a UNESP, a UNIOESTE e a USP, cada uma com 8 (oito) trabalhos identificados. Com o objetivo de ilustrar visualmente a distribuição geográfica dessas produções acadêmicas e identificar as regiões com maior concentração de estudos, organizamos as instituições e seus respectivos quantitativos de publicações no mapa do Brasil a seguir.

Figura 1 – Infográfico de Teses e Dissertações publicadas na BDTD – 1 de maio de 2024.



Fonte: Infográfico elaborado pela autora utilizando os recursos do *Canva* com base nos resultados da busca na BDTD.

A partir da análise do mapa, observamos que a **Região Sudeste** concentra o maior número de Dissertações e Teses defendidas e publicadas sobre a temática, seguida pelas regiões Sul, região Sul, **Centro-oeste**, **Nordeste** e, por último, a **Região Norte**. Esses dados evidenciam uma desigualdade na produção científica sobre a Educação para PPLs, destacando a necessidade urgente de ampliação de Pesquisas na **Região Norte**, especialmente diante dos desafios educacionais enfrentados nesse contexto.

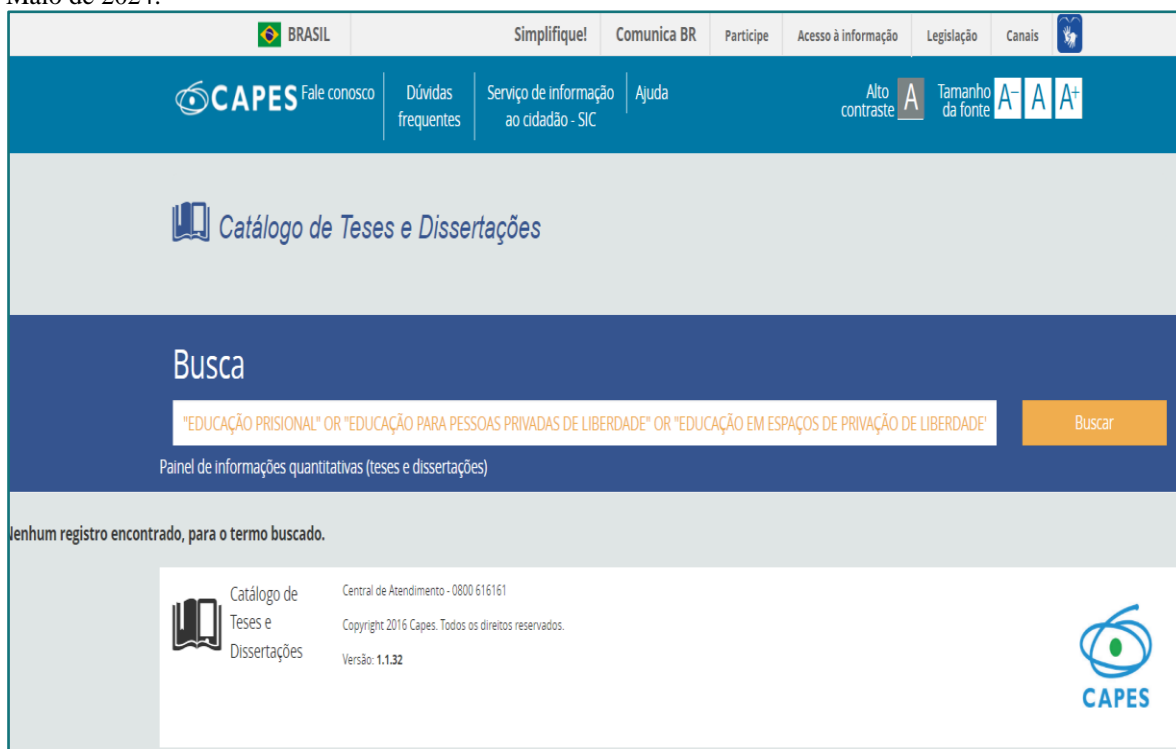
Dando continuidade à investigação, delimitamos uma nova busca na BDTD utilizando os descritores anteriores e acrescentando o operador *booleano AND*, com o termo “**Política de Expansão**”, na seguinte fórmula:

- "(Todos os campos: "EDUCAÇÃO PRISIONAL" OR "EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE" OR "EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE" OR "EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE" OR "EDUCAÇÃO NAS PRISÕES" AND "POLÍTICA DE EXPANSÃO")"

Essa busca não retornou nenhum resultado, evidenciando a ausência de registro. O mesmo ocorreu quando substituímos o termo “**Política de Expansão**” por “**Plano Estadual de Educação**”.

Em Pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵⁵, utilizando os mesmos descritores e operadores *booleanos* descritos anteriormente, também não obtivemos resultados, mesmo com uso da rede institucional, conforme comprova o *print* a seguir.

Imagem 1 – Print da Busca Realizada no Site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Acrescentando o Descritor “Política de Expansão” no Dia 14 de Maio de 2024.



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

⁵⁵ No seguinte endereço eletrônico: [Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES](https://catalogo.capes.gov.br/).

Ao substituírmos o termo “**Política de Expansão**” por “**Plano Estadual de Educação**”, a busca apresentou 1 (um) resultado, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 2 – Print da Busca Realizada no Site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Acrescentando o Descritor “Plano Estadual de Educação” no Dia 14 de Maio de 2024



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O quadro a seguir apresenta os dados da Dissertação encontrada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, resultado da busca com o descritor “Plano Estadual de Educação”.

Quadro 3 – Resultado da busca realizada no site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior acrescentando o descritor “Plano Estadual de Educação” no dia 14 de maio de 2024. (continua)

INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
TIPO	Mestrado
ANO	2021
TÍTULO	EDUCAÇÃO E ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS: A Produção de Sujeitos por Meio do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão.
AUTOR	Katia Teresinha Lopes Della Flora
ORIENTADOR	Camilo Darsie de Souza
BANCA	Camilo Darsie de Souza; Claudio Jose de Oliveira; Cristianne Maria Famer Rocha; Lia Goncalves Possuelo
GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	Ciências Humanas
ÁREA DE CONHECIMENTO	Educação

Quadro 3 – Resultado da busca realizada no site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior acrescentando o descritor “Plano Estadual de Educação” no dia 14 de maio de 2024. (conclusão)

INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
ÁREA DE AVALIAÇÃO	Educação
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Educação
NOME DO PROGRAMA	Educação
INSTITUIÇÃO	Universidade de Santa Cruz do Sul
BIBLIOTECA	https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3168

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

No **Quadro** acima, é possível visualizar apenas 01 (uma) Dissertação de Mestrado, publicada em 2021, que trata especificamente do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão.

Observa-se também uma quantidade reduzida de Dissertações sobre a temática da Educação Prisional no PPEB,⁵⁶ ao qual esta pesquisa está vinculada. Em busca realizada no Banco de Dissertações do PPEB, considerando todos os anos disponíveis (2017–2022), foram localizadas apenas três (03) dissertações. Os dados dessas produções foram organizados na **Tabela 3** a seguir, que apresenta informações como o ano de defesa, autor(a), título do trabalho e o tema abordado.

Tabela 3 – Dissertações Sobre o Tema Educação Prisional no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica.⁵⁷ (continua)

DISSERTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO PRISIONAL NO PPEB			
ANO	AUTOR (A)	TÍTULO	ASSUNTO
2020	Lygia Barreto do Amaral Cypriano	Educação Prisional e as práticas curriculares da mulher encarcerada do Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua	Práticas curriculares estabelecidas no Centro de Reeducação Feminino (CRF), considerando o fato da escolarização das mulheres encarceradas.
2020	Diana Helena Alves Muniz	História da Educação Básica no Centro de Reeducação Feminino- CRF (2006–2016)	Educação nas prisões para jovens e adultos em situação de restrição/privação de liberdade, tendo como objeto a história da educação básica no Centro de Reeducação Feminino- CRF cujo recorte temporal abrange os anos de 2006 a 2016.

⁵⁶ No endereço eletrônico ([PPEB - Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão de Escola Básica \(ufpa.br\)](https://ufpa.br))

⁵⁷ Na disciplina Ateliê I fui informada sobre uma Dissertação defendida que trata da temática da Educação para PPLs, mas até a apresentação desta Dissertação na disciplina Atelier 3 não foi publicada no site do PPPEB.

Tabela 3 – Dissertações Sobre o Tema Educação Prisional no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica.⁵⁸ (conclusão)

DISSERTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO PRISIONAL NO PPEB			
ANO	AUTOR (A)	TÍTULO	ASSUNTO
2019	Cilicia Isis Sereni Ferreira	Percursos da Educação no Sistema Penitenciário do estado do Pará: da Lei de Execução Penal aos dias atuais.	O percurso pelo qual a educação se institucionalizou no Sistema Penitenciário Paraense (SPP), tomando como marco a Lei de Execução Penal, que em 1984 inaugurou o direito da pessoa em situação de privação de liberdade à educação no país.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis no site do PPEB.

Dos dados apresentados na **Tabela 3**, observa-se que apenas as Dissertações da Muniz (2020) e da Ferreira (2020) dialogam diretamente com o presente estudo, pois abordam em seus textos “PEE/PPLE/SP” do estado do Pará.

Além disso, foram realizadas buscas nos *sites* dos seguintes Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFPA: Serviço Social (PPGSS), Segurança Pública (PPGSP), Educação (PPGED) e Cidades: Territórios e Identidades (PPGCITI). Também foram consultados o PPG da UEPA: Educação (PPGED). A Pesquisa abrangeu o período desde o ano de criação de cada PPG até o momento atual.

As Dissertações encontradas foram sistematizadas na **Tabela 4**, que apresenta o nome do Programa, a Universidade vinculada, o ano de publicação, autor (a), título e o tema abordado.

Tabela 4 - Dissertações Sobre o Tema Educação Prisional no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. (continua)

PPGSP/UFPA			
ANO	AUTOR (A)	TÍTULO	ASSUNTO
2018	Patrícia Moraes Costa Dias	Leitura, porque não? Uma Experiência da Remição de Pena para Leitores no Sistema Penitenciário Paraense.	As influências das atividades pedagógicas promovidas pelo Projeto de remição de pena pela leitura “A leitura que liberta”, avaliando o potencial deste na reinserção social de presos condenados.

⁵⁸ Na disciplina Ateliê I fui informada sobre uma Dissertação defendida que trata da temática da Educação para PPLs, mas até a apresentação desta Dissertação na disciplina Atelier 3 não foi publicada no site do PPPEB.

Tabela 4 - Dissertações Sobre o Tema Educação Prisional no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. (conclusão)

PPGSP/UFPA			
ANO	AUTOR (A)	TÍTULO	ASSUNTO
2019	Salomy Correa Lobato	O Acesso ao Ensino Superior para Pessoas Privadas de Liberdade.	O direito à educação de pessoas em situação de privação de liberdade cursando o Ensino Superior na Região Metropolitana de Belém, Pará.
PPGED/UEPA			
ANO	AUTOR (A)	TÍTULO	ASSUNTO
2015	Suzianne Silva de Oliveira	"EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: processo de reinserção social de mulheres"	Apresenta como a educação carcerária é desenvolvida e em que medida contribui para o processo de reinserção social de mulheres.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis no site do PPGSP/UFPA e PPGED/UEPA.

Na tabela acima, observam-se 02 (duas) Dissertações encontradas no PPGSP. A primeira, publicada em 2018, aborda a remição da pena pela leitura, enquanto a segunda, de 2019, trata do acesso ao Ensino Superior para PPLs. No PPGED da UEPA, identificou-se 1 (uma) Dissertação publicada em 2015 que discute a Educação como processo de reinserção social de mulheres em situação.

- 2) **Pesquisa documental.** Optou-se pela Pesquisa documental como técnica metodológica, por compreendermos a importância e a riqueza informacional contida em documentos oficiais. Consideramos que tais fontes permitem não apenas o resgate de dados relevantes, mas também a ampliação da compreensão do objeto de estudo, possibilitando sua contextualização histórica e sociocultural. Conforme Cellard (2008), o uso de documentos em pesquisas qualitativas é valioso, sobretudo por inserir a dimensão temporal na análise social.

Neste estudo, a análise documental foi considerada a técnica mais apropriada, visto que o PPE/PPL/SP é, em si, um documento oficial. Foram utilizados documentos oriundos do processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano, realizados pela Comissão Interinstitucional composta por representantes da SEAP/PA, da SEDUC/PA, e de Órgãos da Execução Penal. Cabe a essa Comissão a realização de consultorias e Pesquisas de campo nas

Unidades Prisionais do estado do PA, com a aplicação de metodologias e técnicas participativas junto aos sujeitos envolvidos no processo educativo prisional, como Servidores e Reeducandos. (PARÁ, 2022)

Em relação à articulação entre os objetivos do Plano e o problema de pesquisa, foram selecionados os objetivos que se relacionam com duas categorias centrais: expansão e qualidade.

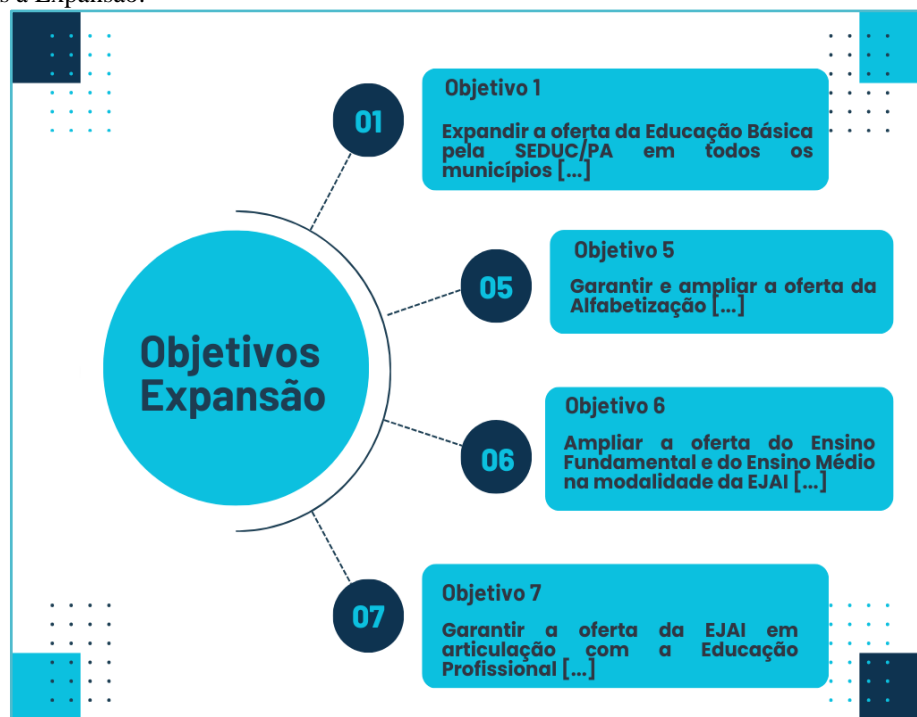
Segundo o Dicionário Michaelis (2024), o termo “expansão” possui múltiplas acepções, sendo definidas, entre outras, como: ato de expandir-se; aumento em extensão, número ou âmbito; e propagação de ideias. Para Rieder (2011, p. 229) a “expansão tem um sentido amplo, envolvendo desde a diversidade de opções de serviços ofertados como até de vagas ofertadas, no tempo e no espaço”.

Já o conceito de qualidade, de natureza polissêmica, está intrinsecamente vinculado às concepções subjetivas dos indivíduos e suas visões de mundo. Por ser um conceito dinâmico e em constante transformação, será abordado com maior profundidade na terceira seção desta Dissertação.

Com base nisso, elencamos os objetivos do PEE/PPLE/SP (2021-2024) em organogramas, de acordo com sua correspondência com as categorias “expansão”, “qualidade” e “qualidade social”. Importa destacar que, embora o Plano trate dessas dimensões, nem suas diretrizes nem seus objetivos mencionam explicitamente a palavra “qualidade”.

No **“Organograma 3 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Expansão”**, são apresentados os objetivos que tratam da ampliação do acesso à Educação para PPLs, sendo eles os de número 01, 05, 06 e 07.

Organograma 3 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Expansão.

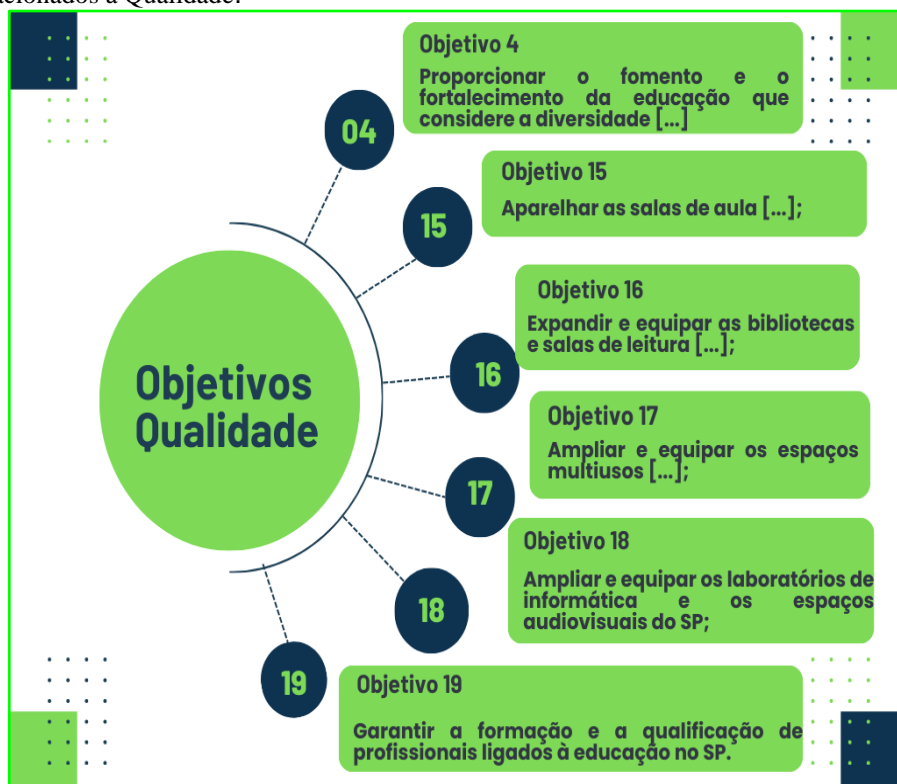


Fonte: Elaborado pela autora com informações retiradas do PEE/PPLE/SP.

No Organograma 3, é possível observar que os objetivos relacionados à categoria Expansão estão relacionados à ampliação da oferta da Educação Básica nos Espaços de Privação de Liberdade. Especificamente, tratam da Expansão da Alfabetização, do Ensino Fundamental e Médio na modalidade EJAII, bem como da garantia da oferta da EJAII integrada à Educação Profissional.

Já no “**Organograma 4 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Qualidade**” destacam-se os objetivos que, mesmo não utilizando diretamente o termo “qualidade”, se vinculam à busca por um ensino mais efetivo, estruturado e significativo no contexto Prisional. São eles os objetivos de número 04, 15, 16, 17, 18 e 19.

Organograma 4 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Qualidade.

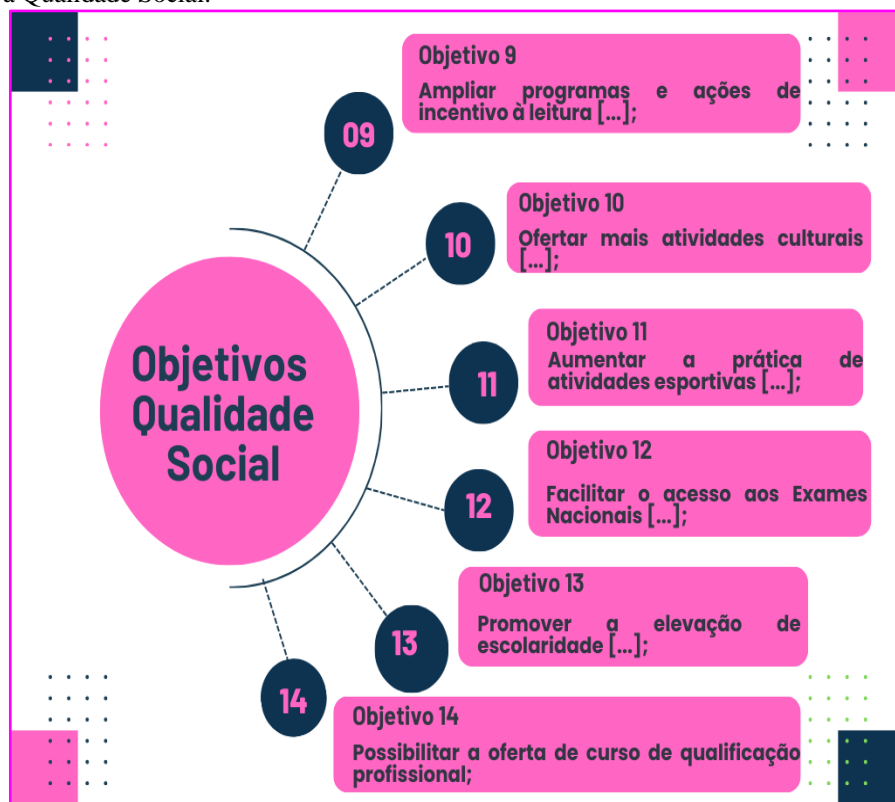


Fonte: Elaborado pela autora com informações retiradas do PEE/PPLE/SP.

No Organograma 4, observa-se que os objetivos vinculados à dimensão da Qualidade concentram-se no fortalecimento de uma Educação que reconhece e valoriza diversidade, bem como na melhoria das condições estruturais e pedagógicas nos espaços educativos prisionais. Dentre esses objetivos, destacam-se a necessidade de aparelhamento das salas de aula, bibliotecas, salas de leitura, espaços multiusos, laboratórios de informática e audiovisuais, além da garantia de formação e qualificação continuada para os profissionais da Educação no SP.

Já no “**Organograma 5 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Qualidade Social**” são apresentados os objetivos de número 09, 10, 11, 12, 13 e 14, os quais remetem a uma concepção ampliada de qualidade, entendida não apenas como eficiência tecno-pedagógica, mas como compromisso com a equidade, a justiça social e a emancipação dos sujeitos privados de liberdade.

Organograma 5 – Objetivos do Plano Estadual para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional Relacionados à Qualidade Social.



Fonte: Elaborado pela autora com informações retiradas do PEE/PPLE/SP.

No organograma acima, é possível identificar que os objetivos relacionados à Qualidade Social contemplam a ampliação de programas e ações de incentivo à leitura; da oferta de atividades culturais e esportivas, do acesso aos Exames Nacionais e da elevação da Escolaridade, além da viabilização de cursos de qualificação profissional. Tais objetivos evidenciam um compromisso com a promoção de condições mais equitativas e inclusivas no acesso à Educação no SPP.

Com o intuito de verificar a implementação e o monitoramento desses objetivos, foi realizada uma busca no *site* da SEAP/PA para localizar as publicações da revista eletrônica “SEAP em Números”⁵⁹ referentes ao período de 2021 a 2024. De acordo com o PEE/PPLE/SP (2021-2024), essa publicação deveria conter os dados educacionais atualizados, com base em informações encaminhadas mensalmente pelas Unidades Penais. As edições da revista são disponibilizadas como instrumento de transparência pública, trazendo informações sobre a quantidade de estudantes por modalidade educativa, bem como dados demográficos sobre os educandos, incluindo gênero e identidade de gênero. No Plano é dito que

⁵⁹ No ano de 2023 as revistas publicadas foram removidas do site da SEAP.

As informações na SEAP em Números apresentam a quantidade de alunos por modalidade educativa (EJA, Alfabetização, Ensino Profissionalizante, Remição de Pena pela Leitura, Ensino Superior e atividades não formais), além de dados sobre o número de homens, de mulheres e de LGBTQIA+⁶⁰ em atividades educacionais na Região metropolitana de Belém e no interior do estado. Dessa forma, a consulta sobre o andamento das atividades educativas nos Estabelecimentos Penais do Pará pode ser realizada por qualquer pessoa ou instituição, o que garante a transparência e a publicidade dos dados sobre a Educação no sistema Prisional do estado. (PARÁ, 2021, s/p)

Entretanto, a partir de 2023, as edições da revista foram removidas do site, o que motivou a busca por fontes alternativas. Como resultado, foram localizados os Relatórios de Gestão da SEAP referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023. Esses documentos, considerados instrumentos oficiais de consolidação das ações institucionais, contêm informações relevantes sobre a execução de políticas públicas e os resultados obtidos.

Com o intuito de aprofundar a coleta de dados, no dia 16 de maio de 2024, foi protocolado um ofício na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/PA), solicitando audiência com a Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos, Sra. Ana Cláudia de Moraes Neves, bem como o acesso a documentos e relatórios que tratam de diversos aspectos da política educacional no sistema prisional, conforme listado anteriormente. Após ausência de resposta, a comunicação foi retomada via contato telefônico, sendo orientado o reenvio dos ofícios para o e-mail institucional da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), o que resultou em resposta imediata. A audiência ocorreu em 07 de julho de 2024 e, posteriormente, os documentos solicitados foram encaminhados por e-mail em 30 de julho de 2024. Os materiais recebidos incluíram: (1) Ofício da DIRPP à SEDUC/PA sobre a primeira fase de monitoramento do Plano; (2) Relatório parcial de avaliação das metas; e (3) Avaliação parcial das diretrizes e objetivos do Plano.

Complementarmente, os dados educacionais mais recentes foram obtidos por meio de pesquisa realizada no *site* da SENAPPEN⁶¹, em 10 de fevereiro de 2025. Cabe destacar que a SENAPPEN, anteriormente denominada DEPEN⁶², teve sua nomenclatura alterada por meio do artigo 59 da Medida Provisória (MP)⁶³ nº 1.154/2023, convertida na Lei nº 14.600/2023,

⁶⁰ Atualmente está inserido na sigla a letra “A”, portanto o conjunto de letras iniciais de palavras que são usadas para nomear esta população é LGBTQIAP+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e Pansexual. O símbolo de “+” incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis heteronormativo.

⁶¹ Localizado no seguinte endereço eletrônico: <[Institucional — Secretaria Nacional de Políticas Penais \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>.

⁶² Criado pela Lei de Execução Penal (LEP)

⁶³ As normas sobre edição da MP estão no artigo 62 da CRFB/88 que diz: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)” (BRASIL, 2001, s/p)

mantendo suas competências originárias. Suas atribuições estão descritas nos artigos 71 e 72 da Lei de Execução Penal (LEP) e incluem, entre outras funções:

I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução Penal em todo o Território Nacional;

II - inspecionar e fiscalizar periodicamente os Estabelecimentos e serviços Penais;

III - assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;

IV - colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de Estabelecimentos e serviços Penais;

V - colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.

VI – estabelecer, mediante convênios com as Unidades Federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em Estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar.

(Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003)

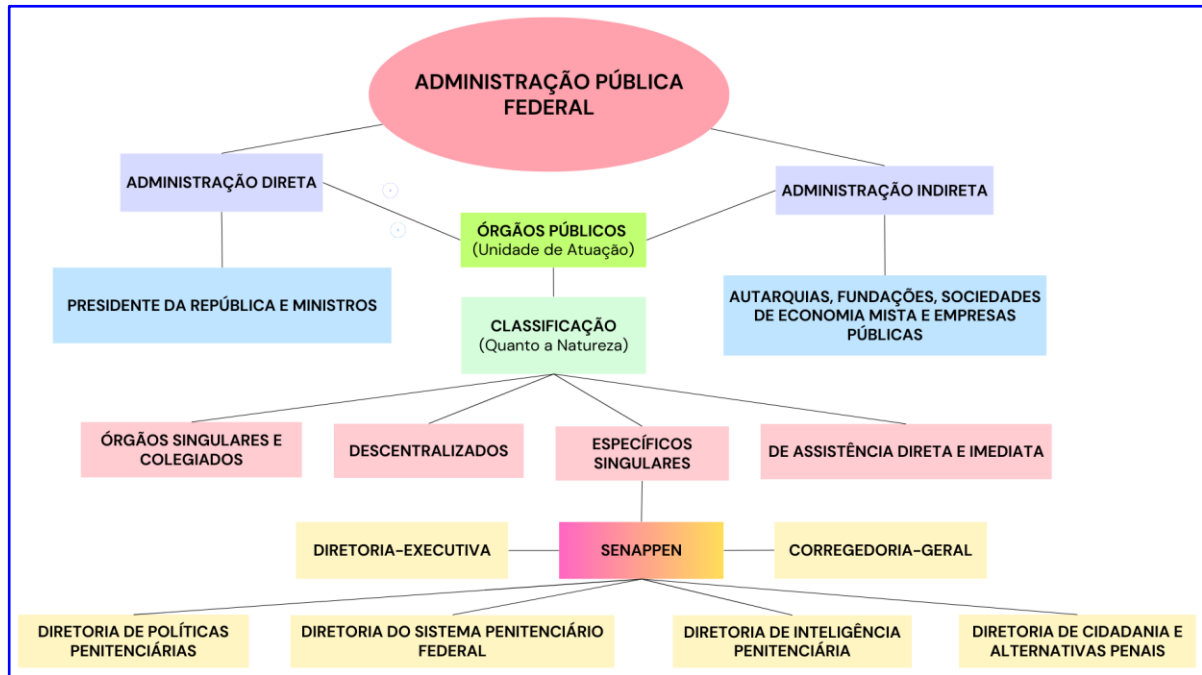
VII - acompanhar a execução da pena das mulheres beneficiadas pela progressão especial de que trata o § 3º do art. 112 desta Lei, monitorando sua integração social e a ocorrência de reincidência, específica ou não, mediante a realização de avaliações periódicas e de estatísticas criminais.

(Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018) (BRASIL, 1984, s/p)

A escolha em consultar a plataforma da SENAPPEN justifica-se por sua natureza institucional órgão executivo que acompanha e controla a aplicação do ordenamento jurídico acima mencionado e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, provenientes, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

Justifica-se também por ser o site de um órgão Federal – SENAPPEN - que está integrado à estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública definido no artigo 2º do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. O instrumento normativo supracitado expressa que esta secretaria está entre os órgãos específicos singulares, ou seja, aqueles “responsáveis por competências diretamente relacionadas com a área de atuação do Ministério, órgão da Presidência da República, ou com a finalidade da autarquia ou fundação.” Para melhor visualização da estrutura administrativa em que está inserida a SENAPPEN, elaborou-se o Organograma 6, que apresenta a organização da Administração Pública Federal e sua vinculação institucional.

Organograma 6 - Organização da Administração Pública Federal.



Fonte: Organograma elaborado pela autora.

Conforme apresentado no Organograma 6, observa-se que a estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) é composta por seis instâncias principais: (1) Diretoria-Executiva; (2) Corregedoria-Geral; (3) Diretoria de Políticas Penitenciárias; (4) Diretoria do Sistema Penitenciário Federal; (5) Diretoria de Inteligência Penitenciária; e (6) Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais. Essa composição evidencia a amplitude de atuação da Secretaria, que abrange desde o planejamento e a execução de Políticas Públicas voltadas ao SP até o desenvolvimento de estratégias de inteligência, fiscalização e promoção de alternativas penais com foco na cidadania.

A Secretaria é responsável pelo

[...] Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema Prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados. [...] é gestora do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994. O fundo tem a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional. (BRASIL, 2023, s/p)

A ferramenta responsável pela coleta e sistematização dos dados do SP é o SISDEPEN, instituído pela Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre o sistema de acompanhamento de execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.

Por meio do Formulário de Informações Prisionais, os dados dos Estabelecimentos Penais são enviados semestralmente à SENAPPEN. Esse formulário é preenchido⁶⁴ digitalmente por Servidores designados pelas Administrações Penitenciárias das Unidades da Federação (estaduais, federais e do DF). Ao término de cada semestre, os dados estatísticos extraídos do SISDEPEN são sintetizados em Painéis Dinâmicos, que visam facilitar a visualização das informações por meio de uma interface interativa. O site da SENAPPEN disponibiliza um Guia de Navegação que orienta o usuário quanto à utilização dos filtros e à interação com esses painéis⁶⁵.

Além disso, a plataforma oferece acesso aos Relatórios de Informações Penais (RELIPEN), referentes ao 1º e 2º semestres de 2023 e ao 1º semestre de 2024. Esses relatórios consolidam as principais informações sobre o Sistema Prisional em um único documento, incluindo um módulo específico sobre Educação⁶⁶. Os dados utilizados nos RELIPEN também são provenientes do Formulário de Informações Prisionais e abrangem não apenas as Unidades Prisionais das 27 Unidades Federativas e do Sistema Penitenciário Federal, mas também as carceragens de outras instituições de segurança pública, como Delegacias, Superintendências, Batalhões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. (SENAPPEN, 2024)

A pesquisa documental também incluiu o acesso a Relatórios Analíticos anteriores à implementação do RELIPEN. Esses documentos consistem na extração consolidada dos dados do SISDEPEN em arquivos regionais, permitindo uma análise aprofundada dos dados brutos por região. (SENAPPEN, 2024)

Para organizar e sistematizar os documentos identificados durante a pesquisa documental, elaborou-se o quadro a seguir:

Quadro 04 - Resultado da Pesquisa Documental. (continua)

Nº	DOCUMENTOS ENCONTRADOS
01	PEE/PPE/SP (2021-2024)
02	Revistas Seap em Números do ano de 2021.

Quadro 04 - Resultado da Pesquisa Documental. (continua)

⁶⁴ É disponibilizado no site do SISDEPEN vários manuais de uso do SISDEPEN e um Guia de Navegação nos Painéis Dinâmicos.

⁶⁵ O Guia de Navegação nos Painéis Dinâmicos encontra-se no Anexo D.

⁶⁶ A parte específica que trata sobre Educação é o módulo 2.5 do Formulário e encontra-se no Anexo C

Quadro 04 - Resultado da Pesquisa Documental.

(conclusão)

Nº	DOCUMENTOS ENCONTRADOS
03	Relatório de Gestão da SEAP Edição 2022 ⁶⁷
04	Revistas Seap em Números do ano de 2023.
05	Relatório de Gestão da SEAP Edição 2021
06	Relatório de Gestão da SEAP Edição 2022 ⁶⁸
07	RELIPEN 1º Semestre de 2023 – junho
08	RELIPEN 2º Semestre de 2023 – dezembro
09	Relatório Analítico Nacional - junho 2021
10	Relatório Analítico Nacional - dezembro 2021
11	Relatório Analítico Nacional - junho 2022
12	Relatório Analítico Nacional - dezembro 2022
13	Relatório Analítico PA - junho 2021
14	Relatório Analítico PA- dezembro 2021
15	Relatório Analítico PA - junho 2022
16	Relatório Analítico PA- dezembro 2022
17	Relatórios de acompanhamento do PEE/PPLE/SP emitidos pela Seduc/PA

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Os documentos encontrados foram examinados por meio de uma leitura sequencial e minuciosa, com o objetivo de identificar, nos textos, categorias, contextos e situações que contribuísse para responder ao problema da Pesquisa. Todos os achados foram devidamente registrados, pois oferecem suporte empírico às evidências construídas ao longo do estudo.

Para a análise dos dados oriundos tanto da Pesquisa bibliográfica quanto da Pesquisa documental, adotou-se como referencial teórico-metodológico a obra de Laurence Bardin, intitulada “**Análise de Conteúdo (1977)**”. Esta obra constituiu um marco importante para a definição conceitual e operacional da técnica de análise empregada, sendo amplamente utilizada nas Pesquisas em ciências Humanas. As diretrizes metodológicas apresentadas pela autora orientaram o percurso analítico desta etapa investigativa.

⁶⁷ Até o dia 10 de fevereiro de 2024 o Relatório de Gestão da Seap Edição 2023 não foi publicado.

⁶⁸ Até o dia 10 de fevereiro de 2024 o Relatório de Gestão da Seap Edição 2023 não foi publicado.

Segundo a autora citada, a “Análise de Conteúdo” é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Portanto,

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 1977, p.31)

Conforme orienta Bardin (1977), seguimos as três etapas fundamentais da Análise de Conteúdo: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Na fase da **pré-análise**, realizamos inicialmente uma leitura flutuante dos documentos com o propósito de estabelecer um primeiro contato com o material empírico, buscando uma compreensão geral do conteúdo, seus contextos e possibilidades de categorização. Esta etapa é essencial para familiarizar-se com os dados e identificar elementos relevantes à luz do problema de pesquisa. A seguir, procedeu-se à seleção criteriosa dos documentos que seriam de fato utilizados na análise, considerando sua pertinência, autenticidade e relevância para os objetivos do estudo.

No processo educativo e investigativo, a leitura assume um papel central, sendo compreendida como uma técnica fundamental para a produção do conhecimento científico. Nesse sentido, destacamos a importância de uma leitura crítica e sistemática dos textos, conforme orienta Severino (2008), em sua obra **Como ler um texto de filosofia**. O autor oferece diretrizes para a leitura especializada, especialmente voltada para textos teóricos, filosóficos e científicos, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade interpretativa do pesquisador. Como enfatiza Severino (2008, p. 07), é necessário “iniciar-se na leitura sistemática dos textos” a fim de captar seus sentidos e fundamentos conceituais de maneira mais aprofundada.

Primeiramente o autor citado define texto como

um conjunto de signos linguísticos que codificam uma mensagem. É um meio codificado, utilizando signos linguísticos, pelo qual se viabiliza a comunicação entre as pessoas, entre duas ou mais consciências capazes de decodificar esses signos. Portanto, é um meio de comunicação entre subjetividades. (SEVERINO, 2008, p. 10)

Em seguida, o autor apresenta a definição do ato de ler dizendo que a “leitura de um texto é a decodificação da mensagem de que se é portador. Trata-se, pois, de uma etapa do processo de comunicação, uma mediação da comunicação” (SEVERINO, 2008, p. 11). E o que seria a escrita? O autor a define como “o processo de codificação da mensagem pelo autor”

(SEVERINO, 2008, p. 11). Orienta que para se realizar a leitura, o leitor precisa primeiramente ter domínio do código linguístico.

O processo de leitura ou leitura analítica “é o processo de decodificação de um texto escrito, com vistas à apreensão/recepção da mensagem nele contida” (SEVERINO, 2008, p. 13) seguindo as seguintes diretrizes: análise textual, análise temática, análise interpretativa, problematização e reelaboração reflexiva.

Não podemos negar a importância da Educação e do conhecimento para tirar o homem da escuridão e para termos acesso ao conhecimento precisamos ter domínio dos códigos linguístico por meio da leitura, entendendo que antes da leitura da palavra já fazemos a leitura do mundo desde a infância, como diz Paulo Freire. Enquanto Pesquisadores em formação devemos produzir textos acadêmicos sobre o prisma da ética e buscar sempre aperfeiçoamento de nossas práticas como produtores de conhecimento.

Na fase da exploração do material foi realizada a codificação por meio de recorte, agregação e enumeração dos dados permitindo uma representação do conteúdo. Após a codificação, foi elaborada a categorização. Nesta fase, efetivamos a análise propriamente dita em que os achados foram separados em eixos temáticos que se relacionam com os objetivos do presente trabalho. (BARDIN, 1977)

Por conseguinte, na fase do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os dados foram tratados para serem significativos e válidos

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. Para um maior rigor, estes resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação.

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas, podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes. (BARDIN, 1977, p. 101)

Neste estudo, essa interpretação dos dados consistirá na explanação dos eixos temáticos: **Educação Básica para PPLs e Qualidade da Educação e PEE/PPLE/SP.**

A Dissertação está organizada em 5 (cinco) seções, conforme descrito a seguir:

- I. **INTRODUÇÃO** – Apresenta o tema, o objeto de estudo, a relevância, a justificativa, a problemática da pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos.

- II. **METODOLOGIA** – Expõe o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa.
- III. **EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE: Direito da Pessoa Privada de Liberdade** – Aborda a Educação Básica em articulação com a Educação Prisional, discutindo as categorias teóricas: Educação Básica como conceito, como direito, como forma de organização e a Qualidade da Educação Básica.
- IV. **PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS NO SISTEMA PENAL** – Analisa o contexto de elaboração do Plano, os sujeitos envolvidos, a autenticidade do documento, as estratégias de monitoramento, a relação entre o previsto e o realizado, além dos passos adotados para o cumprimento das metas propostas.
- V. **CONCLUSÃO** – Apresenta as considerações finais do estudo, seguidas das **REFERÊNCIAS**, com os autores e documentos utilizados ao longo da pesquisa.

3 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE: Direito da Pessoa Privada de Liberdade

O objetivo desta seção é analisar, de forma articulada, categorias teóricas fundamentais relacionadas à Educação Básica no contexto da Educação Prisional. As categorias abordadas são: Educação Básica como Conceito, Educação Básica como Direito, Educação Básica como Forma de Organização e Qualidade da Educação Básica.

3.1 Educação Básica: Conceitos em Destaque

Para iniciar nossos estudos sobre a Educação Prisional, é pertinente refletir, primeiramente, sobre o conceito de Educação. Para isso, recorreremos à obra “**A República**”, de Platão, especificamente ao Livro VII, em que o filósofo apresenta a célebre **Alegoria da Caverna**. Nessa passagem, Platão conceitua e ilustra a Educação como o único caminho capaz de libertar o ser humano das correntes da ignorância. A imagem do prisioneiro que, após romper suas amarras, ascende da escuridão da caverna em direção à luz do conhecimento representa, de forma simbólica, o processo educativo como libertação e transformação da consciência. A

[...] Educação não será mais do que a arte de fazer essa conversão, de encontrar a maneira mais fácil e eficiente de consegui-la; não é a arte de conferir vista à alma, pois vista ela já possui; mas, por estar mal dirigida e olhar para o que não deve a Educação promove aquela mudança de direção. (PLATÃO, 2000, p. 324)

Sabemos que há diferentes concepções de Educação. Por isso, antes de prosseguir, é necessário conceituá-la e explicar qual será adotada nesta Pesquisa. De acordo com Frigotto (2018, p.17), a Educação é “uma prática social que se produz dentro das relações sociais de classe e que, por sua vez, é parte constituinte dessas relações” (FRIGOTTO, 2018, p. 17). Trata-se, portanto, de um fenômeno historicamente construído pelo ser humano, no qual ocorrem processos de Gestão, formulação de Políticas e práticas educativas que possibilitam a apropriação de saberes e conhecimentos. A educação necessita de atores sociais – Professores (as), profissionais da área, estudantes, famílias e comunidade em geral – para se efetivar como um processo coletivo e dinâmico (DOURADO, 2020).

Diante da diversidade de concepções sobre Educação, optamos por destacar duas que se fazem mais presentes em pesquisas de referência, como as de Libâneo e Luckesi. A primeira compreende a Educação como instrumento de reprodução da sociedade, associada a uma

perspectiva não crítica. A segunda à entende como instrumento de transformação social, relacionada a uma abordagem crítica e emancipatória (LIBÂNEO, 1986; LUCKESI, 1994⁶⁹).

Os defensores da concepção reprodutivista sustentam que a função da Educação é adaptar o educando à realidade social vigente, preparando-o para o cumprimento de papéis sociais e profissionais preestabelecidos,

[...] aquela que tem como finalidade principal a adaptação do sujeito à sociedade tal qual ela se apresenta. Se considerarmos que vivemos em uma sociedade desigual, temos que a Educação concebida como um processo de adaptação a essa sociedade, como um instrumento de reprodução dessa sociedade, tem como objetivo manter essa sociedade desigual. Obviamente que vemos essa concepção, na prática, em muitos espaços educativos, inclusive Escolares. (TOZONI-REIS, s/a, p.02)

Já a segunda concepção indicada foi a que guiou o nosso olhar neste estudo, pois está relacionada à tendência pedagógica classificada como progressista libertadora. A perspectiva crítica propõe que a Educação deve promover a reflexão sobre as estruturas sociais e possibilitar a transformação da realidade, contribuindo para a emancipação dos sujeitos,

Assim, quando se fala na Educação em geral, diz-se que ela é uma atividade onde professores e alunos, mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo de aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa mesma realidade, a fim de nela atuarem, num sentido de transformação social. [...] A Educação libertadora [...] questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando a uma transformação - daí ser uma Educação crítica. (LIBÂNEO, 1986, p.21)

A Pedagogia Progressista foi cunhada pelo Pesquisador, Filósofo e Pedagogo francês George Snyders (1917-2011) em diversas de suas obras, entre as quais se destacam: **Pedagogia Progressista** (1974b [1971]) e **Para Onde Vão as Pedagogias Não-Diretivas?** (1974a [1973]), que influenciaram pensadores brasileiros como os Pedagogos Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, dentre outros. Em **Escola, Classes e Luta de Classes** (2005 [1976]), o autor estabelece os fundamentos de sua Pedagogia de inspiração marxista, refletindo sobre a Educação como prática social intrinsicamente vinculada às estruturas da sociedade.

Snyders também dedicou parte significativa de sua produção na discutir a importância do prazer e da satisfação no processo de aprendizagem. Obras como **Alegria na Escola** (1988 [1986]), **A Escola Pode Ensinar as Alegrias da Música?** (1997 [1989]), **Alunos Felizes** (1993 [1991]), e **Feliz na Universidade** (1995 [1994]) abordam o papel da Escola como promotora

⁶⁹ A Educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. (LUCKESI, 1994, p. 30-31)

de experiências educativas que proporcionem prazer intelectual e realização pessoal ao estudante (DIAS JUNIOR, 2014).

Epistemologicamente, esse princípio educativo se vincula a uma pedagogia de base socialista, cuja essência está na transformação do *status quo* e na formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, participantes ativos da vida em sociedade, criativos, reflexivos e capazes de relacionar o conhecimento escolar com sua realidade social.

Paulo Freire, em consonância com essa perspectiva, concebe a Educação como um ato político que emancipa os indivíduos por meio da consciência crítica, entendida como elemento fundamental de uma prática educativa libertadora (FREIRE, 1970). Como ressalta Richard Shaull no prefácio da edição em língua inglesa de “Pedagogia do Oprimido” em que,

Não existe tal coisa como um processo de Educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a ‘prática da liberdade’, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo. (1974, p.21)

Podemos constatar então a partir dos conceitos citados que a Educação é uma prática social, historicamente produzida pelo homem, um instrumento de reprodução e de transformação da sociedade.

Ao definirmos a concepção crítica e transformadora como a que norteou do ponto de vista teórico este trabalho é o momento de apresentar o que define a Educação Básica.

A Educação nacional é dividida em níveis e modalidades de Educação e ensino. No que se refere à composição dos Níveis Escolares, a Educação Escolar brasileira é constituída por 2 Níveis, segundo a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN): 1) Educação básica, formada pela Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; 2) Educação superior. (BRASIL, 1996)

O primeiro nível de Educação Escolar – Educação Básica – foi consolidado como conceito jurídico e pedagógico a partir da promulgação da LDBEN, de 1996. apareceu como conceito primeiramente na referida. É um conceito novo e

Por ser **conceitualmente novo** dentro de termos nem tão novos, ele precisa ser entendido em um novo quadro de referências. Além dessa dimensão, ele também é **um direito e uma nova forma de organização** da Educação nacional. Enquanto conceito, ele auxilia na compreensão da realidade que o contém e que se apresenta sob novas bases. Como tal também significa alicerce e caminho. Como direito, a Educação básica se impõe como uma ampliação do espectro da cidadania educacional. Finalmente, como nova organização, ela abrange três etapas: Educação infantil, ensino fundamental obrigatório e ensino médio, progressivamente obrigatório. Tais etapas são constituídas de uma realidade única, diversa e progressiva. (CURY, 2008, p. 293)

A expressão “Educação Básica” é mencionada, 45 (quarenta e cinco) vezes na LDBEN, o que demonstra a sua centralidade no corpo normativo que rege a Educação brasileira. Tal ocorrência evidencia que esse nível de ensino é um dos principais eixos estruturantes da legislação educacional, sendo tratado sob diferentes enfoques ao longo do texto legal. De acordo com José Roberto Cury (2002), a LDBEN apresenta a Educação Básica a partir de quatro categorias conceituais distintas e complementares: 1) um conceito; 2) um conceito novo; 3) um direito e 4) uma forma de organização da Educação nacional.

Como **conceito**

[...] a Educação básica veio esclarecer e administrar um conjunto de realidades novas trazidas pela busca de um espaço público novo. Como um princípio conceitual, genérico e abstrato, a Educação básica ajuda a organizar o real existente em novas bases e administrá-lo por meio de uma ação política conseqüente. (CURY, 2008, p. 294)

Como já definimos e explicamos o significado da palavra “Educação”, cabe agora explicitar a origem e o sentido do termo “básica”, proveniente de “base”. Essa palavra designa o alicerce ou suporte de algo, razão pela qual possui múltiplas acepções – ela confirma a ideia de etapas interligadas que formam um todo estrutural. Etimologicamente, “básica” deriva do latim, e do grego “*Basis*” que procede de “*Baino*” (eu me movo, eu ando, eu marchoo, etc), do verbo “*Bainein*” (ir, caminhar). (MADRI, 2006, s/p)

A partir dos conceitos apresentados, podemos assim enunciar que a Educação é: 1) Uma prática social historicamente produzida pelo ser humano; 2) Um instrumento de transformação da sociedade; 3) Um direito social que amplia o espectro da cidadania.

Chegamos, então, ao momento de definir o que seja a **Educação em espaços de privação/restrição de liberdade**. À primeira vista, esse conceito pode parecer limitado, restringindo-se às atividades educativas oferecidas às pessoas encarceradas com vistas à ressocialização. Contudo, o conjunto normativo que orienta o ensino no Brasil não delineia explicitamente essa modalidade. Como apontam as autoras a seguir, é necessário problematizar essa ausência de definição clara para compreender melhor seu alcance e suas implicações no contexto prisional. Então,

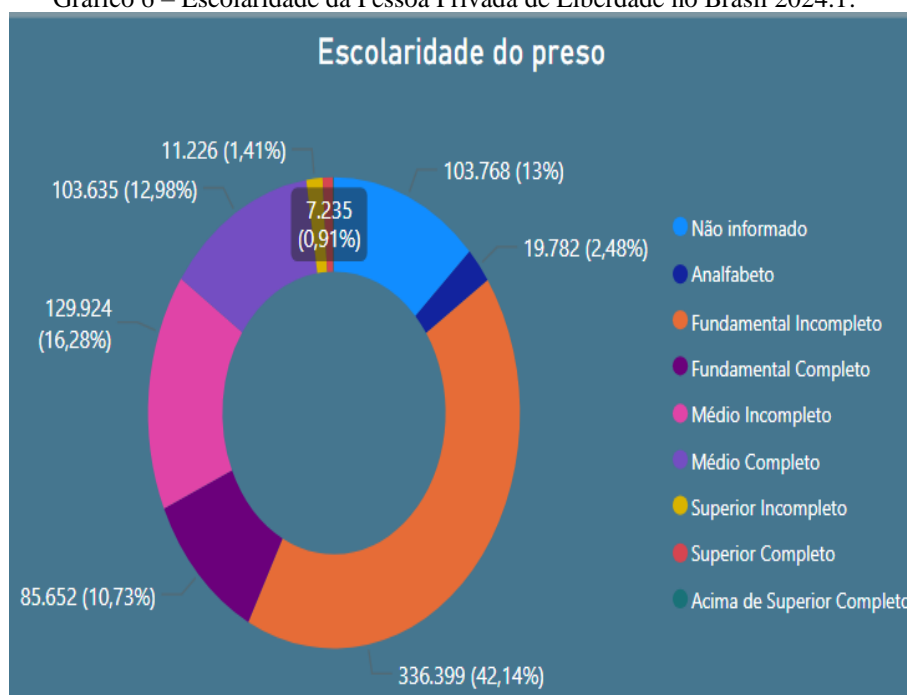
A Educação Escolar nos presídios enfrenta, no Brasil, uma situação de invisibilidade. Do ponto de vista formal e administrativo, não se constitui em modalidade de ensino específica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - (LDB, Lei Federal Nº 9.304, de 20/10/1996), o que pode levar à interpretação de que se insere na modalidade Educação de Jovens e Adultos, afirmada na Seção V do Capítulo II, intitulado Educação Básica, na mesma lei. (GRACIANO; SCHILLING, 2008, p. 111).

As práticas educativas desenvolvidas em espaços de privação ou restrição de liberdade configuram um direito reconhecido pela maior parte dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais. Essas iniciativas são consideradas instrumentos fundamentais para promover a inserção social e laboral das PPLs.

A LEP estipula, em seu artigo 1º, que “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL, 1984, s/p). Assim, as ações de reeducação e reinserção social devem abranger todos os níveis de formação, da Alfabetização ao Ensino Superior, de modo a garantir uma política educativa integral.

É imprescindível que esse direito seja assegurado com qualidade socialmente referenciada para que ocorra uma transformação da situação complexa ao qual se encontra o SP brasileiro no que se refere a uma população com baixa Escolaridade, como podemos constatar com base nos dados sobre a Escolaridade das PPLs no Brasil no “Gráfico 6 - Escolaridade da Pessoa Privada de Liberdade no Brasil - 2024.1” a seguir.

Gráfico 6 – Escolaridade da Pessoa Privada de Liberdade no Brasil 2024.1.⁷⁰



Fonte: SENAPPEN, 2024.

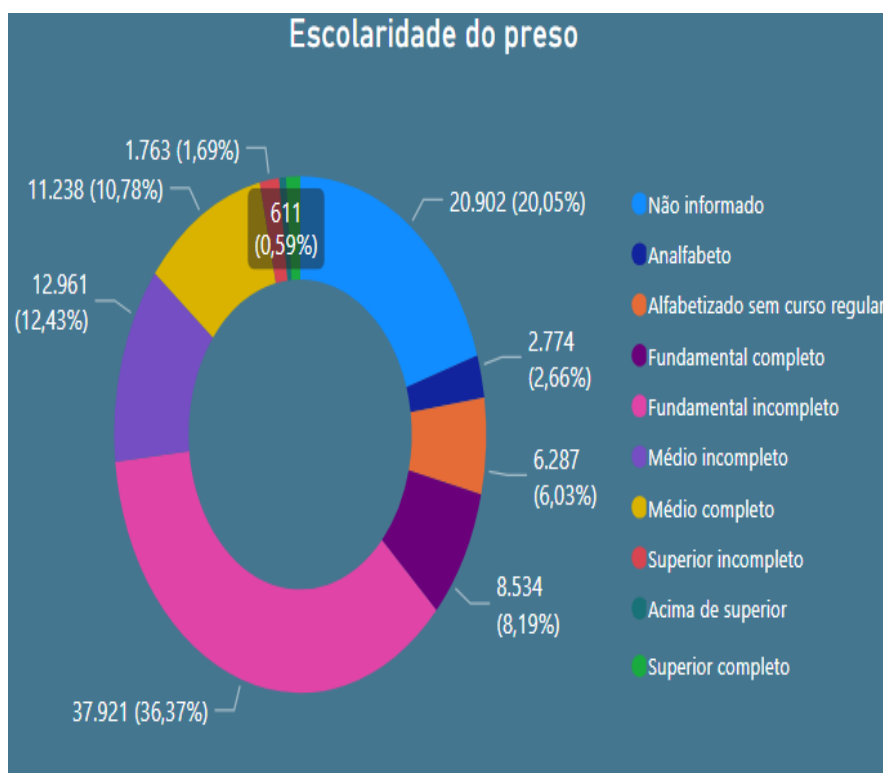
Observa-se, no Gráfico acima, que 575 pessoas possuem Escolaridade acima do Ensino Superior, seguidas por 7.235 (0,91%) com Ensino Superior completo, 11.226 (1,41%) com Ensino Superior Incompleto, 19.782 (2,48%) são analfabetas, 85.652 (10,73%) possuem o

⁷⁰ Excluem-se os presos que estão sob custódia das Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares - (Outras Prisões).

Ensino Fundamental Completo, 103.635 (12,98%) o Ensino Médio Completo, 103.768 (13%) não tiveram o nível de ensino especificado, 129.924 (16,28%) possuem o Ensino Médio Incompleto e 336.399 (42,14%) o Ensino Fundamental Incompleto.

Resultado semelhante é observado no que se refere à Escolaridade das Pessoas em Prisão Domiciliar na Esfera Estadual, com e sem Monitoramento, no primeiro semestre de 2024, conforme apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Escolaridade de Pessoas em Prisão Domiciliar na Esfera Estadual com e sem Monitoramento no Ano de 2024.1.



Fonte: SENAPPEN/2024.

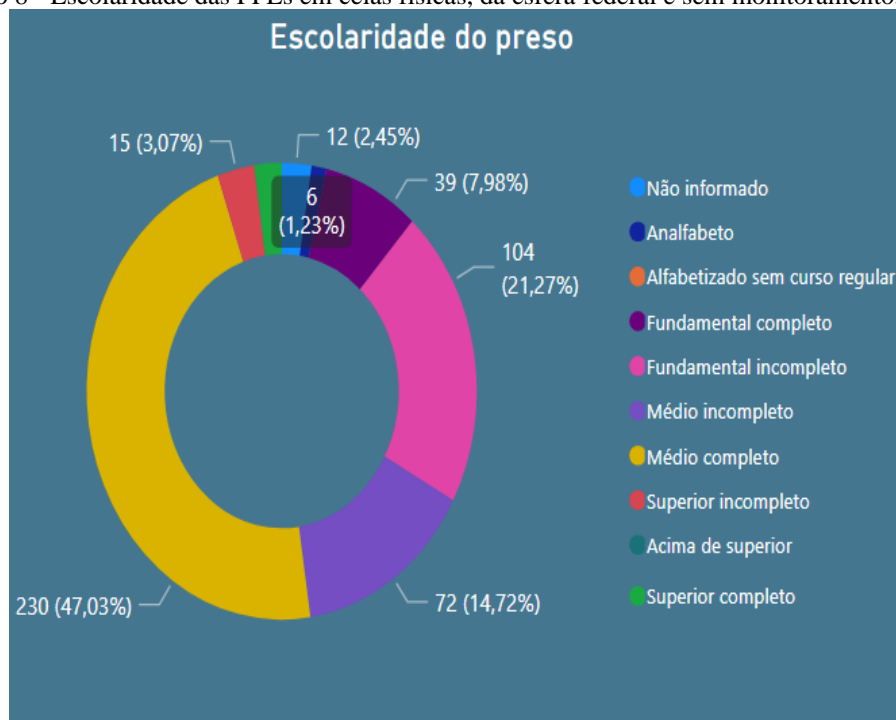
Do total, 36,37%, o que corresponde a 37.921 PPLs, possuem o Ensino Fundamental incompleto. Além disso, 20% das PPLs não informaram sua Escolaridade, o que evidencia que os dados apresentados não refletem a totalidade da População Prisional.

Essas estatísticas não diferem significativamente dos dados educacionais da população brasileira fora do SP, na faixa etária de 18 a 24 anos. Segundo dados publicados pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – (PNAD) Contínua

As pessoas de 18 a 24 anos de idade são aquelas que idealmente estariam frequentando o ensino superior, caso completassem a Educação Escolar básica na idade adequada. Contudo, o atraso e a evasão Escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Consequentemente, muitos jovens entre 18 e 24 anos já não frequentam mais a Escola e alguns ainda frequentam as etapas da Educação Básica obrigatória. (IBGE, 2023, p.8)

Resultado distinto foi observado em relação à Escolaridade das PPLs em celas físicas no âmbito federal, sem monitoramento eletrônico. Essa informação pode ser visualizada no Gráfico 8, que apresenta os dados referentes à escolarização das PPLs custodiadas em celas físicas da esfera federal, sem a utilização de monitoramento eletrônico.

Gráfico 8 - Escolaridade das PPLs em celas físicas, da esfera federal e sem monitoramento, 2024.1.



Fonte: SENAPPEN, 2024.

É possível constatar, no Gráfico 8, que a maior concentração de PPLs em celas físicas da esfera federal, sem monitoramento eletrônico, possui o ensino médio completo, ou seja, concluíram a Educação Básica. Infere-se que essa diferença esteja relacionada ao perfil específico dos(as) detentos(as) custodiados(as) em Presídios Federais, onde se encontram, em sua maioria, líderes de facções criminosas, integrantes de quadrilhas violentas, delatores, indivíduos que oferecem alto risco à segurança ou que estiveram envolvidos em tentativas de fuga em unidades Prisionais estaduais – ou seja, PPLs classificadas como de alta periculosidade.

Com base nos dados apresentados, pode-se inferir que a Educação formal⁷¹, institucionalizada, e que ocorre em espaços próprios, foi inserida no ambiente prisional como uma estratégia de garantir o direito à escolarização às PPLs que, por diversos fatores socioeconômico e estruturais, não tiveram acesso à Educação estavam em liberdade. Dessa

⁷¹ A Educação formal é aquela desenvolvida nas Escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a Educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28)

forma, a baixa Escolarização historicamente observada na população brasileira reflete-se também no contexto Prisional.

Compreende-se, portanto, que o acesso à Educação nunca foi um direito plenamente garantido de forma equitativa e contínua no Brasil. Os dados evidenciam que, para muitas pessoas, esse direito foi restringido ou mesmo negado antes mesmo de sua privação de liberdade.

O SP, ainda em 1984, recebeu novas diretrizes por meio da Lei nº 7.210/84, que instituiu a LEP, sancionada durante o mandato do último presidente do Regime Militar (1964–1985), João Baptista de Oliveira Figueiredo, em um período no qual grande parte da população brasileira encontrava-se em recesso de férias.

A referida lei passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro e é considerada um marco jurídico importante na garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade, especialmente no que diz respeito à assistência educacional. Representou um avanço ao estabelecer legalmente o direito à educação no ambiente prisional. No entanto, é importante destacar que, na prática, muitas das diretrizes estabelecidas não foram plenamente implementadas pelo Estado, o que evidencia uma lacuna entre a legislação e a realidade dos estabelecimentos penais.

Consequentemente, a não efetivação integral da LEP implica o descumprimento de suas determinações, como as previstas no Art. 17, que define que a educação deve compreender a instrução escolar e a formação profissional da pessoa presa ou internada. O Art. 18 estabelece que o ensino fundamental deve estar em conformidade com o sistema escolar da unidade federativa, enquanto o Art. 19 dispõe que o ensino profissional deve ser oferecido em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Tais ações podem ser executadas diretamente pelo Estado ou por meio de instituições educacionais conveniadas, sempre considerando as condições locais. Além disso, conforme o Art. 21 da LEP, cada estabelecimento penal deve contar com uma biblioteca, acessível a todas as categorias de reclusos, contendo livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984, s/p).

Entende-se, assim, que as práticas educativas no cárcere constituem um recurso fundamental no processo de desenvolvimento humano. Por se tratar de uma prática social, historicamente construída, a educação configura-se como um instrumento de transformação da sociedade e de ampliação do espectro da cidadania, reafirmando-se como um direito essencial a ser assegurado a todos — inclusive às pessoas privadas de liberdade. Portanto,

As ações de Educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de Educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema Prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança. (BRASIL, 2010, p. 02)

Com isso, cabe agora definirmos algumas categorias teóricas fundamentais para alcanças os objetivos propostos nesse trabalho.

3.2 Educação Básica como Direito

Escolhemos a categoria **Educação Básica como Direito** por se tratar de um princípio garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa categoria representa um importante instrumento de defesa dos sujeitos historicamente excluídos, em especial das pessoas privadas de liberdade, ao garantir o acesso a um bem essencial e transformador: a educação.

Para fundamentar essa perspectiva, optamos por adotar neste trabalho o conceito de **Direito** proposto por Lyra Filho, por este apresentar uma abordagem filosófica e sociológica que oferece uma visão mais ampla e crítica do fenômeno jurídico. O autor compreende o Direito não como um conjunto estático de normas, mas como um processo histórico, dinâmico e em constante transformação, articulado às lutas sociais e às demandas por justiça. Essa concepção permite compreender o direito à educação como uma construção histórica vinculada à participação popular, à resistência e à afirmação da dignidade humana — inclusive no contexto do sistema prisional. O autor diz que,

Direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que define nas explorações e opressões que o contra-dizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas. (LYRA FILHO, 1982, p. 56)

No âmbito jurídico, existem os chamados **direitos fundamentais**, que correspondem aos direitos básicos e essenciais para a existência digna dos seres humanos. É por meio da garantia desses direitos que se viabiliza o exercício da cidadania, da dignidade e da liberdade.

Na CRFB/88, os direitos fundamentais foram sistematizados no **Título II**, sendo organizados da seguinte forma: Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (artigo 5º); Capítulo II – Dos Direitos Sociais (artigos 6º ao 11); Capítulo III – Da Nacionalidade (artigos 12 e 13); Capítulo IV – Dos Direitos Políticos (artigos 14 ao 16) e

Capítulo V – Dos Partidos Políticos (artigo 17). Esses dispositivos constituem o núcleo essencial de proteção à pessoa humana e fundamentam a atuação do Estado Democrático de Direito. Silva (2006) os conceitua como

[...] os direitos do homem jurídico institucionalizadamente garantidos. Seriam os direitos objetivamente vigentes em uma ordem jurídica concreta, ou seja, são os enunciados constitucionais de cunho declaratório, cujo objetivo consistiria em reconhecer, no plano jurídico, a existência de uma prerrogativa fundamental do cidadão. (SILVA, 2006, s/p)

Entretanto, no contexto do Estado Democrático de Direito⁷², muito se discute sobre a violação e a não efetivação dos direitos fundamentais, especialmente em relação à parcela da população que integra as camadas socialmente desfavorecidas. Embora a Constituição de 1988 represente um marco na afirmação de direitos, a distância entre o que está garantido no texto constitucional e a realidade vivida por grande parte da população revela a persistência de desigualdades históricas e estruturais que comprometem o pleno exercício da cidadania. Chauí (1989) diz que

A prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, significa que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. A declaração de direitos inscreve os direitos no social e no político, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo o consentimento social e político. (p.20).

A oferta da educação no Brasil é reconhecida como um direito social, inerente à condição de cidadania, e está positivada na CRFB/88. Especificamente, o artigo 6º a inclui no rol dos direitos sociais, ao lado da saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados. Já o artigo 205 define que:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, s/p)

Dessa forma, a educação é reconhecida não apenas como um instrumento de formação individual, mas como um meio de transformação social e promoção da justiça, sendo indispensável à consolidação da democracia e à efetivação dos direitos humanos.

⁷² O termo “Estado Democrático de Direito”, conquanto venha sendo largamente utilizado em nossos dias, é pouco compreendido e de difícil conceituação em face das múltiplas facetas que ele encerra. (SILVA, 2005, p.213) Um Estado Democrático de Direito tem o seu fundamento na soberania popular.

A **Educação** é o primeiro direito social mencionado na CRFB/88, o que demonstra sua centralidade na estruturação dos demais direitos. Trata-se de um direito fundamental que perpassa e possibilita o exercício de outros direitos, funcionando como um alicerce para a cidadania plena, a equidade social e a dignidade da pessoa humana.

O **direito social**, por sua vez, é uma ramificação do Direito que emerge do **Direito Público**, surgindo a partir das transformações nas formas de vida em sociedade e da necessidade de garantir condições mínimas de existência digna para todos. Ele se constitui como resposta às desigualdades sociais e busca promover justiça social por meio da ação positiva do Estado na garantia de direitos como educação, saúde, trabalho, moradia, entre outros. André Tavares conceitua direitos sociais como direitos

[...] que exigem do Poder Público uma atuação positiva, uma forma atuante de Estado na implementação da igualdade social dos hipossuficientes. São, por esse exato motivo, conhecidos também como direitos a prestação, ou direitos prestacionais. (TAVARES, 2012, p. 837)

A **Educação** é considerada o principal direito fundamental de **segunda dimensão**⁷³, por representar uma exigência de prestação positiva por parte do Estado. Ela contribui diretamente para a legitimação da liberdade, ao fornecer as condições necessárias para que os sujeitos conheçam seus direitos e deveres, compreendam as estruturas sociais e políticas, e possam fazer escolhas conscientes e críticas — inclusive no processo de escolha de seus governantes.

O acesso à educação instrumentaliza o indivíduo para a adoção de novas e mais qualificadas práticas no cotidiano, fortalecendo o exercício da cidadania. No contexto do sistema prisional, esse acesso assume um papel ainda mais relevante, por contribuir com os processos de **ressocialização** e **humanização**, rompendo com a lógica meramente punitiva e promovendo a dignidade da pessoa privada de liberdade.

É nesse sentido que se justifica a nossa inquietação em investigar se, de fato, a **expansão da educação básica** está ocorrendo no sistema penal, sob quais **princípios** e com base em qual **concepção de educação** ela tem sido implementada. Assim,

A Educação se constitui como um importante meio de acesso aos bens culturais e um caminho para a emancipação dos sujeitos, pois é por meio dela que adquirimos conhecimentos necessários para melhor participar, de modo autônomo e consciente, nos diferentes espaços sociais e políticos e também no mundo profissional. (SAVELI; TERNEIRO, 2012, p. 53).

⁷³ Os Direitos Fundamentais estão divididos em 4 dimensões. Na segunda dimensão estão incluídos os Direitos Sociais no qual a Educação está inserida.

Esse reconhecimento positivado da educação como direito, no contexto de um Estado Democrático de Direito, tem sua origem histórica na publicação da **primeira grande lei educacional brasileira**, durante o período imperial⁷⁴; a **Lei de 15 de outubro de 1827**, que determinava que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827, s/p).

Durante a **Primeira República (1889–1930)**, também conhecida como “República Velha” ou “República dos Coronéis”, o Governo Federal promoveu diversas reformas no campo educacional, com maior ênfase no que hoje se compreende como Ensino Médio e Ensino Superior. O ensino primário passou a ter duração de quatro anos.

A **década de 1930** foi marcada pela promulgação da **Constituição de 1934**, que instituiu o ensino primário como obrigatório e gratuito. Em **1961**, foi publicada a primeira **Lei LDBEN**). Já em **1967**, o ensino primário foi estendido para 8 (oito) anos, eliminando os exames de admissão e ampliando o acesso.

Com a promulgação da **CRFB/88**, chegou-se ao reconhecimento da **educação como direito público subjetivo**, consolidado posteriormente na nova concepção de **Educação Básica** introduzida pela **LDBEN de 1996**.

A obrigatoriedade da oferta da educação passou, então, a configurar-se como um **direito social indispensável a todos os cidadãos**, incluindo as pessoas privadas de liberdade. Esse primeiro nível de ensino — a Educação Básica — é considerado um **conceito novo**, por ter sido formalizado pela primeira vez na CRFB/88, a qual representou um avanço na garantia dos direitos sociais no País.

Segundo Cury (2008), a novidade do conceito de Educação Básica está em traduzir: “uma nova realidade nascida de um possível histórico que se realizou e de uma postura transgressora de situações preexistentes, carregadas de caráter não democrático.” (CURY, 2008, p. 294)

A função fundamental desse conceito reside justamente em sua **garantia como direito**, o que impactou significativamente a organização pedagógica das instituições escolares. O inciso I do artigo 208 da CRFB/88 estabelece que: “A educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”⁷⁵ (BRASIL, 1996, s/p; BRASIL, 2005, s/p).

⁷⁴ O Período imperial teve início em 07 de setembro de 1822 e teve fim em 15 de novembro de 1889.

⁷⁵ Nova redação dada pela EMC Nº 59, de 11 de novembro de 2009.

Essa ampliação da obrigatoriedade da educação básica repercute diretamente na **ampliação do espectro de cidadania** do educando.

Além disso, a concepção de educação como direito fundamental repercute diretamente no **pacto federativo**, definido na CRFB/88. O **artigo 1º** afirma que: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]”

Já o **artigo 18** define a **organização político-administrativa** do país, compreendendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição. A principal característica do pacto federativo está na **gestão compartilhada de receitas e competências** entre os entes federativos, que devem organizar seus **sistemas de ensino em regime de colaboração**, conforme previsto constitucionalmente.

Este novo conceito é fundamental, pois,

[...] à Educação lhe é imanente o de ser em si um pilar da cidadania e o é ainda mais por ter sido destinado à Educação básica o condão de reunir as três etapas que a constituem: a Educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.” (CURY, 2008, p. 294).

Na LDBEN, este primeiro nível da organização da Educação nacional consolida-se como direito do cidadão à Educação e um dever do Estado. Nesse sentido, este trabalho busca investigar se o Estado, enquanto garantidor da lei, está efetivando esse direito às pessoas privadas de liberdade, além de identificar os princípios que fundamentam a política de oferta da Educação Básica nos documentos oficiais de expansão dos estabelecimentos penais de ensino desenvolvidos pela SEDUC/PA.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece, em seu artigo 4º:

Art. 4º O dever do Estado com Educação Escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
a) pré-escola;
b) ensino fundamental;
c) ensino médio; (BRASIL, 1996, s/p)

Como direito, a Educação Básica “significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural” (CURY, 2008, p. 294). O Brasil, “por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar” (CURY, 2008, p. 294). Portanto, o conceito aqui tratado é mais do que inovador, pois

a história da educação brasileira tem sido marcada por avanços e retrocessos, muitas vezes influenciada por interesses do mercado e das elites políticas.

No que diz respeito ao direito à Educação Básica das Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), é importante destacar que esses sujeitos possuem os mesmos direitos que qualquer cidadão. Dentre eles, está o acesso à educação, garantido por diversos marcos legais, conforme listado a seguir:

- 1) **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)** – Artigo 26: assegura que todo indivíduo tem direito à educação, sendo obrigação do Estado garantir esse acesso (ONU, 1948).
- 2) **Lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal (LEP)** – Artigos 10 e 17 a 21: trata da assistência educacional às PPLs, buscando sua ressocialização e integração social (BRASIL, 1984).
- 3) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88)** – Artigo 205: estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.
- 4) **Resolução nº 14/1994** – Estabelece regras mínimas para o tratamento de presos no Brasil.
- 5) **Lei nº 9.394/1996 (LDBEN)** – Artigo 5º: define o acesso à educação básica obrigatória como direito público subjetivo, podendo ser exigido judicialmente (BRASIL, 1996).
- 6) **Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE)** – Estabelece, entre suas metas, a destinação de recursos específicos para a educação de presos e egressos, incluindo o uso do Fundo Penitenciário (BRASIL, 2001).
- 7) **Resolução nº 3/2009 – Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais** – Estabelece princípios como: gestão articulada entre ministérios, valorização dos profissionais, foco nos aspectos pedagógicos, estímulo à leitura e à criação de bibliotecas, além da promoção da inclusão, acessibilidade e respeito às diversidades (BRASIL, 2009).

Adicionalmente, o **PEE/PPLE/SP** e outros documentos normativos estaduais orientam a oferta educacional às PESRPLs no PA. Esses documentos estão sistematizados no Quadro 5, onde constam, na primeira coluna, o número e, na segunda, o documento e em terceiro as instituições envolvidas em sua elaboração e execução.

Quadro 5 - Instrumentos normativos que regem a Educação para Pessoas em Situação de Restrição e/ou Privação de Liberdade no estado do Pará.

Nº	DOCUMENTOS	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS
01	TCT nº. 013/2020	➤ SEAP/PA ➤ SEDUC/PA
02	TCT nº. 005/2019	➤ SEAP/PA ➤ SEMED Breves
03	TCT nº. 004/2019	➤ SEAP/PA ➤ SEMED Cametá
04	TCT nº. 002/2019	➤ SEAP/PA ➤ SEMED Mocajuba
05	TCT nº. 003/2019	➤ SEAP/PA ➤ IBRAEMA
06	TCT nº. 001/2019	➤ SEAP/PA ➤ SENAR
07	TCT nº. 022/2012	➤ SEDUC/PA ➤ SEAP/PA ➤ DPE/PA
08	TCT nº. 022/2018	➤ SEDUC/PA ➤ SEAP/PA ➤ DPE/PA ➤ UFPA

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados que constam no PEE/PPLE/SP.

Dentre os instrumentos normativos que regem a oferta de Educação às PESRPLs no estado do PA, destaca-se o TCT nº 013/2020. Esse instrumento trata da atuação conjunta entre a SEAP/PA, representada à época pelo seu titular, Sr. Jarbas Vasconcelos do Carmo, e a SEDUC/PA, representada por sua titular, Sra. Elieth de Fátima da Silva Braga.

O referido TCT tem como objeto a oferta e a manutenção do ensino da Educação Básica nas unidades prisionais do estado, por meio do Programa Estadual de Educação em Prisões (PEEP), na modalidade da EJAI, de forma concomitante e integrada à Educação Profissional de nível básico e à formação continuada.

Esse instrumento normativo visa à consolidação da Política de Escolarização no Cárcere por meio da articulação entre os eixos Educação, Trabalho e Empregabilidade, em consonância com o estabelecido no inciso IV do artigo 11 da Lei Nº 7.210/84 – LEP e a Resolução Nº 02 de 19 de maio de 2010, do CNE, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta da EJAI em

situação de privação de liberdade nos Estabelecimentos Penais. Além disso, o TCT contempla o atendimento ao projeto de remição de pena por meio da leitura, intitulado “**A Leitura que Liberta**”, que está em concordância com o Acordo de Cooperação Técnica nº 022/2018, firmado entre SEAP/PA, SEDUC/PA, Tribunal de Justiça do PA (TJ/PA), DPE/PA e UFPA. (PARÁ, 2020)

Além desses, há outros TCTs firmados entre a SEAP/PA e instituições como as SEMEDs de Breves, Cametá, e Mocajuba, o IBRAEMA, o SENAR, a DPE/PA e a UFPA. (PARÁ, 2021)

Adicionalmente, por meio de pesquisa realizada no site da SEAP/PA, especificamente na aba “Transparência Pública”, identificaram-se outros documentos normativos relacionados à oferta educacional no sistema prisional paraense. Esses documentos foram sistematizados no Quadro 6, que apresenta, na primeira coluna, os tipos de documentos (como convênios de cooperação técnica, contratos e TCTs), na segunda, as instituições envolvidas, na terceira, os números dos processos administrativos e, na quarta, os respectivos períodos de vigência.

Quadro 6 – Documentos firmados entre Instituições para o acesso à Educação no estado do Pará.

Nº	DOCUMENTO	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	Nº DO PROCESSO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
01	CCT Nº 042/2023	SECTET e SEAP.	2023/318632	28/06/2023 a 28/06/2028
02	Contrato 090.2022	SENAI	2020/180303	22/08/2022 a 22/08/2023
03	TCT Nº 003/2016	IBRAEMA	2016/236941	08/08/2016 a 10/08/2024
04	TCT Nº 014/2020	SEAP e o Município de Parauapebas	2020/648447	12/10/2020 a 13/10/2026

Fonte: Site SEAP/PA – Transparência Pública.

Dentre os documentos encontrados na Pesquisa realizada, encontrou-se o Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebrou o PA, por meio da SECTET e a SEAP. O referido Convênio

[...] tem por objeto realizar ações conjuntas entre os entes públicos que alcancem às demandas identificadas de Educação profissional no âmbito do Programa Estadual de Educação Superior, Profissional e Tecnológica, para atendimento do privado de liberdade, do condenado, do internado, do preso provisório e do egresso, através de processos laborais e socioeducativos, propiciando sua efetiva reintegração social por meio da qualificação e profissionalização do reeducando para estimular a inclusão junto ao mercado de trabalho. (PARÁ, 2023, p. 01-02)

É importante explicitar que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade prevista na Lei Nº 9.394/1996 – LDBEN com a finalidade essencial de preparar

para o “exercício de profissões”. A EPT, “no cumprimento dos objetivos da Educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. (BRASIL, 1996, s/p)

Encontrou-se também, o Contrato Administrativo Nº 090/2022/SEAP, que celebram entre si a SEAP e o SENAI que tem como objeto a

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para o curso profissionalizante em Marcenaria, para atender ao CONVÊNIO Nº 891189/2019/DEPEN/MJ para desenvolver noções na área de marcenaria nas unidades Prisionais unidades Prisionais: Central de Triagem Metropolitano II (CTM II), Ananindeua-PA; Cadeia Pública de Marabá (CPM), Marabá-PA; Presídio Estadual Metropolitano I (PEM I), Marituba-PA.

1.2 Capacitar profissionalmente pessoas privadas de liberdade no estado do Pará na área de construção civil, subárea marcenaria, por intermédio do aparelhamento de oficina permanente, bem como a celebração de instrumentos de cooperação no âmbito estadual que auxiliem a harmônica integração social das pessoas privadas de liberdade com obtenção de documentos pessoais/profissionais e fortalecimento da reintegração social. (PARÁ, 2022, p. 01-02)

Os dois últimos documentos encontrados foram dois TCTs:

1) O TCT nº 003/2016 tem como objeto a mútua cooperação entre a SEAP e o IBRAEMA para a Alfabetização de Jovens e Adultos Custodiados (as) no SPP, com a doação de livros e treinamento de internos para atuarem na condição de facilitadores voluntários, conforme especificado no Plano de Trabalho que se encontra em anexo no referido instrumento;

2) O TCT Nº 014/2020 celebrado entre a SEAP e o município de Parauapebas tem como objeto a implementação da oferta de ensino da Educação Básica na Unidade de Custódia e Reinserção (UCR) de Parauapebas⁷⁶, por meio da EJAI, assim como a implementação do Projeto de “Remição de Pena pela Leitura”, com o objetivo de atender o que determina o inciso IV, do artigo 11, da Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 que institui a LEP e a Resolução Nº 02 de 19 de maio de 2010, do CNE que “dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos Estabelecimentos Penais”. (BRASIL, 2010, s/p) O referido Termo foi publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil – Estado do Pará (DOE-PA) Nº 34.372 no dia 14 de Outubro de 2020, como demonstra a imagem a seguir:

⁷⁶ Antigo Centro de Recuperação de Parauapebas.

Imagem 3 – Print da publicação do TCT Nº 014/2020 no Diário Oficial do Estado do Pará.

Quarta-feira, 14 DE OUTUBRO DE 2020

Contratado: QUEMEL COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR E LABORATORIAL LTDA
 Endereço: Rua Dois de Dezembro, 1430 -Bairro: Ponta Grossa/Icoaraci
 -Cep: 666812-450.
 Município: Belém-PA
 Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Protocolo: 589869

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº: 014

Exercício: 2020
 Data de Assinatura: 05/10/2020
 Vigência: 12/10/2020 a 12/10/2023
 Objeto: O presente termo de cooperação técnica é a implementação da oferta de ensino da educação básica na unidade prisional do Município de Parauapebas.
 Partes:
 Beneficiário ente Público: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.
 Concedente: Prefeitura Municipal de Parauapebas
 Nome do Ordenador: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Protocolo: 589521

Fonte: Diário Oficial Nº 34.372.

Na subseção a seguir trataremos como a Educação Prisional está organizada.

3.3 Educação Básica como Forma de Organização

A Educação Básica, enquanto **forma de organização** da Educação nacional, estrutura-se como o primeiro nível da educação escolar, ocorre da seguinte forma, como pode ser visualizada na Figura 2, que representa a visão holística de “base” segundo Cury (2008) .

Figura 2 - Visão holística de “base” segundo Cury (2008).



Fonte: Imagem elaborada pela autora utilizando os recursos da plataforma de design gráfico Canva.

Como podemos observar na imagem acima, a Educação Infantil é a raiz da Educação Básica, o Ensino Fundamental constitui seu tronco e o Ensino Médio representa o acabamento. É dessa concepção sistêmica e progressiva de base — ou de “educação básica” — que se pode compreender uma visão consequente e interdependente das etapas que a compõem (CURY, 2008, p. 294).

Cabe destacar que, embora o conceito de “Educação Básica” não estivesse explicitado anteriormente no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é nela que se encontra a essência desse entendimento. A Constituição positivou a Educação como um direito social e um dever do Estado, que deve ser garantido de forma universal e igualitária. A LDBEN/96, por sua vez, foi a responsável por consolidar essa terminologia e definir a organização da Educação Básica como um direito público subjetivo, estruturando-a em três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No âmbito do sistema prisional paraense, a Educação é desenvolvida por meio da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, da Educação Profissional (por meio de cursos de capacitação devidamente certificados), da Educação Superior, além de atividades não formais, como projetos culturais, esportivos e iniciativas de incentivo à leitura. Dentre estes, destacam-se o Projeto de Alfabetização e o Projeto de Remição de Pena pela Leitura, que se articulam à política nacional de educação em prisões.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais (BRASIL, 2010), “a educação será organizada de modo a atender às peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária, levando em consideração a flexibilidade prevista no art. 23 da LDBEN” (BRASIL, 2010, p. 02).

As informações sobre a oferta educacional nas Unidades Prisionais do Pará eram periodicamente sistematizadas e divulgadas pela SEAP por meio da revista digital “SEAP em Números”. Nela eram publicados dados como

[...] quantidade de alunos por modalidade educativa (EJA, Alfabetização, Ensino Profissionalizante, Remição de Pena pela Leitura, Ensino Superior, e atividades não formais), além de dados como o quantitativo de homens, de mulheres e de LGBTQIA+ em atividades educacionais na Região Metropolitana de Belém e no interior do estado. Dessa forma, a consulta sobre o andamento das atividades educativas nos Estabelecimentos Penais do Pará pode ser realizada por qualquer pessoa ou instituição, o que garante a transparência e a publicidade dos dados sobre a Educação no sistema Prisional do estado. (PARÁ, 2021, p. 37)

De acordo com os dados publicados pela Revista Seap em Números, referente aos meses de julho a dezembro de 2022, indicam que o ano encerrou com o total de 2.476 PPLs inseridas na Educação Formal. Na Tabela 05, podemos visualizar o quantitativo de matriculados em cada modalidade de ensino.

Tabela 05 - Quantitativo de alunos matriculados em cada modalidade de ensino de julho a dezembro de 2022.⁷⁷

MODALIDADE DE ENSINO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALFABETIZAÇÃO	173	190	201	207	265	207
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	1462	1171	1.410	1.337	1.242	1324
ENSINO PROFISSIONALIZANTE	90	171	69	38	140	101
EAD SUPERIOR	112	111	136	137	152	130
REMIÇÃO POR LEITURA	472	818	703	742	836	714

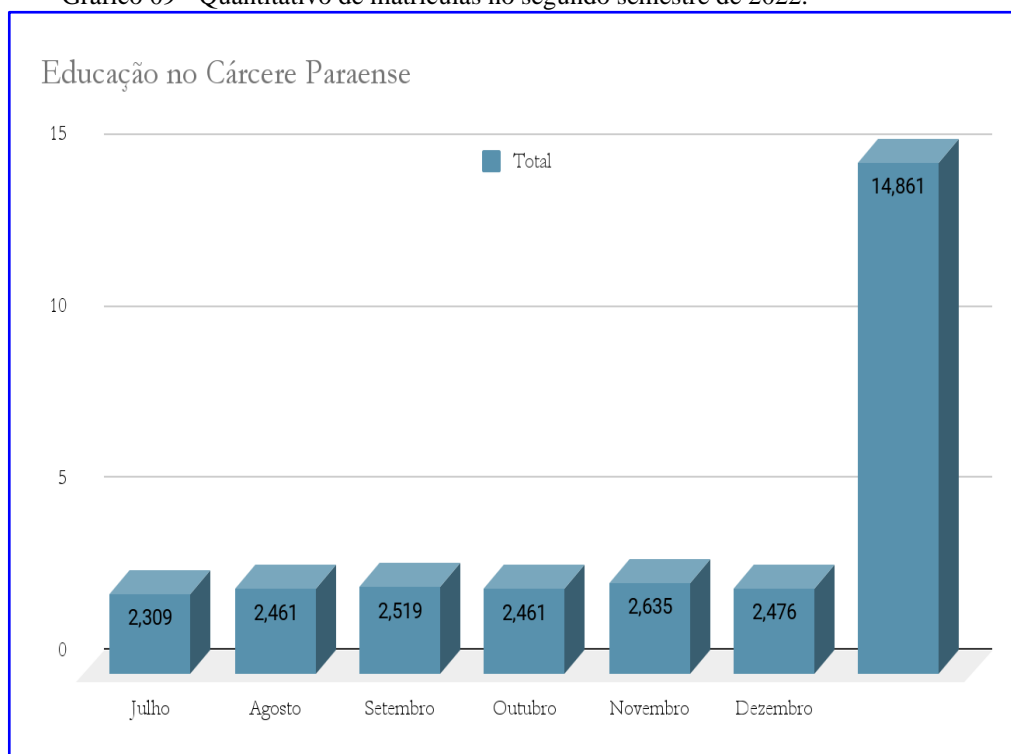
Fonte: Revista Seap em Números.

Conforme se observa na Tabela 05, houve um crescimento significativo na quantidade de matrículas nas diferentes etapas e modalidades de ensino ofertadas no SPP no segundo semestre de 2022. Na “Alfabetização” o número maior de matrículas foi registrado no mês de novembro, totalizando 265. Na EJA, o mês de julho se destacou com 1.462 PPLs inseridas na Educação formal. No que se refere ao “Ensino Profissionalizante”, o maior número de matrículas, 171, ocorreu no mês de agosto. A “Educação à Distância no Nível Superior” obteve destaque no mês de novembro, com 152 matrículas. Por fim, a “Remição de Pena pela Leitura” apresentou seu pico no mesmo mês, contabilizando 836 participações.⁷⁸ A soma dos dados mensais resultou no total de matrículas por mês e no acumulado do semestre, conforme sistematizado no gráfico a seguir, que possibilita uma visualização geral da evolução do acesso à Educação nos estabelecimentos penais no período analisado.

⁷⁷ A comparação dos dados de Educação foi realizada considerando-se o último ano da Gestão anterior (2018) e o mês de dezembro de 2022, pois um mesmo Custodiado pode ser assistido em modalidades diversas a cada ano (período), tendo em vista a sua evolução educacional. (PARÁ, 2022, p.17)

⁷⁸ As modalidades Educação à Distância Superior e Remição pela Leitura não serão aprofundadas no referido trabalho por não fazerem parte da Educação Básica.

Gráfico 09 - Quantitativo de matrículas no segundo semestre de 2022.



Fonte: Gráfico construído pela autora a partir dos dados retirados da Revista Seap em Número, 2022.

Conforme exposto no Gráfico 09, é possível identificar o mês de novembro como o período em que houve o maior número de matrículas nas diferentes modalidades de ensino ofertadas nas unidades prisionais. Tal evidência sinaliza não apenas um esforço concentrado de ampliação das ações educativas nesse período, como também reforça a necessidade de reflexão sobre a qualidade e a forma como essas ofertas vêm sendo organizadas.

Nesse sentido, Leme (2011), em seu texto intitulado **“Analisando a ‘grade’ da ‘cela’ de aula”**, argumenta que a presença da EJAI nos espaços prisionais deve ocorrer por meio de novas formas e ações educativas, adequadas à realidade das PPIs. Para o autor, não se trata de simplesmente transpor o modelo das escolas do “mundo livre” para o cárcere, pois, caso a escola na prisão apenas reflita o modelo tradicional das escolas externas, os mesmos erros e limitações poderão se repetir no contexto prisional. Ao utilizar o termo “cela de aula”, Leme destaca a ambiguidade presente nesses espaços, que oscilam entre o controle institucional e o potencial educativo, indicando que a organização da Educação no cárcere deve considerar as especificidades do ambiente, das trajetórias dos sujeitos e dos desafios impostos pela privação de liberdade. Para o autor

A “cela de aula” é um lugar importante para os prisioneiros, os cativos. Um espaço de realização e de construção de novos projetos. Porém, parece ainda faltar alguns elementos que façam da “cela de aula” uma Escola de verdade, uma Escola que

contribua para a reintegração social dos cativos e que garanta o direito à Educação. (LEME, 2011. p. 246).

A ideia de “cela de aula”, proposta por José Leme, é pertinente e reveladora, uma vez que, nas unidades prisionais, os espaços destinados ao ensino geralmente são improvisados e não foram concebidos originalmente para fins educacionais. As prisões, em sua arquitetura e lógica fundacional, priorizam o isolamento e o controle, não a formação cidadã. Assim, as salas de aula acabam sendo ambientes adaptados, muitas vezes marcados por limitações estruturais e pedagógicas. Essa realidade é ilustrada no relato de Muniz (2020), professora de História no sistema prisional paraense, que desabafa:

Alguns destes espaços são antigas celas. A implantação de Escolas nas prisões ainda é um processo em construção que tem passado por modificações. Mas a “cela de aula” é um lugar atípico e diferenciado. Não é a “cela” com grades e cadeados, ausente de mobilidade onde os presos passam a maior parte do tempo ociosos. Na “cela de aula” o pensamento e a transmissão de conhecimentos são livres. Os desafios são muitos e vêm em várias direções. Um dos graves problemas está relacionado à questão dos espaços cedidos para transformarem-se em salas de aulas. As salas geralmente não possuem estruturas adequadas: são escuras, quentes, pequenas, sem ventilação e sem higienização. Somando-se a estes itens, a questão do barulho que é muito comum na prisão. A voz do professor em muitas situações compete, sem sucesso, com os gritos dos agentes, dos próprios internos, das batidas dos cadeados, das grades e dos aparelhos de som em alto volume, principalmente nas penitenciárias onde as “celas de aulas” ficam dentro do bloco carcerário. Entre estes desafios destaca-se a imprevisibilidade de situações que ocorrem na casa Penal e que resultam na suspensão das ações educativas planejadas. Situações como: falta de água, ausência de energia, revistas, visitas, mutirões da justiça, rebeliões, etc. É comum chegarmos nas prisões para desenvolver nossas atividades e sermos avisados de que as aulas foram suspensas pelo setor de segurança (p. 19-20)

Os relatos apresentados pela professora Diana Muniz são, de fato, bastante realistas e refletem com precisão as condições enfrentadas nas salas de aula do sistema prisional. Essa descrição encontra eco na minha própria vivência enquanto pesquisadora, extensionista e familiar de uma PPL em unidades prisionais paraenses. O barulho é uma constante no cotidiano do cárcere — sons de grades, gritos, movimentações de agentes e detentos — compondo uma ambiência sonora que interfere diretamente na concentração e no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Paradoxalmente, o silêncio repentino pode sinalizar que algo grave está prestes a acontecer, o que gera tensão permanente nos profissionais e nos educandos.

Além disso, o ambiente físico impõe desafios extremos: as altas temperaturas tornam as salas abafadas e exaustivas, o odor é persistente, e a insalubridade é um fator preocupante, contribuindo para a proliferação de doenças e agravando a vulnerabilidade das PPLs. Essas condições materiais comprometem o processo educativo e evidenciam a contradição entre o

direito à Educação — assegurado legalmente — e a realidade da sua implementação no interior do sistema prisional paraense.

3.4 Os Conceitos de Qualidade em questão/tensão.

Nesta subseção, problematizamos o conceito de qualidade da Educação, seguindo a seguinte linha de pensamento: 1) destacamos seu caráter camaleônico⁷⁹, considerando os diversos sentidos assumidos ao longo da história; 2) ressaltamos suas implicações pedagógicas e políticas.; e 3) discutimos a qualidade no contexto da Escola como Organização.

Cabe destacar que o conceito de qualidade na Educação é polissêmico e vinculado às perspectivas dos sujeitos. Deste modo,

Estudos, avaliações e Pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos. Estes documentos ressaltam, ainda, a complexidade da Qualidade da Educação e a sua mediação por fatores e dimensões extra-escolares e intra-escolares. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 9)

A análise de documentos oficiais mostra que, frequentemente, a qualidade é associada a avaliações em larga escala, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a indicadores internacionais, como os utilizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Enguita (2002, p. 95) observa que “se hoje existe uma palavra em moda no mundo da Educação, essa palavra é, sem dúvida, ‘qualidade’ [...] todos coincidem em aceitar a qualidade da Educação ou do ensino como o objetivo prioritário”.

No entanto, as múltiplas concepções de qualidade levam a interpretações divergentes sobre seu significado e, conseqüentemente, a diferentes formulações de políticas educacionais nos estados e municípios, como evidenciado em seus respectivos planos (ESTÊVÃO, 2001; PARO, 2012).

Esse conceito, muitas vezes, carrega um certo encantamento, situando as organizações, inclusive as educativas, em um nível superior de prestígio e excelência. Como afirma Estêvão (2013), para muitos, qualidade é estar “no caminho do Senhor”.

⁷⁹ Termo utilizado por Estêvão, 2013.

Ao investigar a arqueologia deste conceito, identificamos que a ideia de qualidade nasce no Departamento de Defesa dos Estados Unidos. *A posteriori*, como palimpsesto, os seus sentidos foram surgindo e reescrito ao longo da história. (STÊVÃO, 2013)

A priori, foi subsumida na noção de inspeção (controle), “visando a identificação das causas de não-conformidade para se proceder aos reajustamentos e a outras acções correctivas mais localizadas”. Posteriormente, com Taylor, a “inspecção insurgiu como uma técnica organizacional e uma função gerencial” em que o trabalho era executado com precisão, rapidez e qualidade sob a observação do supervisor. (STÊVÃO, 2013, p. 16)

A qualidade passa a ser compreendida mais nitidamente como controle de qualidade e controle estatístico a partir da década de 1920 do século XX, com o objetivo além de verificar a qualidade após a conclusão do trabalho no que se refere às funções de detecção e correção, mas também controlar a qualidade durante o processo de produção, utilizando diversas técnicas, por exemplo: criação de manuais e gráficos de controle ou utilização de estatísticas básicas. Isso permite identificar as causas dos desvios. Melhorando assim o desempenho do processo. (STÊVÃO, 2013)

No decorrer dos anos, a compreensão da qualidade evoluiu e passou a ser concebida como garantia ou certificação de um produto. Apesar da preocupação com a mensuração dos custos da qualidade andar ao lado da engenharia da confiabilidade para garantir uma performance aceitável de um produto no decorrer do tempo, mas porque possuem determinadas propriedades (funções preventivas) determinadas a priori por meio de métodos que não se limitam à estatística. Essa transformação para a garantia da qualidade, exigiu além da modificação da postura no que diz respeito aos recursos técnicos relacionados à Gestão da Qualidade, “o desenvolvimento de uma nova filosofia e de um novo approach operativos” e, ainda, “uma mudança no estilo de Gestão” (DALE&COOPER, 1994, p. 43). Com isso, se desenvolvem: 1) os sistemas de qualidade; 2) se alarga o conceito de qualidade não dependente exclusivamente das operações ligadas à produção; 3) o planejamento deixa de confinar-se à “qualidade base” para visar a “qualidade superior”. (STÊVÃO, 2013)

Na segunda metade da década 1970 do século passado, a definição de qualidade passou de uma mera função técnica para uma função fundamentalmente estratégica. Isso ocorreu devido a influência de “outras concepções e de outras práticas gestionárias” (ESTÊVÃO, 2013, p. 17). Então, a qualidade é transferida para o nível institucional e político da organização e passa a ser relacionada “à criatividade, à vantagem competitiva, à necessidade de sobrevivência pela escuta do cliente”. Com isso, busca-se o compromisso de toda a organização com a qualidade, envolvendo a alta gerência e todos os colaboradores. Acentua-se a primazia da

relação entre a qualidade e os objetivos básicos e estratégicos da organização. Exige-se, portanto, uma modificação da cultura organizacional que harmonize todos os membros no desempenho das metas e no aperfeiçoamento contínuo adequadamente avaliado. (STÊVÃO, 2013, p.17)

Sobre este paradigma, mencionado, com o objetivo da sua concretização transfuncional, sugerem-se, de acordo com Stêvão (2013), 6 (seis) alternativas: 1) obtenção dos **“zeros da excelência”** - este termo não é comumente usado, mas no que se refere aos fundamentos da excelência em Gestão, eles são princípios que definem o entendimento contemporâneo de uma Gestão de excelência. A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) lista vários fundamentos da excelência em Gestão, incluindo pensamento sistêmico, aprendizado organizacional, atuação em rede, inovação, agilidade, liderança transformadora, conhecimento sobre clientes e mercados, responsabilidade social, valorização das pessoas e da cultura, decisões fundamentadas, orientação por processos e geração de valor (FNQ, 2015); 2) o combate à **“fábrica fantasma”**; 3) a concretização de sistemas de **“produção magra”** - também conhecida como **Lean Manufacturing**, é uma filosofia de Gestão focada na redução de desperdícios, ou seja, tudo aquilo que não agrega valor ao produto final. (MADEIRA, 2009) Ela foi implementada pela primeira vez na indústria automóvel japonesa Toyota, através de um sistema inovador de Gestão da produção. (SILVA, 2012); 4) o controle por programas de **“just-in-time”** - nome inicial do sistema de produção da Toyota, considerado a peça fundamental na produção Lean (FIGUEIRA, 2011); 5) a implementação da “reengenharia” de processos; 6) a reorganização do trabalho por equipes autônomas ou semi-autônomas.

Desse modo, consolida-se a ideia de a **qualidade total**, em que a sua Gestão precisa considerar, congruentemente, os princípios do qual a qualidade resulta, como: “conformação às exigências do utente; de que há necessidade de medidas de performance adequadas; de que é imprescindível o envolvimento e o aperfeiçoamento, sem cessar, de todos os membros da organização”. Daí fica em evidência dois coadjuvantes - a eficiência que visa satisfazer as exigências do consumidor e a eficácia que diz respeito à conformidade às especificações prévias do produto. (ESTÊVÃO, 2013, p. 17)

Então, por conseguinte, a qualidade total define-se, como um fator transfuncional que permeia cada dimensão da organização, surgindo simultaneamente, várias entidades certificadoras dessa mesma qualidade total, segundo parâmetros amplamente consensuais, mas nem sempre totalmente coincidentes. Contudo, a qualidade nem sempre tem sido entendida de guisa unívoca. (ESTÊVÃO, 2013) Pois, como podemos ver que uns interpretam-na como “uma filosofia de Gestão”, visando o sucesso da organização num segmento de mercado, num

processo contínuo de aprendizagem e de envolvimento total de toda a organização, de todos os processos e de todas as pessoas. Outros de forma mais pragmáticas da qualidade consideram-na em essência, como uma estratégia que é menos custosa, expande a produtividade e reduz os custos da organização. (ESTÊVÃO, 2012, 2013)

Ao associarmos a qualidade com a representação da Escola como Organização, é possível perceber que o conceito de qualidade suscita perplexidades.

Na literatura, este conceito está relacionado com a expansão da eficiência educacional das Escolas. Para tanto, é preciso definir um grupo de indicadores de qualidade que possibilitam apodar as instituições de ensino como organizações inteligentes e eficazes definidas: 1) pelas metas e objetivos claros; 2) pelo compromisso com esses propósitos; 3) pelo trabalho de equipe e liderança forte e clara e pelos novos métodos e delimitação clara de fronteiras com os seus meios envolventes. (STÊVÃO, 2013)

As Escolas eficazes costumam apresentar 8 (oito) características segundo Bolívar (2000): 1) liderança focada no currículo; 2) clima positivo; 3) ênfase na aprendizagem; 4) metas claras e altas expectativas; 5) monitorização da performance; 6) desenvolvimento contínuo do *staff*⁸⁰; 7) envolvimento dos pais e 8) apoio das entidades locais.

Com isso, entendemos que nas Escolas Eficazes a Gestão Escolar está comprometida com a excelência acadêmica e a implementação de um currículo robusto; há promoção de um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor onde a aprendizagem do educando é a prioridade; é estabelecida metas claras para o sucesso dos estudantes e mantém altas expectativas para o seu desempenho; a Escola acompanha regularmente o progresso dos alunos para garantir que eles estejam atingindo suas metas acadêmicas e investe no desenvolvimento profissional de Docentes e funcionários. Além de incentivar a participação ativa dos pais na Educação de seus filhos e contar com o apoio de organizações locais e da comunidade em geral.

Assinale-se, ainda a propósito, segundo o autor citado, o paralelismo empresarial que o movimento das Escolas Eficazes de algum modo sugere e em que a qualidade se assume como um reflexo mais ou menos fiel das preocupações produtivas deste mesmo movimento.

Preconiza-se, então, assim como as empresas, as Escolas Eficazes estão constantemente buscando melhorar e otimizar seus processos para alcançar melhores resultados. Isso é uma observação interessante e destaca a importância de adotar uma mentalidade de melhoria contínua na Educação. Porém, não devemos desconsiderar que a comparação entre Escolas e

⁸⁰ *Staff* é um termo inglês que significa "pessoal", no sentido de equipe ou funcionários.

empresas é um tema complexo e tem sido objeto de muitas discussões. E ao fazermos essa equiparação surgem alguns pontos críticos como:

1) **Especificidade da Educação**, pois a Escola “não é uma empresa que cumpre metas para alcançar objetivos”. O sucesso na Educação está em “saber conviver com a subjetividade do outro, o que só é possível em um ambiente democrático”. (PARO, 2012, s/p); Ressalta-se que a nossa visão de Escola é de uma instituição mutável, que mobiliza elementos para a transformação das pessoas e da sociedade em que o pensamento de Paulo Freire e a Pedagogia Histórico-Crítica deveriam predominar.

2) **Diferenças sociológicas e organizacionais** – a Escola tende a se diferenciar da empresa em aspectos importantes sob o ponto de vista sociológico e organizacional, como o controle político, administrativo e burocrático da Escola, e a centralização do sistema educativo.

Esses pontos destacam que, embora existam semelhanças entre Escolas e empresas, há diferenças fundamentais que devem ser consideradas ao se fazer tal comparação. A Escola tem uma missão social de extrema importância e desempenha um papel vital para a sociedade contemporânea.

A qualidade oferece, com efetivação, várias vantagens, uma vez que propende a evidenciar:

[...] os valores que permeiam as relações de trabalho, uma maior centralidade da missão da organização, um sentido mais unificador, uma maior consistência ao nível das intenções, uma nova definição da territorialidade da organização como comunidade, uma motivação acrescida, uma liderança mais desafiadora e situacional, uma maior partilha de valores e colaboração grupal, uma visão mais clara dos procedimentos dos processos de trabalho. (ESTÊVÃO, 2013, p. 22)

É deveras laborioso exprimir num “conceito unívoco de qualidade, heurísticamente pertinente e universalmente aceite” (ESTÊVÃO, 2013, p. 22), visto que a Escola expressa um caráter complexo, “político e multidiscursivo” (ESTÊVÃO, 1998), atravessada por múltiplas pressões institucionais que a torna subordinada às suas finalidades e funções, com diferentes princípios que a estruturam como: o mérito, a cultura crítica, a comunidade, o mercado, a empresa, entre outras. (ESTÊVÃO, 2013)

Se conseguimos conceber a Escola como um “lugar de vários mundos” (ESTÊVÃO, 2004, 2012, 2013) como o mercantil, industrial, doméstico, cívico ou mundial e que lhe podem dar um caráter mercantil, empresarial, comunitarista, cidadão ou mundializado, tal conceito e visão vai pôr-nos diante “princípios argumentativos diversos, lógicas e racionalidades diferentes” além de “noções de qualidade não coincidentes e que, inclusive, podem conflitar-se entre si. (ESTÊVÃO, 2013)

Deste modo, pode-se afirmar que a questão da qualidade é uma questão de opção e ideário político que mobiliza valores, princípios, ações políticas, pois podemos optar por uma qualidade específica em detrimento de outras qualidades, diz Estêvão (2013). Em outras palavras

[...] ela transmuta-se consoante o apelo se faça à lógica do mundo industrial para valorizar o capital humano; à lógica do mundo cívico para salientar a promoção da igualdade, da solidariedade e da justiça diante do ensino; à lógica do mundo doméstico em nome da maior proximidade relacional, do cuidado a dispensar aos actores Escolares, favorecendo a aprendizagem; à lógica do mundo mercantil, tendo em vista o incremento dos padrões de produtividade e competitividade. (ESTÊVÃO, 2013, p. 23)

Porém, constatamos que não seja uma opção e sim um ideário político que mobiliza valores, princípios, ações e sujeitos.

Consequente a isso, fazendo alegoria da Escola relacionando-a ao mundo do mercado como Silva e Gentili (1996) dizem “Escola S.A”, podemos evidentemente vislumbrar a opção por uma qualidade compromissada com um mundo mercantil, avaliada, por exemplo, por meio dos resultados dos *rankings*, do número de estudantes que adentram nos cursos superiores no qual exigem notas elevadas, as avaliações externas e/ou em larga escala. (ESTÊVÃO, 2023)

As avaliações externas, são estratégias efetivadas por atores que não fazem parte do cotidiano da Escola, podendo abranger toda ou parte do escopo das instituições. (WERLE, 2011)

Dentre as mais importantes transformações produzidas pela avaliação estandarizada é a ênfase nos resultados e consequentemente a depreciação dos processos, por estar análoga a funções gestionárias - é utilizado como estratégia para controlar os gastos públicos e implementar a lógica de mercado nas organizações e instituições públicas (AFONSO, 2009). Com isso,

Neste cenário, faz todo o sentido, então, falar em qualidade conectada com as vantagens competitivas, com a criação de distintividade, com a satisfação das necessidades soberanas do cliente, com a criação de nichos que respondam à diversidade de demandas na área do consumo da Educação. A qualidade que neste enquadramento conta é aquela que reforça a imagem da Escola “mcdonaldizada” [...], em virtude de ser capaz de tomar a dianteira por processos rápidos de uma pedagogia “pronta a servir” de formação de professores, de kits universais de formação em áreas nobres do conhecimento com grande poder de transferibilidade, de promoções big macs de currículos de sucesso, de padrões curriculares neo-tecnicistas obedientes às normas padronizadas de qualidade pré-estabelecidas. (ESTÊVÃO, 2013)

No entanto, se a organização Escolar for compreendida, não como a concepção citada acima, mas como uma construção social crítica, como “Escola cidadã” ou uma “Escola como

organização comunicativa”⁸¹ (BOTLER, 2004; ESTÊVÃO, 2005, 2011, 2013), às indagações da qualidade assumem uma outra dimensão, ao serviço do rigor, “da democracia, da participação, da responsabilidade solidária”, uma vez que, segundo Estêvão (2013), a criação da civilidade interna se fundamenta hegemonicamente nos “princípios do mundo cívico e nas interações comunicativas, que irão propiciar aos actores educativos oportunidades efectivas de se tornarem verdadeiros actores e autores da organização.” (ESTÊVÃO, 2013, p. 23) Realidade esta, que exige a inquietação da Escola com a qualidade da sua vida ética, apoiada fundamentalmente, “nos princípios da democracia, da solidariedade e da esperança” (GIROUX, 1993, p. 128-129). Neste cenário, a qualidade educacional é aferida também pela sua contribuição para uma Pedagogia que “resgate o outro”. (ESTÊVÃO, 2013, p. 24)

Contudo, é possível traçar caminhos conceituais divergentes no que diz respeito à qualidade de ensino, do mesmo modo que ocorrem com os conceitos de Educação e gestão Escolar, quer quanto à natureza dos pressupostos teóricos que a fundamentam e em termos das conotações que este conceito tem adquirido nas duas últimas décadas e os seus usos práticos. Duas posições extremas bifurcam-se, em que

De um lado, situam-se posições racionalistas de inspiração funcionalista, que advogam a instrumentalidade como via para a qualidade, aspiram à objectividade como garantia da avaliação da qualidade e dão preferência a critérios justificados no interior da relação meios-fins. No outro extremo, situam-se as perspectivas inspiradas na teoria crítica, as quais pretendem desocultar e pôr em causa quer os pressupostos das perspectivas positivistas, quer as suas consequências ao nível das concepções do ensino, da formação e da avaliação dos professores. (SANCHES, 1997, p. 06-07)

Na próxima subsecção trataremos da qualidade social da Educação.

3.4.1 Qualidade Social da Educação: princípios que mobilizam um estudo da Educação para PPLs.

Neste trabalho defendemos concepção de Qualidade Social da Educação a partir de uma perspectiva crítica e holística, comprometida com o desenvolvimento da criticidade, da autonomia e da participação ativa do educando no processo de aprendizagem.

⁸¹ A análise da Escola como Organização Comunicativa inspira-se na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, que se configura como uma teoria social baseada na interação linguisticamente mediada, acrescentando à discussão sociológica as dimensões moral e psicológica. O autor afirma que “a validade de uma norma depende de um processo dialógico, racional (argumentativo) e democrático” (Goergen, 2001, p.45). Com isso quer dizer que as normas precisam ser justificadas com argumentos substantivos, para que os sujeitos envolvidos na ação não sejam a ela submetidos por critério de coação. Neste sentido, a validação da ação se dá via intersubjetividade. Distingue, desta forma, as normas em vigor em determinado contexto social das normas válidas, o que conduz à superação do paradigma determinista da subjetividade. (BOTLER, 2004, p. 131)

A qualidade social da educação está estreitamente vinculada à gestão democrática da Educação e da Escola. Esta concepção foi arquitetada e aprimorada no campo das lutas educacionais que se instauraram na década de 1980. O Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira consolidado na Plenária de Encerramento do II Congresso Nacional de Educação (IICONED) que ocorreu no dia 09 de novembro de 1997 em Belo Horizonte (MG) ressalta que

A qualidade social implica providenciar Educação Escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população. Tal objetivo exige um grande esforço da sociedade e de cada um para ser atingido, considerando as dificuldades impostas pela atual conjuntura. De acordo com essa perspectiva, são valores fundamentais a serem elaborados: solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania. Tais valores implicam no desenvolvimento da consciência moral e de uma forma de agir segundo padrões éticos. A Educação de qualidade social tem como consequência a inclusão social, através da qual todos os brasileiros se tornem aptos ao questionamento, à problematização, à tomada de decisões, buscando as ações coletivas possíveis e necessárias ao encaminhamento dos problemas de cada um e da comunidade onde vivem e trabalham. Incluir significa possibilitar o acesso e a permanência, com sucesso, nas Escolas, significa gerir democraticamente a Educação, incorporando a sociedade na definição das prioridades das políticas sociais, em especial, a educacional. (BRASIL, 1997, p.10)

Para construir uma Escola de qualidade é necessário ter como objetivo a superação das condições adversas e de condições favoráveis extra e intraescolares. As condições extraescolares

[...] implica, por um lado, políticas públicas, programas suplementares e projetos Escolares e extraescolares para o enfrentamento de questões como fome, violência, drogas, sexualidade, desestruturação familiar, trabalho infantil, racismo, transporte Escolar, acesso à cultura, saúde e lazer, dentre outros, considerando-se as especificidades de cada ente federado e sistema educacional. Por outro lado, implica efetivar uma visão democrática da Educação como direito e bem social, que deve expressar-se por meio de um trato Escolar pedagógico, que, ao considerar a heterogeneidade sociocultural dos sujeitos-alunos, seja capaz de implementar processos formativos emancipatórios. (DOURADO et al, 2016, p. 117)

No que tange às condições intraescolares, estas podem ser divididas em 4 (quatro) planos: 1) o plano do sistema - que está relacionado às condições de oferta do ensino

[...] refere-se à garantia de instalações gerais adequadas aos padrões de qualidade, definidos pelo sistema nacional de Educação em consonância com a avaliação positiva dos usuários; ambiente Escolar adequado à realização de atividades de ensino, lazer e recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade etc.; equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso adequadas às atividades Escolares; biblioteca com espaço físico apropriado para leitura, consulta ao acervo, estudo individual e/ou em grupo, Pesquisa online, dentre outros; acervo com quantidade e qualidade para atender ao trabalho pedagógico e ao número de alunos; laboratórios de ensino, informática, brinquedoteca, em condições adequadas de uso; serviços de apoio e orientação aos estudantes; condições de acessibilidade e atendimento para portadores de necessidades especiais; ambiente Escolar dotado de condições de segurança para alunos, professores, funcionários, pais e comunidade em

geral; programas que contribuam para uma cultura de paz na Escola; definição de custo-aluno anual adequado que assegure condições de oferta de ensino de qualidade. (DOURADO et al, 2016, p. 119)

2) O plano da instituição educativa que está relacionado à Gestão e Organização do Trabalho Escolar;

[...] trata da estrutura organizacional compatível com a finalidade do trabalho pedagógico; planejamento, monitoramento e avaliação dos programas e projetos; organização do trabalho Escolar compatível com os objetivos educativos estabelecidos pela instituição, tendo em vista a garantia da aprendizagem dos alunos; mecanismos adequados de informação e de comunicação entre todos os segmentos da Escola; gestão democrático-participativa, incluindo condições administrativas, financeiras e pedagógicas; mecanismos de integração e de participação dos diferentes grupos e pessoas nas atividades e espaços Escolares; perfil adequado do dirigente da Escola, incluindo formação em nível superior, forma democrática de provimento ao cargo e experiência; projeto pedagógico coletivo da instituição educativa que contemple os fins sociais e pedagógicos, a atuação e autonomia Escolar, as atividades pedagógicas e curriculares, os tempos e espaços de formação; disponibilidade de docentes para todas as atividades curriculares; definição de programas curriculares relevantes aos diferentes níveis, etapas, ciclos e modalidades do processo de aprendizagem; métodos e propostas pedagógicos apropriados ao desenvolvimento dos conteúdos; processos avaliativos voltados para a identificação, monitoramento e solução dos problemas de aprendizagem e para o desenvolvimento da instituição educativa; tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem; planejamento e gestão coletiva do trabalho pedagógico; jornada Escolar ampliada ou integrada visando à garantia de espaços e tempos apropriados às atividades educativas; mecanismos de participação do estudante. (DOURADO et al, 2016, p. 119-120)

3) O plano do profissional da Educação que está ligada à formação, profissionalização e ação pedagógica

[...] relaciona-se ao perfil docente e demais funcionários: titulação/qualificação adequada ao exercício profissional; vínculo efetivo de trabalho; dedicação a uma só Escola; formas de ingresso e condições de trabalho adequadas; valorização da experiência profissional; progressão na carreira por meio da qualificação permanente e outros requisitos; políticas de forma plano de carreira, incentivos, benefícios; definição da relação alunos/docente adequada ao nível, ciclo, etapa ou modalidade de Educação; garantia de carga horária para a realização de atividades de planejamento, estudo, reuniões técnicas e pedagógicas, atendimento a pais etc.; ambiente propício ao Estabelecimento de relações interpessoais, que valorizem atitudes e práticas educativas, contribuindo para a motivação e a solidariedade no trabalho; atenção/atendimento aos alunos no ambiente educativo. (DOURADO et al, 2016, p. 120-121)

4) O plano do estudante associado ao acesso, permanência e aprendizagem significativa

refere-se ao acesso e às condições de permanência adequadas à diversidade socioeconômica e cultural e à garantia de aprendizagem significativa dos estudantes; consideração da visão de qualidade que os pais e estudantes têm da Escola e que os levam a valorar positivamente a instituição educativa, os colegas e os trabalhadores em Educação, bem como a aprendizagem e o modo como aprendem, engajando-se no processo educativo; processos avaliativos centrados na melhoria das condições de

aprendizagem que permitam a definição de padrões adequados de qualidade educativa; percepção positiva dos alunos do processo ensino-aprendizagem, das condições educativas e da projeção de sucesso na trajetória acadêmico-profissional. (DOURADO et al, 2016, p. 121)

Pode-se observar que a garantia de um padrão adequado de qualidade esbarra, muitas vezes, em questões estruturais, sobretudo no **financiamento da educação**. Na próxima seção, discutiremos como essas questões se expressam no PEE/PPE/SP no estado do Pará.

4 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PENAL

Nesta seção tratado sobre o plano enfatizando a importância deste para a Política Pública, o que ele significa, no que ele se torna uma peça importante na garantia do direito à Educação das PPLs.

4.1 OS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

Nesta subseção, tratamos sobre os PEE/PPLEs. Apresentamos a sua definição e composição, período de vigência, órgão e secretarias responsáveis por sua elaboração, o papel da SENAPPEN neste processo. Logo, concluímos a subseção apresentando a legislação que justifica e ampara a sua construção.

Os PEE/PPLEs são documentos de planejamento que orientam a condução da Política de Educação no contexto Prisional, neles são estabelecidos metas e indicadores em diversos eixos, incluindo: 1) Educação Formal/Alfabetização (com foco na Educação Básica, especialmente no ensino de Jovens e Adultos); 2) Educação Não Formal (que inclui atividades educacionais além do currículo formal); 3) Exames Nacionais de Educação (avaliações para mensurar o progresso educacional); 4) Qualificação Profissional (preparação para o mercado de trabalho); 5) Estrutura Física e 6) Capacitação de Profissionais (melhoria das condições e formação de Docentes e Servidores Penais). Diante disso, cabe destacar que, para esse ciclo dos PEE/PPLE/SP foi dada ênfase a indicadores e metas definidos na perspectiva da expansão da quantidade de PPLs inseridas em atividades de Educação, principalmente, na Educação Básica ofertada na modalidade da EJAI, além de ações voltadas às pessoas egressas do SP. (SENAPPEN, 2021, s/p) Assim, os Planos são instrumentos fundamentais para nortear a Política de Educação nos espaços Prisionais. Então,

O plano educacional é exatamente o instrumento que visa introduzir racionalidade na prática educativa como condição para se superar o espontaneísmo e as improvisações que são o oposto da Educação sistematizada e de sua organização na forma de sistema. (SAVIANI, 2010, p.389)

Além disso, é considerável anunciar que os Planos Estaduais foram atualizados. Nesse sentido, a implementação destes compreendem o período de 2021 a 2024 e são elaborados pelos órgãos de administração Prisional e Secretarias Estaduais de Educação.

A confecção e execução dos Planos Estaduais exigem

[...] articulações e ações integradas, intersetoriais e transversais entre diversos atores de dentro e de fora do sistema Prisional, como órgãos do âmbito Prisional, órgãos e instituições de Educação, setores de tratamento Penal e setores de segurança, organizações da sociedade civil, órgãos do Poder Judiciário, dentre outros. (SENAPPEN, 2021, s/p)

A SENAPPEN cumpre um papel importante nesta construção pois atribui-se a este Departamento definir as diretrizes para a política e de unir atores e integrar ações. Em suma,

Apoiando os planos, o Depen incentiva o fortalecimento da política de Educação para o sistema Prisional, bem como da importância dos investimentos em ações de fomento à Educação, buscando a eficiente e eficaz reintegração da pessoa que se encontra privada de liberdade. (SENAPPEN), 2021, s/p)

Após a etapa de elaboração dos Planos, estes precisam ser publicizados para então os estados iniciarem a sua execução, bem como estabelecer cronograma de monitoramento, de acordo com as entregas planejadas. (SENAPPEN, 2021, s/p) Cabe destacar que os planos de todas as Unidades Federativas estão publicados no site da SENAPPEN.

O Decreto nº 7.626/2011, que institui o PEESP prevê a elaboração dos planos e tem como finalidade ampliar e qualificar a oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, contemplando a Educação Básica na modalidade da EJAI, a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior. (BRASIL, 2011) Foi decretado pela Ex-Presidenta da República Dilma Vana Rousseff em 24 de novembro de 2011 e possui as seguintes diretrizes de acordo com o artigo 3º:

- I - promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da Educação;
 - II - integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução Penal; e
 - III - fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em Estabelecimento Penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe.
- Parágrafo único. Na aplicação do disposto neste Decreto serão observadas as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (BRASIL, 2011, s/p)

O PEESP tem como objetivos de acordo com o artigo 4º:

- I - executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de Educação e de execução Penal;
- II - incentivar a elaboração de **planos estaduais de Educação**⁸² para o sistema Prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;
- III - contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da Educação no sistema Prisional;
- IV - fortalecer a integração da Educação profissional e tecnológica com a Educação de jovens e adultos no sistema Prisional;

⁸² Grifo nosso.

V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos Estabelecimentos Penais; e

VI - viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema Prisional.

Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos Estabelecimentos Penais. (BRASIL, 2011, s/p)

Contudo, os PEE/PPLEs são documentos de planejamento que devem orientar a condução da Política de Educação implementada no SP brasileiro, neles são estabelecidos metas e indicadores em diversos eixos. A vigência destes encerrou-se em 2024. Nesse contexto, a SENAPPEN assume um papel importante no que tange a definição de diretrizes. Por conseguinte, o Decreto nº 7.626/211 justifica a construção destes documentos.

Na próxima subseção é apresentado o PEE/PPL/SP do estado do PA.

4.2 O “Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional” do estado do Pará (2021-2024)

4.2.1 O contexto em que o Plano foi elaborado.

Faz-se necessário inicialmente examinarmos o “contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a que ele foi destinado”. É fundamental em “todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito, [...] seja em um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente” que é o nosso caso. [...] “Cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do Pesquisador.” (CELLARD, 2008, p. 299)

Seja como for, o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social e cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita aprender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o Pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos. Essa etapa é tão mais importante que não se poderia prescindir dela, durante a análise que seguirá. Nós nos permitimos insistir na sua importância, pois existe toda uma forte tendência entre os Pesquisadores em só deixar de lado alguns elementos do contexto bem escolhidos em algumas passagens de sua documentação, resultando daí interpretações e análises muito pobres. Uma boa compreensão do contexto é, depois, crucial, em todas as etapas de uma Pesquisa documental, tanto no momento da elaboração de um problema, da escolha das pistas a seguir para descobrir as principais bases de arquivos, quando no momento da análise propriamente dita. Esse conhecimento deve também ser global, pois nunca se pode saber de antemão quais são os elementos da vida social que será útil conhecer, quando chegar o momento de formular interpretações e explicações. Parece-nos evidente que, para produzir uma análise por menos que seja rica e crível,

o Pesquisador deve possuir um conhecimento íntimo da sociedade, cujos depoimentos ele interpreta. (CELLARD, 2008, p.299 - 300)

Com base no que orienta o autor citado, traremos os fatos mais importantes do ano de 2021.

O referido ano foi marcado pela esperança, apesar de que os acontecimentos trouxeram tristeza e revolta à população brasileira. Em janeiro, ocorreu o início da vacinação contra a Covid-19 no País, fato este que trouxe a esperança dos encontros e reencontros presenciais. A enfermeira Monica Calazans foi a primeira pessoa a ser vacinada no país. Houve a troca constante dos Ministros da Saúde em meio à crise sanitária instalada. Mais de 600 mil vidas de brasileiros (as) foram ceifadas pelo vírus, desde artistas a pessoas comuns, sem distinção de gênero, idade, e condição socioeconômica, porém as classes mais desfavorecidas sofreram um maior impacto. A fome voltou a ser noticiada nos telejornais na qual possuía uma cor (pretos (as), gênero (feminino), classe social (pobres) e região (norte e nordeste). Apesar de uma parte da população e o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro serem contra a vacinação e a ciência, a maior parte da população a apoiou e se imunizaram – 140 milhões de pessoas, porém a humanidade sentiu-se ameaçada pelo surgimento de novas variantes. Houve uma crise da falta de oxigênio em Manaus, fato este que ocasionou dezenas de mortes e o Presidente discursou na ONU defendendo um “tratamento precoce” da COVID-19.

No âmbito internacional, durante a sessão de contagem dos votos do Colégio Eleitoral na eleição nos Estados Unidos, na qual teve como vencedor da eleição Joe Biden, Donald Trump, ex-Presidente, incitou os seus apoiadores a invadirem o Capitólio, sede do Congresso em Washington, no qual resultou em tumulto e mortes.

O Presidente do Haiti, Jovenel Moise, foi morto em ataque em sua residência e o Talibã retomou o poder no Afeganistão.

No estado do Pará, os casos de óbitos por conta da pandemia 11.013, quase dobrou em relação ao ano de 2020 – 6.036. De acordo com a SESPA, houve 25 casos suspeitos de doença de Haff (urina preta) e uma morte em Santarém. Em Breves, ocorreu um tremor de terra com magnitude de 4.3. Ocorreu inundação em Ipixuna por conta das fortes chuvas, fato este que deixou 800 pessoas desabrigadas, 1.500 desalojadas e 50 casas destruídas. (PORTAL AMAZÔNIA, 2021)

No que tange a Educação, as aulas presenciais retomaram no dia 2 de agosto de 2021, após a imunização parcial dos profissionais da Educação. As aulas ocorreram em formato híbrido e apenas com 25% dos estudantes. (G1, 2021, s/p)

No que tange ao impacto pandemia no SP,

Em resumo, os dados à época indicavam: (a) uma taxa de incidência da infecção no ambiente Prisional 62% maior que a taxa geral do país; (b) uma taxa de mortalidade de 15,1 óbitos por coronavírus a cada grupo de 100 mil presos, enquanto a taxa brasileira era de 67,3 óbitos por 100 mil habitantes; (c) 0,4% dos casos de Covid-19 na prisão tendo resultado em óbito, enquanto no Brasil esse percentual era de 3%. Já naquele momento, chamou-se a atenção para as prováveis subnotificações dos casos e óbitos da doença e levantamos a hipótese de que as menores taxas de mortalidade e letalidade estavam relacionadas com a predominância de jovens na distribuição da população Prisional, grupo sabidamente menos atingido pelas versões graves da doença. (BARROS, 2021, s/p)

Brevemente discorreremos sobre o que aconteceu no mundo no ano de 2021, agora iremos tratar sobre os atores do Plano.

4.2.2 Os autores do Plano

Cellard (2008), orienta que “não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, e seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever” (p.300). Os indivíduos aqui apresentados falam em nome de suas instituições. O autor citado explicita ainda que

Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos. A tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento. (p.300)

Com isso, apresentamos as pessoas responsáveis pela elaboração do PEE/PPLE/SP do PA. A elaboração, escrita, síntese e ações de construção do Plano, foram ações que ficaram sob a responsabilidade da Wannice Camila Bandeira da Silva - Ponto Focal – SEDUC/SENAPPEN; Tuany Sarmento da Silva – Pedagoga – SEAP, Aline Dias Machado Vieira – Secretaria – SEAP; e Patrícia Claudia Sales Santos Cardoso – Ponto Focal – SEAP/SENAPPEN. Tiveram a colaboração dos profissionais da Secretaria Adjunta de Ensino – SAEN, CEJA, Escola Roberto Carlos Nunes Barroso, UFPA, UEPA e TJ/PA. Revisão Textual do Plano: Alda Regina Mota Lima de Araújo- Língua Portuguesa, Aline José Santos Santos - Língua Portuguesa, André Luiz Pereira dos Santos - Língua Portuguesa, Elizete Cardoso Assunção - Língua Portuguesa e José de Ribamar Oliveira Costa – Língua Portuguesa.

4.2.3 A autenticidade, a confiabilidade e a natureza do Plano

A ex-Secretária de Estado de Educação, Elieth de Fátima da Silva Braga, no dia 07 de abril de 2021, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas por lei e considerando o que

dispõe a Lei Nº 9.394/96 (LDBEN), de 20/12/1996; Resolução nº 001, de 05/01/2010 e Resolução nº 169, de 13/02/2014, do Conselho Estadual de Educação (CEE) do PA resolveu:

Art. 1º - Aprovar o Plano Estadual de Educação para Privados de Liberdade e Egressos do Sistema Penal do Estado do Pará, segundo orientação do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – MJ/DEPEN, com os seus seis (06) eixos norteadores para as ações futuras no próximo quadriênio 2021-2024. (PARÁ, 2021, s/p)

A aprovação se deu por meio da Portaria 014/2021 – Gabinete da Secretária (GS) SEDUC/PA que entrou em vigor a partir da data da sua publicação no dia 07 de abril de 2021 na cidade de Belém. O Plano passou a ter validade a partir da data de 09 de abril de 2021.

O referido Plano foi elaborado, como já mencionado na Introdução desta Dissertação pelas seguintes instituições, como demonstra o organograma abaixo intitulado “Instituições que elaboraram o PEE/PPLE/SP do estado do Pará”.

Organograma 7 - Instituições que elaboraram o PEE/PPLE/SP do estado do Pará.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis no PEE/PPLE/SP do estado do Pará.

O “PEE/PPLE/SP” foi publicado em Belém do PA no ano de 2021 pela SEDUC/PA e SEAP/PA durante a Gestão do Governador do estado do PA - Helder Zahluth Barbalho, do Secretário de Administração Penitenciária - Jarbas Vasconcelos do Carmo, do Diretor de

reinserção Social/SEAP - Belchior de Jesus Cavalcante Machado, da Coordenadora de Educação Prisional / SEAP - Patrícia Claudia Sales Santos Cardoso, da Secretária Adjunta de Ensino/SEDUC- Regina Lucia de Souza Pantoja, da Diretora de Educação Básica – Regina Celi Santos Alves e do Coordenador de Educação de Jovens e Adultos - Francisco Odair dos Santos Medeiros.

Este documento da Educação para PPLESP possui 240 páginas e foi organizado da seguinte forma: 1. Apresentação do Plano; 2. Gestão; 3. Principais Fontes de Financiamentos; 4. Redes Parceiras; 5. Indicadores Estratégicos; 6. Plano de Ação (6.1. Eixo Gestão, 6.2. Eixo Educação Formal/Alfabetização, 6.3. Eixo Educação Não Formal, 6.3.1. Exames Nacionais, 6.4. Eixo Qualificação Profissional, 6.5. Eixo Estrutura (salas de aula, bibliotecas, espaços de leitura etc.), 6.6. Eixo Formação e Capacitação de Profissionais); 7. Monitoramento e Avaliação do plano; 8. Anexos e 9. Referências.

Entendemos que a base jurídica que sustenta o Plano é muito frágil, - uma portaria que é uma Pois, o instrumento que orienta a Política Estadual de Educação nas Prisões do PA é sustentado por uma Portaria. Sendo esta

"o meio, ou melhor, a forma de que se revestem os atos administrativos destinados a produzir efeito dentro das repartições, e a regular a ordem interna dos serviços. Constitui também a portaria o instrumento das autoridades administrativas para nomear, demitir, suspender, licenciar certos empregados, quando não gozem estes de garantias e prerrogativas legais" (Curso de Direito Administrativo. 6. ed. 1961. p. 63).

Trata-se, portanto, de um ato administrativo infralegal, que não possui força normativa equivalente a uma lei ou decreto estadual, o que pode comprometer sua institucionalização e continuidade. A fragilidade jurídica dessa normatização torna o Plano vulnerável às mudanças de gestão e de prioridades políticas, dificultando sua consolidação como uma política de Estado. Além disso, a ausência de um marco legal mais robusto pode impactar negativamente a responsabilização dos entes federativos envolvidos e a garantia de direitos educacionais às pessoas privadas de liberdade. Portanto, a Portaria não é Lei, podendo esta ser revogada pela vontade daqueles que se encontram no poder - os nossos governantes. Isso mostra o grau de compromisso do Estado com o Plano.

4.2.4 Monitoramento e Avaliação do Plano

No que se refere ao monitoramento e à avaliação do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Penal (PEE/PPLE/SP), destaca-se que sua execução e o cumprimento das metas estabelecidas são objeto de acompanhamento

contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelas instituições e órgãos diretamente envolvidos, conforme previsto no próprio documento normativo (PARÁ, 2021).

Em consonância com as orientações do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (MJ/SENAPPEN), evidenciou-se a necessidade de formalização de uma Comissão específica para o Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento do PEE/PPLE/SP. Assim, a então Secretária de Estado, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 138 da Constituição do Estado do Pará, instituiu por meio de portaria a referida Comissão, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano durante todo o período de sua vigência. (PARÁ, 2021)

De acordo com o artigo 3º da referida portaria, a Comissão Interinstitucional é composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições: I - SEDUC; II - SEAP; III – UFPA; IV – UEPA; V – TJ-PA. Já o artigo 5º especifica os nomes dos integrantes designados para compor a Comissão durante o período de execução do Plano:

- I – Wannice Camila Bandeira da Silva, matrícula nº 6310208 SEDUC PA, Especialista em Educação CEJA/SAEN/SEDUC – Ponto Focal SEDUC-MJ/DEPEN (Presidente da Comissão);
- II – Patrícia Cláudia Sales Santos, matrícula nº 5946498 SEAP/PA, Coordenadora de Educação Prisional SEAP – Ponto Focal SEAP-MJ/DEPEN;
- III – Orlando Nobre Bezerra de Souza, matrícula nº 2153029 SIAPE⁸³/UFPA, Doutor em Currículo, representante da Universidade Federal do Pará – UFPA;
- IV – Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo, matrícula nº 606197 UEPA/PA, Doutora em Educação, Pós-Doutorado em Educação. Representante da Universidade do Estado do Pará-UEPA.;
- V – Danielly Canto Braga Cavalcante, matrícula nº 68829 TJ/PA, Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará/Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário-TJ/PA/GMFSC. (PARÁ, 2021, p. 115)

O acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Plano pela Comissão Interinstitucional deveria ser realizada por meio da construção de espaços de revisão e de reflexão conjunta entre seus componentes, como encontros, debates e compartilhamento de informações que permitisse um acompanhamento dos resultados do plano de ação. Estas são as orientações apresentadas pelo PEE/PPLE/SP paraense. (PARÁ, 2021)

A esta Comissão foi designada as seguintes competências segundo o artigo 4º da referida Portaria:

- I – Identificar os dados das ações educativas no Sistema Prisional;
- II – Analisar os avanços e as dificuldades para a execução do plano;
- III – Realizar os encaminhamentos necessários para o cumprimento das metas estabelecidas no plano de ação;

⁸³ Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos.

- IV – A Comissão também poderá realizar consultorias e Pesquisas de campo nas unidades Prisionais do Estado, por meio de metodologias e técnicas participativas;
V – Realizar visitas técnicas periódicas, conforme a necessidade. (PARÁ, 2021, s/p)

As discussões da comissão, conforme orientações do PEE/PPL/SP, deveriam ser norteadas pelos aspectos anteriormente mencionados, acima. O inciso quinto do artigo 4º da Portaria possibilita realizar consultorias e Pesquisas de campo das Unidades Prisionais do estado, por meio de metodologias e de técnicas participativas com os atores envolvidos nas atividades educativas no Cárcere com como Servidores e reeducandos. (PARÁ, 2021)

Segundo a seção 7 do PEE/PPL/SP, existem estratégias de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação das ações de Escolarização realizadas pelos órgãos de administração Prisional e pela SEDUC/PA, essas estratégias foram organizadas no Quadro 7 a seguir, onde na primeira coluna enumeramos as estratégias e a na segunda as descrevemos.

Quadro 7 - Estratégias de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação das ações de Escolarização realizadas pelos órgãos de administração Prisional e pela SEDUC/PA. (continua)

Nº	ESTRATÉGIAS
01	Estabelecer diretrizes e normas relativas ao ensino formal (Educação Básica e Ensino Superior), ao ensino profissionalizante, ao ensino sociocultural e esportivo das PSRPL e de egressos, supervisionar o seu cumprimento;
02	Acompanhar, orientar e avaliar, em conjunto com o Setor de Educação das Unidades Prisionais e os Especialistas em Educação da SEDUC as atividades educacionais desenvolvidas;
03	Promover reuniões mensais com Pedagogos das Unidades Penais Professores (as), Diretores (as), vice-Diretores (as), coordenadores e todos responsáveis pela Educação, com o objetivo de aperfeiçoar os métodos, as técnicas e os processos educacionais nos Estabelecimentos Penais;
04	Registrar no livro de ocorrência da unidade as intercorrências observadas diariamente pelos Especialistas em Educação e apresentá-lo, se necessário, ao fiscal do convênio ou à direção da Escola Roberto Carlos Nunes Barroso;
05	Apresentar o relatório mensal dos Especialistas em Educação à direção da Escola Roberto Carlos Nunes Barroso;
06	Reunir mensalmente com a direção da Escola Roberto Carlos Nunes Barroso e com Especialistas em Educação para avaliar o processo de Escolarização das Unidades Penais;
07	Planejar, orientar e acompanhar o processo educativo durante o ano letivo conjuntamente com a Secretaria Estadual e Municipal de Educação;
08	Supervisionar e avaliar a execução de ações de Educação profissional básico, técnico e tecnológico e as atividades não formais (atividades de leitura esportivas e culturais);
09	Gerenciar e analisar as informações educacionais do SP do estado por meio do envio de relatórios mensais das Unidades Penais;
10	Realizar visitas técnicas periódicas, conforme a necessidade;
11	Garantir a visita <i>in loco</i> do fiscal do convênio, constituído através de portaria pela SEDUC, com entrega de relatórios regulares à CEJA.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados disponíveis no Plano em estudo.

No que se refere a divulgação dos resultados do acompanhamento, monitoramento e avaliação, é importante ressaltar, que cabia às instituições responsáveis pela elaboração do plano divulgar estes resultados nos respectivos sites institucionais eletrônicos, além de propor e analisar políticas públicas para assegurar o cumprimento das metas e a execução das estratégias do plano de ação. (PARÁ, 2021)

Porém, a divulgação dos resultados não ocorreu, pois para ter acesso aos relatórios foi necessário entrar com o pedido à CEJA da SEDUC/PA que encaminhou os relatórios via e-mail.

Cabia à SEAP/PA e a SEDUC/PA, semestralmente, ao longo do período de vigência do plano fazer levantamento de dados e elaboração de relatórios para aferir a evolução no cumprimento das metas, com informações compartilhadas e analisadas conjuntamente com as instituições parceiras. É importante ressaltar também, que no plano é mencionado que as estratégias poderiam ser alteradas ao longo da execução do documento caso fossem observadas que as metas não seriam atingidas de acordo com o cronograma estipulado. (PARÁ, 2021)

Porém dos documentos fornecidos pela SEDUC/PA, nenhum menciona como foi realizado o monitoramento.

No que se refere a remição da pena pelo estudo é importante destacar que cabe ao sistema de justiça e aos órgãos da execução Penal, aplicar, acompanhar, monitorar e fiscalizar os dispositivos Lei Nº 12.433/2011, que dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho, que altera os artigos 126, 127, 128 e 129 da Lei Nº 7210, de 11 de julho de 1984 (LEP) e do Decreto, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do SP. Com isso, a atuação do Poder Judiciário, o acompanhamento do cumprimento da remição pelo estudo poderia acontecer da seguinte maneira, como demonstra o “Quadro 8 - Maneiras de acompanhamento do cumprimento da remição pelo estudo, sobre a atuação do Poder Judiciário”, a seguir, em que enumeramos as possibilidades.

Quadro 8 – Maneiras de acompanhamento do cumprimento da remição pelo estudo, sobre a atuação do Poder Judiciário. (continua)

Nº	MANEIRAS DE ACOMPANHAMENTO
01	Monitorar o cumprimento da legislação, sobretudo no que diz respeito: 1) à oferta da Educação básica em todos os níveis; 2) à garantia de continuidade de estudos e de oportunidades de matrícula a qualquer tempo; 3) ao cumprimento de carga horária e de dias letivos em conformidade com a legislação; 4) à definição de rotinas de horários de oferta que permitam a cumulatividade de acesso à remição de pena pelo estudo e pelo trabalho;
02	Apoiar e acompanhar a elaboração e implantação do Plano Estadual de Educação, e observar para haver cumprimento das exigências de adequação curricular ao perfil de alunos/as e condições de aprendizagem no tempo-espço das Unidades Prisionais;

Quadro 8 – Maneiras de acompanhamento do cumprimento da remição pelo estudo, sobre a atuação do Poder Judiciário. (conclusão)

Nº	MANEIRAS DE ACOMPANHAMENTO
03	Monitorar a adesão das Unidades Prisionais aos calendários de exames nacionais (ENCCEJA, Enem, dentre outros);
04	Garantir às pessoas em situação de restrição/privação de liberdade o acesso à atividades educacionais Escolares e não-Escolares para fins de remição de pena pelo estudo, e facilitar os mecanismos de registro e de comunicação das atividades e de sua respectiva contagem de tempo;
05	Fomentar, sempre que possível, o acesso de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade a instituições de ensino externas aos Estabelecimentos Prisionais, sobretudo para os casos de aprovação em exames de acesso ao ensino superior;
06	Monitorar para que a aplicação de faltas leves e médias não acarrete a exclusão nas atividades Escolares, a fim de que reduza a evasão e a rotatividade de alunos/as.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com informações disponíveis no PEE/PPLE/ SP.

O Quadro 8, apresenta 6 (seis) maneiras de acompanhamento do cumprimento da remição pelo estudo como o monitoramento e cumprimento de legislação, acompanhamento da implantação do Plano Estadual de Educação, monitorar a adesão das Unidades aos exames nacionais, garantia do acesso à Educação, fomentar o acesso às instituições de ensino externas para os aprovados nos exames nacionais e monitorar casos que cause evasão e rotatividade de estudantes como faltas.

4.3 O Dito e o Feito: A Expansão da Oferta da Educação Básica com Qualidade no Cárcere Paraense.

4.3.1 Os Fundamentos para Oferta de Educação na modalidade da EJAI e o projeto de Remição de Pena “A Leitura que Liberta”.

A oferta da Educação, na modalidade da EJAI, bem como o projeto de Remição de Pena “A Leitura que Liberta” obedecerá aos seguintes fundamentos elencados no “Quadro 09 – Fundamentos para a Oferta de Educação”, a seguir, com base nas orientações da cláusula segunda do TCT Nº 013/2020, que entre si celebram a SEDUC/PA e a SEAP/PA.

Quadro 9 – Fundamentos para a Oferta de Educação (continua)

Nº	FUNDAMENTOS
01	As aulas serão consideradas como atividade prioritária dentro da rotina de funcionamento dos Estabelecimentos Prisionais, admitindo-se a sua supressão apenas por motivo de saúde, comparecimento em convocações judiciais de qualquer espécie, ações de revista ou outras situações de extrema relevância que importem em comprometimento da segurança das pessoas envolvidas na atividade, dentro das unidades Prisionais;

Quadro 9 – Fundamentos para a Oferta de Educação

(conclusão)

Nº	FUNDAMENTOS
02	Estará calcada na legislação e normativas educacionais vigente no país, na LEP, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de Educação e ensino e serão extensivos aos presos provisórios, condenados, e àqueles que cumprem medidas de segurança;
03	Será financiada com as fontes de recurso públicos, FUNDEB , destinados a modalidade da EJAI e, de forma complementar, com outras fontes estaduais e/ou federais ;
04	Estará associada às ações complementares de cultura, inclusão digital, Educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços;
05	Preverá atendimento diferenciado de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime Prisional, considerando as necessidades de inclusão e acessibilidade, inclusive a oferta de AEE quando necessária, bem como, as peculiaridades de gênero, raça e etnia, credo, idade e condição social da população atendida;
06	Poderá ser realizada mediante vinculação a Unidades Educacionais e a programas que funcionem fora dos Estabelecimentos Prisionais ;
07	Desenvolverá políticas de elevação de Escolaridade associadas à qualificação profissional, articulando-as, também, de maneira intersetorial, a políticas e programas destinados a jovens e adultos;
08	Contemplará, sempre que possível, o atendimento em todos os turnos ;
09	Será ofertada com calendário letivo obedecendo a Lei Nº 9,394/96 (LDBEN), com início simultâneo e término quando necessário diferenciado em todas as Unidades Prisionais, no período de segunda a sexta-feira, respeitadas as interrupções decorrentes de feriados oficiais nacionais, estaduais e/ou municipais ou datas facultativas decorrentes de ato do Poder Executivo;
10	Será organizada de modo a atender às peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária levando em consideração a flexibilidade prevista no art. 23 da Lei nº9.394/96 (LDBEN)
11	Estará incluída nos projetos e programas governamentais destinados à Educação Básica, na modalidade da EJAI , que tenham por finalidade o provimento de materiais didáticos e Escolares, apoio pedagógico e alimentação dos estudantes;
12	Cabe a SEDUC lotar os (as) Professores (as), em jornada que podem ser de 20, 30, 40h , de efetiva regência de classe, sem prejuízo a carga horária semanal, garantindo o direito do aluno de aprender.
13	Para o projeto leitura que liberta o (a) Professor (a) será lotado em jornada de 20h , de acordo com a necessidade, cabendo ao (a) Professor (a) lançar o projeto dentro do sistema (conexões pedagógicas ou do SAPP específico para este fim), seguindo da análise, aprovação e lotação, caso atenda aos requisitos estipulados pela Instituição, neste caso o (a) Professor (a) poderá ficar com 20h de efetiva regência de classe de 20 h no projeto.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados removidos do TCT Nº 013/2020 – SEDUC/PA e SEAP/PA.

O quadro apresentado apresenta 13 fundamentos para a oferta da Educação acordados pela SEDUC/PA e SEAP/PA.

As Unidades Prisionais objeto do acordo firmado entre SEDUC/PA e SEAP/PA por intermédio do TCT N° 013/2020 foram organizados no quadro a seguir, onde na primeira coluna o número da unidade Prisional em ordem decrescente, na segunda o nome da Unidade, na terceira o endereço da Unidade, na quarta o tipo de regime, na quinta a capacidade para atendimento dos educandos e na sexta a Escola que atenderá os educandos.

Quadro 10 - Unidades Prisionais objeto do acordo entre SEAP/PA e SEDUC/PA por meio do TCT N° 013/2020, endereço, tipo de regime, capacidade de atendimento dos educandos e a Escola que atenderá os educandos. (continua)

Nº	UNIDADE	ENDEREÇO	REGIME	CAPACIDADE	ESCOLA
01	Centro de Detenção Provisória de Icoaraci - CDPI	Rua 8 de maio, s/nº, CEP: 66813-110 – Agulha, Distrito de Icoaraci, Belém/PA.	Fechado	56 (cinquenta e seis) educandos	
02	Centro de Recuperação do Coqueiro – CRC	Conj. Satélite WE 10, Coqueiro, Belém/PA, CEP: 66.670-370.	Fechado	140 (cento e quarenta) educandos	
03	Centro de ReEducação Feminino – CRF	Rua do Caixaparah, alameda Jardim Estrela, s/nº, CEP: 66602-020 – Ananindeua/PA.	Fechado	120 (cento e vinte) educandos	
04	Centro de ReEducação Feminino – CRC	Rod. BR 316, KM 14 – Alameda. Mª. de Freitas Guimarães, s/nº, Nova Marituba, CEP: 67.105-630.	Semi Aberto	20 (vinte) educandos	
05	Presídio Estadual Metropolitano I – PEM I	Rod. BR 316, Km 14 – Alameda Mª. De Freitas Guimarães, s/nº, Nova Marituba, CEP: 67.105-630.	Fechado	110 (cento e dez) educandos	
06	Presídio Estadual Metropolitano II - PEM II	Rod. BR 316, Km 14 – Alameda Mª. De Freitas Guimarães, s/nº, Nova Marituba, CEP: 67.105-630	Fechado	80 (oitenta) educandos	
07	Presídio Estadual Metropolitano III – PEM III.	Rod. BR 316, Km 14 – Alameda Mª. De Freitas Guimarães, s/nº, Nova Marituba, CEP: 67.105-630	Fechado	50 (cinquenta) educandos	
08	Centro de Triagem Metropolitano III – CTM III	Rod. BR 316 – Km 53 – Complexo Penitenciário de Santa Isabel/PA, CEP: 68790-000 – Vila Americano, Santa Isabel/PA	Fechado	100 (cem) educandos	
09	Centro de Recuperação Penitenciário do Pará I – CRPP I	Rod. BR 316 – Km 53 – Complexo Penitenciário de Santa Isabel/PA, CEP: 68790-000 – Vila Americano, Santa Isabel/PA	Fechado	110 (cento e dez) educandos	

Quadro 10 - Unidades Prisionais objeto do acordo entre SEAP/PA e SEDUC/PA por meio do TCT Nº 013/2020, endereço, tipo de regime, capacidade de atendimento dos educandos e a Escola que atenderá os educandos. (continuação)

Nº	UNIDADE	ENDEREÇO	REGIME	CAPACIDADE	ESCOLA
10	Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II – CRPP II	Rod. BR 316 – Km 53 – Complexo Penitenciário de Santa Isabel/PA, CEP: 68790-000 – Vila Americano, Santa Isabel/PA	Fechado	87 (oitenta e sete) educandos	
11	Centro de Recuperação Especial Coronel Anastácio Neves - CRCAN	Rod. BR 316 – Km 53 – Complexo Penitenciário de Santa Isabel/PA, CEP: 68790-000 – Vila Americano, Santa Isabel/PA	Fechado	40 (quarenta) educandos	
12	Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel – CPASI	Rod. BR 316 – Km 53 – Complexo Penitenciário de Santa Isabel/PA, CEP: 68790-000 – Vila Americano, Santa Isabel/PA	Semiaberto	80 (oitenta) educandos	
13	Hospital de custódia e tratamento penitenciário – HGP	Rod. BR 316 – Km 53 – Complexo Penitenciário de Santa Isabel/PA, CEP: 68790-000 – Vila Americano, Santa Isabel/PA	Fechado	160 (cento e sessenta) educandos	
14	Centro de Recuperação Regional de Castanhal – CRCast	Av. Raimundo Nonato de Vasconcelos, nº 100 – Bairro Cristo	Fechado	20 (vinte) educandos	
15	Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba – CRRAB	Rod. João Miranda, Km 11.	Fechado e Semiaberto	30 (trinta) educandos	Escola de Ensino Fundamental e Médio Prof. Bernadinho Pereira de Barros - Abaetetuba
16	Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT	Ramal Xingu, s/nº - bairro do Aeroporto	Fechado e Semiaberto	20 (vinte) educandos	Escola de Ensino Médio Professora Dairce Pedrosa Torres - Altamira
17	Centro de Recuperação Regional Bragança – CRRB	Estrada do Matadouro, s/nº	Fechado	20 (vinte) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental Leandro Lobão – Bragança
18	Centro de Recuperação de Breves – CRRBREVES	Estrada do Aeroporto, s/nº, Bairro do Aeroporto	Fechado	60 (sessenta) educandos	Escola de Ensino Médio Paulino de Brito – Breves
19	Centro de Recuperação Regional de Capanema – CRRCAPr	Av. Presidente Médici, s/nº - próximo da COBEL, Capanema/PA	Fechado	25 (vinte e cinco) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Dubois – Capanema

Quadro 10 - Unidades Prisionais objeto do acordo entre SEAP/PA e SEDUC/PA por meio do TCT Nº 013/2020, endereço, tipo de regime, capacidade de atendimento dos educandos e a Escola que atenderá os educandos. (continuação)

Nº	UNIDADE	ENDEREÇO	REGIME	CAPACIDADE	ESCOLA
20	Centro de Recuperação Regional de Cametá - CRRCAM ⁸⁴	Euclides Figueiredo, s/nº, Matinha	Fechado	30 (trinta) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Simão Jatene – Cametá
21	Centro de Recuperação Regional de Itaituba - CRRRI	Cidade alta, 8ª rua – Liberdade – CEP: 68.180-000.	Fechado e Semiaberto ⁸⁵	20 (vinte) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Gerson Peres – Itaituba
22	Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura – CRASHM	Rodovia Santarém-Alter-do-Chão, Vila de Cucurunã, s/nº, Santarém/PA.	Fechado e Semiaberto	210 (duzentos e dez) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Terezinha de Jesus Rodrigues – Santarém
23	Centro de Triagem Feminina de Santarém – CRFS	Rodovia Santarém-Alter-do-Chão, Vila de Cucurunã, s/nº, Santarém/PA.	Fechado e Semiaberto	50 (cinquenta) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Terezinha de Jesus Rodrigues – Santarém
24	Centro de Recuperação Regional Agrícola Mariano Antunes – CRRAMA	BR 230, Rodovia Transamazônica, Km 19, Marabá/PA.	Fechado e Semiaberto	100 (cem) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Anísio Teixeira – Marabá
25	Central de Triagem Feminina de Marabá – CTFM	BR 230, Rodovia Transamazônica, Km 19, Marabá/PA.	Fechado e Semiaberto	80 (oitenta) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Anísio Teixeira – Marabá
26	Centro de Recuperação Regional de Mocajuba – CRMOC	Rod. PA 151, Km 01	Fechado e Semiaberto	15 (quinze) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Profª. Isaura Bahia – Mocajuba
27	Centro de Recuperação Regional de Paragominas – CRRPA	Condomínio Rural s/nº	Fechado e Semiaberto	30 (trinta) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Castelo Branco – Paragominas
28	Centro de Recuperação Regional de Redenção - CRR	Rod. PA 151, Km 03, CEP: 68550 – 00	Fechado e Semiaberto	15 (quinze) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental Palma Muniz – Redenção
29	Centro de Recuperação Regional de Salinópolis – CRRSAL	Estrada do Aeroporto, s/nº	Fechado	15 (quinze) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Celso Rodrigues - Salinópolis

⁸⁴

⁸⁵ Informação retirada da matéria “MP apura superlotação do Centro de Recuperação de Itaituba, no Pará”.

Quadro 10 - Unidades Prisionais objeto do acordo entre SEAP/PA e SEDUC/PA por meio do TCT Nº 013/2020, endereço, tipo de regime, capacidade de atendimento dos educandos e a Escola que atenderá os educandos. (conclusão)

Nº	UNIDADE	ENDEREÇO	REGIME	CAPACIDADE	ESCOLA
30	Centro de Recuperação Regional de Tomé – Açu – CRRTA	Av. Três Poderes, s.n., CEP 68680 – 000	Fechado e Semiaberto	15 (quinze) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Desembargador Osvaldo Brito de Farias – Tomé-Açu
31	Centro de Recuperação Regional de Tucuruí – CRRT	Rod. PA 156, Km 04, n.º	Fechado e Semiaberto	15 (quinze) educandos	Escola Estadual de Ensino Médio Rui Barbosa – Tucuruí
32	Associação Polo Produtivo do Pará – Fábrica Esperança ⁸⁶	Trav. Antônio Barreto, nº 714		100 (cem) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Roberto Carlos Nunes Barroso – Santa Isabel
33	Cadeia Pública Jovens e Adultos	Complexo Penitenciário de Santa Isabel / PA	Fechado	100 (cem) educandos	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Roberto Carlos Nunes Barroso – Santa Isabel

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados presentes no TCT Nº 13/2020 – SEAP/PA e SEDUC/PA.

Podemos observar no quadro acima que a Educação para PPLEs ocorre em 33 Unidades Prisionais e a Unidade com maior capacidade é o CRASHM com capacidade para atender 210 educandos.

4.3.2 Ações Governamentais para a Execução do Plano.

O PEE/PPL/SP paraense apresenta 19 (dezenove) objetivos que foram apresentados na introdução da presente Dissertação no “Organograma 2 - Objetivos do PEE/PPL/SP) - p.

⁸⁶ Criada em 2006, a Associação Pólo Produtivo Pará, mais conhecida como Fábrica Esperança, é uma instituição do Governo do Pará concebida em um modelo socioprodutivo voltado à reinserção social, por meio de capacitação e encaminhamento de ex-detentos a postos de trabalho. Os egressos podem trabalhar tanto na Fábrica Esperança como em algumas das secretarias e outros órgãos da administração pública, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e a Companhia de Habitação do Pará (Cohab), geralmente nos setores administrativos, áreas de serviços gerais ou manutenção. A Fábrica Esperança também trabalha com a contratação de familiares de ex-detentos. Os ex-detentos e familiares que trabalham na sede da Fábrica Esperança são distribuídos nos seguintes setores: Administrativo, produção (serigrafia e confecção), infraestrutura e lanchonete/padaria. Antes de ocuparem qualquer posto de trabalho, seja na Fábrica ou nas secretarias estaduais, os egressos passam por um processo de capacitação, de acordo com a função que irão executar. (LOPES, 2017, s/p)

18. Porém, na parte que trata dos Indicadores Estratégicos, são citados 23 (vinte e três) objetivos. No qual, é possível identificar alterações em alguns objetivos como mudança do verbo, acréscimo de informações e inclusão de 4 (quatro) objetivos. 1) Selecionar Servidores para atuarem nas ações educativas das Unidades Penais e nos equipamentos de atenção aos egressos; 2) Monitorar, através de uma Comissão Interinstitucional, a implementação do PEE/PPLE/SP; 3) Facultar a oferta de EAD na EJAI com diferentes métodos, em situações pontuais: pandemias e 4) Ampliar a oferta de turmas do Projeto Remição de Pena pela Leitura nos Estabelecimentos Penais.

Para cada 01 (um) dos 23 objetivos foi criado Indicadores Estratégicos que foram organizados no Quadro 11, a seguir, em que na primeira coluna enumeramos os indicadores e na segunda coluna apresentamos a sua descrição.

Quadro 11 – Indicadores apontados no Plano para o alcance das metas.

(continua)

Nº	INDICADORES
01	Fomentar e fortalecer a parceria da SEAP com a SEDUC para ampliar a oferta da Educação básica nos Estabelecimentos Penais e nos equipamentos de atenção aos egressos;
02	Fomentar e fortalecer as parcerias formalizadas em busca de normatizar as competências e as atribuições das Secretarias Municipais de Educação e da SEAP e de padronizar os fluxos, rotinas e procedimentos das atividades educativas em todas as Unidades Penais;
03	Realizar levantamento periódico de dados sobre os processos/atividades/ ações de Educação para pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e egressos;
04	Ampliar o número de Servidores envolvidos em atividades educacionais nas Unidades Penais e nos equipamentos de atenção aos egressos;
05	Garantir a oferta de uma Educação que atenda às necessidades e à realidade das pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos do SPP;
06	Aumentar a participação de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos inseridos em atividades de alfabetização;
07	Aumentar o número de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos inseridos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio da EJA;
08	Proporcionar às pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e egressos do SP o acesso a habilitação profissional técnica integrada ao ensino médio;
09	Proporcionar às pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e egressos do SP o acesso às novas tecnologias, metodologias e programas educacionais da EAD articulada com a EJA;
10	Aumentar o número de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos inseridos nos cursos de Educação superior presencial e EAD;
11	Aumentar o número de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade em ações de incentivo à leitura nos Estabelecimentos Penais;
12	Aumentar o número de PPLs no projeto de remição de pena pela leitura “A Leitura que Liberta”;
13	Aumentar o número de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos em atividades culturais;

Quadro 11 – Indicadores apontados no Plano para o alcance das metas.

(continuação)

Nº	INDICADORES
14	Aumentar o número de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos em atividades esportivas;
15	Aumentar o número de inscritos no Enem PPL e no ENCCEJA PPL;
16	Proporcionar formação para aumentar o número de candidatos com nota mínima no Enem PPL e torná-los aptos para a certificação no ENCCEJA PPL;
17	Aumentar o número de pessoas em situação de restrição/privação de liberdade e de egressos em cursos profissionalizantes, visando a empregabilidade;
18	Elevar o quantitativo e a qualidade das salas de aula nos Estabelecimentos Penais e dos equipamentos de atenção aos egressos;
20	Elevar o quantitativo e qualidade das bibliotecas e das salas de leitura dos Estabelecimentos Penais e dos equipamentos de atenção aos egressos;
21	Elevar o quantitativo e qualidade e da qualidade dos espaços multiuso nos Estabelecimentos Penais e nos equipamentos de atenção aos egressos;
22	Elevar o quantitativo e qualidade dos laboratórios de informática e dos espaços audiovisuais dos Estabelecimentos Penais e dos equipamentos de atenção aos egressos;
23	Melhorar o planejamento e a execução das atividades educativas nos Estabelecimentos Penais por meio de Servidores qualificados para o exercício de suas funções.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com informações retiradas do Plano.

Com base nos 23 indicadores mencionados no quadro acima, a próxima subseção tratará do plano de ação indicando o que foi atingido das metas estabelecidas.

4.3.3 Plano de ação - O que alcançou?

Antes de apresentar os dados referentes ao alcance das metas do Plano, apresentaremos o quantitativo de custodiados (as) nos anos de vigência do Plano inseridos em atividades educacionais.

As ações educativas desenvolvidas nas Unidades Prisionais do estado do Pará são implementadas por meio de diferentes modalidades e etapas de ensino, abrangendo: 1) Educação Básica (nos Ensinos Fundamental e Médio, além da Alfabetização); 2) Educação Profissionalizante (cursos de capacitação profissional certificados; 3) Educação Superior (EAD); 4) Educação Não-Formal (cultural e esportiva) além de projetos como de Remição da Pena pela Leitura. Essas ações ocorrem nas 12 regiões do estado em que há Unidades Prisionais e são desenvolvidas em 22 municípios. (SEAP, 2022)

No ano de 2022, estavam inseridas em atividades educacionais um total de 5.108 (cinco mil, cento e oito) PPLs no estado do Pará, conforme demonstra a figura a seguir:

Figura 3- Número de Custodiados (as) estudando em 2022, por modalidade de ensino.



Fonte: CEP/SEAP, 2022.

A figura demonstra que 4.568 PPLs são do gênero masculino, 434 do gênero feminino e 106 são pessoas que se identificam como LGBTQIAP+.

Em 2023, das 7.517 PPLs em atividades educacionais, 6.364 são do gênero masculino, 935 são do gênero feminino e 218 são pessoas do grupo LGBTQIAP+. Como demonstra a figura abaixo:

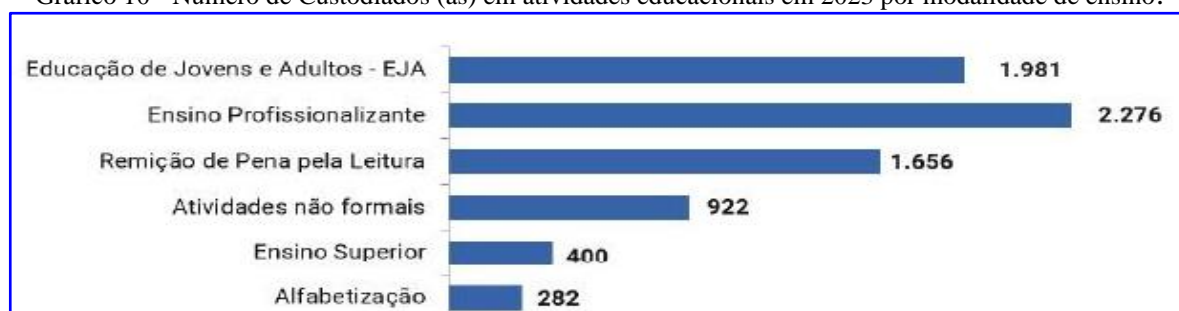
Figura 4 - Gênero da população inserida em atividades educacionais.



Fonte: CEP, 2023.

No gráfico abaixo, é possível visualizar o quantitativo da população Prisional inserida nas atividades educacionais por modalidade de ensino.

Gráfico 10 - Número de Custodiados (as) em atividades educacionais em 2023 por modalidade de ensino.




Fonte: CEP, 2023.

Podemos visualizar no gráfico acima que o maior quantitativo da população carcerária está no Ensino profissionalizante - 2.276 e apenas 400 estão na atividade de Alfabetização.

Para a composição e análise deste estudo, foram considerados três documentos institucionais relevantes, gentilmente disponibilizados pela Sra. Wannice Camila Bandeira da Silva — SEDUC/PA, Especialista em Educação vinculada ao CEJA/SAEN/SEDUC e atual Presidente da Comissão de Monitoramento, Avaliação e Acompanhamento do PEE/PPLE/SP.

Imagem 4 - Ofício do Ministério da Justiça destinado a SEDUC/PA.

SEI/MJ - 18399241 - Ofício file:///tmp/mozilla_ceja0/Oficio_18399241.html



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Diretoria de Políticas Penitenciárias

OFÍCIO Nº 1343/2022/DIRPP/DEPEN/MJ

Brevêss, na data da assinatura.

A Sua Excelência a Senhora
Elisli de Fatima da Silva Braga
Secretária de Estado de Educação do Pará
Rodovia Augusto Montenegro, Km 10, s/n Bairro Igarassu
66.520-000 - Belém/PA
wannice.silva@educ.pa.gov.br; comunicacao2@educ.pa.gov.br

Assunto: 1ª Etapa de Monitoramento do Plano Estadual de Educação em Prisons do Pará.

Senhor Secretário,

1. Consequentemente a, trata-se de resultado de monitoramento do Plano Estadual de Educação em Prisons (PEEP) do Pará, assinado pela administração prisional e a Secretaria de Educação do Estado, no qual o previsto metas a serem alcançadas sobre novas vagas de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Profissionalizante e participação em Exames Nacionais.

2. Resulta-se que, em atendimento à auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) produziu comparativo de dados de 2020 e 2021, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e extratos do Sistema de Informações (SISDEPEN), no qual foi possível perceber o que segue:


MONITORAMENTO DOS PLANOS ESTADUAIS - PARA						
AÇÃO	2021	2020	CRESCIMENTO PLANEJADO PARA 2021 DE ACORDO COM O PEEP ENVIADO	ATINGIMENTO (OU NÃO) DAS METAS EM 2021	CRESCIMENTO ESPERADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2022	FONTE
Alfabetização	469	264	Elevar a oferta para 50% dos estabelecimentos penais.	75%	Elevar a oferta para 56% dos estabelecimentos penais.	SISDEPEN/PEEP
Ensino Fundamental (1ª ao 5ª ano)	1071	900	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	6%	Elevar para 15% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	INEP/PEEP
Ensino Médio	429	365	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional. Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 5 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	10%	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional. Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 5 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	INEP/PEEP
Ensino Superior	52	54	Garantir e ampliar para 3% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional.	52%	Garantir e ampliar para 5% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional.	SISDEPEN/PEEP
Cursos Profissionalizantes	62	14	Ofertar cursos profissionalizantes em 71% dos estabelecimentos penais.	343%	Ofertar cursos profissionalizantes em 80% dos estabelecimentos penais.	SISDEPEN/PEEP


3. Diante do exposto, **parabenizo** pelo atingimento das metas de 2021 e **questiono** os, para o 2º semestre de 2022, há previsão de ampliação de vagas para as ações da política de educação nos ambientes prisionais do Estado, com vista a continuar cumprindo com o planejamento firmado entre a administração prisional do Estado e a Secretaria de Educação.

4. Certo o entendimento sobre a importância da educação para o sistema penal, da relevância de priorizar essa política buscando a efetiva reabilitação social e econômica de pessoas presas e egressas, também a minimização de ações criminais recorrentes afetando toda segurança pública, mantendo a equipe da Coordenação de Educação, Cultura e Esporte à disposição por meio do e-mail educacao@educ.pa.gov.br e do telefone (91) 2025 5031.

Atenciosamente,

SANDRO ABEL DE SOUSA BARRADAS
Diretor de Políticas Penitenciárias

 Documento assinado eletronicamente por SANDRO ABEL DE SOUSA BARRADAS, Diretoria de Políticas Penitenciárias, em 30/06/2022, às 09:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.mec.gov.br/validar> informando o código verificador 18399241 e o código CRC 426C3014. O sistema deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://portal.mec.gov.br/validar> e tem validade de prova de registro de produção no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

• Plano Estadual de Educação em Prisons do Estado do Pará (18335178).

Referência: Caso respondido pelo Ofício, o Ofício representará o Processo nº 0618.0209/2021/219 78

SF nº 18399241


1 de 2 04-07-2022 10:38

Fonte: SEDUC/PA, 2022.

O referido Ofício apresenta dados referentes ao ano de 2021, nos eixos Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e cursos profissionalizantes datado em 04/07/2022 e com QR CODE para verificarmos a autenticidade do documento.

2) Relatório de avaliação das diretrizes e objetivos do PEE/PPLE/SP/PA

Imagem 5 - Relatório de avaliação das diretrizes e objetivos do PEE/PPLE/SP/PA.


 <p>Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Educação Secretaria Adjunta de Educação Básica Diretoria de Diversidade e Inclusão Coordenação de Educação de Jovens, Adultos e Correção de Fluxo Educação em Ambientes Prisionais</p> <p>Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional</p> <p>Avaliação das diretrizes e objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Com relação aos recursos para desenvolver as atividades educacionais, avaliamos que é importante que a escola sede, após devido levantamento das necessidades dos anexos das casas penais, destine parte do orçamento da escola sede para os anexos penais, o que pode ser feito com o envio de materiais, a exemplo do que já faz a rede municipal de ensino; Implementar projetos culturais dentro das unidades prisionais, tais como: dança, folclore, festival de poesias, pinturas, artesanato, assegurando apresentação de grupos internos e externos, obedecendo as normas de segurança; Garantir de segurança na implementação e no desenvolvimento de projetos nas casas penais; Garantir hora pedagógica aos professores e atendimento individualizado aos alunos com mais dificuldades; Garantir atendimento psicológico aos profissionais da educação e a todas as pessoas envolvidas no processo educacional; Que os alunos egressos sejam atendidos no CEEJA nas três turnos (manhã, tarde e noite); Assegurar nas casas penais o funcionamento periódico e conforme demanda da banca examinadora permanente, como já ocorre no CEEJA; Garantir a certificação dos alunos privados de liberdade pelas Secretarias (SEDUC e SEMED); Assegurar a qualificação profissional permanente do quadro de professores com a participação em cursos de formação e especialização nas esferas municipais, estaduais, federais e instituições privadas, assegurando a elaboração de parcerias com essas instituições para que ofereça os cursos voltado para o ensino de privados de liberdade; 	<ul style="list-style-type: none"> Por fim, avaliamos, que há pontos dentro das diretrizes e nos objetivos que são de responsabilidade direta da atuação da SEAP, principalmente no que diz respeito a criação de espaços de sala de aula para fins de assegurar o aumento da oferta de ensino, o que significa que o setor da SEAP que atua diretamente na educação através do convênio com a SEDUC e Secretarias Municipais de Educação, precisam ser partes permanentes do processo decisivo de construção, reforma e ampliação das casas penais, assegurando um modelo presídio que valorize os espaços educacionais. <p>Avaliação quanto ao Plano de Ação</p> <ul style="list-style-type: none"> Articular e discutir a elaboração de manual de procedimento para a Educação; Incluir nas parcerias: Casa da Cultura, Unifesspa, Cine Marrocos e Biblioteca Orlando Lobo, IFPA, Faculdade Carajás, Marabá Leitor; Requerer a efetivação de Processo Seletivo para contratação de professores das disciplinas faltantes; Assegurar agentes, em respeito ao convênio já estabelecido, exclusivos para educação; Na parte de Universalização do acesso à educação, assegurar o respeito as pautas LGBTQIAP+; Assegurar parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e CAPS; Assegurar momentos periódicos para a elaboração de projetos; Assegurar Palestras sobre profissões para os PPL e egressos; Assegurar convênios com o Sistema S (SENAI, SESC, SENAR, SENAT e SESI) de forma a aumentar as parcerias que ofereçam cursos profissionalizantes; Assegurar o Pólo EAD dentro das casas penais; Assegurar a participação do Conselho da Comunidade; Aplicar o projeto de Justiça restaurativa; Incentivar projeto de saúde mental aos PPL; Implementar Parceria com a Estação Cidadania para emissão de documentos; Assegura que os alunos do semiaberto sejam atendidos no turno noturno, seja presencialmente ou através de EAD; Institucionalizar Sistema de Informação para alertar egressos sobre cursos superiores, profissionalizantes, exames nacionais e vagas de trabalho; Articular levantamento de patrocínio para assegurar custeio de passagens aos egressos, que seria administrado pelo setor de reinserção social. (Essa articulação pode ser feita com as pastorais carcerárias das igrejas católicas, Associações, Instituições privadas, Associações Comerciais e com as igrejas evangélicas que já visitam semanalmente as casas penais, bem como com a Secretaria de Assistência Social do Estado e dos Municípios. <p>Atenciosamente, Wannice Silva CEJA-CF/DDI/SAEB/SEDUC-Ed. Prisional</p>
---	---

Fonte: SEDUC/PA, s/a.

O relatório está identificado com o brasão do Governo do estado do Pará e está assinado, porém não está datado.

3) Relatório de Monitoramento das Metas retratado na imagem a seguir. Assim como o relatório anterior mencionado, ele possui o brasão do estado do Pará, estar assinado, porém não está datado.

Imagem 6 - Relatório de Monitoramento das Metas

 Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Educação Secretaria Adjunta de Educação Básica Diretoria de Diversidade e Inclusão Coordenação de Educação de Jovens, Adultos e Correção de Fluxo Educação em Ambientes Prisionais		
INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
Promover e aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos inseridos em atividades de alfabetização.	Garantir e elevar para 100% dos estabelecimentos do sistema prisional a oferta da alfabetização. 12 meses – elevar a oferta para 50% dos estabelecimentos. 24 meses – elevar a oferta para 66% estabelecimentos. 36 meses – elevar a oferta para 83% estabelecimentos. 48 meses – elevar a oferta para 100% estabelecimentos.	2020: 17 unidades penais. 2021: 35 unidades penais. Atingimos a oferta da alfabetização em 71,42% das unidades.
Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos inseridos nos cursos de educação superior presencial e EAD.	Garantir e ampliar para 10% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional. 12 meses – elevar a oferta para 3% 24 meses – elevar a oferta para 5% 36 meses – elevar a oferta para 7% 48 meses – elevar a oferta para 10%	2020: 33 custodiados em ensino superior (1,91%) 2021: 93 custodiados em ensino superior (5,38%)
Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade em ações de incentivo à leitura nos estabelecimentos penais.	Implantar nos 49 estabelecimentos penais o projeto “Arca da Leitura” – Biblioteca Móvel. 12 meses – implantar em 35 estabelecimentos penais. 24 meses – implantar em 39	2020: 26 unidades penais possuíam o projeto. 2021: 37 unidades penais possuíam o projeto.

Fonte: SEDUC/PA, s/a.

Ao analisar o documento supracitado, foi possível identificar equívocos na organização das informações, especialmente na coluna destinada aos indicadores relacionados, onde constava, indevidamente, o nome do Eixo. Essa ambiguidade de dados foi observada nos seguintes Eixos: Educação Formal: EJA Fundamental e Médio, EJA Ensino Médio Profissionalizante, EJA e EAD e Formação Continuada e Capacitação de Profissionais da Escolarização das Unidades Prisionais.

Os documentos analisados correspondem à primeira etapa do Monitoramento do PEE/PPLE/SP/PA, com dados referentes ao ano de 2021. Para a obtenção dos dados relativos aos anos de 2022 e 2023, foram consultados os Relatórios de Gestão da SEAP. Já para o ano de 2024, recorreu-se aos Painéis Interativos disponibilizados pelo SISDEPEN. Todos esses

documentos serviram de base para a elaboração dos quadros com os dados educacionais apresentados doravante.

No que diz respeito à primeira etapa de monitoramento do PEE/PPLE/SP do Pará em âmbito nacional, destaca-se o Ofício nº 1343/2022/DIRPP/DEPEN/MJ, emitido pela SEDUC/PA e destinado à Secretária de Estado de Educação em 04 de julho de 2022. O referido documento trata da 1ª etapa de monitoramento do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Pará, ressaltando as metas estabelecidas no PEE/PPLE/SP relacionadas à ampliação de vagas nos níveis de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação Profissionalizante, bem como à participação em Exames Nacionais.

Em atendimento à auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), a SENAPPEN e a DIRPP elaboraram um comparativo entre os dados dos anos de 2020 e 2021. Esses dados foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e extraídos do SISDEPEN, permitindo a esta Diretoria identificar os dados apresentados no quadro a seguir:

Quadro 12 - Monitoramento do Plano Estadual - Pará pela DIRPP/DEPEN/MJ.

(continua)

AÇÃO	2021	2020	CRESCIMENTO PARA 2021	ALCANCE DAS METAS EM 2021	CRESCIMENTO ESPERADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2022	FONTE
Alfabetização	469	264	Elevar a oferta para 50% dos estabelecimentos penais.	76%	Elevar a oferta para 66% dos estabelecimentos penais.	SISDEPEN/P EEP
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	1071	990	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do SP.	8%	Elevar para 15% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do SP.	INEP/PEEP

Quadro 12 - Monitoramento do Plano Estadual - Pará pela DIRPP/DEPEN/MJ.

(conclusão)

AÇÃO	2021	2020	CRESCIMENTO PARA 2021	ALCANCE DAS METAS EM 2021	CRESCIMENTO ESPERADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2022	FONTE
Ensino Médio	429	365	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do SP. Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 2 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	18%	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do SP. Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 5 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	INEP/PEEP
Ensino Superior	82	54	Garantir e ampliar para 3% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do SP.	52%	Garantir e ampliar para 5% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do SP.	SISDEPEN/P EEP
Curso Profissionalizante	62	14	Ofertar cursos profissionalizantes em 71% dos estabelecimentos penais.	343%	Ofertar cursos profissionalizantes em 80% dos estabelecimentos penais	SISDEPEN/P EEP

Fonte: Ofício disponibilizado pela SEDUC/PA, 2022.

Diante do exposto, o Diretor da DIRPP, Sandro Abel de Sousa Barradas, parabenizou a SEDUC/PA pelo cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2021. Na ocasião, indagou-se se, para o 2º semestre de 2022, haveria previsão de ampliação de vagas destinadas às ações da Política de Educação nos Ambientes Prisionais do Estado, com objetivo de assegurar a continuidade do planejamento firmado entre a SEAP/PA e SEDUC/PA.

Reconhecendo a importância da Educação no contexto do Sistema Penal, bem como sua relevância da promoção da reintegração social e econômica das PPLs e egressas, e na redução da reincidência criminal – fator que impacta diretamente na Segurança Pública –, o Diretor reiterou o compromisso da DIRPP com a efetivação dessa política. Para tanto, colocou à

disposição da SEDUC/PA a equipe da Coordenação de Educação, Cultura e Esporte, indicando canal de contato por meio de endereço eletrônico e telefone institucional.

No que se refere ao monitoramento do PEE/PPL/SP do Pará em âmbito estadual, os achados foram organizados nos quadros apresentados a seguir, com base nas informações contidas no Plano de Ação do PEE/PPL/SP, no relatório disponibilizado pela SEDUC/PA, nos Relatórios de Gestão da SEAP/PA e nos dados do RELIPPEN. Foram incluídos dados referentes ao ano de 2022, com o intuito de oferecer um parâmetro comparativo em relação ao período anterior à vigência do Plano.

Os Quadros 12, 13, 14, 15 e 16 apresentam os resultados da pesquisa vinculados ao Eixo Educação Formal. As quatro primeiras colunas de cada quadro sistematizam as informações extraídas do Plano de Ação, especificamente: o eixo temático, o indicador relacionado, a finalidade do indicador e a meta (com o respectivo cronograma). A sexta coluna apresenta os dados efetivamente encontrados nos documentos consultados, possibilitando a análise do cumprimento ou não das metas estabelecidas.

As informações sistematizadas nesses quadros referem-se aos seguintes subtemas do Eixo Educação Formal: 1) Alfabetização; 2) EJA - Ensino Fundamental e Ensino Médio; 3) Educação Profissional Técnica de Ensino Médio; 4) EJA e EAD e 5) Ensino Superior.

Quadro 13 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal – Alfabetização.

(continua)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
1 Educação Formal/ Alfabetização	Promover e aumentar o número de PPL inseridas em atividades de Alfabetização	Mensurar e aferir a eficiência de cursos de Alfabetização para PPL.	Garantir e elevar para 100% dos estabelecimentos do SP a oferta da Alfabetização. 12 meses – elevar a oferta para 50% dos estabelecimentos. 24 meses – elevar a oferta para 66% dos estabelecimentos. 36 meses – elevar a oferta para 83% dos estabelecimentos. 48 meses – elevar a oferta para 100% dos estabelecimentos.	2020 - 17 unidades penais. (SEDUC/PA, s/a) 2021 - 35 Unidades Penais. Atingiu a oferta da alfabetização em 71,42% das unidades. (SEDUC/PA, s/a) 2022 - 405 PPLs. (SEAP/PA, 2022) 2023 - De 2019 a 2023 - 1.300 internos já foram alfabetizados. 283 custodiados (as) alfabetizados em 2023. (SEAP/PA, 2023. p. 30) 2024 - Presos em celas físicas: 442 presencial masculino e 12

Quadro 13 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal – Alfabetização.

(conclusão)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
				presencial feminino = 454 (RELIPEN, 2024.1)

Fonte: Elaborado pela autora com informações dos Relatórios.

Os dados organizados no quadro anterior indicam que, no que se refere ao Eixo 1 – **Alfabetização**, houve êxito no alcance da meta estabelecida para o ano de **2021**. A meta previa, no prazo de 12 meses, ampliar a oferta de atividades de alfabetização para **50%** dos Estabelecimentos Penais do Estado. Contudo, os dados apontam que a alfabetização foi ofertada em **71,42%** das unidades prisionais, superando, portanto, a meta esperada inclusive para o ano de **2022**.

Em **2022**, **405** PPLs participaram do projeto “Tempo de Ler”. Já em **2023**, conforme o Relatório de Gestão 2023 - SEAP/PA, **283** Custodiados(as) foram alfabetizados(as). No primeiro semestre de **2024**, segundo dados do RELIPPEN (2024.1), **442** pessoas do sexo masculino e **12** do sexo feminino tiveram acesso à alfabetização na modalidade presencial. Contudo, não houve registro de participação na modalidade EAD para o mesmo período.

Embora esses números revelem a continuidade das ações de alfabetização nos anos subsequentes a 2021, não foi possível aferir com precisão o alcance das metas estabelecidas para os anos de 2022, 2023 e 2024, devido à ausência de informações completas e sistematizadas nos relatórios analisados.

A alfabetização é ofertada nas unidades prisionais por meio do projeto “**Tempo de Ler**”, estabelecido a partir de parceria entre a SEAP e o IBRAEMA. Esse projeto vem sendo implementado, desde 2019, nas Unidades Prisionais do Estado do Pará. De acordo com dados da SEAP/PA (2023, p. 30), mais de 1.300 internos foram alfabetizados por meio dessa iniciativa desde sua implantação.

A **Imagem 7 – Custodiados(as) na aula de alfabetização na Casa de Humanização, Assistência e Proteção ao Apenado de Altamira (CHAPA ALTAMIRA)** – ilustra uma das atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, evidenciando a presença dos privados de liberdade em sala de aula, em processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Imagem 7 - Custodiados (as) na aula de alfabetização na Casa de Humanização, Assistência e Proteção ao Apenado de Altamira (CHAPA ALTAMIRA).



Fonte: CEP, 2023.

A **Imagem 7** oferece uma perspectiva visual da chamada “cela de aula”, capturada sob o olhar do professor alfabetizador. A fotografia permite refletir sobre a potência da alfabetização no processo de ressignificação da trajetória das pessoas privadas de liberdade, revelando o papel transformador da educação em contextos de privação.

A partir da observação da imagem, é possível compreender diversas dimensões do impacto da alfabetização na vida dos apenados: 1) Reinserção no mercado de trabalho, pois a Alfabetização amplia as oportunidades de emprego, ajuda na aquisição de habilidades essenciais para o seu sustento, e facilita o acesso às qualificações disponíveis no ambiente Prisional; 2) Aumento da autoestima e da confiança, pois aprender a ler e escrever traz um sentimento de ser capaz e de valorização; 3) Redução da reincidência criminal, pois estudos indicam que a Educação tem um efeito positivo; 4) Valorização do direito à Educação, pois o acesso a Educação ameniza a exclusão social e a desigualdade, respeita os direitos humanos e a justiça social; 5) Quebra do ciclo de exclusão, pois a falta de alfabetização nas gerações anteriores do apenado é quebrada ao ser alfabetizado; 6) Melhoria das habilidades de comunicação, tão essencial para a vida em sociedade; 7) Capacidade “de organizar seu pensamento de maneira lógica, além de auxiliar na construção de uma consciência mais crítica em relação ao mundo que o cerca” (SASSERON; CARVALHO, 2011, p. 61).

Nesse sentido, a concepção freiriana de alfabetização reforça a dimensão emancipadora do ato de ler e escrever. Então,

[...] a alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. Implica, não uma memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas, desgarradas de um universo existencial coisas mortas ou semimortas mas numa atitude de criação e recriação. Implica numa autoformação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto (FREIRE, 1967, p. 110).

Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender a alfabetização no sistema prisional não apenas como política compensatória, mas como prática de liberdade, promotora de cidadania e de transformação social.

Os dados referentes ao **Eixo EJAI – Ensino Fundamental e Ensino Médio** foram sistematizados no **Quadro 14**, com base nas informações extraídas do Plano de Ação do PEE/PPLE/SP, nos Relatórios de Gestão da SEAP/PA e nos dados do RELIPPEN. Este eixo contempla as ações voltadas à escolarização formal das PPLs, especificamente nos níveis do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ofertados na modalidade de EJAI.

No quadro, constam nas quatro primeiras colunas as informações relativas ao eixo temático, ao indicador correspondente, à finalidade do indicador e à meta estabelecida com seu respectivo cronograma. Na sexta coluna, são apresentados os dados efetivamente encontrados nos documentos oficiais, possibilitando uma análise comparativa entre o que foi planejado e o que foi executado no período de vigência do Plano.

Quadro 14 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Ensino Fundamental e Ensino Médio. (continua)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
2 Educação Formal/ EJAI - Ensino Fundamental e Ensino Médio	Aumentar o número de PPLEs inseridas nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da EJAI.	Mensurar e aferir a eficiência da oferta de turmas das etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para PPLE.	Elevar para 21% a oferta da EJAI nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para PPLEs do SP. 12 meses – elevar a oferta em 12% 24 meses – elevar a oferta em 15% 36 meses – elevar a oferta em 18% 48 meses – elevar a oferta em 21%	2020 - alcançou 14% da meta (SEDUC/PA, s/a) 2021- alcançou 18% da meta. (SEDUC/PA, s/a) 2022 - 33 unidades prisionais - Ensino Fundamental 21 estabelecimentos 1.740 PPLs. (SEAP/PA, 2022) 2023 - 1.981 custodiados (as) estudando.

Quadro 14 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Ensino Fundamental e Ensino Médio. (conclusão)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
2 Educação Formal/ EJAI - Ensino Fundamental e Ensino Médio	Aumentar o número de PPLEs inseridas nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da EJAI.	Mensurar e aferir a eficiência da oferta de turmas das etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para PPLE.	Elevar para 21% a oferta da EJAI nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para PPLEs do SP. 12 meses – elevar a oferta em 12% 24 meses – elevar a oferta em 15% 36 meses – elevar a oferta em 18% 48 meses – elevar a oferta em 21%	2020 - alcançou 14% da meta (SEDUC/PA, s/a) 2021- alcançou 18% da meta. (SEDUC/PA, s/a) 2022 - 33 unidades prisionais - Ensino Fundamental 21 estabelecimentos 1.740 PPLs. (SEAP/PA, 2022) 2023 - 1.981 custodiados (as) estudando. O Ensino Fundamental está presente em 34 (66,67%) unidades prisionais e o Ensino Médio está em 21 (41,176%) das 51 unidades prisionais do estado. (SEAP/PA, 2023, p.30) 2024 - Celas Físicas: 1.502 presencial masculino e 182 presencial feminino = 1.684 custodiados (as) no Ensino Fundamental. 390 - presencial masculino + 97 - presencial feminino + 4 EAD Masc. = 491 no Ensino Médio. (RELIPEN, 2024.1)

Fonte: Elaborado pela autora com informações dos relatórios.

No que se refere ao **Eixo 2 - EJAI**, os dados apresentados no **Quadro 14** dizem respeito ao indicador relacionado ao aumento do número de PPLEs inseridas nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ofertadas na modalidade EJAI. Para o ano de 2021, a meta estabelecida era alcançar **12%** de cobertura. Segundo a SEDUC/PA, o desempenho registrado foi de **18%**, percentual correspondente à meta originalmente prevista para o ano de 2023. Tal resultado revela um avanço significativo e satisfatório no cumprimento da meta estabelecida.

Em 2022, os dados indicam que o Ensino Fundamental foi ofertado em 33 unidades prisionais, representando 62,26% do total de 53 unidades existentes no estado à época. Já o Ensino Médio estava presente em 21 unidades, o equivalente a 39,62%. Nesse ano, contabilizou-se um total de **1.740 custodiados(as)** matriculados(as) nessas duas etapas de ensino, evidenciando o progresso da política educacional nos ambientes prisionais.

O Relatório de Gestão da SEAP/PA de 2023 apontou que havia **1.981 custodiados(as)** em processo de escolarização. O Ensino Fundamental passou a ser ofertado em **34** Unidades Prisionais (66,67%), enquanto o Ensino Médio permaneceu em **21** unidades, o que representa **41,18%** das **51** Unidades então existentes no SPP. A meta para o ano de **2023** era manter o alcance de **18%**, consolidando, portanto, o êxito no cumprimento das metas progressivas do PEE/PPLE/SP/PA, que previa, até o final de sua vigência, o alcance de **21%** de cobertura.

Entretanto, **não foram localizados dados relativos ao ano de 2024**, impossibilitando uma avaliação conclusiva sobre a manutenção ou ampliação das metas para esse período. Ainda assim, os dados disponíveis evidenciam avanços relevantes no que tange à ampliação do acesso à escolarização formal nas unidades prisionais do estado.

Na sequência, os dados relativos ao **Eixo Educação Profissional Técnica de Ensino Médio** foram organizados no quadro a seguir.

Quadro 15 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Educação Profissional e Ensino Médio. (continua)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
3 Educação Formal/ Educação Profissional Técnica de Ensino Médio	Proporcionar às PPLEs do SP o acesso à formação profissional técnica integrada ao Ensino Médio	Supervisionar e avaliar a eficiência da oferta do Ensino Médio em articulação com a Educação Profissional Técnica nos estabelecimentos penais e nos equipamentos de atenção aos egressos.	Garantir a oferta do Ensino Médio em articulação com a Educação Profissional Técnica em, pelo menos 10 (dez) unidades prisionais e/ ou equipamentos de atenção aos egressos. 12 meses – garantir a oferta em 2 (dois) estabelecimentos penais e/ou equipamentos de atenção aos egressos. 24 meses – garantir a oferta em 5 (cinco) estabelecimentos penais e/ou em equipamentos de	2021 - Meta não alcançada - atividades não iniciadas (SEDUC/PA, s/a)

Quadro 15 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Educação Profissional e Ensino Médio. (conclusão)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
			atenção aos egressos. 36 meses – garantir a oferta em 8 (oito) estabelecimentos penais e/ou em equipamentos de atenção aos egressos. 48 meses – garantir a oferta em 10 (dez) dos estabelecimentos penais e/ou em equipamentos de atenção aos egressos.	

Fonte: Elaborado pela autora com informações dos relatórios.

No que tange ao **Eixo 3 – Educação Profissional Técnica de Ensino Médio**, o indicador estabelecido no Plano de Ação do PEE/PPL/SP/PA refere-se à ampliação do acesso das PPLs à formação técnica profissional integrada ao Ensino Médio, ofertada nas Unidades Prisionais do estado. A meta estipulada previa a implementação da referida formação em pelo menos 2 (**duas**) **Unidades Prisionais no prazo de 12 meses**, correspondente ao ano de 2021.

No entanto, **a meta não foi alcançada**, uma vez que, conforme verificado nos documentos oficiais, **as atividades previstas para este eixo não foram iniciadas naquele ano**. Além disso, observa-se **ausência de dados atualizados nos Relatórios de Gestão da SEAP/PA e nos demais instrumentos de monitoramento** quanto à execução das ações voltadas à Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos anos subsequentes. Tal lacuna compromete a análise do progresso das metas estabelecidas para este eixo, dificultando o monitoramento efetivo da Política Pública nesse campo específico da Educação em Prisões.

Na sequência, os dados referentes ao eixo que trata da **Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância (EJA e EAD)** foram organizados no **Quadro 16**.

Quadro 16 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - EJA e EAD.

(continua)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
4 Educação Formal/ EJA e EAD	Proporcionar às PPLEs do SP o acesso às novas tecnologias, com as	Articular e alinhar a oferta de atividades da EJA com as	Fomentar a oferta da EJA articulada com os diferentes métodos da EAD em, pelo menos,	2020 - 1 unidade piloto. (SEDUC/PA, s/a)

Quadro 16 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - EJA e EAD.

(conclusão)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
	novas metodologias e com os novos programas educacionais da EAD articulada com a EJA.	novas tecnologias, com as novas metodologias e com os novos programas educacionais da EAD.	<p>15 (quinze) unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção aos egressos.</p> <p>12 meses – garantir a oferta em 5 (cinco) estabelecimentos penais e/ou equipamentos de atenção aos egressos.</p> <p>24 meses – garantir a oferta em 10 (dez) estabelecimentos penais e/ou em equipamentos de atenção aos egressos.</p> <p>36 meses – garantir a oferta em 7 (sete) estabelecimentos penais e/ou em equipamentos de atenção aos egressos.</p> <p>48 meses – garantir a oferta em 15 (quinze) dos estabelecimentos penais e/ou em equipamentos de atenção aos egressos.</p>	<p>2021 - Meta não alcançada</p> <p>2024 - 4 custodiados (as) cursando o Ensino Médio - EAD Masculino. (RELIPEN, 2024.1)</p>

Fonte: Elaborado pela autora com informações dos relatórios.

No que se refere ao **Eixo 4 - EJA e EAD**, o Plano de Ação do PEE/PPLE/SP/PA estabeleceu como meta inicial, para o ano de 2021, a **oferta dessa modalidade em 15 unidades prisionais**. Entretanto, **assim como no Eixo anterior**, a meta **não foi atingida**. No caso específico da **Educação Formal na modalidade EJA articulada à EAD**, a previsão era de atendimento em pelo menos **cinco unidades prisionais** no referido ano, o que igualmente **não se concretizou**, segundo os documentos analisados. A não implementação das metas previstas pode ser compreendida à luz das limitações estruturais e tecnológicas que historicamente marcam o sistema prisional brasileiro. Como aponta Barros Filho

[...] a “exclusão digital” é revelada como principal limitação pedagógica na EJA em prisões, por inviabilizar as Pesquisas das atividades propostas pelos professores, pela ausência de ferramentas tecnológicas necessárias à reinserção do estudante em

situação de privação de liberdade ao mundo globalizado. (BARROS FILHO, 2020, p. 134, 135)

Assim, observa-se que o desafio da inclusão digital se soma às demais dificuldades enfrentadas no contexto da educação prisional, contribuindo para a **fragilidade da implementação da EAD** como estratégia efetiva de ampliação do acesso à escolarização nos estabelecimentos penais do estado.

Na sequência, os dados referentes ao **Ensino Superior** foram organizados no quadro a seguir.

Quadro 17 - Resultado da Pesquisa - Eixo Educação Formal - Ensino Superior.

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	FINALIDADE DO INDICADOR	META (cronograma)	INDICADOR DE DESEMPENHO
5 Educação Formal / Ensino Superior.	Aumentar o número de PPLE inseridos nos cursos de Educação Superior presencial e EAD.	Mensurar e aferir a eficiência da oferta de cursos de Educação Superior e EAD para PPLE.	Garantir e ampliar para 10% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às PPLEs do SP. 12 meses – elevar a oferta para 3% 24 meses – elevar a oferta para 5% 36 meses – elevar a oferta para 7% 48 meses – elevar a oferta para 10%	2020 - 33 custodiados (as) em ensino superior (1,91%) (SEDUC, s/a) 2021 - 93 custodiados (as) em ensino superior (5,38%). (SEDUC, s/a) 2023 - 400 estudando na modalidade EAD. (SEAP/PA, 2023) 2024 - Celas Físicas: 65 presencial masculino e 0 no presencial feminino. 211 EAD masculino e 4 EAD feminino. (RELIPEN, 2024)

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano - SUSIPE, s/a.

No que tange ao **Eixo 5 – Educação Formal: Ensino Superior**, o Plano de Ação do PEE/PPLE/SP/PA estabeleceu como meta **garantir e ampliar para 10%** o percentual de cobertura do ensino superior, tanto presencial quanto na modalidade a distância (EAD), para a população prisional do estado. Para o ano de 2021, a meta estabelecia um objetivo inicial de **3% de cobertura**, o que foi efetivamente alcançado com a **matrícula de 93 custodiados(as)**, equivalente a **5,38%**, o que demonstra sucesso no cumprimento da meta estabelecida para aquele ano.

Em 2022, o número de PPLs matriculados no Ensino Superior foi de **138**, refletindo um avanço contínuo na oferta educacional para a população privada de liberdade. Já em 2023, o número de custodiados(as) matriculados(as) na modalidade **EAD** foi de **400**, destacando a expansão das oportunidades educacionais na modalidade a distância, que se consolidou como uma alternativa viável de acesso ao Ensino Superior nas unidades prisionais.

A Educação Superior destinada às PPLs é voltada para aqueles que **concluíram o Ensino Médio** e demonstram interesse em ingressar na universidade. O acesso é possibilitado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL) ou por aprovação em processos seletivos agendados por instituições privadas, como a UNAMA, UNINASSAU, ESTÁCIO, entre outras, conforme detalhado no Relatório da SEAP (2023).

A **Imagem 8**, intitulada “Educação Superior (EAD) na Unidade do Centro de Recuperação Regional de Paragominas – CRRPA”, ilustra o momento de graduação de PPLs por meio da modalidade EAD, evidenciando o impacto positivo da educação superior no contexto prisional.

Imagem 8 - Educação Superior (EAD) na Unidade do Centro de Recuperação Regional de Paragominas – CRRPA.



Fonte: SEAP, 2023.

A Imagem 9 retrata um **custodiado** em processo de **educação superior na modalidade EAD** na **Unidade Semiaberta Masculina de Marabá (USMM)**. Esta imagem ilustra o acesso e a utilização das tecnologias digitais pelos internos, promovendo uma conexão entre o sistema

prisional e a educação superior, demonstrando o potencial transformador da modalidade a distância para a reintegração social e econômica das pessoas privadas de liberdade.

Imagem 9 - Educação Superior (EAD) na Unidade Semiaberto Masculino de Marabá - USMM.



Fonte: SEAP, 2023.

A imagem retrata um custodiado em processo de estudo na **Educação Superior (EAD)**, na Unidade Semiaberto Masculina de Marabá (USMM). A cena revela o desafio estrutural enfrentado pelos estudantes privados de liberdade, uma vez que o espaço disponível é extremamente reduzido, com uma mesa pequena, quase totalmente ocupada por livros e com pouco espaço para acomodar um notebook de forma confortável. O ambiente restrito e improvisado evidencia as limitações materiais e infraestruturais que ainda persistem nas unidades prisionais, mesmo diante de políticas que buscam ampliar o acesso à educação.

É possível observar na imagem o contraste entre o direito à educação e as condições precárias oferecidas para sua efetivação, além de reforçar a resiliência e o esforço dos PPLs em persistirem nos estudos, apesar das adversidades. Trata-se de um retrato simbólico da luta por dignidade, cidadania e reintegração social por meio da Educação Superior, mesmo em contextos marcados pela exclusão.

No que se refere ao **Eixo Educação Não Formal**, os dados foram sistematizados no **Quadro 15**, com base nas informações extraídas do Plano de Ação do PEE/PPLE/SP/PA, dos Relatórios de Gestão da SEAP/PA e das informações disponibilizadas no RELIPPEN.

Quadro 18 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Eixo Educação Não Formal.
(continua)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
1 Leitura	Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade em ações de incentivo à leitura nos estabelecimentos penais.	Implantar nos 49 estabelecimentos penais o projeto “Arca da Leitura” – Biblioteca Móvel. 12 meses – implantar em 35 estabelecimentos penais. 24 meses – implantar em 39 estabelecimentos penais. 36 meses – implantar em 44 estabelecimentos penais. 48 meses – implantar nos 49 estabelecimentos penais.	2020 - 26 unidades penais possuíam o projeto. (SEDUC/PA, s/a) 2021 - 37 unidades penais possuíam o projeto. (SEDUC/PA, s/a)
2 Remição de Pena pela Leitura	Possibilitar gradualmente o número de pessoas em situação/privação de liberdade no projeto “A Leitura que Liberta” - Remição de Pena pela Leitura.	Elevar para 25 (vinte e cinco) o número de estabelecimentos penais com o Projeto “A Leitura que Liberta” - Remição de Pena pelo Estudo.	2020 e 2021 - O relatório de monitoramento (SEDUC) não apresentou informações deste eixo. 2022 - 921 (SEAP/PA, 2022) 2023 - 1.656 (SEAP/PA, 2023) 2024 - 2.178 presencial masc., 191 presencial fem. RELIPEN, 2024.1)
3 Atividades Culturais	Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos em atividades culturais.	Garantir a oferta de atividades culturais em 100% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos. 12 meses – ofertar em 49% dos estabelecimentos. 24 meses – ofertar em 66% dos estabelecimentos. 36 meses – ofertar em 83% dos estabelecimentos. 48 meses – ofertar em 100% dos estabelecimentos.	2020 - 16 unidades penais. (SEDUC/PA, s/a) 2021 - 24 unidades penais 49% das unidades com oferta de atividades culturais. (SEDUC/PA, s/a) 2024 - videoteca, atividades de lazer e cultura - 1.041 presencial masc. e 216 presencial fem.

Quadro 18 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Eixo Educação Não Formal. (conclusão)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
4 Atividades Esportivas	Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos em atividades esportivas.	Garantir a oferta de atividades esportivas em 50% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos do estado. 12 meses – ofertar em 15% dos estabelecimentos. 24 meses – ofertar em 26% dos estabelecimentos. 36 meses – ofertar em 38% dos estabelecimentos. 48 meses – ofertar em 50% dos estabelecimentos.	2020 - 2 UP's (4%) (SEDUC/PA, s/a) 2021 - 4 UP's (8,16%) (SEDUC/PA, s/a) 2022 - 2023 - 2024 - Remição pelo Esporte - 19 presencial masc. (RELIPEN, 2024)

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano - SUSIPE, 2022.

No que se refere ao **Eixo Educação Não Formal – Leitura**, em 2021 a meta estabelecida era a implantação do projeto “**Arca da Leitura**” – **Biblioteca Móvel** em **35** Estabelecimentos Penais. A meta foi superada, com a implementação do projeto em **37** Unidades Prisionais, conforme apontam os relatórios oficiais. Contudo, apesar desse avanço, a Remição de Pena pela Leitura, que deveria estar articulada à política de incentivo à leitura, não apresentou dados nos Relatórios de Monitoramento da SEDUC, o que levanta preocupações quanto à efetiva execução e acompanhamento dessa iniciativa fundamental.

Projeto de Remição de Pena pela Leitura tem o objetivo de garantir o acesso à leitura dentro dos blocos carcerários das unidades Prisionais do Estado do Pará, além de proporcionar às pessoas privadas de liberdade a introdução das informações essenciais para uma mudança de vida e aquisição de conhecimento por meio da leitura. Partindo da premissa que a leitura está diretamente ligada à Educação e, portanto, à reintegração social, a admissão desta modalidade como diminuição da pena está prevista no **art. 126 da LEP e Resolução nº. 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. (SEAP, 2023, p. 32)

Em **2022**, o Projeto de Remição de Pena pela Leitura atendeu **921 PPLs**, número que aumentou significativamente em **2023**, com **1.656 custodiados(as)** participando da iniciativa, segundo dados do **Relatório de Gestão da SEAP/PA (2023)**. Essa crescente adesão ao projeto reflete o fortalecimento das ações de educação não formal no interior das unidades prisionais do Pará, demonstrando o potencial da leitura como prática de liberdade, reconstrução subjetiva e reintegração social. A fotografia a seguir ilustra um momento de participação de um custodiado nessa atividade.

Imagem 10 - Remição de Pena pela Leitura na Unidade de Custódia e Reinserção de Ananindeua (UCR ANANINDEUA)



Fonte: SEAP/PA, 2023.

A ausência de informações atualizadas e sistematizadas sobre o referido projeto nos remete a uma análise crítica mais profunda: é possível que o próprio **acesso à política pública esteja comprometido**, o que contraria os princípios constitucionais do direito à educação, inclusive no Cárcere. Como afirma Mayer,

[...] o direito não seja dado por compaixão, mas porque é um direito. Ele não necessita de explicação alguma. É porque decidimos viver em sociedade, reconhecendo a cada um os mesmos direitos, que esta exigência moral se torna uma exigência social, jurídica. Não se trata de bem ou mal no reconhecimento dos direitos de cada um. (MAEYER, 2006, p. 49).

A efetivação do direito à leitura como forma de Remição de Pena exige mais do que a previsão normativa; requer condições estruturais, educacionais e pedagógicas para que tal direito possa ser exercido.

Não basta garantir a Remição pela Leitura quando o **perfil educacional da população prisional brasileira** revela que **2,48% (19.782) são analfabetos e 42,14% (336.399)** possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto (BRASIL, RELIPPEN, 2024). Isso demonstra que a Política Pública precisa articular a alfabetização e a mediação da leitura para surtir efeitos reais, pois

[...] livros e obras, sozinhos, em estantes, não operam mudanças, nem se fazem ler sem a ação dos sujeitos sobre eles. Para isso, pensar projetos de leitura que distribuem livros exige pensar em concomitância uma ação dinamizadora, essencial como mediação que aproxima e apresenta o sujeito a cada percurso ficcional, instigando o desejo e a curiosidade de desvendar os mistérios que cada obra encerra. (JULIANO; PAIVA, 2014, p.122)

Quanto ao **Eixo Educação Não Formal – Atividades Culturais**, a meta para 2021 era a oferta em **49% dos Estabelecimentos Penais**, sendo **atingida com exatidão**, segundo relatório da SEDUC/PA. Já os dados mais recentes, conforme o RELIPPEN (2024), mostram que as atividades culturais foram incluídas na categoria de “atividades complementares”, agrupadas com videoteca e lazer, tendo alcançado **1.041 custodiados no regime masculino e 206 no feminino**, no ano de 2024.

Para o **Eixo Atividades Esportivas**, a meta de 2021 previa a implementação em **15% dos Estabelecimentos Penais**, mas os dados apontam que apenas **8,16% das Unidades Prisionais** cumpriram tal objetivo (SEDUC/PA, s/a), demonstrando o não cumprimento da meta. Além disso, os **relatórios da SEAP/PA de 2022 e 2023** não distinguem as atividades esportivas das culturais, agrupando ambas sob o termo “**Atividades Não Formais**”, o que dificulta a análise individualizada dos indicadores.

Em **2022**, foram registradas **856 PPLs** envolvidas em atividades não formais, e em 2023, esse número subiu para **922 PPLs**. Tais atividades incluem

[...] palestras, oficinas, cursos livres, atividades culturais e torneios esportivos, que estão sendo desenvolvidas, em grande parte, de forma independente pela SEAP. Entre essas atividades, destacamos a oferta do Método CIS, Oficina de Cartum, Projetar o Futuro, Preparatório Enem/Encceja – PPL, Projeto Realize entre outros. (SEAP, 2023, p.33)

Embora importantes, essas ações demonstram a necessidade de **maior articulação interinstitucional e transparência nos dados**, garantindo um monitoramento sistemático, avaliação de impactos e efetivação do direito à educação em sua totalidade, formal e não formal.

No **Quadro 19**, estão organizados os dados referentes aos **exames nacionais voltados às PPLs** no SPP, com destaque para o ENCCEJA PPL e o ENEM PPL. Tais exames representam instrumentos fundamentais para a validação de saberes e a continuidade dos estudos da População Prisional, promovendo a certificação de competências básicas, a conclusão de etapas da Educação Básica e, no caso do ENEM PPL, o acesso ao Ensino Superior.

Tais exames, especialmente o ENEM PPL, também funcionam como porta de entrada para políticas públicas de acesso ao Ensino Superior, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), sendo, portanto, estratégicos na efetivação da educação como instrumento de reintegração social.

Quadro 19 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Exames Nacionais.

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
Exames Nacionais Inscrição (ENEM PPL e ENCCEJA PPL)	Aumentar o número de inscritos no ENEM PPL e ENCCEJA PPL.	Elevar para 3.500 o número de inscrições de pessoas privadas de liberdade e de egressos nos exames nacionais - ENEM PPL e ENCCEJA PPL. 12 meses – elevar para 2.870 inscritos. 24 meses – 3.000 inscritos. 36 meses – 3.200 inscritos. 48 meses – 3.500 inscritos.	<p>2019 - 2.651 inscritos</p> <p>2021 - 4.363 inscritos em (meta alcançada para os 48 meses) (SEDUC/PA, s/a)</p> <p>2022 - 2.574 (51%) no ENEM PPL/2022.</p> <p>2023 - 4.143 inscrições que equivalem a um aumento de 60,96% no ENEM PPL. - 5.282 inscrições no ENCCEJA PPL que equivale a um aumento de 39,80%. (SEAP/PA, 2023)</p>
Exames Nacionais de Aprovação (ENEM PPL e ENCCEJA PPL)	Aumentar o índice de aptos com a média mínima no ENEM PPL e aptos para certificação no ENCCEJA PPL.	Elevar para 30% a aprovação de pessoas privadas de liberdade e de egressos nos Exames Nacionais – ENEM PPL e ENCCEJA PPL. 12 meses – 19% de aprovação. 24 meses – 22% de aprovação. 36 meses – 26% de aprovação. 48 meses – 30% de aprovação.	<p>2019 - 1942 participantes e 320 (16%) aptos nos Exames Nacionais.</p> <p>2021 - 3057 participantes e 640 (20,9%) aptos nos Exames Nacionais. (SEDUC/PA, 2021) 417 custodiados (as) conseguiram a certificação. (SEAP/PA, 2022)</p> <p>2022- 757 (81,5%) pessoas aprovadas no ENCCEJA/PPL</p>

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano - SUSIPE, 2022.

É possível constatar, a partir do quadro de inscrições nos exames nacionais, que o Estado do Pará alcançou resultados expressivos e superiores às metas previstas no PEE/PPLE/SP/PA, principalmente no que se refere à participação das PPLs no ENEM PPL e ENCCEJA PPL. A meta acumulada para os quatro anos de vigência do Plano (2021 a 2024) previa a realização de **3.500 inscrições**, sendo distribuídas progressivamente ao longo dos anos. No entanto, já em

2021, o estado superou essa marca ao registrar **4.363 inscrições**, evidenciando o êxito antecipado da meta (SEDUC/PA, s/a).

O crescimento das inscrições nos anos subsequentes também reforça o compromisso institucional com a ampliação do acesso à educação formal no Sistema Prisional. Em 2022, foram registrados **2.574 inscritos no ENEM PPL**, com aumento de **51% em relação ao ano anterior**, enquanto em **2023**, as inscrições saltaram para **4.143**, representando um aumento de **60,96%**, consolidando o Pará como uma das unidades federativas com maior adesão ao exame. Em paralelo, o **ENCCEJA PPL**, voltado à certificação de competências das etapas do Ensino Fundamental e Médio, contabilizou **5.282 inscritos em 2023**, número que representa um crescimento de **39,80%** em relação ao ano anterior (SEAP/PA, 2023).

Esses dados refletem não apenas a mobilização dos órgãos gestores da educação e do Sistema Prisional, mas também o interesse crescente da população carcerária em retomar ou dar continuidade à sua trajetória educacional. Ao mesmo tempo, demonstram o potencial dessas avaliações como instrumentos de ressignificação das trajetórias de vida e construção de novos projetos de futuro para os(as) custodiados(as), evidenciando o acesso à educação conforme prevê a LEP e os marcos normativos nacionais e internacionais de direitos humanos.

Os dados do número de inscrição nos exames nacionais foram sistematizados no quadro abaixo que apresenta dados de 2021, 2022 e 2023.

Quadro 20 - Aplicação do ENCCEJA e ENEM nos anos de 2021, 2022 e 2023.

EXAME	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
ENCCEJA	2.656	3.778	5.282
ENEM	1.707	2.574	4.143

Fonte: Dados da SEAP/PA, 2023.

Os dados apresentados no quadro demonstram avanços significativos no número de aprovações das PPLs nos Exames Nacionais de Certificação – ENEM PPL e ENCCEJA PPL – ao longo da vigência do PEE/PPLE/SP no Pará.

A meta estabelecida previa um crescimento progressivo de aprovações, culminando em **30%** ao final de 48 meses. Em 2021, dos **3.057** participantes, **640** custodiados(as) foram considerados aptos, o que representa uma taxa de aprovação de **20,9%**, superando a meta parcial estipulada para o período de 12 meses, que era de **19%** (SEDUC/PA, 2021). Em relação ao ENCCEJA PPL, **417** PPLs obtiveram certificação nas etapas do Ensino Fundamental ou Médio, resultado ampliado em **2022**, com **757 aprovações**, o que representa um aumento de **81,5%** em relação ao ano anterior (SEAP/PA, 2022).

A ampliação do acesso e da aprovação em exames nacionais é um indicador importante da efetividade das ações previstas no Plano. Contudo, é necessário garantir continuidade e acompanhamento das trajetórias educacionais, bem como condições materiais e pedagógicas adequadas.

O quadro 21 aponta dados referentes ao **Eixo Estrutura**, como podemos observar:

Quadro 21 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Eixo Estrutura.

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
Salas de aula	Promover a elevação do quantitativo e da qualidade das salas de aula dos estabelecimentos penais e dos equipamentos de atenção aos egressos.	Garantir que 100% das unidades penais e dos equipamentos de atenção aos egressos possuam salas de aula adequadas às necessidades educacionais. 12 meses – garantir em 80% dos estabelecimentos. 24 meses – garantir em 86% dos estabelecimentos. 36 meses – garantir em 93% dos estabelecimentos. 48 meses – garantir em 100% dos estabelecimentos.	2020 - 79% das unidades possuíam salas de aula (SEDUC/PA, s/a) 2021 - 89% das unidades prisionais possuem salas de aula. (SEDUC/PA, s/a) 2024 - Salas de Aula - 108 com capacidade para 952 pessoas; Sala de Informática - 18 com capacidade 169; Sala de reuniões/encontros - 3 com capacidade de 12 pessoas; Sala de professores - 29 com capacidade de 124 pessoas Outros - 13 - 259 pessoas (RELIPEN, 2024)
Bibliotecas	Promover a elevação do quantitativo e da qualidade das bibliotecas e das salas de leitura dos estabelecimentos penais e dos equipamentos de atenção aos egressos.	Garantir que 100% das unidades penais e dos equipamentos de atenção aos egressos possuam biblioteca e/ou salas de leitura adequadas às necessidades educacionais. 12 meses – garantir em 65% dos estabelecimentos. 24 meses – garantir em 76% dos estabelecimentos. 36 meses – garantir em 88% dos estabelecimentos. 48 meses – garantir em 100% dos estabelecimentos.	2020 e 2021 - 55% das unidades possuem bibliotecas (SEDUC/PA, s/a) 2024 - 33 com capacidade de 537 pessoas.

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano - SUSIPE, 2022.

Os dados apresentados no Quadro 21 apontam um avanço significativo no que tange à estrutura física voltada à educação no SPP, especialmente no que se refere à **ampliação das salas de aula**. Em **2020**, apenas **79%** das Unidades Prisionais contavam com salas de aula, número que aumentou para **89%** em 2021 (SEDUC/PA, s/a), indicando o esforço inicial de implementação das metas do PEE/PPLE/SP. Já em **2024**, os dados do RELIPEN revelam a existência de 108 salas de aula com capacidade para 952 pessoas, além de 18 salas de informática, 29 salas de professores, 3 salas de reunião e outros 13 espaços multifuncionais. Apesar do crescimento, os números ainda revelam descompasso entre o número de custodiados e a capacidade instalada das salas, além da discrepância entre unidades quanto à infraestrutura de suporte, como salas de informática ou de professores, que são fundamentais para garantir o planejamento pedagógico e a inclusão digital. Esses dados evidenciam que, embora o aumento da estrutura represente um passo importante para a consolidação da educação como direito no cárcere, ainda há limites importantes a serem superados, especialmente em relação à adequação dos espaços.

Entretanto, a meta estabelecida no Plano no que se refere à ampliação e ao fortalecimento de **bibliotecas nos estabelecimentos penais** não foi plenamente alcançada em 2021. Apesar do avanço em outros aspectos da estrutura física, a ausência de bibliotecas em 4 (quatro) Unidades Prisionais do estado do Pará demonstra a persistência de lacunas estruturais que comprometem o direito pleno à Educação das PPLEs. De acordo com os dados mais recentes, o estado conta com **72.251 livros** disponíveis nas bibliotecas prisionais, número que, embora expressivo em termos absolutos, revela uma disparidade significativa em relação ao acervo nacional, que soma **1.763.464** livros. Essa diferença evidencia não apenas um déficit quantitativo, mas também coloca em questão a qualidade e a diversidade dos acervos disponíveis, fundamentais para sustentar práticas educativas, projetos de leitura e programas de Remição de Pena por meio da Leitura.

O quadro 22 apresenta os dados do Eixo Qualificação Profissional.

Quadro 22 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Eixo Qualificação Profissional. (continua)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
Qualificação Profissional	Aumentar o número de PPLEs em cursos profissionalizantes	Garantir a oferta de cursos profissionalizantes em 100% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos.	2020 - 20 Unidades (40,81%) (SEDUC/PA, s/a) 2021 - 27 Unidades (55,10%) (SEDUC/PA,

Quadro 22 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Eixo Qualificação Profissional. (conclusão)

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
		12 meses – ofertar em 71% dos estabelecimentos. 24 meses – ofertar em 80% dos estabelecimentos. 36 meses – ofertar em 90% dos estabelecimentos. 48 meses – ofertar em 100% dos estabelecimentos.	<p>s/a)</p> <p>2022 - 1.048 qualificados (SEAP/PA, 2022)</p> <p>2023 - 2.276 qualificados até outubro/2023 (SEAP/PA, 2023)</p> <p>2024 - Curso Técnico (Acima de 800 horas) - Não foi desenvolvido (RELIPEN, 2024)</p> <p>Curso de Formação Inicial/Continuada (Acima de 160 horas) - 1.644 presencial masc. e 539 presencial fem.</p>

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano - SUSIPE, 2022.

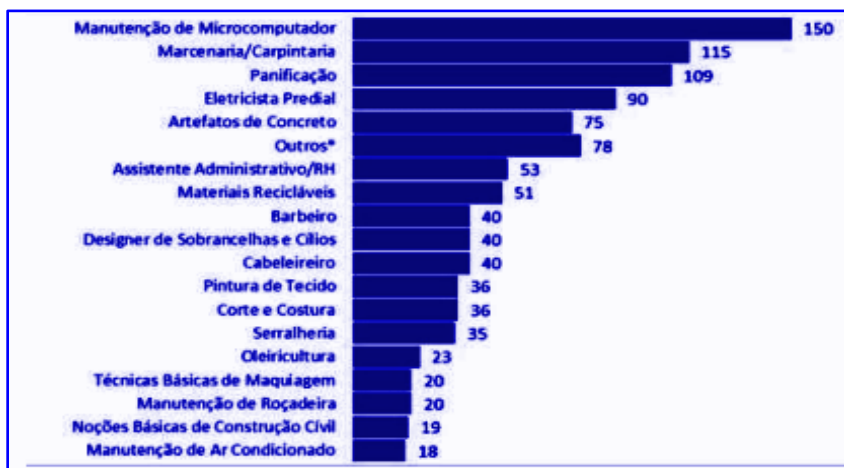
No que tange ao Eixo Qualificação Profissional, observa-se que a meta de universalização da oferta de cursos profissionalizantes nas Unidades Prisionais e nos equipamentos de atenção aos egressos não foi atingida no período de vigência do Plano.

Para o ano de 2021, estava prevista a oferta em **71%** dos estabelecimentos, entretanto, foram contempladas **apenas 27 Unidades**, o que representa **55,10%**, evidenciando o **insucesso parcial** na implementação dessa política. Ainda que os dados dos anos subsequentes demonstrem avanços quantitativos significativos — com **1.048 Custodiados(as)** qualificados em **2022** e **2.276** até outubro de **2023** —, os desafios persistem.

Em **2024**, segundo o RELIPEN, nenhum Curso Técnico (com carga horária superior a 800 horas) foi desenvolvido, e a formação profissional concentrou-se em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com 1.644 homens na modalidade presencial e 539 no mulheres, indicando um foco ainda limitado na formação técnica mais robusta. Esses dados sugerem que, apesar de avanços importantes em termos de capilaridade da oferta e número de qualificados, ainda há descompassos entre metas e ações efetivamente executadas, especialmente no que diz respeito à qualidade e à profundidade da formação ofertada, o que compromete a perspectiva de reintegração social e de inserção no mercado de trabalho enquanto egresso do Sistema Penal.

O **Gráfico 11** apresenta a distribuição do número de Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs) **capacitadas por curso profissionalizante no ano de 2022**, revelando a diversidade de ofertas formativas realizadas no âmbito do sistema prisional paraense.

Gráfico 11- Número de Capacitados por Curso Profissionalizante em 2022.⁸⁷



Fonte: CEP/DRS/SEAP - 2022.

Os dados evidenciam a priorização de cursos de curta duração, com foco em áreas como corte e costura, barbeiro, design de cílios, marcenaria e eletricista predial, dentre outros. Além disso, percebemos a predominância de formações voltadas à lógica do trabalho manual e de baixa complexidade técnica, fato este, que reforça a necessidade de ampliação de ações formativas mais qualificadas e integradas a itinerários educacionais progressivos, como os cursos técnicos, que não foram ofertados no período, segundo o RELIPEN (2024). Essa limitação aponta para a urgência de políticas mais estruturadas e articuladas, que promovam uma efetiva formação profissional emancipadora.

Para o ano de 2023, a meta estabelecida no Plano era alcançar a oferta de cursos de qualificação profissional em 90% dos estabelecimentos penais. Contudo, conforme dados da SEAP/PA (2023), **até outubro do referido ano, 2.276 custodiados(as) haviam sido qualificados**, sem que haja, porém, a explicitação do percentual de abrangência em relação ao total de Unidades Prisionais. A análise do cumprimento dessa meta evidencia a centralidade da relação público-privada na gestão da educação profissional nas prisões paraenses, uma vez que a maioria das ofertas está sob responsabilidade de instituições vinculadas a federações empresariais, como aponta a SEAP, 2023, p. 34:

A oferta girou em torno de parcerias com órgãos do “Sistema S” e demais instituições que formalizaram instrumentos de cooperação técnica com esta Secretaria,

⁸⁷ Outros: Curso de Cenografia, pedreiro de alvenaria, serigrafia, colorimetria para cabelos masculinos.

destacando-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Social da Indústria (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); bem como a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER). As certificações por curso seguem demonstrada na figura a seguir:

Gráfico 12 - Certificação do Ensino Profissionalizante.⁸⁸



Fonte: Coordenadoria de Educação Prisional - CEP/2023.

As estratégias acima mencionadas se alinham a uma concepção de Educação sob a lógica neoliberal, na qual a redução de metas reflete uma diminuição da responsabilidade do Estado com a Educação,

A fotografia abaixo ilustra um momento significativo no processo de qualificação profissional das PPLs, ao registrar a cerimônia de certificação do **Curso de Corte e Costura** realizado na **Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Vitória do Xingu (UCRF Vitória do Xingu)**.

Imagem 11 - Certificação do Curso de Corte e Costura na Unidade de Custódia e Reinserção Feminina de Vitória do Xingu (UCRF Vitória do Xingu)



Fonte: SEAP, 2023.

⁸⁸ Outros: Práticas Administrativas; Instalador hidráulico predial e encanador; Fabricação de Vassouras; Qualidade no Atendimento ao Cliente; Avicultura; Hidropônica; Meliponicultura; Pintura; Informática Básica; Auxiliar de Serviços de Alimentação; Piscicultura Básica; Viveirista em Fruticultura; Confeção de bombons e ovos de Páscoa; Automaquiagem; Gestão de Material e Patrimônio; Modelagem e confecções de roupas infantis. (SEAP, 2023, p. 34)

A Imagem 11 simboliza não apenas o cumprimento parcial das metas estabelecidas no Plano, mas também a relevância de iniciativas que promovem a autonomia e a inserção social de mulheres privadas de liberdade por meio da educação profissional.

O **Quadro 23** apresenta os dados referentes ao **Eixo Formação e Capacitação de Profissionais**, o qual estabelece como meta a qualificação contínua dos(as) profissionais que atuam no atendimento às PPLs e egressas do SPP.

Quadro 23 - Resultado da 1ª Etapa de Monitoramento realizada pela SEDUC/PA - Eixo Formação e Capacitação de Profissionais.

EIXO	INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
Formação Continuada e Capacitação de Profissionais da Escolarização das Unidades Prisionais	Formação Continuada e Capacitação de Profissionais da Escolarização das Unidades Prisionais	Institucionalizar e garantir a oferta de formação continuada e de qualificação para 100% dos profissionais que atuam na educação nos Estabelecimentos Penais. 12 meses – garantir para 25% dos profissionais 24 meses – garantir para 50% dos profissionais 36 meses – garantir para 75% dos profissionais 48 meses – garantir para 100% dos profissionais	2021 - Meta não Institucionalizada

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano - SUSIPE, 2022.

A meta prevista para o eixo de **Formação Continuada e Capacitação de Profissionais da Escolarização das Unidades Prisionais** era institucionalizar e garantir a oferta de formação continuada e qualificação para **100%** dos(as) profissionais que atuam na educação nos Estabelecimentos Penais do Estado do Pará, sendo estabelecidos marcos progressivos a cada 12 meses: 25% no primeiro ano, 50% no segundo, 75% no terceiro e 100% no quarto ano de vigência do plano.

Contudo, **no ano de 2021, a meta não foi institucionalizada**, conforme aponta o relatório da SEDUC/PA. A ausência de institucionalização compromete a sistematização e a continuidade das ações formativas, evidenciando uma lacuna estrutural no planejamento da política educacional prisional.

Dessa forma, a não institucionalização da meta revela não apenas um descompasso entre o previsto e o executado, mas também uma negligência estrutural com a valorização e qualificação dos sujeitos responsáveis pela efetivação da política educacional prisional, o que

compromete os princípios de qualidade, equidade e inclusão estabelecidos nos ordenativos jurídicos nacionais e internacionais sobre o direito à educação.

É importante ressaltar que o relatório enviado pela SEDUC/PA apresenta equívocos na sistematização dos dados, sobretudo na distinção entre os conceitos de eixo e indicador. Na coluna que deveria apresentar os indicadores de desempenho, observa-se a repetição dos nomes dos eixos, evidenciando fragilidade técnica na organização da matriz de monitoramento. Tal imprecisão compromete a avaliação objetiva do cumprimento das metas estabelecidas no PEE/PPLE/SP.

Além disso, há lacunas relevantes nos dados apresentados, como a ausência de informações sobre metas e indicadores relacionados a espaços multiusos, laboratórios de informática e espaços audiovisuais, elementos fundamentais para garantir condições adequadas à implementação da educação formal e não formal no ambiente prisional. Ainda segundo o RELIPPEN, 2024.1, nenhuma Pessoa Privada de Liberdade em regime de prisão domiciliar, com ou sem monitoramento eletrônico, está envolvida em atividades educacionais, o que representa uma exclusão significativa e negligenciada.

Outro aspecto crítico refere-se à invisibilidade de marcadores sociais como gênero nas informações fornecidas pela SEDUC/PA. Os relatórios não apresentam a classificação por gênero das Unidades e Coordenadorias que ofertam educação formal e não formal, o que dificulta a análise das desigualdades e da efetividade das ações voltadas às mulheres privadas de liberdade, por exemplo.

Para além do cumprimento quantitativo das metas, faz-se necessário um olhar mais atento e aprofundado sobre o currículo como norteador do trabalho pedagógico no cárcere. Conforme destaca Lopes (2023), não há um currículo especificamente destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) em situação de privação de liberdade, o que contribui para a fragmentação das práticas educativas e para o distanciamento entre as propostas pedagógicas e a realidade dos sujeitos envolvidos.

Além da ausência de um currículo próprio, a precariedade dos espaços físicos destinados à educação dentro dos presídios configura-se como um dos grandes obstáculos à consolidação do direito à educação no sistema prisional brasileiro. Segundo Silva (2020) vários fatores condicionam ou interferem na tarefa de fazer a Educação nos espaços de restrição/privação de liberdade no Brasil e uma proposta de EJA Prisional, deve possibilitar aos profissionais da Educação lidar com estes fatores:

- deficiências de infraestrutura (sala, carteiras, lousas, equipamentos etc.).

- arquitetura Prisional que favorece a percepção de isolamento, controle e encarceramento.
- falta de material didático específico e restrições ao uso de materiais convencionais de uso comum.
- salas com pessoas de diferentes idades.
- grande defasagem na relação idade/série.
- classes multisseriadas.
- excessiva rotatividade dos alunos.
- elevado número de presos provisórios
- rígidos sistemas disciplinares que impedem livre movimentação dos alunos.
- dificuldade de acesso a recursos de TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação).
- precariedade de estímulos sensoriais (visual, auditivo, tátil, gustativo e olfativo) (SILVA, 2020, p. 61)

Outro fator é a custódia, considerada a grande vilã da educação nas prisões. “A lógica da custódia se sobrepõe à lógica da educação, dificultando o acesso, a permanência e a qualidade do processo educativo no cárcere” (SILVA. 2020).

Sobre o Eixo Plano de Educação a SEDUC/PA disponibilizou um relatório específico da avaliação das diretrizes e objetivos do PEE/PPL/SP/PA que diz:

Com relação aos recursos para desenvolver as atividades educacionais, avaliamos que é importante que a Escola sede, após devido levantamento das necessidades dos anexos das casas Penais, destine parte do orçamento da Escola sede para os anexos Penais, o que pode ser feito com o envio de materiais, a exemplo do que já faz a rede municipal de ensino; Implementar projetos culturais dentro das unidades Prisionais, tais como: dança, folclore, festival de poesias, pinturas, artesanato, assegurando apresentação de grupos internos e externos, obedecendo as normas de segurança; Garantia de segurança na implementação e no desenvolvimento de projetos nas casas Penais; Garantir hora pedagógica aos professores e atendimento individualizado aos alunos com mais dificuldades; Garantir atendimento psicológico aos profissionais da Educação e a todas as pessoas envolvidas no processo educacional; Que os alunos egressos sejam atendidos no CEEJA nos três turnos (manhã, tarde e noite); Assegurar nas casas Penais o funcionamento periódico e conforme demanda da banca examinadora permanente, como já ocorre no CEEJA; Garantir a certificação dos alunos privados de liberdade pelas Secretarias (SEDUC e SEMED); Assegurar a qualificação profissional permanente do quadro de professores com a participação em cursos de formação e especialização nas esferas municipais, estaduais, federais e instituições privadas, assegurando a elaboração de parcerias com essas instituições para que ofereça os cursos voltado para o ensino de privados de liberdade; Por fim, avaliamos, que há pontos dentro das diretrizes e nos objetivos que são de responsabilidade direta da atuação da SEAP, principalmente no que diz respeito a criação de espaços de sala de aula para fins de assegurar o aumento da oferta de ensino, o que significa que o setor da SEAP que atua diretamente na Educação através do convênio com a SEDUC e Secretarias Municipais de Educação, precisam ser partes permanentes do processo decisório de construção, reforma e ampliação das casas Penais, assegurando um modelo presídio que valorize os espaços educacionais. (SEDUC, 2022)

Sobre a Avaliação do Plano de Ação a SEDUC/PA diz que precisam

Articular e discutir a elaboração de manual de procedimento para a Educação; Incluir nas parcerias: Casa da Cultura, Unifesspa, Cine Marrocos e Biblioteca Orlando Lobo, IFPA, Faculdade Carajás, Marabá Leitor; Requerer a efetivação de Processo Seletivo

para contratação de professores das disciplinas faltantes; Assegurar agentes, em respeito ao convênio já estabelecido, exclusivos para Educação; Na parte de Universalização do acesso à Educação, assegurar o respeito as pautas LGBTQIAP+ Assegurar parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e CAPS; Assegurar momentos periódicos para a elaboração de projetos; Assegurar Palestras sobre profissões para os PPL e egressos; Assegurar convênios com o Sistema S (SENAI, SESC, SENAR, SENAT e SESI) de forma a aumentar as parcerias que ofertem cursos profissionalizantes; Assegurar o Pólo EAD dentro das casas Penais; Assegurar a participação do Conselho da Comunidade; Aplicar o projeto de Justiça restaurativa; Incentivar projeto de saúde mental aos PPL; Implementar Parceria com a Estação Cidadania para emissão de documentos; Assegura que os alunos do semiaberto sejam atendidos no turno noturno, seja presencialmente ou através de EAD; Institucionalizar Sistema de Informação para alertar egressos sobre cursos superiores, profissionalizantes, exames nacionais e vagas de trabalho; Articular levantamento de patrocínio para assegurar custeio de passagens aos egressos, que seria administrado pelo setor de reinserção social. (Essa articulação pode ser feito com as pastorais carcerárias das igrejas católicas, Associações, Instituições privadas, Associações Comerciais e com as igrejas evangélicas que já visitam semanalmente as casas Penais, bem como com a Secretaria de Assistência Social do Estado e dos Municípios. (SEDUC, 2022)

Podemos perceber o esforço da SEDUC em parceria com a SEAP em cumprir as metas do PEE/PPLE/SP, apesar de algumas metas não serem atingidas outras tiveram um alcance superior ao que foi estabelecido. Porém a Educação continua não sendo um direito para todos. Então,

[...] temos um sistema penitenciário com unidades Prisionais precárias, superlotadas, sem condições estruturais e de recursos humanos necessários para cumprir o seu papel de reintegração social por meio da Educação a um público majoritariamente jovem e com baixa Escolaridade, cuja política de financiamento, vem sendo marcada por problemas na fiscalização, no processo de prestação de contas, pelo contingenciamento de seus recursos e consequente desvios de suas finalidades para garantir o superávit primário governamental. (CARVALHO; COELHO; BATISTA, 2022, p. 01)

O SP no Brasil está enraizado em uma cultura que perpetua valores coloniais e racistas que são resquício do período de escravidão que durou por três séculos. Por essa razão, parte da população é excluída da participação nos processos decisórios de maneira equitativa. Essa população é marginalizada, invisibilizada e oprimida por questões raciais, culturais e econômicas, sendo a principal afetada por cortes deliberados na aplicação da lei desde os primórdios do sistema Penal brasileiro (BORGES, 2020).

A escravidão, o linchamento e a segregação certamente são exemplos contundentes de instituições sociais que, como a prisão, um dia foram consideradas tão perenes quanto o sol. Ainda assim, em cada um dos três casos, podemos apontar movimentos que assumiram a postura radical de anunciar a obsolescência dessas instituições. Pode ser útil, para obtermos uma nova perspectiva em relação à prisão, tentarmos imaginar como os debates sobre a obsolescência da escravidão devem ter parecido estranhos e desconfortáveis para aqueles que consideravam a “instituição peculiar” algo natural — e especialmente para aqueles que obtinham benefícios diretos desse pavoroso sistema racista de exploração. E ainda que houvesse grande resistência entre os escravos negros, havia até mesmo alguns dentre eles que acreditavam que eles

mesmos e seus descendentes estariam sempre sujeitos à tirania da escravidão (DAVIS, 2018, p.22).

Existem vários mecanismos de negação de direitos que são empregados para perpetuar o racismo, a discriminação e o encarceramento em massa da população negra do Brasil e um deles é a falta de acesso à Educação.

No que diz respeito à Educação Escolar, o enfoque principal é direcionado a formação para o mercado de trabalho e capacitação para execução de trabalhos relativamente simples, como bem vimos nos cursos ofertados para a população Prisional. Para que verdadeiramente haja mudança no atual cenário faz-se necessário uma formação humana integral.

Se definirmos a formação humana integral como o acesso, por parte do indivíduo, aos bens, materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, então formação integral implica emancipação humana. Vale dizer, uma forma de sociedade na qual todos os indivíduos possam ter garantido esse acesso. Porém, uma tal forma de sociedade requer, necessariamente, um tipo de trabalho que tenha eliminado a exploração e a dominação do homem pelo homem. Somente uma sociabilidade baseada nessa forma de trabalho poderá garantir aquele acesso. (TONET, 2006, p. 6)

Essa formação humana se dar também pela apropriação da cultura, pois a

A cultura nasce da relação do homem com a natureza e com os outros homens, tem origem em uma dada base material social e inclui um complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Cultura pode ser também entendida como o aprimoramento do homem, rumo ao seu mais alto grau de civilidade, de refinamento, enfim, de humanidade. Nesse sentido, um homem culto é um homem mais humano. (SOUZA, 2011, p.1)

Nesse cenário, podemos afirmar que a caracterização da concepção de Educação com qualidade presente no PPE/PPL/SP, oscila entre elementos que remetem ao conceito de “Qualidade Social” e aspectos que remetem de forma enfática à “Qualidade Total”, de forma explícita ou subliminar.

5 CONCLUSÃO

Investigar sobre o PEE/PPLE/SP não foi tarefa simples, visto que não encontramos relatórios de monitoramento específicos sobre o Plano disponíveis nos portais das instituições competentes, o que me obrigou, enquanto pesquisadora, ir a campo. Posteriormente, a SEDUC/PA disponibilizou os relatórios que subsidiaram esta dissertação.

Apresentamos o histórico da População Prisional nacional de 2016 a 2024, no qual observamos o aumento da população carcerária, que passou de 702.385 para 888.791.

Nesse histórico, foi possível perceber uma oscilação do quantitativo da População Prisional dos anos de 2019 e 2020. Em 2019, houve uma queda da População Prisional, seguida de um aumento súbito, em 2020, de 758.880 para 811.113 PPLs. Este aumento foi relacionado à crise sanitária que se instalou no mundo – a pandemia da covid-19 – em que a maioria dos furtos, nesse período, foi ligada à fome. Enquanto isso, o Presidente da República da época, Jair Bolsonaro, dizia que este era apenas um “probleminha”, referindo-se à superlotação dos presídios brasileiros.

Traçamos também o histórico do quantitativo da População Prisional do Estado do Pará de 2016 a 2024, no qual foi possível observar um aumento significativo no ano de 2019, momento em que a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária atuava nos presídios do Pará. Intervenção esta que ocorreu devido às rebeliões em Marabá, que tomaram proporções internacionais.

Inúmeras denúncias feitas pelo Ministério Público sobre tortura instauradas nos presídios do Pará foram recorrentes.

Porém, essa população que se encontra no cárcere precisa ter seus direitos garantidos, como o direito social à Educação, amparado por diversas legislações no âmbito internacional, nacional e estadual.

A metodologia utilizada constituiu-se em uma Pesquisa bibliográfica, que demonstra que as publicações realizadas sobre a temática da Educação nas Prisões ainda são poucas, sendo ainda menores na Região Norte do País.

Tratamos da Educação Básica como um direito da pessoa privada de liberdade, apresentando os diversos conceitos: a Educação Básica como direito, como forma de organização e a qualidade.

Apresentamos todos os documentos referentes à garantia da Educação Básica no Estado do Pará, incluído o PEE/PPLE do SP como orientador da política de Educação Básica no Estado do Pará. Enfatizamos o conceito e o contexto que o plano foi escrito e, por fim, apresentamos

os documentos disponibilizados pela SEDUC/PA, a partir dos quais foi possível elaborar quadros com a porcentagem de alcance das metas estabelecidas.

A análise dos relatórios nos possibilitou visualizar os alcances das metas referentes à qualidade social, em detrimento do não alcance da meta relacionada à formação profissional daqueles que atuam no Cárcere, pois não foi institucionalizada no ano de 2021.

Encontramos, na EJA para PPLE/SP no Pará, ações implementadas que não são consolidadas como políticas públicas de Estado, mas como ações de governo, descontínuas e contextualizadas em projetos pontuais, como se pode observar nas estratégias para o alcance das metas. Isso, impossibilita a efetivação de uma política paraense que garanta o direito à Educação das PPLE do SP do estado.

Nas considerações realizadas pela SEDUC/PA acerca da avaliação do plano, foram tratadas as articulações que deveriam ser estabelecidas com instituições, assim como o respeito às pautas LGBTQIAP+.

Não poderíamos deixar de mencionar a atuação dos profissionais que trabalham nas Escolas das Prisões, na tentativa de garantir uma Educação de qualidade para todas as pessoas privadas de liberdade. Estes, sim, deveriam ser reverenciados, pois atuar nas Escolas das Prisões não é tarefa fácil. A atuação nas Escolas Prisionais envolve situações Intra-Escolares e Extra-Escolares.

Cabe mencionar que o direito à Educação não é garantido a todas as pessoas privadas de liberdade, pois sua efetivação está relacionada a diversas dimensões, como a interferência de facções criminosas – que decidem quem vai estudar e quem não vai –, à boa vontade dos gestores dos presídios, à boa vontade dos Policiais Penais que consideram a Educação um privilégio para quem está no Cárcere. Dificultam o acesso de várias formas, como ocasionar o atraso do estudante às aulas, seja pela falta de algemas para conduzi-lo à sala de aula, seja pelo monitoramento constante do(a) professor(a) de forma contínua pelos Policiais Penais.

Entendemos que os Planos Estaduais de Educação nas Prisões são instrumentos importantes para orientar as políticas de Educação Básica nas Prisões quando estes não são secundarizados.

A concepção de qualidade social presente no documento está especificamente ligada ao incentivo à leitura, às atividades culturais e esportivas, ao acesso aos Exames Nacionais, à elevação da Escolaridade e à qualificação profissional. Compreendemos que

Ora, a Educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos, nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes. Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa

qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia. (TONET, 2006, p.9)

Faz-se necessário que o (a) privado (a) de liberdade tenha acesso aos bens materiais, culturais e a uma Educação de qualidade, com vistas a dialética histórica, para que se torne verdadeiramente livre. Afinal, o Cárcere aprisiona o corpo como método de punição, mas a mente e a alma podem ser livres.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3ª ed. Editorial Presença. Disponível em: [os-aparelhos-ideologicos-de-estado.pdf \(ufscar.br\)](#). Acesso em: 15 jan. 2024.
- Althusser, L. (2014). **Sobre a reprodução do capitalismo: ideologia e aparelhos ideológicos de Estado** (G. M. Goshgarian, trad.). Verso. (Trabalho original publicado em 1995).
- AMARAL, Késia Silva da Costa. **A associação beneficente de capelania social e o seu papel pedagógico no processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade**. Orientadora: Maria do Socorro da Costa Coelho. 2019. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: [TCC_AssociacaoBeneficenteCapelania.pdf \(ufpa.br\)](#). Acesso em: 09 fev. 2024.
- ARAÚJO, R. M. L. **O Marxismo e a Pesquisa Qualitativa como Referências para Investigação sobre Educação Profissional**. Anais do VII Seminário do Trabalho da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Marília-SP, 24 a 28 maio 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.
- BARROS, B. WA. **O Sistema Prisional em 2020-2021: entre a Covid-19, o atraso na vacinação e a continuidade dos problemas estruturais**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2021) Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/11-o-sistema-Prisional-em-2020-2021-entre-a-covid-19-o-atraso-na-vacinacao-e-a-continuidade-dos-problemas-estruturais.pdf> Acesso em: 16 fev. 2025.
- BBC NEWS BRASIL. **Prego no pé, spray de pimenta e beijo forçado: as torturas em Prisões do Pará segundo o Ministério Público**. BBC News Brasil. 09 de outubro de 2019. Disponível em: [Prego no pé, spray de pimenta e beijo forçado: as torturas em prisões do Pará segundo o Ministério Público - BBC News Brasil](#). Acesso em: 17 jan. 2025.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.
- BOLÍVAR, A. **Los centros educativos como organizaciones que aprenden: promesa y realidades**. Madrid: La Muralla, 2000.
- BORGES, J. **Prisões: Espelhos de nós**. Todavia. 2020
- BOTLER, Alice Miriam Happ; MATOS, Aécio Marcos de Medeiros Gomes de. **A Escola como Organização Comunicativa**. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: [RI UFPE: A Escola como Organização Comunicativa](#). Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRASIL. **Levantamento de Informações Penitenciárias. 1º Semestre de 2024**. SISDEPEN. SENAPPEN. 2024. Disponível em: [Microsoft Power BI](#). Acesso em: 16 jan. 2025.
- _____. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1º de Julho de 2024**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -

IBGE. 2024. Disponível em: [Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação | IBGE](#). Acesso em: 18 jan. 2024.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP**. Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: Apresentação do PowerPoint (cnmp.mp.br). Acesso em: 25, set. 2023.

_____. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acesso em: 16 set. 2022.

_____. **Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Disponível em: PROJETO DE RESOLUÇÃO (mec.gov.br). Acesso em: 11 jul. 2023.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar Escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: LIM-15-10-1827 (planalto.gov.br). Acesso em: 07 julho de 2023.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em: 18 jan. 2025..

_____. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: L9784 (planalto.gov.br). Acesso: 06 out. 2023.

_____. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 16 set. 2022.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 16 set. 2022.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (CNPCCP). **Resolução CNPCCP n. 03/2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais. Disponível em: <Microsoft Word - RESOLUÇÃO Nº 03 DE 20091.doc (mec.gov.br)>. Acesso em: 16 set. 2022.

_____. **Relatórios contendo informações Penitenciárias referentes ao estado do Pará**. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/PA>> Acesso em: 16 set. 2022.

_____. **Decreto n. 11.348, de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: D11348 (planalto.gov.br). Acesso em: 06 out. 2023.

_____. **Emenda Constitucional n. 32, de 11 de setembro de 2001**. Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: Emenda Constitucional nº 32 (planalto.gov.br). Acesso em: 06 out. 2023.

_____. **Emenda Constitucional Nº 104, de 4 de dezembro de 2019**. Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias

Penais federal, estaduais e distrital. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm. Acesso em: 14 fev. de 2025.

_____. **Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018.** Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: PRT_MSP_GM_2018_199.pdf (mj.gov.br). Acesso: 06 out. 2023.

_____. **Portaria Nº 013/2021.** Secretaria de Estado de Educação. Governo do estado do Pará. In: _____. Diário Oficial Nº 34.546 de 09 de Abril de 2021. Disponível em: [PLANO ED PRISOES GERAL FINALIZADO SEDUC SEAP.cdr \(agenciapara.com.br\)](#). Acesso em: 21 de jun. 2024.

_____. Ofício Nº 1343/2022/DIRPP/DEPEN/MJ. 04/07/2022. Arquivo SEDUC PA.

_____. **Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Civil.** 1997. MG. Disponível em: [Plano Nacional de Educação](#). Acesso em: 16 fev. 2025.

BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação:** Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

_____. **Veja os planos estaduais de Educação para privados de liberdade construídos com o apoio do Depen. Divisão de Comunicação Social da Depen.** 14/12/2021, Brasília, Secretaria Nacional de Políticas Penais. Disponível em: [Veja os planos estaduais de Educação para privados de liberdade construídos com apoio do Depen — Secretaria Nacional de Políticas Penais \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 13 jun. 2024.

_____. **Decreto Nº 7.626, de 24 de novembro de 2011.** Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília. Disponível em: [Decreto nº 7626 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 14 jun. 2024.

_____. **Emenda Constitucional Nº 104, de 4 de dezembro de 2019.** Altera o inciso XIV do *caput* do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias Penais federal, estaduais e distrital. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm. Acesso em: 15/01/2025

CABRAL, V. L. **Qualidade da Educação básica nos planos estaduais de Educação do Pará de 2010 e 2015:** concepções e tensões / Vivian de Lima Cabral. — 2019. 140 f.: il. color. Orientador(a): Prof. Dr. Emina Márcia Nery dos Santos Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: PPEB - Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão de Escola Básica (ufpa.br). Acesso em: 26 out. 2023.

CANVA. **O poder do design ao seu alcance.** 2024. Disponível em: [Sobre o Canva](#). Acesso em: 18 maio de 2024.

CARTA CAPITAL. **População Carcerária tem recorde histórico durante a pandemia.** Especialistas afirmam que o crescimento de furtos durante a pandemia pode explicar aumento do aprisionamento no País. 05 de junho de 2022. Disponível em: [População carcerária tem recorde histórico durante a pandemia — Sociedade — CartaCapital](#). Acesso em: 26 jan. 2025.

CARVALHO, F. A. F.; COELHO, M. S. C.; BATISTA, P. A. C. O direito à Educação aos privados de liberdade no Brasil e o papel do FUNPEN no seu financiamento. **Educação**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-15, jan-dez. 2022. e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 010465X. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/33887>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CHAUÍ, M. **Direitos humanos e medo**. In: FESTER, A. C. R. (org.) **Direitos humanos e...** São Paulo: Brasiliense, 1989. p.15-35.

CURY, C. R. J. A Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível: scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF/?format=pdf. Acesso em 20 out. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: [http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas em Ciencias Humanas Sociais.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-1/2SF/Claudio/5Pesquisas%20em%20Ciencias%20Humanas%20Sociais.pdf). Acesso em: 14 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Currículo Lattes - Késia Silva da Costa**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. 2025. Disponível em: [Currículo do Sistema de Currículos Lattes \(Késia Silva da Costa\) \(cnpq.br\)](https://lattes.cnpq.br/00000001000000000000000000000000).

COELHO, M.S.C. **Nas águas o Diploma: O Olhar dos Egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá-PA**. Tese (Doutorado) – PUCSP. Programa: Educação: Currículo. Orientador: CHIZZOTTI, Antônio. São Paulo, p.332, 2008. Disponível em: [Maria do Socorro da Costa Coelho.pdf \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 20 out. 2023.

CURY, C.R. J. A Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38,n. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 16 fev. 2025.

DALE, B. & COOPER, C. **Qualidade total e recursos humanos**. Lisboa: Presença, 1995.

DA SILVA, R. Fundamentos epistemológicos para uma EJA Prisional no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 59–76, 2020. DOI: 10.1234/rbep.v1i1.49. Disponível em: <https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/49>. Acesso em: 25 jan. 2025.

DAVIS, Angela. **Estarão as Prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: DIFEL, 2018. 116 p.

DIAS JÚNIOR, A. C. Breves apontamentos sobre a Pedagogia Crítica de Georges Snyders: Notas breves sobre la pedagogía crítica de Georges Snyders. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 19, Nº 197, Octubre de 2014. Disponível em: <Breves apontamentos sobre a Pedagogia crítica de Georges Snyders (efdeportes.com)> Acesso em: 19 out. 2023.

DOURADO, L.F. PNE, Políticas e Gestão da Educação: Novas Formas de Organização e Privatização. In DOURADO, L, F. **PNE, Políticas e Gestão da Educação: novas formas de organização e privatização**. Luiz Fernandes Dourado, Organizador, (Meio Eletrônico) -

Brasília: Anpae, 2020. Disponível em: PNE-políticas-e-gestão-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf (seminariosregionaisanpae.net.br) Acesso: 10 jul. 2023.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F; SANTOS, C, A. **A qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: MIOLO_Texto_para_discussão 24 nova.pmd (unifap.br). Acesso em 10 jul. 2023.

DOURADO, L. F; DE OLIVEIRA, J. F; SANTOS, C. A; AZEVEDO. Qualidade da Educação socialmente referenciada na construção do Sistema Nacional de Educação. p. 99-146. In: **Qualidade Social da Educação Básica**. Org. DE AZEVEDO, J. M. L; AGUIAR, M. A. S. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: [COLETANEA2.pdf](#). Acesso em: 27 jan. 2025.

ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILLI, P.; SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 93-110.

ESTÊVÃO, Carlos Vilar. Qualidade da Educação: suas implicações na Política e na Gestão Pedagógica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2013. DOI: 10.21573/vol29n12013.42818. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/42818>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____. **A Escola privada como organização**. Na fronteira da sua complexidade organizacional. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1998.

_____. **Educação, justiça e democracia**. São. Paulo: Cortez, 2004.

_____. Sentidos de Escola, profissionalidade Docente e participação. **Revista Brasileira de Política e Administração Educacional**, vol. 20, nº 2, Jul-Dez., pp.11-28, 2005.

_____. **Perspectivas sociológicas críticas da Escola como organização**. LIMA, L. (org.). Perspectivas de análise organizacional das Escolas. Gaia: Fundação Manuel Leão, p. 195-223, 2011.

_____. **Políticas e valores em Educação**. Repensar a Educação e a Escola como um bem público. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2012.

FNQ. **Fundação Nacional da Qualidade Conceitos Fundamentais da Excelência da Gestão**. São Paulo, 2015. Disponível em: [FNQ_2015a.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em: 10 jan. 2024.

FIGUEIRA, Diogo Manuel Albuquerque Diogo. **Gema – Sistema de Gestão Magra**. Universidade de Aveiro. 2011. Disponível em: [GEMA: sistema de gestão magra \(library.org\)](#). Acesso em: 14 jan. 2024.

FOFANO, Debora Klippel; RECH, Hildemar Luiz. Ideologia e Educação na Perspectiva de Louis Althusser. v. 37. Belo Horizonte: **EDUR • Educação em Revista**. 2021. Disponível em: scielo.br/j/edur/a/q3nqm93fyCzzssBLrKkKFmQ/?format=pdf. Acesso em: 16 jan. 2024.

FONSECA, Marília. Políticas Públicas para a Qualidade da Educação Brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

LIBÂNIO, J. C. **Democratização da Escola Pública:** a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1986. Disponível em: Libânio - Democratização da Escola Pública a Pedagogia Críti.pdf - Google Drive. Acesso em: 18 out. 2023.

LIMA, I. **Retrospectiva 2021: confira o que aconteceu neste ano no Pará.** Portal Amazônia. Disponível em: Retrospectiva 2021: Confira o que aconteceu neste ano no Pará - Portal Amazônia (portalamazonia.com). Acesso em: 27 jun. 2024.

LOPES, T. Fábrica Esperança garante capacitação profissional a ex-detentos. Agência Pará de Notícias. Governo do Pará. 2017. Disponível em: Fábrica Esperança garante capacitação profissional a ex-detentos | Fundação PARÁPAZ (parapaz.pa.gov.br). Acesso em: 24 jun. 2024.

LOURENÇO, B. Dicionário feminista: conheça termos importantes para o movimento. **Revista Galileu**. 14 março de 2020. Disponível em: Dicionário feminista: conheça termos importantes para o movimento - Revista Galileu | Sociedade (globo.com). Acesso em: 06 jul. 2023.

LYRA FILHO, R. **O que é direito.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994. Disponível em: <Filosofia da Educação - PDF Download grátis (docplayer.com.br)> Acesso em: 19 out. 2023.

LUCKESI, C. C. **Fazer Universidade:** uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.

MADEIRA, Diogo Simão Bernardes. **Produção magra, seis sigma, manutenção industrial magra:** princípios, metodologias, propostas de instalação. Orientador: CABRITA, Carlos Manuel Pereira. Universidade da Beira Interior, 2009. Disponível em: uBibliorum: Produção magra, seis sigma, manutenção industrial magra: princípios, metodologias, propostas de instalação. Acesso em: 10 jan. 2024.

MADRI, 2006. **Diccionario Griego - Español** Volumen IV. Instituto de Filología. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid 2006. Disponível em: BASE (dechile.net). Acesso: 06 jul. 2023.

MICHAELIS, 2025. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos. 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/expansao>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MINAYO, M. C. O Desafio da Pesquisa Social. In Deslandes, S. F; GOMES, R. Minayo, C, S (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2007, p. 09-30. Disponível em: MC2019 Minayo Pesquisa Social .pdf (usp.br). Acesso em: 20 out. 2023.

MORI, L. **96% homens, 48% pardos, 30% sem julgamento:** o perfil dos presos no Brasil. São Paulo: BBC NEWS BRASIL. 17 outubro de 2024. Disponível em: [Presos no Brasil: 96% homens, 48% pardos, 30% sem julgamento: o perfil dos detentos no Brasil - BBC News Brasil](#). Acesso em: 26 jan. 2025.

MUNIZ, D. H. A. **História da Educação Básica no Centro de ReEducação Feminino - CRF** (2006-2016). 166 f.: il. color. Orientador(a): Prof^a. Dra. Clarice Nascimento de Melo Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: DIANA HELENA ALVES MUNIZ.pdf (ufpa.br). Acesso em 25 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **O aumento do encarceramento feminino no Brasil: pobreza, seletividade Penal e desigualdade de gênero.** 17 de Abril de 2020. Disponível em: [O aumento do encarceramento feminino no Brasil: pobreza, seletividade Penal e desigualdade de gênero – Observatório das Desigualdades](#). Acesso em: 26 jan. 2025.

ONU. Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 217 (III) A. Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>> Acesso em: 16 set. 2022.

PARÁ. **Relatório Projeto de Extensão Diálogos em Educação: A Formação em Cella de Aula.** SISAE / UFPA, 2016.

_____. **Relatório de Gestão 2023 Secretaria de Administração Penitenciária.** 2023. Disponível em: <https://www.seap.pa.gov.br/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20SEAP%202023.pdf>. Acesso em: 11/02/2025.

_____. **Relatório Projeto de Extensão Diálogos em Educação: A Formação em Cella de Aula.** SISAE / UFPA, 2017.

_____. **Revista Seap em Números. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.** Julho a Dezembro de 2022. Disponível em: seap em números - JUL-DEZ 22.cdr. Acesso em: 07 jul. 2023.

_____. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.** Governo do Estado do Pará. Secretaria de Administração Penitenciária. Secretaria de Estado de Educação. 2021.

_____. **Portaria 014/2021** – Gabinete da secretária da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado do Pará – GS SEDUC. Belém/PA. 2021. Disponível em: [PLANO ED PRISOES GERAL FINALIZADO SEDUC SEAP.cdr \(agenciapara.com.br\)](#). Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. **Termo de Cooperação Técnica Nº 014/2020 a ser celebrado entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e o município de Parauapebas.** Disponível em: [TCT 014.2020, Plano e publicação - Parauapebas.pdf \(seap.pa.gov.br\)](#). acesso em: 20 jun. 2024.

_____. **Convênio de Cooperação Técnica Nº 042/2023 – SECTET. Processo Eletrônico nº 2023/318632.** Disponível em: [Convênio de Cooperação Técnica nº 042.2023 + plano + publicação - SECTET.pdf \(prodepa.pa.gov.br\)](#). Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Contrato Administrativo Nº 090/2022/SEEAP, que celebram entre si a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.** Disponível em: [CONTRATO 090.2022 - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL- SENAI.pdf \(prodepa.pa.gov.br\)](#). Acesso em: 21 jun. 2024.

_____. **Termo de Cooperação Técnica Nº 003/2016 que entre si celebram a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE e o IBRAEMA – Instituto Brasileiro de Educação e Meio Ambiente.** Disponível em: [TCT Nº 003-2016 - IBRAEMA.pdf \(seap.pa.gov.br\)](#). Acesso em: 21 jun. 2024.

_____. **Termo de Cooperação Técnica Nº 013/2020, que entre si celebram a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.** Disponível em: [PLANO ED PRISOES GERAL FINALIZADO SEDUC SEAP.cdr \(agenciapara.com.br\)](#). Acesso em: 21 de jun. 2024.

_____. **Lei Nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.seap.pa.gov.br/node/281#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.937%2C%20DE%202,Art>. Acesso em: 13/02/2024

PARO, Vitor. Entrevista com Vitor Paro, professor da Faculdade de Educação da USP. **Gestão Escolar**, 2012. Disponível em: [Entrevista com Vitor Paro, professor da Faculdade de Educação da USP - O Diretor deve ouvir quem está na Escola \(gestaoEscolar.org.br\)](#). Acesso em: 15 jan. 2024.

PICALHO, Antônio Carlos; LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca. **AtoZ** novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, Brasil, n. 11, p. 1-12, 2022. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: [Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca - University of Toronto \(utoronto.ca\)](#). Acesso: 09 fev. 2024.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

REGO, W. D. L. Intelectuais, Estado e ordem democrática: notas sobre as reflexões de Florestan Fernandes. In: RIDENTI, M.; BASTOS, E. R; ROLLAND, D. (orgs.) **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p.184.

RIEDER, Arno. Interiorização da Educação Superior no Brasil: Caso de Mato Grosso. **Revista Gestão Universitária da América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p.228-247, set/dez. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319327512013.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RUUSKA, T. A reprodução do capitalismo na Educação: Althusser e o aparelho ideológico educacional do Estado. In: Hall, R., Accioly, I., Szadkowski, K. (orgs) **The Palgrave International Handbook of Marxism and Education**. Marxismo e Educação. Palgrave Macmillan, Cham. 2023. Disponível em: [A reprodução do capitalismo na Educação: Althusser e o aparelho ideológico educacional do Estado | SpringerLink](#). Acesso em: 16 jan. 2014.

SANCHES, M. F. C. Para um ensino de qualidade: perspectiva organizacional. Inovação – **Revista do Instituto de Inovação Educacional**, Portugal, Universidade de Lisboa, v. 10, n. 2 e 3, p. 165-194, 1997. Disponível em: [PARA UM ENSINO DE QUALIDADE: PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL \(researchgate.net\)](#) Acesso em: 25 jan. 2024.

SANTARÉM. MP apura superlotação do Centro de Recuperação de Itaituba, no Pará. O Estado Net. Ano XIV, Edição Digital nº 4418. Santarém – Pará, Domingo, 23 de Junho de 2024. Disponível em: [MP apura superlotação do Centro de Recuperação de Itaituba, no Pará | Portal OESTADONET](#). Acesso em: 23 de jun. 2024.

SASSERON, L. H; DE CARVALHO, A. M. P. **Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica**. Investigações em ensino de ciências, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.

SAVELI, E. de L.; TENREIRO, M. O. A Educação enquanto Direito Social: aspectos históricos e constitucionais. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 51-57, maio/ago. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Estado**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-412, 2010.

SEVERINO, A. J. **Como ler um texto de filosofia**. Paulus Editora. 2008.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho. **Arte e Cultura: Uma Educação Necessária**. 1 Conferência de abertura do IV Seminário do Conselho Estadual de Educação/Campo Grande – MS/2011.

Silva, Ana Celina Militão. **Lean Production - Produção Magra - Processo Criativo**. 4ª Edição - Mestrado em Tecnologias Gráficas Gestão da Produção Gráfica | Junho de 2012. Disponível em: <https://www.guiadografico.com.br/arquivos/lean-production-processo-criativo.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SILVA. Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. 9ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. Disponível em: [129434210-Tomaz-Tadeu-Da-Silva-Docmentos-de-Identidade.pdf - Google Drive](#). Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (orgs.). **Escola S.A.** Brasília: CNTE., 1996.

SILVA, Flávia Martins André. **Direitos Fundamentais**. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br>. Acesso em: 07 de maio 2023.

SILVA, Enio Moraes da. O Estado Democrático de Direito. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 42 n. 167 jul./set. 2005. Disponível em: O Estado democrático de direito (senado.leg.br). Acesso: 10 maio de 2023.

SILVA, Maria Inês Marcondes de Souza. **Educação em prisões: tensões e desafios**. Curitiba: Appris, 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da Pesquisa**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. Disponível em: TEIXEIRA, Elizabeth. As Três Metodologias.pdf | DocDroid. Acesso em: 20 out. 2023.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de Pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.39, n.3, p. 507-514. 2005. Disponível em: Redalyc.Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de Pesquisa. Acesso em: 20 out. 2023.

TONET, Ivo. **Educação e Formação Humana**. Maceió: 2006.

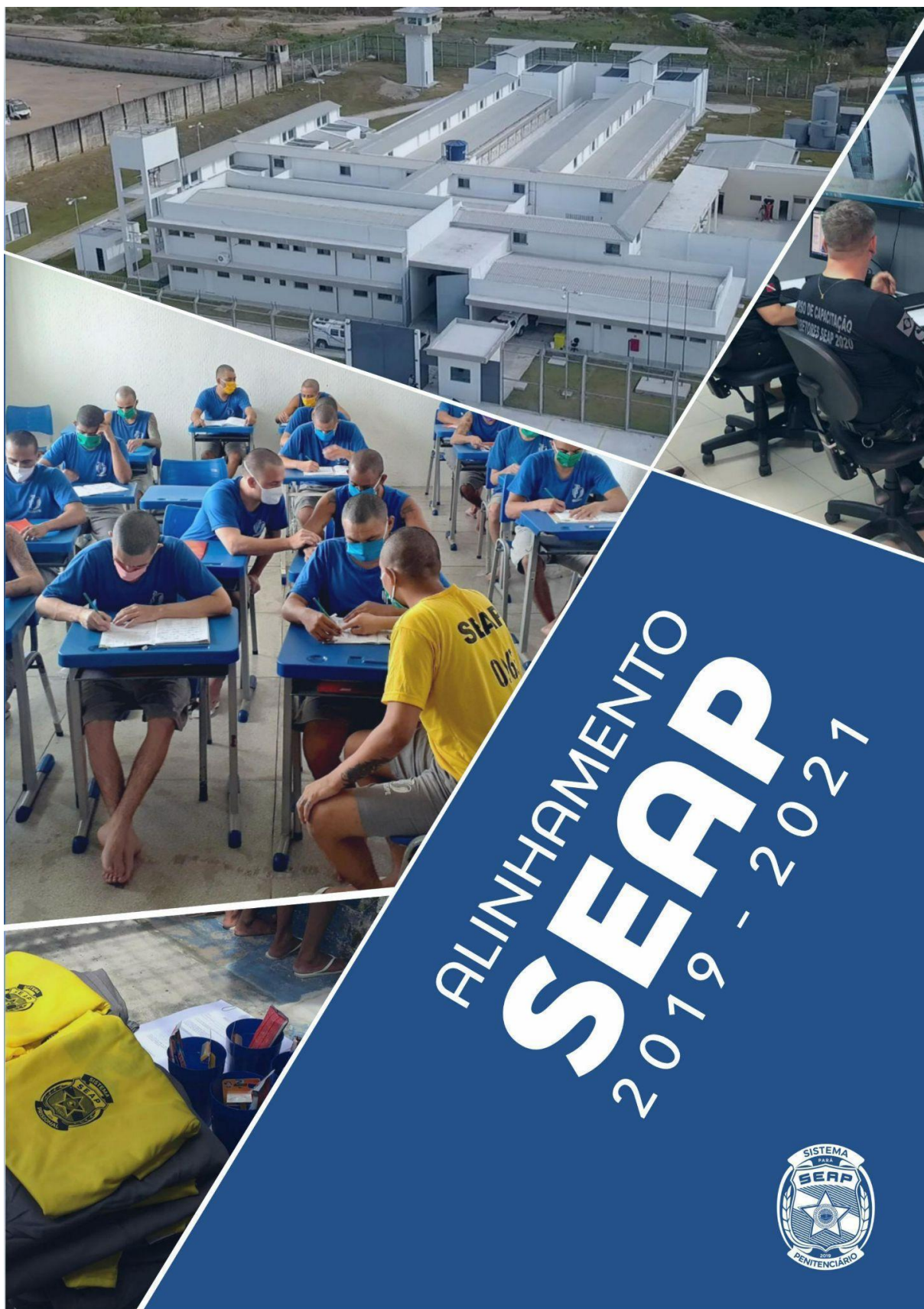
TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A Pesquisa e a produção de conhecimentos**. Disponível em: 01d10a03.pdf (unesp.br). Acesso em: 09 jul. 2023.

WERLE, F. O. C. Políticas de Avaliação em larga escala na Educação Básica: do controle de resultados a intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000500003>. Acesso em: 19 jan. 2024.

WESTIN, R. **Para lei Escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos.** Agência Senado. 2020. Disponível em: Para lei Escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos — Senado Notícias. Acesso em: 06 jul. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso.** Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A - RELATÓRIO DE GESTÃO SEAP 2021 - PÁGINAS 01-05.



**Produção:**

Núcleo de Comunicação Social (NCS) - SEAP

Diagramação e projeto gráfico:

Rivanildo Lima

Edição e revisão:

Jorge Herberth de Sousa Ferreira

Fotografia:

Seap e Agência Pará

**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador do Estado do Pará

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ARTHUR RODRIGUES DE MORAES
Secretário Adjunto

SHEILA CRISTINA FARO REIS
Gabinete do Secretário

RENATO NUNES VALLE
Corregedor Geral Penitenciário

MARCELA ALVES TOSTES MONTENEGRO DUARTE
Consultora Jurídica

JORGE HERBERTH DE SOUSA FERREIRA
Coordenador da Comunicação

LUANA LEÃO WANZELER
Coordenadora do Núcleo de Planejamento, Estatística e Orçamento

ANA PAULA OLIVEIRA DE CARVALHO
Coordenadora do Núcleo de Controle Interno

ALEXANDRE CORREA LEAL
Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação

BELCHIOR DE JESUS CAVALCANTE MACHADO
Diretor de Reinserção Social

REGIA NAZARÉ SARMENTO RODRIGUES
Diretor de Assistência Biopsicossocial

PATRÍCIA NAZIRA ABUCATER WAL
Diretora de Execução Criminal

RINGO ALEX RAYOL FRIAS
Diretor de Administração Penitenciária

PAULO ROCHA CUNHA
Diretor da Escola de Administração Penitenciária

NACIB BRAUN JORDY
Diretor de Logística, Patrimônio e Infraestrutura

VELIANE DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO DUARTE
Diretora de Administração de Recursos

LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

LARISSA BELTRÃO REZENDE
Diretora de Licitações, Contratos e Convênios





1. APRESENTAÇÃO	6
2. PRINCIPAIS DESTAQUES 2019-2021	8
2.1. População Carcerária	7
2.2. Reinserção Social	12
2.2.1. Educação	13
2.2.2. Trabalho	14
2.2.3. Saúde	15
2.2.4. Psicossocial	16
2.2.5. Assistência Religiosa	16
2.3. Segurança	18
2.3.1. Aparelhamento	19
2.3.2. Modernização	19
2.3.3. Capacitação	19
2.3.4. Apreensões e Óbitos	20
2.3.5. Padronizações	21
2.4. Infraestrutura	22
2.4.1. Unidades Entregues	23
2.4.2. Unidades Reformadas	23
3. AÇÕES REALIZADAS EM 2021	24
3.1. Promoção da Reinserção Social dos Custodiados	25
3.1.1- Assistência Biopsicossocial	26
3.1.1.1- Saúde	26
3.1.1.2- Psicossocial	29
3.1.1.3- Assistência Religiosa	34
3.1.2- Educação	35
3.1.3- Trabalho	37
3.1.4- Egresso	40
3.2. Governabilidade	42
3.2.1. Edição e Publicação dos Atos da Administração Pública	42
3.2.2. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	42
3.3- Valorização dos Agentes de Segurança Pública	44
3.3.1- Assistência aos Agentes de Segurança Pública	45
3.3.2- Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	47
3.3.3- Gestão de Pessoal	50
3.4- Custódia Penal	51
3.4.1- Implantação e Adequação de Unidades Prisionais	52
3.5- Redução da Violência e Criminalidade Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	53
3.5.1- Realização das Ações da Corregedoria	54
3.5.2- Gerenciamento das Ações de Informação	56
4. AVANÇO NO SISTEMA PRISIONAL	58
5. AÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA AS METAS DOS ODS	60
6. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PROGRAMAS	64

ANEXO B - RELATÓRIO DE GESTÃO SEAP 2022 - PÁGINAS 01-04.

SECRETARIA DE
ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

RELATÓRIO DE GESTÃO **SEAP** 2022

SECRETARIA DE
ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



GOVERNO DO
PARÁ

SECRETARIA DE
ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



GOVERNO DO
PARÁ

Elaboração

Luana Leão Wanzeler - NPE ●
Marciléa Cilene da Silva Lima - NPE ●
Maira Amaral Alves - NPE ●

Diagramação e Projeto Gráfico

Anna Rachel de Souza Perez - DRS

Fotografia

SEAP e Agência Pará

SECRETARIA DE
ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Marco Antônio Sirotheau Correa Rodrigues
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Arthur Rodrigues de Moraes
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ringo Alex Rayol Frias
Secretário Adjunto de Gestão Operacional

Luiz Fernando Paes de Queiroz
Gabinete do Secretário

Renato Nunes Valle
Corregedor Geral Penitenciário

Marcela Alves Tostes Montenegro Duarte
Consultora Jurídica

Elck Day Costa de Oliveira
Coordenador da Comunicação

Luana Leão Wanzeler
Coordenadora do Núcleo de Planejamento, Estatística e Orçamento

Ana Paula Oliveira de Carvalho
Coordenadora do Núcleo de Controle Interno

Fernando José Folha do Vale Júnior
Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação

Belchior de Jesus Cavalcante Machado
Diretor de Reinserção Social

Regia Nazaré Sarmiento Rodrigues
Diretor de Assistência Biopsicossocial

Lucas Bellard Pereira Mariúba
Diretora de Execução Criminal

João Batista Silva Barbosa
Diretor de Administração Penitenciária

Paulo Rocha Cunha
Diretor da Escola de Administração Penitenciária

Nacib Braun Jordy
Diretor de Logística, Patrimônio e Infraestrutura

Veliane de Fátima da Conceição Duarte
Diretora de Administração de Recursos

Waldilson Colins
Diretor de Gestão de Pessoas

Larissa Beltrão Rezende
Diretora de Licitações, Contratos e Convênios

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO	1
2 - DESTAQUES 2019 - 2022	2
3 - DESTAQUES SEAP - 2022	8
3.1 Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	9
3.2 Programa: Manutenção da Gestão	12
3.3 Programa: Segurança Pública	12
4 - O QUE FIZEMOS - 2022	16
4.1 Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	17
8228 - Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	17
8816 - Implementação da Fábrica Esperança	40
4.2 Programa: Governança Pública	45
8233 - Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	45
8238 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	45
4.3 Programa: Manutenção da Gestão	48
4668 - Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	48
8311 - Concessão de Auxílio Alimentação e 8312 - Concessão de Auxílio Transporte	49
8339 - Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	50
8338 - Operacionalização das Ações Administrativas	52
4.4 Programa: Segurança Pública	53
8831 - Adequação de Unidades Prisionais	53
8283 - Gerenciamento do Serviço Penitenciário	56
7663 - Implantação de Unidades Prisionais	58
4.4.1 - Compromissos Regionais	59
8840 - Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	60
8270 - Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	61
8277 - Assistência aos Agentes de Segurança Pública	63
8832 - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	68
8833 - Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	73
4.5 - Ações que Contribuem para as Metas dos •DS	76
5 - O QUE IREMOS FAZER - 2023	83
6 - MENSAGEM DE GOVERNO 2023	86

ANEXO C - RELATÓRIO DE GESTÃO SEAP 2023, PÁGINAS 1-3.

SECRETARIA DE
**ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**



Relatório de
Gestão 2023

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Marco Antonio Sirotheau Corrêa Rodrigues
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Luiz André Conceição Maués
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ringo Alex Rayol Frias
Secretário Adjunto de Gestão Operacional



Sumário

MENSAGEM DO SECRETÁRIO.....	4
APRESENTAÇÃO.....	6
1 - Programa: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.....	7
1.1 - Execução Orçamentária do Programa: Aspectos Gerais do Orçamento Realizado em 2023	7
1.2 - Objetivo: Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário.	7
1.2.1 - 8228: Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso.	8
8816 – Implementação da Fábrica Esperança.	57
Objetivo: Promover os Direitos Humanos.	57
8799 – Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil.	57
2 - Programa: Governança Pública.....	60
2.1 - Execução Orçamentária do Programa: Aspectos Gerais do Orçamento Realizado em 2023	60
2.2 - Objetivo: Promover a Governabilidade do Poder Executivo.	60
2.2.1 - 8233: Edição e Publicação de Atos da Administração Pública.	60
2.2.2 - 8238: Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.	61
3 - Programa: Manutenção da Gestão.....	63
3.1 - Execução Orçamentária do Programa: Aspectos Gerais do Orçamento Realizado em 2023	63
3.2 - Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	63
3.2.1 - 8339: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos.	63
3.2.2 - 8311 Concessão de Auxílio Alimentação e 8312 Concessão de Auxílio Transporte.	68
3.2.3 - 8338: Operacionalização das Ações Administrativas.	68
3.2.4 - 4668: Abastecimento de Unidades Móveis do Estado.	69
4 - Programa: Segurança Pública.....	70
4.1 - Execução Orçamentária do Programa: Aspectos Gerais do Orçamento Realizado em 2023.	70
4.2 - Objetivo: Realizar a Custódia Penal.	70
4.2.1 - 8831: Adequação de Unidades Prisionais.	70
4.2.2 - 7663: Implantação de Unidade Prisional.	72
4.2.3 - 8283: Gerenciamento do Serviço Penitenciário.	73
4.3 - Objetivo: Reduzir a Violência e a Criminalidade.	79
4.3.1 - 8840: Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento.	79
4.3.2 - 8270: Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS.	80
4.4 - Objetivo: Valorizar os Agentes de Segurança Pública.	82
4.4.1 - 8277: Assistência aos Agentes de Segurança Pública.	82
4.4.2 - 8832: Capacitação dos Agentes de Segurança Pública.	85
4.4.3 - 8833: Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública.	89



ANEXO D - PARTE ESPECÍFICA SOBRE A EDUCAÇÃO DO “FORMULÁRIO SOBRE INFORMAÇÕES PRISIONAIS”

2.5. Módulo de educação - marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento

- ☐ Sala de aula
Em relação à capacidade de pessoas nas salas de aula, destacar a capacidade por turno
- ☐ Sala de informática
- ☐ Sala de encontros com a sociedade/ sala de reuniões
- ☐ Biblioteca
- ☐ Sala de professores
- ☐ Outro(s). Qual(is)?
- ☐ Não possui módulo de saúde

Quant de salas	Capacidade de pessoas

2.5.1 - Há local específico para biblioteca?

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.5.2 - Há acervo de obras na biblioteca?

- ☐ Sim. Quantidade de obras: (1 livro = 1 obra)
- ☐ Não

2.5.3 - A origem do acervo da biblioteca?

- ☐ Público
- ☐ Doação
- ☐ Misto

2.5.4 - Há controle do acervo bibliotecário do estabelecimento?

(Existe acompanhamento sistemático sobre o número de obras presentes na biblioteca, número de exemplares retirados para empréstimo, entre outras formas de controle do acervo?)

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.5.5 - Há manutenção permanente do acervo bibliotecário do estabelecimento?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Caso o estabelecimento possua manutenção permanente do acervo bibliotecário, qual a periodicidade de manutenção do acervo?

- ☐ Diária
- ☐ Semanal
- ☐ Mensal
- ☐ A manutenção somente é realizada sob demanda, sem periodicidade definida

2.6. Módulo de oficinas - marcar todos os itens disponíveis no estabelecimento

Oficinas permanentes de capacitação em estabelecimentos penais, com oferecimento de cursos profissionalizantes, para desenvolvimento de competências e também para o trabalho remunerado.

- ☐ Não possui
- ☐ Sala de produção
- ☐ Sala de controle/ supervisão
- ☐ Sanitários
- ☐ Estoque
- ☐ Carga/ descarga
- ☐ Outro(s). Qual(is)?

Qual(is) módulo de oficina existe(m) no estabelecimento?	Capacidade para quantas pessoas?
<input type="checkbox"/> Artefatos de concreto	
<input type="checkbox"/> Blocos e tijolos	
<input type="checkbox"/> Padaria e panificação	
<input type="checkbox"/> Corte e costura industrial	
<input type="checkbox"/> Artesanato	
<input type="checkbox"/> Marcenaria	
<input type="checkbox"/> Serralheria	
<input type="checkbox"/> Outro(s)	

Quais?

ANEXO E - GUIA DE NAVEGAÇÃO NOS PAINÉIS DINÂMICOS NO SITE DA SENAPPEN.

1 O que é o Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN?

*** Textos em azul sublinhado são LINKS. basta clicar**

- O SISDEPEN é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, concentrando informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária.
- Foi criado para atender a Lei nº 12.714/2012 que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro.
- A Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penal – CSNIP, da Diretoria de Inteligência Penitenciária – DIPEN, é responsável pela publicação das informações, que estão em [site público da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN](#)

2 Como é feita a coleta dos dados?

- A coleta dos dados é feita através de ciclos, que possuem um período de 6 meses. Assim, um mesmo ano possui 2 ciclos, sendo um deles no primeiro semestre (de janeiro a junho) e o outro no segundo semestre (de julho a dezembro).
- As informações sobre os estabelecimentos penais brasileiros em posse da SENAPPEN são resultado dos [questionamentos presentes no Formulário de Informações Prisionais](#), respondido de forma eletrônica, semestralmente, por servidores indicados pelas Secretarias de administrações prisionais dos Estados e Distrito Federal e do Sistema Penitenciário Federal.
- **Ao final de cada ciclo de seis meses, dados estatísticos são extraídos do SISDEPEN e sintetizados em painéis dinâmicos** a fim de tornar a visualização mais interativa e ágil.

Em todo início de ciclo, são encaminhados aos Estados, Distrito Federal e Sistema Penitenciário Federal: Ofícios, Notas Técnicas, Manuais e Cronograma.	Após os envios, os Secretários dos Estados e Distrito Federal e o Diretor do Sistema Penitenciário Federal indicam "Gestores Institucionais" para serem responsáveis pela respectiva Unidade Federativa.	Após a indicação dos "Gestores Institucionais", estes cadastram servidores da Unidade Federativa para serem responsáveis, individualmente, pelo preenchimento dos estabelecimentos penais.	Nesta fase, são preenchidas as informações de todos os estabelecimentos penais brasileiros. Em seguida, estas informações são "Validadas" pelos respectivos Gestores.	Finalizado o período de preenchimento, a equipe da CSNIP faz a análise dos dados e possibilita a reabertura do preenchimento aos usuários em caso de possíveis inconsistências.	Com todos os dados confirmados, é feito procedimento interno para aprovação e publicação dos dados do respectivo ciclo SISDEPEN.
Envio de ofícios	Cadastro de Gestores	Cadastro dos demais Usuários	Preenchimento	Análise de possíveis inconsistências	Aprovação e Publicação

3 O que cada painel dinâmico SISDEPEN possui de informação?

- **Painel Geral:** População prisional; Prisão Domiciliar; Presos provisórios; Vagas no sistema prisional; Déficit/Superávit de vagas; Torneleiras eletrônicas; Idade e Gênero da população; Taxa de aprisionamento; Movimentação prisional.
- **Mulheres e Grupos Específicos:** Aprisionamento Feminino; População por cor/raça; Pessoas com deficiência; Idosos; Estrangeiros; Vagas para grupos específicos.
- **Trabalho e Educação:** Educação e Trabalho no sistema prisional; Remuneração do preso.
- **Saúde no sistema prisional:** Estruturas físicas de saúde nos estabelecimentos; Maternidade; Profissionais de saúde; Procedimentos de Saúde; Doenças transmissíveis; Mortes no sistema prisional.
- **Tipificações:** Tipificações – Geral, Grupo Penal, Crimes Hediondos e Crimes Violentos; Presos das Justiças Estadual e Federal; Tempo de pena.

4 Filtros utilizados nos painéis dinâmicos SISDEPEN

- Para fins de se obter dados condizentes com a realidade, são utilizados filtros de acordo com a "Modalidade" do estabelecimento:

- 1) **"Presos em cela física":** Presos que, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho e/ou estudo, dormem no estabelecimento prisional, ou seja, ocupam vaga.
- 2) **"Presos em prisão domiciliar":** Presos que, independentemente do regime de pena, cumprem 2 requisitos:
 - i) Estão vinculados à Administração Penitenciária; e
 - ii) Dormem em lugar diferente do estabelecimento prisional, ou seja, não ocupam vaga.
- 3) **"Domiciliar sem Monitoramento Eletrônico":** Presos em prisão domiciliar (cumprem pena em casa), sem utilizar torneleira eletrônica.
- 4) **"Domiciliar com Monitoramento Eletrônico":** Presos em prisão domiciliar (cumprem pena em casa), e utilizam torneleira eletrônica.
- 5) **"Presos em Outras Prisões":** Presos que estão sob custódia das polícias judiciárias, batalhões de polícias e bombeiros militares.

5 Outros links com os dados sobre o sistema penitenciário brasileiro

- Além dos painéis dinâmicos SISDEPEN, é possível se obter dados acerca do sistema penitenciário brasileiro através dos seguintes links:
 - a) **Painéis anteriores** = São os painéis dinâmicos SISDEPEN de ciclos anteriores ao atual,
 - b) **Bases de dados** = São as base de dados completas, em .XSL e .CSV, coletadas durante o ciclo,
 - c) **Relatórios Analíticos** = São relatórios, em .PDF e .XSL, que sintetizam resumidamente os dados coletados durante o ciclo

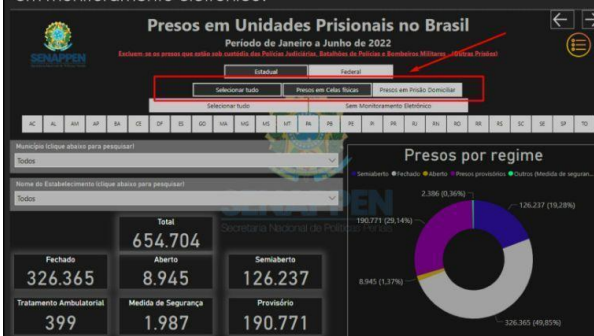
Nas bases de dados, "estabelecimentos" que contenham os termos "domiciliar" e/ou "monitoramento/monitoração" em seu nome, indicam núcleos de controle de presos nestas situações.

6 Navegando entre os painéis interativos SISDEPEN

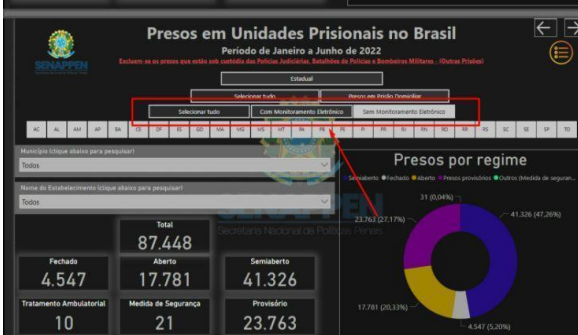
- Para acessar os painéis interativos SISDEPEN, basta acessar o [site público da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN](#) e escolher o Painel desejado.
- Atualmente, existem **4 formas de se navegar nos painéis** interativos SISDEPEN:
 - 1) Todo painel, em sua página 1, possui **botões para se navegar para outros painéis**,
 - 2) O **botão de navegação (laranja)**, serve para se navegar para outras páginas do mesmo painel ou para outros painéis,
 - 3) As **setas de navegação** permitem que se navegue para a página seguinte ou anterior do mesmo painel,
 - 4) A **lista de páginas** permite a navegação para outras páginas do mesmo painel.



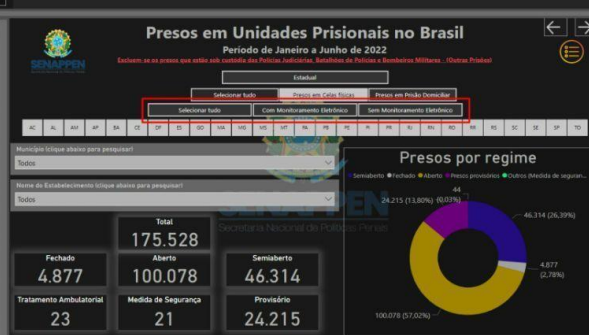
- Sempre na parte superior dos painéis, são fornecidos **filtros** para que se obtenha os dados exatamente conforme necessário.
- Basta clicar em **"Estadual"** ou **"Federal"**, para se diferenciar entre presos em estabelecimentos estaduais e em estabelecimentos federais.
- Também é possível a pesquisa por **Estado, Município e Nome do Estabelecimento**.
- Outro filtro, é para que se diferencie **pesos em celas físicas** de **presos em prisão domiciliar**.
- E, adicionalmente, em alguns painéis, é possível ainda, se diferenciar entre presos que estão em **monitoramento eletrônico ou não**, além da possibilidade de escolher a opção **"Selecionar Tudo"** para se obter a soma de presos em monitoramento eletrônico com presos que não estão em monitoramento eletrônico.



Neste exemplo, com os filtros selecionados, são apresentadas informações acerca dos presos **em cela física**.



Já neste outro exemplo, com os filtros selecionados, são apresentadas informações acerca dos **presos em prisão domiciliar que estão em Monitoramento Eletrônico**.



Ainda, neste exemplo, com os filtros selecionados, são apresentadas informações acerca dos **presos em prisão domiciliar**. Já que a opção **"Selecionar Tudo"** está marcada, é apresentado o **total de presos que estão em monitoramento eletrônico** com os que não estão em monitoramento eletrônico.

ANEXO F - OFÍCIO SISDEPEN

SEI/MJ - 18399241 - Ofício

file:///tmp/mozilla_ceja0/Oficio_18399241.html



18399241

00016 010954019 78



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Diretoria de Políticas Penitenciárias

OFÍCIO Nº 1343/2022/DIRPP/DEPEN/MJ

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência a Senhora
Eleth de Fatima da Silva Braga
Secretária de Estado de Educação
Secretaria de Estado de Educação do Pará
Rodovia Augusto Montenegro, Km 10, s/n Boirão Icoaraci
66.820-000 - Belém/PA
wennice.silva@seduc.pa.gov.br; comunicacao2@seduc.pa.gov.br

Assunto: 1ª Etapa de Monitoramento do Plano Estadual de Educação em Prisons do Pará.

Senhora Secretária,

- Cumprimentando-a, trata-se de resultado de monitoramento do Plano Estadual de Educação em Prisons (PEEP) do Pará, assinado pela administração prisional e a Secretaria de Educação do Estado, no qual é previsto metas a serem alcançadas sobre novas vagas de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Profissionalizante e participação em Exames Nacionais.
- Resalta-se que, em atendimento à auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU), o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) produziu comparativo de dados de 2020 e 2021, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e extraídos do Sistema de Informações (SISDEPEN), no qual foi possível perceber o que segue.

MONITORAMENTO DOS PLANOS ESTADUAIS - PARÁ						
AÇÃO	2021	2020	CRESCIMENTO PLANEJADO PARA 2021 DE ACORDO COM O PEEP ENVIADO	ATINGIMENTO (OU NÃO) DAS METAS EM 2021	CRESCIMENTO ESPERADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2022	FONTE
Alfabetização	469	264	Elevar a oferta para 30% dos estabelecimentos penais.	75%	Elevar a oferta para 56% dos estabelecimentos penais.	SISDEPEN/PEEP
Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)	1071	990	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	8%	Elevar para 15% a oferta da EJA na etapa do ensino fundamental para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional.	INEP/PEEP
Ensino Médio	429	365	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional. Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 2 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	16%	Elevar para 12% a oferta da EJA na etapa do ensino médio para as pessoas privadas de liberdade e para os egressos do Sistema Prisional. Garantir a oferta do ensino médio em articulação com a educação profissional técnica em 5 unidades prisionais e/ou equipamentos de atenção ao egresso.	INEP/PEEP
Ensino Superior	82	54	Garantir e ampliar para 3% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional.	52%	Garantir e ampliar para 5% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional.	SISDEPEN/PEEP
Curso Profissionalizante	62	14	Ofertar cursos profissionalizantes em 71% dos estabelecimentos penais.	343%	Ofertar cursos profissionalizantes em 80% dos estabelecimentos penais.	SISDEPEN/PEEP

- Diante do exposto, **parabenizo** pelo atingimento das metas de 2021 e **questiono** se, para o 2º semestre de 2022, há previsão de ampliação de vagas para as ações da política de educação nos ambientes prisionais do Estado, com vista a continuar cumprindo com o planejamento firmado entre a administração prisional do Estado e a Secretaria de Educação.
- Certo do entendimento sobre a importância de educação para o sistema penal, da relevância de priorizar essa política buscando a efetiva reintegração social e econômica de pessoas presas e egressas, também a minimização de ações criminais recidivantes afetando toda segurança pública, mantenho a equipe da Coordenação de Educação, Cultura e Esporte à disposição por meio do endereço eletrônico compe@pa.gov.br e do telefone (61) 2025.9031.

Atenciosamente,

SANDRO ABEL DE SOUSA BARRADAS
Diretor de Políticas Penitenciárias



Documento assinado eletronicamente por SANDRO ABEL DE SOUSA BARRADAS, Diretor(a) de Políticas Penitenciárias, em 30/06/2022, às 08:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://seu.sistema.mj.gov.br> informando o código verificador 18399241 e o código CRC 420C3D14. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.jusbrasil.com.br> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

• Plano Estadual de Educação em Prisons do Estado do Pará (18335178).

Referência: Caso respondido pelo Ofício, utilizar expressamente o Processo nº 08016.020638/2019 78

SEI nº 18399241

ANEXO G - RELATÓRIO PARCIAL DO MONITORAMENTO SEDUC.



Governo do Estado do Pará

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria Adjunta de Educação Básica

Diretoria de Diversidade e Inclusão

Coordenação de Educação de Jovens, Adultos e Correção de Fluxo

Educação em Ambientes Prisionais

Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e para Egressas do Sistema Prisional

Avaliação das diretrizes e objetivos

- Com relação aos recursos para desenvolver as atividades educacionais, avaliamos que é importante que a escola sede, após devido levantamento das necessidades dos anexos das casas penais, destine parte do orçamento da escola sede para os anexos penais, o que pode ser feito com o envio de materiais, a exemplo do que já faz a rede municipal de ensino;
- Implementar projetos culturais dentro das unidades prisionais, tais como: dança, folclore, festival de poesias, pinturas, artesanato, assegurando apresentação de grupos internos e externos, obedecendo as normas de segurança;
- Garantia de segurança na implementação e no desenvolvimento de projetos nas casas penais;
- Garantir hora pedagógica aos professores e atendimento individualizado aos alunos com mais dificuldades;
- Garantir atendimento psicológico aos profissionais da educação e a todas as pessoas envolvidas no processo educacional;
- Que os alunos egressos sejam atendidos no CEEJA nos três turnos (manhã, tarde e noite);
- Assegurar nas casas penais o funcionamento periódico e conforme demanda da banca examinadora permanente, como já ocorre no CEEJA;
- Garantir a certificação dos alunos privados de liberdade pelas Secretarias (SEDUC e SEMED);
- Assegurar a qualificação profissional permanente do quadro de professores com a participação em cursos de formação e especialização nas esferas municipais, estaduais, federais e instituições privadas, assegurando a elaboração de parcerias com essas instituições para que ofereça os cursos voltado para o ensino de privados de liberdade;

- Por fim, avaliamos, que há pontos dentro das diretrizes e nos objetivos que são de responsabilidade direta da atuação da SEAP, principalmente no que diz respeito a criação de espaços de sala de aula para fins de assegurar o aumento da oferta de ensino, o que significa que o setor da SEAP que atua diretamente na educação através do convênio com a SEDUC e Secretarias Municipais de Educação, precisam ser partes permanentes do processo decisivo de construção, reforma e ampliação das casas penais, assegurando um modelo presídio que valorize os espaços educacionais.

Avaliação quanto ao Plano de Ação

- Articular e discutir a elaboração de manual de procedimento para a Educação;
- Incluir nas parcerias: Casa da Cultura, Unifesspa, Cine Marrocos e Biblioteca Orlando Lobo, IFPA, Faculdade Carajás, Marabá Leitor;
- Requerer a efetivação de Processo Seletivo para contratação de professores das disciplinas faltantes;
- Assegurar agentes, em respeito ao convênio já estabelecido, exclusivos para educação;
- Na parte de Universalização do acesso à educação, assegurar o respeito as pautas LGBTQIAP+;
- Assegurar parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e CAPS;
- Assegurar momentos periódicos para a elaboração de projetos;
- Assegurar Palestras sobre profissões para os PPL e egressos;
- Assegurar convênios com o Sistema S (SENAI, SESC, SENAR, SENAT e SESI) de forma a aumentar as parcerias que ofertem cursos profissionalizantes;
- Assegurar o Pólo EAD dentro das casas penais;
- Assegurar a participação do Conselho da Comunidade;
- Aplicar o projeto de Justiça restaurativa;
- Incentivar projeto de saúde mental aos PPL;
- Implementar Parceria com a Estação Cidadania para emissão de documentos;
- Assegura que os alunos do semiaberto sejam atendidos no turno noturno, seja presencialmente ou através de EAD;
- Institucionalizar Sistema de Informação para alertar egressos sobre cursos superiores, profissionalizantes, exames nacionais e vagas de trabalho;
- Articular levantamento de patrocínio para assegurar custeio de passagens aos egressos, que seria administrado pelo setor de reinserção social. (Essa articulação pode ser feito com as pastorais carcerárias das igrejas católicas, Associações, Instituições privadas, Associações Comerciais e com as igrejas evangélicas que já visitam semanalmente as casas penais, bem como com a Secretaria de Assistência Social do Estado e dos Municípios.

Atenciosamente,

Wannice Silva

CEJA-CF/DDI/SAEB/SEDUC-Ed. Prisional

ANEXO H - RELATÓRIO DE METAS DO PLANO SEDUC



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Educação
Secretaria Adjunta de Educação Básica
Diretoria de Diversidade e Inclusão
Coordenação de Educação de Jovens, Adultos e Correção de Fluxo
Educação em Ambientes Prisionais

INDICADOR RELACIONADO	META	INDICADOR DE DESEMPENHO
Promover e aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos inseridos em atividades de alfabetização.	Garantir e elevar para 100% dos estabelecimentos do sistema prisional a oferta da alfabetização. 12 meses – elevar a oferta para 50% dos estabelecimentos. 24 meses – elevar a oferta para 66% estabelecimentos. 36 meses – elevar a oferta para 83% estabelecimentos. 48 meses – elevar a oferta para 100% estabelecimentos.	2020: 17 unidades penais. 2021: 35 unidades penais. Atingimos a oferta da alfabetização em 71,42% das unidades.
Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos inseridos nos cursos de educação superior presencial e EAD.	Garantir e ampliar para 10% o percentual de cobertura do ensino superior presencial e EAD às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional. 12 meses – elevar a oferta para 3% 24 meses – elevar a oferta para 5% 36 meses – elevar a oferta para 7% 48 meses – elevar a oferta para 10%	2020: 33 custodiados em ensino superior (1,91%) 2021: 93 custodiados em ensino superior (5,38%)
Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade em ações de incentivo à leitura nos estabelecimentos penais.	Implantar nos 49 estabelecimentos penais o projeto “Arca da Leitura” – Biblioteca Móvel. 12 meses – implantar em 35 estabelecimentos penais. 24 meses – implantar em 39	2020: 26 unidades penais possuíam o projeto. 2021: 37 unidades penais possuíam o projeto.

	estabelecimentos penais. 36 meses – implantar em 44 estabelecimentos penais. 48 meses – implantar nos 49 estabelecimentos penais.	
Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos em atividades culturais.	Garantir a oferta de atividades culturais em 100% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos. 12 meses – ofertar em 49% dos estabelecimentos. 24 meses – ofertar em 66% dos estabelecimentos. 36 meses – ofertar em 83% dos estabelecimentos. 48 meses – ofertar em 100% dos estabelecimentos.	2020: 16 unidades penais 2021: 24 unidades penais 49% das unidades com oferta de atividades culturais.
Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos em atividades esportivas.	Garantir a oferta de atividades esportivas em 50% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos do estado. 12 meses – ofertar em 15% dos estabelecimentos. 24 meses – ofertar em 26% dos estabelecimentos. 36 meses – ofertar em 38% dos estabelecimentos. 48 meses – ofertar em 50% dos estabelecimentos.	2020: 2 UP's (4%) 2021: 4 UP's (8,16%)
Aumentar o número de inscritos no ENEM PPL e ENCCEJA PPL.	Elevar para 3.500 o número de inscrições de pessoas privadas de liberdade e de egressos nos exames nacionais - ENEM PPL e ENCCEJA PPL. 12 meses – elevar para 2.870 inscritos. 24 meses – 3.000 inscritos. 36 meses – 3.200 inscritos. 48 meses – 3.500 inscritos.	2651 inscritos em 2019 4363 inscritos em 2021 (meta alcançada para os 48 meses)
Aumentar o índice de aptos com a média mínima no ENEM PPL e aptos para certificação no ENCCEJA PPL.	Elevar para 30% a aprovação de pessoas privadas de liberdade e de egressos nos Exames Nacionais – ENEM PPL e ENCCEJA PPL.	2019: 1942 participantes e 320 (16%) aptos nos Exames Nacionais. 2021: 3057 participantes e 640 (20,9%) aptos nos Exames

	<p>12 meses – 19% de aprovação.</p> <p>24 meses – 22% de aprovação.</p> <p>36 meses – 26% de aprovação.</p> <p>48 meses – 30% de aprovação.</p>	Nacionais.
Promover a elevação do quantitativo e da qualidade das salas de aula dos estabelecimentos penais e dos equipamentos de atenção aos egressos.	<p>Garantir que 100% das unidades penais e dos equipamentos de atenção aos egressos possuam salas de aula adequadas às necessidades educacionais.</p> <p>12 meses – garantir em 80% dos estabelecimentos.</p> <p>24 meses – garantir em 86% dos estabelecimentos.</p> <p>36 meses – garantir em 93% dos estabelecimentos.</p> <p>48 meses – garantir em 100% dos estabelecimentos.</p>	79% das unidades possuíam salas de aula em 2020, atualmente 89% das unidades prisionais possuem salas de aula.
Promover a elevação do quantitativo e da qualidade das bibliotecas e das salas de leitura dos estabelecimentos penais e dos equipamentos de atenção aos egressos.	<p>Garantir que 100% das unidades penais e dos equipamentos de atenção aos egressos possuam biblioteca e/ou salas de leitura adequadas às necessidades educacionais. 12 meses – garantir em 65% dos estabelecimentos. 24 meses – garantir em 76% dos estabelecimentos. 36 meses – garantir em 88% dos estabelecimentos. 48 meses – garantir em 100% dos estabelecimentos.</p>	2020 e 2021: 55% das unidades possuem bibliotecas

Aumentar o número de pessoas privadas de liberdade e de egressos em cursos profissionalizantes	<p>Garantir a oferta de cursos profissionalizantes em 100% das unidades prisionais e dos equipamentos de atenção aos egressos.</p> <p>12 meses – ofertar em 71% dos estabelecimentos. 24 meses – ofertar em 80% dos estabelecimentos. 36 meses – ofertar em 90% dos estabelecimentos. 48 meses – ofertar em 100% dos estabelecimentos.</p>	<p>2020: 20 unidades (40,81%) 2021: 27 unidades (55,10%)</p>
Educação Formal/EJA Fundamental e Médio	<p>Elevar para 21% a oferta da EJA nas etapas do Ensino Fundamental e Médio para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema penal.</p> <p>12 meses – elevar a oferta em 12% 24 meses – elevar a oferta em 15% 36 meses – elevar a oferta em 18% 48 meses – elevar a oferta em 21%</p>	<p>2020- alcançamos 14% da meta 2021- alcançamos 18% da meta</p>
Educação Formal/EJA Ensino Médio Profissionalizante	<p>Garantir a oferta do Ensino médio + Educação Profissionalizante), em pelo menos 10 Unidades Penais ou equipamentos de atenção ao egresso.</p> <p>12 meses – 2 Unidades 24 meses – 5 Unidades 36 meses – 8 Unidades 48 meses – 10 Unidades</p>	<p>Meta não alcançada - atividades não iniciadas</p>

Educação Formal/EJA-EAD	<p>Fomentar a oferta da EJA + EAD, em pelo menos 15 Unidades Penais ou equipamentos de atenção ao egresso.</p> <p>12 meses – 5 Unidades 24 meses – 7 Unidades 36 meses – 10 Unidades 48 meses – 15 Unidades</p>	<p>Meta não alcançada</p> <p>2020- 1 Unidade piloto</p>
Formação Continuada e Capacitação de Profissionais da Escolarização das Unidades Prisionais	<p>Institucionalizar e garantir a oferta de formação continuada e de qualificação par a 100% dos profissionais que atuam na educação nos Estabelecimentos Penais.</p> <p>12 meses – garantir para 25% dos profissionais 24 meses – garantir para 50% dos profissionais 36 meses – garantir para 75% dos profissionais 48 meses – garantir para 100% dos profissionais</p>	<p>Meta não institucionalizada</p>

Atenciosamente,

Wannice Silva

CEJA-CF/DDI/SAEB/SEDUC-Ed. Prisional